

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

MAURICIO DOS SANTOS DE OLIVEIRA

**O PANORAMA DA GINÁSTICA
ARTÍSTICA MASCULINA
BRASILEIRA: UM ESTUDO
HISTÓRICO-CRÍTICO DO PERÍODO
2005-2008**

Campinas
2010

MAURICIO DOS SANTOS DE OLIVEIRA

**O PANORAMA DA GINÁSTICA
ARTÍSTICA MASCULINA
BRASILEIRA: UM ESTUDO
HISTÓRICO-CRÍTICO DO PERÍODO
2005-2008**

Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Orientador: Marco Antonio Coelho Bortoleto

Campinas
2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA FEF - UNICAMP

OL4p	<p>Oliveira, Mauricio dos Santos de. O panorama da ginástica artística masculina brasileira: um estudo histórico-crítico do período 2005-2008 / Mauricio dos Santos de Oliveira. -- Campinas, SP: [s.n], 2010.</p> <p style="text-align: center;">Orientador: Marco Antonio Coelho Bortoleto. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.</p> <p style="text-align: center;">1. Ginástica artística. 2. Competição. 3. Esportes-Administração. 4. Condições econômicas. 5. Arbitragem. I. Bortoleto, Marco Antonio Coelho. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">(dilsa/fef)</p>
------	--

Título em inglês: The panorama of Brazilian men's artistic gymnastics: a historical-critical approach of the period 2005-2008.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Gymnastics; Competition; Sports-Management; Economic conditions; Arbitration.

Área de Concentração: Educação Física e Sociedade.

Titulação: Mestrado em Educação Física.

Banca Examinadora: Jorge Sergio Pérez Gallardo. Marco Antonio coelho Bortoleto. Myrian Nunomura.

Data da defesa: 19/02/2010.

Mauricio dos Santos de Oliveira

**O PANORAMA DA GINÁSTICA ARTÍSTICA
MASCULINA BRASILEIRA: UM ESTUDO
HISTÓRICO-CRÍTICO DO PERÍODO 2005-2008**

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação de Mestrado defendida por
Mauricio dos Santos de Oliveira e aprovada
pela Comissão julgadora em: 19/02/2010.

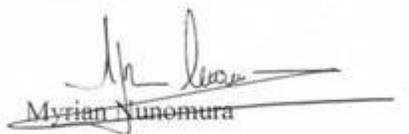


Marco Antonio Coelho Bortoleto
Orientador

Campinas
2010

COMISSÃO JULGADORA

Marco Antonio Coelho Bortoleto
Orientador



Myrian Nunomura



Jorge Sergio Pérez Gallardo

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais, Paulo e Ivani, aos meus irmãos, Paulo Francisco e Verônica, e a todos os meus familiares e amigos que de alguma forma me apoiaram ao longo desta jornada.

Também gostaria de dedicar este trabalho a todas as pessoas que participaram da pesquisa contribuindo de forma significativa para a elaboração do mesmo.

Agradecimentos

Gostaria de expressar aqui a minha eterna gratidão a TODAS as pessoas que direta ou indiretamente fizeram parte do caminho percorrido na elaboração deste estudo, contribuindo com suas experiências, conhecimentos, ideias, apoio e amizade. Meus sinceros agradecimentos!

Ao Prof. Dr. Marco Antonio Coelho Bortoleto (Marquinho), agradeço pela orientação, confiança, compreensão, receptividade, paciência e atitude crítica ao longo desta trajetória.

À Prof. Dra. Myrian Nunomura e ao Prof. Dr. Jorge Sergio Pérez Gallardo, meu muito obrigado por terem contribuído, significativamente, com a elaboração deste estudo através das suas considerações e, principalmente, pela sua grandeza em compartilhar seus saberes e experiências comigo.

À Prof. Dra. Elizabeth Paoliello Machado de Souza, meu muito obrigado pela generosidade em compartilhar os seus conhecimentos, pelo apoio e confiança depositados em mim desde meus primeiros anos de graduação.

À Prof. Dra. Laurita Marconi Schiavon pelas considerações e contribuições feitas na etapa final deste estudo.

Ao Prof. Leandro Rivieri pela amizade e contribuições na revisão do texto final da dissertação.

Aos docentes da Faculdade de Educação Física da UNICAMP que contribuíram ao longo do meu processo de formação, desde a graduação até o mestrado, e que dividiram comigo o seu amor pela Educação Física e o Esporte.

Ao Departamento de Pós-graduação da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, pelo apoio fornecido no decorrer destes dois anos.

Aos funcionários da biblioteca da Faculdade de Educação Física da UNICAMP que sempre me acolheram e auxiliaram ao longo de todos estes anos.

Aos sujeitos que participaram da pesquisa e que contribuíram de forma significativa e fundamental para que este estudo pudesse ser realizado. Muito Obrigado!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos que viabilizou a realização da pesquisa.

Um agradecimento especial aos meus ex-professores e treinadores Fernando, Rubens Celso Martins e Daniela Norie Kina que me apresentaram o mundo maravilhoso da Ginástica Artística.

Aos meus amigos e companheiros do Grupo de Pesquisa em Ginástica meus sinceros agradecimentos por todas as situações de aprendizado e trocas de conhecimentos.

Aos meus colegas e amigos do Grupo Ginástico UNICAMP por todo o carinho, amizade, apoio e compreensão ao longo desta jornada acadêmica.

A todos os meus amigos que com sua amizade e afeto me apoiaram, incentivaram e compreenderam as minhas ausências e estiveram presentes nos momentos de alegrias e dificuldades.

Ao meu grande amigo e companheiro Alexandre por todas as alegrias e momentos compartilhados.

Aos meus irmãos, Paulo Francisco e Verônica, pela amizade, carinho e companheirismo.

Aos meus pais pelo esforço, dedicação e compreensão, em todos os momentos, e que nunca mediram esforços para que eu chegasse até aqui.

OBRIGADO

OLIVEIRA, M. S. **O panorama da ginástica artística masculina brasileira: um estudo histórico-crítico do período 2005-2008**. 2010. 270 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

RESUMO

Observamos, nos últimos anos, uma expressiva melhora nos resultados internacionais da Ginástica Artística (GA) brasileira. Apesar deste perceptível avanço, é difícil avaliar objetivamente o nível de desenvolvimento desta modalidade competitiva no cenário esportivo nacional. São poucos os dados disponíveis referentes à modalidade, o que aponta para uma escassez de pesquisas que permitam uma análise criteriosa e precisa desta problemática. Deste modo, o objetivo central desse estudo foi descrever o panorama da Ginástica Artística Masculina (GAM) brasileira no último ciclo olímpico (2005-2008), com ênfase nas dimensões competitiva, econômica, organizacional e de infraestrutura. Para tal, fizemos uma análise da atual conjuntura das federações estaduais, filiadas a Confederação Brasileira de Ginástica (CBG), bem como uma análise pormenorizada de diversos outros aspectos, tais como: a quantidade e a qualidade dos ginastas federados, número de participantes em competições de nível nacional e internacional, a quantidade de árbitros no país e a sua qualificação, o número de clubes federados e a sua distribuição no território nacional, a realidade financeira da modalidade, entre outros. Metodologicamente, realizamos uma revisão bibliográfica e documental seguida de um estudo de campo constituído por um questionário enviado às federações estaduais de ginástica e entrevistas junto a profissionais de destaque (ginastas, técnicos, árbitros e dirigentes). Os dados obtidos revelaram com uma maior riqueza de detalhes a realidade da GAM brasileira neste período, permitindo uma relativa predição dos problemas mais relevantes e dos avanços, assim como as tendências do futuro da GAM no país. Constatamos que, embora tenham ocorridos significativos avanços no quadro financeiro, de organização e infraestrutura disponíveis para a modalidade, ainda persistem problemas característicos do esporte amador brasileiro caracterizado pela realização de projetos de trabalho sem sequência e continuidade, marcado pela improvisação e pela falta de recursos financeiros na formação e preparação dos atletas. Finalmente, dispusemos de algumas informações que auxiliaram em um conhecimento mais realista deste esporte o que, por conseguinte, poderá auxiliar na tomada de decisões para o seu desenvolvimento tanto em nível nacional como internacional.

Palavras-Chaves: Ginástica artística; Competição; Esportes-Administração; Condições econômicas; Arbitragem.

OLIVEIRA, M. S. **The panorama of Brazilian men's artistic gymnastics: a historical-critical approach of the period 2005-2008.** 2010. 270 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ABSTRACT

It was possible to observed in recent years, a significant improvement in the international results of Brazilian gymnastics. Despite this perceptible progress, it is difficult to evaluate, objectively, the level of development of this competitive sport in to Brazilian Sport scenario. There are few data available for this Sport, revealing a lack of research who enable a careful and precise analysis of the issues who surround the development of this Sport. Thus, the aim of this study was to describe the panorama of Brazilian men's Artistic Gymnastics (MAG) in the last Olympic cycle (2005-2008), with emphasis in the following dimensions: competitive, economic, organizational and infrastructure. To reach our purpose, we analyzed the current situation of the gymnastic states federations affiliated to the Brazilian Gymnastics Confederation (CBG), as well as a detailed analysis of various other aspects such as: number and quality of the gymnasts who are affiliated in the states federations; number of Brazilian gymnasts participants in the national and international level; number of Brazilian judges and their classification according to FIG; number of affiliated clubs and their distribution in national territory; the funding for this Sport in Brazil; among other aspects. Methodologically we did a bibliographic and documentary research followed by a field study consisting of a questionnaire sent to the gymnastics federations, and interviews with gymnasts, coaches, judges and officials. This study reveal, with greater details, the status of Brazilian MAG in this period, showing the developments and also allowing a prognostication of the most important problems, as well as the future trends of this Sport. We found that although significant advances have occurred in the financial, organizational and infrastructure available for the sport, some problems remain as a characteristic of an amateur sport. This is characterized by the implementation of projects without sequence and continuity, marked by improvisation and a lack of financial resources to support the training and preparation of gymnasts. We believe that this study has information which can help with a more realistic knowledge of this Sport in Brazil. This understanding can assist the development of Brazilian MAG in the international e national levels.

Keywords: Gymnastics; Competition; Sports-Management; Economic conditions; Arbitration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Bravo Brazil	34
Figura 2	Jade Barbosa: another milestone for Brazil	34
Figura 3	A ginasta Daiane dos Santos na capa da revista de maior circulação no Brasil demonstrando a inserção da modalidade na sociedade	35
Figura 4	Elemento Duplo Twist Carpado “ <i>dos Santos</i> ” realizado pela primeira vez na GAF pela atleta Daiane dos Santos	36
Figura 5	Organização esportiva da ginástica brasileira	56
Figura 6	Daiane dos Santos treinando no Centro Treinamento de Curitiba	59
Figura 7	Mapa das federações estaduais de ginástica	60
Figura 8	O ginasta Victor Rosa executando sua série de paralelas	104
Figura 9	Vitor Camargo disputando a prova de argolas	107
Figura 10	Arthur Zanetti executando uma <i>maltesa</i>	108
Figura 11	Diego Hypolito na prova de solo	117
Figura 12	Luis Augusto dos Anjos nos JP de 2007	118
Figura 13	Danilo Nogueira na prova de argolas	121
Figura 14	Diego Hypólito executando seu salto na Competição I dos JO de Pequim 2008	122
Figura 15	Sergio Sasaki na prova de cavalo com alças	124
Figura 16	Mosiah Rodrigues executando um <i>Ginger</i> na barra fixa	125
Figura 17	O árbitro brasileiro Gilberto Pantiga Jr. na banca de arbitragem das argolas nos JO de Atenas 2004	135
Figura 18	Distribuição dos árbitros internacionais de acordo com o estado de origem	137
Figura 19	Distribuição nacional das 25 equipes participantes das competições analisadas no período de 2005-2008	143
Figura 20	Mapa com a distribuição dos Centros de Excelência Jovem Promessa da Ginástica	166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Percentual dos clubes de origem dos que competiram internacionalmente pelo Brasil no período de 2005-2008	127
Gráfico 2	Percentual dos estados de origem dos ginastas que competiram internacionalmente pelo Brasil	127
Gráfico 3	Percentual de origem dos árbitros internacionais no ciclo 2006-2008	138
Gráfico 4	Distribuição do montante adquirido pelo COB através da Lei Agnelo/Piva ..	149
Gráfico 5	Variação do repasse financeiro da Lei Agnelo/Piva 2005-2008	158
Gráfico 6	Percentual da aplicação dos recursos da Lei Agnelo/Piva nos anos de 2006, 2007 e 2008 pela CBG	159
Gráfico 7	Percentual dos contemplados com o Bolsa atleta na GA entre os anos de 2005-2008	163
Gráfico 8	Utilização dos recursos advindos do patrocinador oficial da CBG no ano de 2008	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Categorias masculinas da GA	72
Quadro 2	Estados representados nos Campeonatos Brasileiros pré-infantis	78
Quadro 3	Estados representados no Campeonato Brasileiro Infantil B	83
Quadro 4	Estados representados no Campeonato Brasileiro infantil A	89
Quadro 5	Estados representados no Campeonato Brasileiro infanto-juvenil	95
Quadro 6	Estados representados no Campeonato Brasileiro Juvenil	101
Quadro 7	Estados representados no Campeonato Brasileiro adulto	111
Quadro 8	Categorias e requerimentos para obtenção e manutenção dos <i>brevets</i> de árbitro da FIG	132
Quadro 9	Ações realizadas com a verba da Lei Agnelo/Piva no ano de 2005 ..	151
Quadro 10	Ações realizadas pela CBG com a verba da Lei Agnelo/Piva no ano de 2006	152
Quadro 11	Ações realizadas pela CBG com a verba da Lei Agnelo/Piva no ano de 2007	154
Quadro 12	Ações realizadas com a verba da Lei Agnelo/Piva no ano de 2008 ..	156
Quadro 13	Patrocínios individuais dos ginastas Jade Barbosa, Diego Hypólito e Daiane dos Santos	168
Quadro 14	Municípios da região metropolitana de Campinas que possuem programas de GA competitiva	171
Quadro 15a	Resultados da pesquisa de campo referentes à organização da modalidade	180
Quadro 15b	Resultados da pesquisa de campo referentes à organização da modalidade	180
Quadro 16a	Resultados da pesquisa de campo referentes às competições	193
Quadro 16b	Resultados da pesquisa de campo referentes às competições	193
Quadro 17a	Resultados da pesquisa de campo referentes ao Comitê Técnico	213
Quadro 17b	Resultados da pesquisa de campo referentes ao Comitê Técnico	213
Quadro 18b	Resultados da pesquisa de campo referentes à formação profissional	216
Quadro 18b	Resultados da pesquisa de campo referentes à formação profissional	216
Quadro 19a	Resultados da pesquisa de campo referentes ao quadro financeiro ..	225
Quadro 19b	Resultados da pesquisa de campo referentes ao quadro financeiro ..	225
Quadro 20a	Resultados da pesquisa de campo referentes aos técnicos estrangeiros	239
Quadro 20b	Resultados da pesquisa de campo referentes aos técnicos estrangeiros	239

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Pré-Infantil de 2005	73
Tabela 2	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Pré-Infantil de 2006	74
Tabela 3	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Pré-Infantil de 2007	74
Tabela 4	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Pré-Infantil de 2008	75
Tabela 5	Número de atletas participantes nos Campeonatos Brasileiros Pré-infantis	75
Tabela 6	Número de ginastas no Campeonato Nacional Estrelas do Futuro na categoria 10 anos	76
Tabela 7	Número de equipes participantes na categoria Pré-infantil do Campeonato Brasileiro	77
Tabela 8	Número de clubes/associações que participaram da Competição IV do Campeonato Brasileiro pré-infantil	77
Tabela 9	Quadro de medalhas da categoria Pré-infantil 2005-2008	78
Tabela 10	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infantil B de 2005	79
Tabela 11	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infantil B de 2006	79
Tabela 12	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infantil B de 2007	80
Tabela 13	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infantil B de 2008	80
Tabela 14	Número de atletas participantes no Campeonato Brasileiro infantil B	81
Tabela 15	Número de ginastas americanos participantes do Campeonato Nacional do Programa Estrelas do Futuro nas categorias de 11 e 12 anos	81
Tabela 16	Número de instituições participantes do Campeonato Brasileiro infantil B	82
Tabela 17	Número de clubes/associações participantes da competição IV no Campeonato Brasileiro infantil B	82
Tabela 18	Quadro de medalhas da categoria Infantil B 2005-2008	83
Tabela 19	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infantil A de 2005	84
Tabela 20	Distribuição das medalhas da Competição III do Campeonato Brasileiro Infantil A de 2005	84
Tabela 21	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infantil A de 2006	85
Tabela 22	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infantil A de 2007	85
Tabela 23	Distribuição das medalhas da Competição III do Campeonato Brasileiro Infantil A de 2007	86

Tabela 24	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infantil A de 2008	86
Tabela 25	Distribuição das medalhas da Competição III do Campeonato Brasileiro Infantil A de 2008	87
Tabela 26	Número de ginastas participantes no Campeonato Brasileiro Infantil A 2005-2008	87
Tabela 27	Número de ginastas participantes nos campeonatos nacionais alemães (13 e 14 anos)	88
Tabela 28	Número de clubes/associações participantes da Competição IV no Campeonato Brasileiro infantil A	88
Tabela 29	Número de instituições participantes do Campeonato Brasileiro infantil A	89
Tabela 30	Quadro de medalhas da categoria Infantil A 2005-2008	89
Tabela 31	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infanto-juvenil de 2005	90
Tabela 32	Distribuição das medalhas da Competição III do Campeonato Brasileiro Infanto-juvenil 2005	90
Tabela 33	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infanto-juvenil de 2006	91
Tabela 34	Divisão das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Infanto-Juvenil de 2006	91
Tabela 35	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infanto-juvenil de 2007	92
Tabela 36	Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Infanto-Juvenil de 2007	92
Tabela 37	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infanto-juvenil de 2008	93
Tabela 38	Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Infanto-Juvenil de 2008	93
Tabela 39	Número de clubes/associações participantes no Campeonato Brasileiro Infanto-juvenil	94
Tabela 40	Número de ginastas participantes no Campeonato Brasileiro infanto-juvenil	94
Tabela 41	Número de participantes no Campeonato Alemão Individual (15 e 16 anos)	94
Tabela 42	Número de clubes/associações participantes da competição IV do Campeonato Brasileiro infanto-juvenil	95
Tabela 43	Quadro de medalhas da categoria Infanto-juvenil 2005-2008	96
Tabela 44	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Juvenil de 2005	96
Tabela 45	Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Juvenil de 2005	97
Tabela 46	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Juvenil de 2006	97
Tabela 47	Distribuição dos ginastas na Competição II do Campeonato Brasileiro Juvenil 2006	97

Tabela 48	Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Infanto-Juvenil de 2006	98
Tabela 49	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Juvenil de 2007	98
Tabela 50	Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Infanto-Juvenil de 2007	99
Tabela 51	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Juvenil de 2008	99
Tabela 52	Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Juvenil de 2008	100
Tabela 53	Número de ginastas participantes no Campeonato Brasileiro Juvenil	101
Tabela 54	Número de ginastas participantes no Campeonato Alemão 17-18 anos	101
Tabela 55	Número de clubes/associações participantes do Campeonato Brasileiro Juvenil	102
Tabela 56	Número de clubes/associações que participaram da Competição IV do Campeonato Brasileiro Juvenil	102
Tabela 57	Quadro de medalhas da categoria Juvenil 2005-2008	103
Tabela 58	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Adulto de 2005	104
Tabela 59	Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Adulto de 2005	105
Tabela 60	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Adulto de 2006	106
Tabela 61	Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Adulto de 2006	106
Tabela 62	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Adulto de 2007	107
Tabela 63	Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Adulto de 2007	109
Tabela 64	Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Adulto de 2008	109
Tabela 65	Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Adulto de 2008	110
Tabela 66	Número de instituições participantes do Campeonato Brasileiro Adulto	111
Tabela 67	Número de instituições participantes da competição por equipes no Campeonato Brasileiro Adulto	112
Tabela 68	Número de atletas participantes no Campeonato Brasileiro Adulto ...	112
Tabela 69	Número de ginastas atuantes na categoria adulta em diferentes países	113
Tabela 70	Quadro de medalhas da categoria Adulta (2005-2008)	114
Tabela 71	Resultado dos ginastas brasileiros na Copa do Mundo de São Paulo (2005)	115
Tabela 72	Resultados da Copa do Mundo de Moscou 2006	119
Tabela 73	Resultados da Copa do Mundo de Paris 2007	120
Tabela 74	Classificação dos ginastas brasileiros nas finais dos JP de 2007	120

Tabela 75	Resultados da Copa do Mundo de Glasgow 2008	123
Tabela 76	Distribuição, de acordo com o clube de origem, dos ginastas brasileiros que competiram internacionalmente	126
Tabela 77	Classificação das Falhas de Execução	131
Tabela 78	Percentagens mínimas do curso realizado em Curitiba (2009)	133
Tabela 79	Distribuição dos árbitros brasileiros internacionais nas categorias da FIG no ciclo 2006-2008	136
Tabela 80	Número de ginastas participantes nos Campeonatos Brasileiros no período de 2005-2008	139
Tabela 81	Quadro de medalhas 2005-2008	145
Tabela 82	Lei Agnelo/Piva 2005	151
Tabela 83	Lei Agnelo/Piva 2006	152
Tabela 84	Aplicação dos recursos da Lei Agnelo/Piva pela CBG no ano de 2006	153
Tabela 85	Lei Agnelo/Piva 2007	154
Tabela 86	Aplicação dos recursos da Lei Agnelo/Piva pela CBG no ano de 2007	155
Tabela 87	Lei Agnelo/Piva 2008	156
Tabela 88	Aplicação dos recursos da Lei Agnelo/Piva pela CBG no ano de 2008	157
Tabela 89	Repasso da Lei Agnelo/Piva 2005-2008	158
Tabela 90	Categorias e valores do programa Bolsa Atleta	162
Tabela 91	Número de ginastas beneficiados com o programa Bolsa Atleta	163
Tabela 92	Número de atletas contemplados e a receita financeira do programa bolsa atleta 2005-2008	164
Tabela 93	Valores repassados pelos patrocinadores da CBV, CBAT e CBG	167
Tabela 94	Municípios da região metropolitana de Campinas que oferecem aulas de GA competitiva	170

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AABB-SP	Associação Atlética Banco do Brasil de São Paulo
ABLUGO	Associação Blumenauense de Ginástica Olímpica
AGITH	Associação de Ginástica Di Thiene
AGOP	Associação de Ginástica Olímpica Piracicabana
AGOSC	Associação de Ginástica Olímpica de Santa Catarina
AIG	Associação Itajaiense de Ginástica
ALG	Associação Londrinense de Ginástica
ASA	Associação Desportiva Amigos Sempre Amigos
BFC	Brasil Futebol Clube
CBAT	Confederação Brasileira de Atletismo
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CBG	Confederação Brasileira de Ginástica
CBV	Confederação Brasileira de Vôlei
CGP	Centro de Ginástica do Pará
CM	Campeonato Mundial
CND	Conselho Nacional de Desportos
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
CONFEF	Conselho Federal de Educação Física
CP	Código de Pontuação
CPB	Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB)
CRF	Clube de Regatas do Flamengo
CT	Comitê Técnico
DTB	Deutsche Turner-Bund (German Gymnastics Association)
ECP	Esporte Clube Pinheiros
FAG	Federação Amazonense de Ginástica
FAGIN	Federação Alagoana de Ginástica
FBG	Federação Baiana de Ginástica
FCG	Federação Catarinense de Ginástica
FDP	Federação de Desportos Paranaense

FEF	Faculdade de Educação Física
FEG	Federação Européia de Ginástica (FEG)
FESG	Federação do Espírito Santo de Ginástica
FGERJ	Federação de Ginástica do Estado do Rio de Janeiro
FGP	Federação de Ginástica de Portugal
FGSC	Federação de Ginástica de Santa Catarina
FIG	Federação Internacional de Ginástica
FPH	Federação Paulista de Halterofilismo
FPGH	Federação Paulista de Ginástica e Halterofilismo
FPRG	Federação Paranaense de Ginástica
FRG	Federação Riograndense de Ginástica (FRG)
FPG	Federação Paulista de Ginastica
FUTEL	Fundação Uberlandense de Turismo, Esporte e Lazer
GA	Ginástica Artística
GACRO	Ginástica Acrobática
GAE	Ginástica Aeróbica
GAF	Ginástica Artística Feminina
GAM	Ginástica Artística Masculina
GG	Ginástica Geral
GNU	Grêmio Náutico União
GR	Ginástica Rítmica
GT	Ginástica de Trampolins
JGA	Japan Gymnastics Association
JO	Jogos Olímpicos
JP	Jogos Pan-americanos
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MESC	Movimento de Expansão Social e Católica
MTC	Minas Tênis Clube
PMVR	Prefeitura Municipal de Volta Redonda
PSB	Partido Socialista Brasileiro
SAGDF	Sociedade Amigos da Ginástica do Distrito Federal
SEJESP	Secretaria da Juventude Esporte e Lazer de Pindamonhangaba

SGJ	Sociedade Ginástica Joinville
SOGIPA	Sociedade Ginástica de Porto Alegre
STJD	Superior Tribunal de Justiça Desportiva
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USAG	United States of America Gymnastics

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	33
1.2. OBJETIVOS	40
1.2.1. OBJETIVOS GERAIS	40
1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	41
1.3. JUSTIFICATIVA	42
2. METODOLOGIA	45
2.1. LEVANTAMENTO DOS DADOS	46
2.1.1. Documentação Indireta	46
2.1.2. Documentação Direta	46
2.2. ESTUDO PILOTO	48
2.3. SUJEITOS	49
2.4. ANÁLISE DOS DADOS	50
2.5. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	51
3. A ORGANIZAÇÃO DA GINÁSTICA ARTÍSTICA BRASILEIRA	53
3.1. A ORGANIZAÇÃO ESPORTIVA BRASILEIRA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GINÁSTICA ARTÍSTICA NO BRASIL	53
3.2. A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE GINÁSTICA (CBG)	57
3.3. AS FEDERAÇÕES ESTADUAIS	60
3.3.1. Apresentação e análise dos questionários	61
3.3.1.1. Federação Amazonense de Ginástica	61
3.3.1.2. Federação Baiana de Ginástica	62
3.3.1.3. Federação do Espírito Santo de Ginástica	63
3.3.1.4. Federação de Ginástica de Santa Catarina	63
3.3.1.5. Federação de Ginástica do Estado do Rio de Janeiro	64
3.3.1.6. Federação de Ginástica do Mato Grosso do Sul	65
3.3.1.7. Federação Mineira de Ginástica	66

3.3.1.8. Federação Paraibana de Ginástica	66
3.3.1.9. Federação Paulista de Ginástica	67
3.3.1.10. Federação Riograndense de Ginástica	68
3.3.1.11. Demais Federações	69
4. O PANORAMA COMPETITIVO DA GINÁSTICA ARTÍSTICA MASCULINA BRASILEIRA	71
4.1. COMPETIÇÕES NACIONAIS	72
4.1.1. Categoria pré-infantil	73
4.1.2. Categoria Infantil B	78
4.1.3. Categoria Infantil A	83
4.1.4. Categoria Infanto-juvenil	90
4.1.5. Categoria Juvenil	96
4.1.6. Categoria Adulto	103
4.2. COMPETIÇÕES INTERNACIONAIS	115
4.3. O PANORAMA DA ARBITRAGEM DA GINÁSTICA ARTÍSTICA MASCULINA NO BRASIL	128
4.3.1. Os árbitros e o Julgamento na Ginástica Artística Masculina	129
4.3.2. Arbitragem no Brasil	134
4.3.3. O quadro da arbitragem brasileira no ciclo 2005-2008	136
4.4. ANÁLISE GERAL	139
5. O PANORAMA FINANCEIRO DA GINÁSTICA ARTÍSTICA MASCULINA BRASILEIRA	147
5.1. A LEI AGNELO/PIVA	148
5.2. A LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	160
5.3. BOLSA ATLETA	161
5.4. PATROCÍNIOS	164
5.5. O INVESTIMENTO DOS CLUBES	169
5.6. APOIO PÚBLICO MUNICIPAL E ESTADUAL	170
5.7. ANÁLISE GERAL	173

6. O PANORAMA DA GINÁSTICA ARTÍSTICA MASCULINA BRASILEIRA NA VISÃO DOS SUJEITOS	177
6.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS SUJEITOS	177
6.2. AS CATEGORIAS E A ANÁLISE DOS CONTEÚDOS EXTRAÍDOS	179
6.2.1. Organização da Modalidade	180
6.2.2. Aspectos das Competições	193
6.2.3. Comitê Técnico	213
6.2.4. Formação Profissional	216
6.2.5. Quadro Financeiro	225
6.2.6. Técnicos Estrangeiros	239
CONSIDERAÇÕES FINAIS	243
Referências Bibliográficas	251
Anexos	263

1. INTRODUÇÃO

A Ginástica Artística (GA) é uma modalidade esportiva tradicional e secular. Segundo Arkaev e Suchlin (2004), a Federação Internacional Ginástica (FIG) foi fundada em Liege, na Bélgica, em 23 de julho de 1881, tornando-se a organização esportiva internacional mais antiga do mundo. Ainda de acordo com estes autores, ao longo destes mais de 100 anos, a modalidade tem feito avanços colossais se compararmos os exercícios realizados nos primórdios deste esporte com os executados na atualidade.

Apesar de todo este progresso, favorecido pela evolução dos conhecimentos de treinamento e pelo desenvolvimento tecnológico dos aparelhos, os princípios de avaliação e composição das séries permaneceram tradicionais desde a institucionalização deste esporte (ARKAEV; SUCHLIN, 2004). A busca pela originalidade, o risco, a dificuldade e a qualidade de execução continuaram a ser os parâmetros básicos que orientaram a modalidade.

No Brasil, a GA pode ser considerada como um dos esportes que mais cresceu e se desenvolveu nos últimos anos. Trata-se de uma modalidade que se enquadra no contexto esportivo mencionado por Marchi Júnior (2002, p. 77) no qual este autor considera o esporte como *uma das manifestações culturais que, marcadamente, mais têm apresentado evoluções e transformações, sejam elas de ordem técnica ou referentes à forma de exposição e absorção pela sociedade.*

Segundo Bortoleto (2000, p. 18), durante a década de 90 foi possível observar que *a modalidade passou a atrair um número maior de praticantes, de profissionais, técnicos estrangeiros, principalmente do leste europeu, permitindo o intercâmbio internacional de técnicos e atletas, conseqüentemente aumentando a qualidade do trabalho realizado no Brasil.* Como consequência disso, observamos uma progressão expressiva nos resultados competitivos internacionais, principalmente a partir de 2001, quando deixamos de ser um país participante para obter o status de favorito em alguns eventos do cenário internacional.

O substancial incremento nas conquistas internacionais dos ginastas brasileiros que incluem medalhas em diferentes etapas da Copa do Mundo, nos Jogos Pan-americanos e também nos Campeonatos Mundiais, serviu como propulsor para uma maior divulgação da GA

na mídia e, conseqüentemente, possibilitou um maior reconhecimento da modalidade e de seus ídolos pela sociedade (CARVALHO, 2007).

Apesar disso, será que o desenvolvimento da modalidade, em todos seus aspectos de organização, infraestrutura e econômicos, acompanharam esta progressão dos resultados observada no âmbito internacional? Até que ponto estas medalhas representam um avanço real para o esporte no país?

Hoje nossos atletas figuram entre os melhores do mundo e recebem o reconhecimento da comunidade internacional da Ginástica (Figura 1 e 2). Nacionalmente, os ginastas brasileiros também conquistaram honrarias como o Prêmio Brasil Olímpico oferecido pelo Comitê Olímpico Brasileiro¹ (CBG, 2009c).

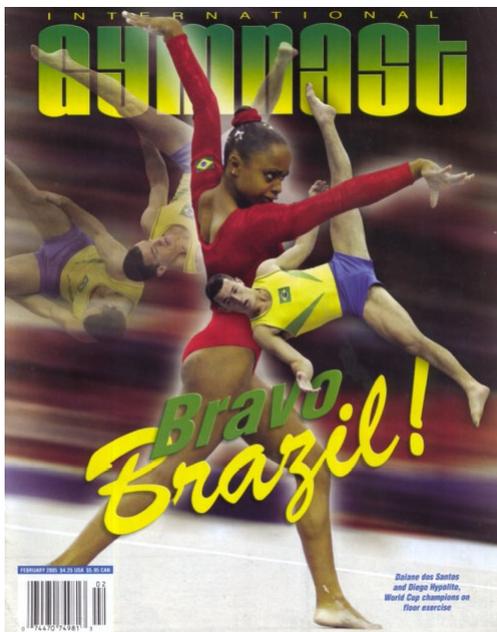


Figura 1 – Bravo Brazil. Fonte: International Gymnast (2005)



Figura 2 – Jade Barbosa: another milestone for Brazil. Fonte: International Gymnast (2007).

¹ A GA foi contempla com o prêmio Brasil Olímpico desde 2002 quando Daniele Hypólito venceu a categoria de melhor atleta feminina do ano. Nos anos de 2003 e 2004, foi a vez da ginasta Daiane do Santos de receber esta honraria. Em 2005, o técnico Oleg Ostapenko foi eleito o técnico do ano. Laís Souza foi eleita a melhor atleta feminina no ano de 2006 e em 2007, Jade Barbosa recebeu este prêmio. Renato Araújo, técnico de Diego Hypólito, recebeu o prêmio de melhor treinador no ano de 2009.

Nomes como Jade Barbosa, Daiane dos Santos e os irmãos Hypólito são conhecidos nacionalmente e frequentam os diferentes meios de comunicação com certa regularidade (Figura 3).



Figura 3 – A ginasta Daiane dos Santos na capa da revista de maior circulação no Brasil demonstrando a inserção da modalidade na sociedade. Revista Veja (2009).

Neste sentido da popularidade e da repercussão em âmbito nacional da modalidade, Lopes (2009) relata que a maioria dos brasileiros não sabia, até pouco tempo atrás, o que significava uma *parada de mãos*. Porém, na atualidade, parece que esta situação vem modificando-se rapidamente, permitindo que muitas pessoas saibam identificar este elemento, bem como, o famoso *duplo twist carpado*, mais conhecido pelo nome “dos Santos” (Figura 4).

4.605 - F -
Double arabian salto piked

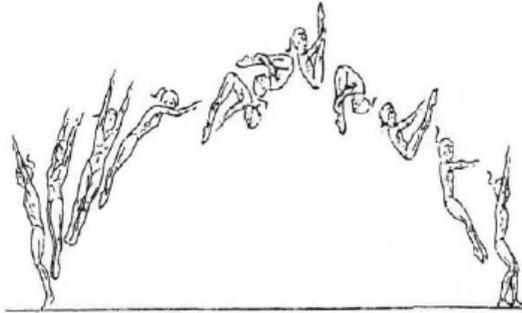


Figura 4 – Elemento Duplo Twist Carpado “*dos Santos*” realizado pela primeira vez na GAF pela atleta Daiane dos Santos. Fonte: FIG (2009e).

Paralelamente a isso, a nova conjuntura econômica esportiva do Brasil, impulsionada principalmente com os recursos da Lei Agnelo/Piva, exerceu influência para que estas transformações ocorressem na modalidade. O aumento dos repasses públicos para a Confederação Brasileira de Ginástica (CBG) e a conquista de patrocinadores específicos destinados a entidade e para alguns atletas de destaque no país possibilitaram a aquisição de uma melhor infraestrutura e, também, o planejamento e a implementação de projetos que visavam o desenvolvimento da GA a longo prazo. Aqui caberia outro questionamento: em que medida o incremento nos investimentos modificou a estrutura organizacional, política e também na prática da modalidade?

Embora seja possível observar que há uma maior popularização da modalidade na sociedade e os resultados competitivos demonstrem um determinado avanço no desenvolvimento técnico deste esporte, não há estudos que reúnam e analisem os dados da modalidade de forma sistemática e rigorosa, impedindo a descrição do real panorama vivido pela GA brasileira. Esta situação dificulta o planejamento e o prosseguimento dessas políticas a médio e longo prazo, e possivelmente impedirá logros ainda maiores no futuro.

Nunomura (2005) afirma que apesar da melhora dos resultados competitivos da GA nos últimos anos, especialmente no cenário internacional, não é possível observar um significativo aumento na produção acadêmica da área. Assim, faltam pesquisas que contemplem a GA brasileira e que possam fornecer informações a respeito do verdadeiro desenvolvimento no país. Novamente nos deparamos com a escassez de estudos que analisem a popularidade

adquirida pela modalidade, sua organização clubística e federativa, o real número de praticantes e de clubes, a qualificação dos profissionais envolvidos e a infraestrutura disponível para este esporte. Consideramos que é possível que alguns destes aspectos não tenham acompanhado a melhora dos resultados competitivos, escondendo problemas que certamente serão revelados no futuro. Manhães (2002, p. 81) afirma que

quando o esporte faz preponderar o resultado, as marcas, sobre o processo, sobre o volume de prática por ele responsável [...] dá-se espaço ao artificialismo e à reificação dos resultados, se considerarmos que o possível sucesso desportivo de alguns atletas de elite pode não corresponder ao desenvolvimento real da sua modalidade no país.

Tampouco sabemos, do ponto de vista científico, se o Brasil é realmente uma potência emergente na modalidade ou se estes resultados expressivos recentes são reflexo de um melhor aproveitamento de um seleto grupo de ginastas talentosos que representaram o Brasil nos eventos internacionais neste período, ou mesmo se há uma crise internacional dos países tradicionais que tem permitido outras nações alcançarem resultados importantes (TIMOFTE, 2008; OXLEY, 2008; TURNER, 2009).

Embora autores como Baptista et al (1997), Bortoleto (2000) e Nunomura (2001) relatem que seja provável o aumento no número de praticantes nos clubes, escolas e academias fica a dúvida se esse crescimento é real para a modalidade uma vez que nenhum destes estudos tratou de forma específica e ampla este panorama nacional da GA. Também não é possível afirmar, até o momento, que está havendo um processo sólido de renovação dos ginastas de alto rendimento que representarão nosso país num futuro próximo, uma vez que os resultados mais expressivos foram conquistados por ginastas veteranos que estão próximos ao término de sua carreira esportiva.

Diferentemente da CBG, podemos citar como exemplos, a Federação Americana de Ginástica (USAG) e a Federação de Ginástica de Portugal (FGP) que disponibilizam suas estatísticas de forma pública e regular para a sociedade, o que permite um acompanhamento mais transparente e realista da modalidade. E no Brasil, quantos ginastas possuímos na atualidade? Quantos destes lograram participar de competições de nível nacional ou internacional? Em quantos ginastas confiamos o futuro das nossas seleções?

Respeitadas as devidas diferenças existentes entre nossa realidade e as dos EUA e de Portugal, podemos notar que o simples fato de não termos a disposição informações que nesses países são tão acessíveis já é sintoma suficiente de um problema que merece mais atenção

A partir do nosso ponto de vista, essas informações disponibilizadas de forma pública e transparente possibilitam observar, avaliar e comparar o quadro em que se encontrava a GA nesses países ano a ano, tornando possível estabelecer ações fundamentadas em dados fidedignos. Logo questionamos: e a GA brasileira, em quais fatores estão sendo pautadas nossas decisões estratégicas, políticas e de investimento?

Desde a realização do meu trabalho de conclusão de curso em 2007, ampliado a partir da realização de uma pesquisa de iniciação científica concluída em 2008, várias inquietações relacionadas a atual conjuntura da GAM brasileira motivaram-me a continuar investigando nesse campo. Ao longo da minha carreira como ginasta competitivo e treinador, pude presenciar vários aspectos que indicavam a deficiência e a fragilidade da modalidade no Brasil, motivando a realização desta pesquisa. Como diria Minayo et al (1994), uma investigação começa a partir do momento que se possui um problema, uma inquietação, um motivo que justifique a sua realização. A nossa foi, sem dúvida, a dificuldade de conhecer a situação em que se encontrava a GAM brasileira no último ciclo olímpico.

A opção de centralizar o nosso estudo neste recorte histórico foi motivada pela contemporaneidade e pelas importantes conquistas da GAM neste período de 2005-2008. Apesar desta delimitação temporal, iremos buscar em outros períodos as respostas para a atual conjuntura da modalidade já que sabemos que o presente possui, na sua essência, condicionantes estabelecidas no passado. O tempo destinado para as pesquisas de mestrado também exerceu influência nesta decisão do recorte histórico e pela abordagem específica da categoria masculina.

Partimos de uma hipótese de trabalho de que os recentes e expressivos resultados internacionais obtidos pelos ginastas brasileiros, não condizem com a realidade da modalidade, isto é, não são fruto de condições excelentes de organização federativa, infraestrutura, quantidade de clubes ativos, entre outros, mas sim de um exímio aproveitamento de talentos individuais. Assim, é possível que estes resultados e sua repercussão midiática, escondam uma realidade não compatível com o esperado para esportes de alto rendimento ou mesmo com as condições de países considerados potências neste esporte como: EUA, Japão e

China. De fato, nos faltam informações rigorosas e objetivas que corroborem ou não esta afirmação.

Visando responder aos questionamentos elencados, e considerando os limites que toda investigação possui, pretendemos com este estudo descrever o panorama² da Ginástica Artística Masculina (GAM) competitiva a partir de um estudo histórico-crítico do ciclo olímpico 2005-2008.

Trata-se de um estudo histórico-crítico, pois acreditamos que somente pela percepção e compreensão da realidade da GAM será possível agir sobre ela e transformá-la. O homem deve conhecer para transformar e este conhecimento só tem sentido quando revela as alienações e as misérias questionando criticamente os determinantes históricos visando revelar as contradições que potencializam uma ação transformadora. Nas palavras de Saviani (1991), partiremos do empírico (realidade imediata, aparente) e empreenderemos abstrações (reflexões, teorias) para chegar ao concreto (a realidade pensada, compreendida).

Para atingir o objetivo proposto da pesquisa, optamos por uma abordagem qualitativa que consistiu numa análise bibliográfica e documental, seguida por uma pesquisa de campo constituída por um questionário, enviado às federações estaduais, e entrevistas com especialistas (ginastas, técnicos, árbitros e dirigentes) de renome nacional na GAM.

O produto final da pesquisa será resultante do processo de articulação entre os dados objetivos e a interpretação dos mesmos com base na realidade do fenômeno estudado. O todo, lido e interpretado, foi constituído por diferentes variáveis que adquiriram sentido à medida que foram identificados como pertencentes a essa totalidade (GAMBOA, 1998).

O texto da dissertação foi organizado em seis capítulos, além da introdução (Capítulo 1) e das considerações finais.

No Capítulo 2, apresentamos a metodologia utilizada no trabalho explicitando a abordagem escolhida, as técnicas de coleta dos dados, a população da pesquisa e a forma de análise e organização dos conteúdos.

O Capítulo 3 trata da organização esportiva da GA no Brasil desde os primórdios até os dias atuais, analisando a organização interna da CBG e das Federações estaduais.

² Segundo o Dicionário Enciclopédico Ilustrado Larousse (2007), dentre as acepções da palavra panorama, encontramos a seguinte definição: um estudo completo sobre um determinado assunto. O Novo Dicionário Aurélio (1990), completa essa definição ao dizer que panorama é uma observação de um assunto em toda a sua amplitude.

No Capítulo 4 discutimos a dimensão competitiva da GAM brasileira analisando: os resultados competitivos nacionais e internacionais, o número de atletas e equipes participantes nos campeonatos brasileiros, o panorama da arbitragem da GAM, a inserção e a representatividade dos estados nas competições.

No Capítulo 5 investigamos o quadro financeiro da GA brasileira contemplando os seguintes aspectos: Patrocínios, Lei Agnelo/Piva, Lei de Incentivo ao Esporte, Programa Bolsa Atleta, apoio dos Clubes e o respaldo público municipal e estadual.

No Capítulo 6, apresentamos os dados coletados nas entrevistas realizadas com os ginastas, treinadores, árbitros e dirigentes de renome na GAM brasileira contextualizando o panorama da modalidade segundo a visão destes sujeitos que atuam no alto rendimento do esporte.

Nas considerações finais, trazemos os principais aspectos desta problemática analisando e discutindo a conjuntura da GAM no Brasil no ciclo olímpico 2005-2008.

1.2. OBJETIVO

Pardinas (1986) apud Bortoleto (2004) relata que os objetivos da pesquisa são definidos a partir de questionamentos realizados no início da investigação. Para esse autor existem três tipos de questionamentos: descritivos, explicativos e prognósticos.

Em nosso caso, utilizamos questionamentos que permitiram descrever, e também realizar um prognóstico relativo do problema principal desta pesquisa.

1.2.1. Objetivo Geral

A partir da análise de diferentes indicadores da GAM brasileira no período compreendido entre 2005 e 2008, este estudo objetivou descrever o panorama desta modalidade

com ênfase nos aspectos organizacionais, competitivos, econômicos e de infraestrutura física e humana.

1.2.2. Objetivos Específicos

Com a intenção de organizar melhor o trabalho, o objetivo geral foi dividido em diferentes dimensões, que por sua vez, deram origem aos objetivos específicos:

- a) Dimensão organizacional:
 - Analisar a organização da GA brasileira.
 - Apresentar e discutir a organização interna da CBG e das federações estaduais.
 - Averiguar os projetos que organizam a modalidade no âmbito nacional (Projeto Jovem Promessa da Ginástica e a Seleção Permanente).
 - Verificar a quantidade de cursos organizados no país que visam a formação de técnicos e árbitros.

- b) Dimensão competitiva:
 - Analisar os resultados nacionais e internacionais da GAM brasileira.
 - Identificar o número de ginastas federados por estado e suas categorias.
 - Verificar a quantidade de participantes (ginastas e equipes) nos Campeonatos Brasileiros em todas as categorias.
 - Delinear e discutir o mapa das regiões onde se concentram as equipes participantes dos Campeonatos Brasileiros.
 - Determinar o número de ginastas que competiram internacionalmente pela equipe brasileira adulta.
 - Identificar o número de árbitros nacionais e internacionais.

- c) Dimensão econômica:

- Investigar o apoio de patrocinadores para a modalidade.
 - Apresentar e discutir a Lei de Incentivo ao Esporte verificando o montante recebido pela GAM ao longo do ciclo olímpico.
 - Apresentar e discutir a Lei Agnelo/Piva e a sua contribuição para a GAM.
 - Discutir o programa Bolsa Atleta apresentando o número de ginastas contemplados com este benefício.
 - Debater a situação dos clubes e o apoio que os mesmo fornecem ao desenvolvimento da categoria masculina da GA.
 - Ponderar sobre o apoio público municipal e estadual.
- d) Dimensão da infraestrutura:
- Analisar o Centro de Excelência de Curitiba.
 - Discutir a infraestrutura disponível nas competições e nos clubes.

1.3. JUSTIFICATIVA

Manhães (2002, p. 81), afirma *que o possível sucesso desportivo de alguns atletas de elite pode não corresponder ao desenvolvimento real da sua modalidade no país. A transformação que a GAM sofreu e vem sofrendo é um aspecto que deve ser cuidadosamente analisado baseado em fatos e dados objetivos e não apenas em resultados alcançados em competições internacionais.*

Conforme foi relatado anteriormente, faltam estudos que contemplem a categoria masculina da GA e que forneçam informações sobre o quadro em que ela se encontrava no Brasil nos últimos anos.

A GAM vem sendo, do ponto de vista científico, escassamente abordada, pois a maioria dos esforços acadêmicos se destina ao estudo da GAF. Dentre os trabalhos que contemplam a GAM, não constatamos nenhum que abordasse o panorama nacional da modalidade.

Este trabalho também se justifica considerando que, uma vez conhecidos os indicadores da GAM, poderemos planejar e organizar melhor esta modalidade visando o futuro a médio e longo prazo e facilitando o desenvolvimento de políticas de massificação e popularização deste esporte no Brasil.

Acreditamos também que a socialização das informações coletadas na pesquisa fornecerá subsídios para novos estudos e entendimentos que auxiliarão a GAM a se desenvolver e a se fortalecer no meio esportivo nacional. Definitivamente, concordamos com Geertz (1989) quando o autor afirma que a reflexão sistemática sobre um fenômeno conduz de uma maneira direta, a um entendimento mais detalhado do mesmo.

2. METODOLOGIA

Para reunir e analisar os diferentes dados acerca da GAM brasileira, com o objetivo central de descrever um panorama da modalidade no Brasil no período 2005-2008, optamos pela abordagem qualitativa.

A pesquisa qualitativa abrange [...] *um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis* (MINAYO 1994, p. 22). Segundo Oliveira (2001, p.117),

as pesquisas que se utilizam da abordagem qualitativa possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

Este método de pesquisa permite analisar o fenômeno como um todo sem perder de vista sua subjetividade e, principalmente, a percepção e a visão pessoal do pesquisador. A obtenção de dados descritivos, mediante o contato direto e interativo do pesquisador com a situação e o objeto de estudo, é característico deste método.

Ao longo do processo, o pesquisador torna-se um instrumento primordial na coleta e análise dos dados através dos quais procura compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação em estudo e, a partir daí, situar as suas interpretações sobre o fenômeno estudado.

Thomas e Nelson (2002, p.322) afirmam que [...] *a característica mais significativa da pesquisa qualitativa é o conteúdo interpretativo em vez de uma preocupação excessiva sobre o procedimento.*

2.1. LEVANTAMENTO DOS DADOS

Para o levantamento dos dados da pesquisa foram utilizadas as técnicas de documentação direta e indireta.

2.1.1. Documentação indireta

Lakatos e Marconi (1991) afirmam que a documentação indireta consiste no primeiro passo de qualquer pesquisa científica sendo realizada com o intuito de recolher informações prévias sobre o assunto de interesse. Este tipo de documentação pode ser realizado de duas formas: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica consistiu em selecionar, fichar e arquivar tópicos de interesse para o projeto a partir de informações, conhecimentos e dados que já tinham sido coletados por outras pessoas em pesquisas anteriores e demonstrados de diversas formas como livros, artigos, jornais, revistas e meios audiovisuais.

Na pesquisa documental procuramos fontes denominadas primárias que ainda não receberam um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaboradas de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 1999). Nesta etapa foram consultados relatórios oficiais e Leis.

2.1.2. Documentação direta

A documentação direta é constituída pelo levantamento de dados no próprio local onde o fenômeno ocorre. Os dados podem ser obtidos, segundo Lakatos e Marconi (1991), através de uma pesquisa de campo ou por meio de uma pesquisa de laboratório.

Neste estudo optamos pela pesquisa de campo que se apresentou como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e

estudar, mas também de criar um conhecimento partindo da realidade presente no campo (MINAYO, 1994).

Dentre os tipos de pesquisa de campo, optamos pelo estudo descritivo-exploratório que, de acordo com Lakatos e Marconi (1991), trata-se de uma pesquisa exploratória que visa descrever completamente um determinado fenômeno. Para isso, utilizamos duas técnicas: o questionário e a entrevista.

O questionário foi utilizado para coletar dados que pudessem complementar as informações adquiridas com a pesquisa bibliográfica e documental. O procedimento consistiu em contatar, via telefone, as 18 federações de ginástica elencadas na página de internet da CBG para, posteriormente, enviar um questionário através do meio eletrônico visando a coleta de dados preliminares acerca da GAM em cada um dos 17 estados mais o Distrito Federal.

Ludorf (2004) afirma que o questionário é um instrumento de pesquisa impessoal, pois normalmente é enviado ou entregue diretamente aos sujeitos que os respondem sem interagir com o aplicador. Neste caso, ele incluiu uma série de perguntas fechadas e abertas, escolhidas em torno do objetivo do estudo e que foram respondidas na forma escrita. O questionário³ foi validado pelo Grupo de Pesquisa em Ginástica da FEF/UNICAMP, com a participação de pelo menos três professores doutores.

Lakatos e Marconi (1991) relatam que uma das desvantagens deste instrumento de pesquisa é a pequena percentagem de retorno dos questionários respondidos. Segundo estas autoras, em média apenas 25% dos questionários enviados são devolvidos. Apesar deste empecilho, esse foi o método mais acessível para obter informações das diferentes federações espalhadas nas cinco regiões do país.

Seguindo com a proposta da pesquisa de campo, realizamos entrevistas com indivíduos que abarcaram diferentes formas de inserção no universo competitivo da GAM brasileira. Segundo Lakatos e Marconi (1991, p. 195) a entrevista consiste [...] *num encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional*. De acordo com Triviños (1987), dentre as diferentes abordagens de entrevistas, a semi-estruturada consiste num dos principais meios para a obtenção de dados na pesquisa qualitativa. Na opinião deste autor, este método de entrevista valoriza a presença do investigador e oferece aos sujeitos perspectivas para que eles

³ Ver Anexo I.

alcancem a liberdade e a espontaneidade necessárias tornando o processo de investigação enriquecedor.

Entendemos a entrevista semi-estruturada como

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (Triviños 1987, p 146).

Devemos ressaltar que as perguntas, previamente estabelecidas, serviram apenas como um roteiro de apoio ao pesquisador e, portanto, alguns questionamentos foram formulados ao longo da entrevista conforme requer este instrumento de consulta. Na opinião de Tura (2003, p. 199), nas

[...] entrevistas semi-estruturadas [...] não há uma sequência muito estandardizada nem um controle rígido da postura do entrevistador, o que permite que se mantenha uma comunicação mais livre entre o pesquisador e o entrevistado e que se realizam acertos de rota diante de situações inesperadas.

Este método possibilita que perguntas inicialmente formuladas possam ser substituídas dependendo dos resultados e evidências que o pesquisador obtém ao longo da abordagem. O objetivo principal das entrevistas foi obter informações que permitissem confrontar e complementar os dados coletados através dos outros meios utilizados possibilitando contextualizar o panorama na visão dos sujeitos.

2.2. ESTUDO PILOTO

Foi realizado um estudo piloto do roteiro das entrevistas com um especialista visando identificar possíveis falhas e a necessidade de ajustes. O pré-teste possibilitou melhorias e implementações neste instrumento de coleta de dados eliminando dúvidas ou dificuldade de interpretação. Para Gil (1996), o objetivo é avaliar o instrumento de coleta de dados e garantir que o objetivo seja atingido.

Lakatos e Marconi (1990) consideram o estudo piloto relevante para verificar se a fidedignidade (os resultados não podem depender do entrevistador), a validade (se os dados colhidos são aqueles necessários para a pesquisa) e a operatividade (se as perguntas são de fácil compreensão) do instrumento estão adequadas para o desenvolvimento da pesquisa.

2.3. SUJEITOS

A população do estudo foi constituída por nove sujeitos sendo dois ginastas, três técnicos, dois árbitros e dois dirigentes (um presidente de federação e um membro do CT nacional).

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a seleção dos sujeitos seguiu critérios externos como estratos sociais, funções e categorias onde o foco da investigação é a variedade de temas apresentados e a estrutura argumentativa utilizada (BAUER e AARTS, 2003 citados por LUDORF, 2004).

No caso da nossa investigação, os sujeitos foram escolhidos segundo o seu grau de importância e representatividade na esfera nacional da GAM competitiva. Os ginastas e técnicos foram selecionados dentre aqueles que integravam a seleção brasileira e que haviam obtido resultados nacionais e internacionais no ciclo olímpico analisado.

Os árbitros selecionados deveriam possuir o *brevet* internacional, no mínimo categoria 3 da FIG, e ter arbitrado pelo menos duas competições internacionais no ciclo 2005-2008. Com relação aos dirigentes, optamos por aqueles que estavam localizados nas federações que possuíam um grau mais elevado de desenvolvimento da modalidade masculina da GA, ou seja, as federações que tinham um maior número de competições, cursos e que abrangiam um maior contingente de ginastas atuando nas competições nacionais analisadas no estudo.

Duarte (2000) cita que a definição dos critérios segundo os quais serão selecionados os entrevistados que comporão o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado. A autora relata que a descrição e a delimitação da população base, ou seja, dos indivíduos a serem entrevistados, assim

como o seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituem um problema a ser imediatamente enfrentado, pois se trata da base sobre a qual grande parte do trabalho de campo será estabelecida.

Utilizaremos pseudônimos para preservar a identidade dos sujeitos devido às possíveis implicações políticas e administrativas dos assuntos abordados na pesquisa.

2.4. ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados coletados nas entrevistas, utilizaremos a Análise de Conteúdo conforme estabelece Bardin (1970) como técnica de organização e redução. Cabe recordar que a Análise de Conteúdo é entendida *como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens* (BARDIN, 1970 p. 38).

De acordo com a autora, os dados são codificados, classificados e categorizados tornando-se possível uma análise sobre as mensagens que emergem do conteúdo e que se referem aos pontos de interesse para a pesquisa.

Dentre as várias possibilidades de categorização, objetivamos uma análise temática que [...] *consiste em descobrir núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido* (BARDIN, 1970, p. 105).

Este procedimento permitirá a construção de quadros de resultados com o objetivo de condensar e revelar as informações fornecidas pela análise facilitando a inferência e a interpretação dos resultados de acordo com os objetivos estabelecidos (BARDIN, 1970).

A organização dos dados, atendendo as prerrogativas do método desenvolvido por Bardin, pode ser dividida em três etapas segundo Triviños (1987): pré-análise, descrição analítica e a interpretação inferencial.

Na pré-análise é realizada a organização do material com o objetivo de sistematizar as ideias iniciais visando estruturar um esquema de desenvolvimento do plano de análise. É nesse momento que ocorre a transcrição das informações, que nesse estudo serão

coletadas através de um gravador MP3, e quando o pesquisador tem o contato inicial com o material e traça suas primeiras impressões sobre as informações coletadas.

A segunda etapa é a exploração do material que ocorre de forma sistematizada tendo como base os procedimentos adotados na pré-análise. A codificação, classificação e a categorização dos dados ocorrem neste momento.

Concluindo os estágios da Análise de Conteúdo, a terceira etapa consiste na inferência e na interpretação do material coletado. Na inferência buscam-se as causas ou os antecedentes da mensagem e os efeitos e consequências dela.

O autor nos alerta para a necessidade de que ao longo da análise do material, *[...] o pesquisador não se restrinja apenas ao conteúdo manifesto dos documentos devendo aprofundar sua análise buscando desvelar seu conteúdo latente* (TRIVIÑOS, 1987, p.162).

2.5. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O projeto, bem como a sua metodologia, foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) recebendo parecer favorável para a sua realização. Número do documento: 238/2009.

3. A ORGANIZAÇÃO DA GINÁSTICA ARTÍSTICA BRASILEIRA

Para compreender a organização atual da GA brasileira é necessário entender o processo histórico da modalidade. O presente possui, no seu cerne, condicionantes estabelecidas no passado e devido a isto não poderíamos simplesmente analisar os fatos à luz das circunstâncias atuais.

Ao longo deste capítulo, contextualizaremos a trajetória da institucionalização e da organização da GA brasileira analisando a sua situação atual no país.

3.1. A ORGANIZAÇÃO ESPORTIVA BRASILEIRA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GINÁSTICA ARTÍSTICA NO BRASIL.

No Brasil, a Ginástica chegou com a colonização alemã na região sul aproximadamente a partir de 1824.

No ano de 1858 foi fundada a Sociedade Ginástica de Joinville, em Santa Catarina, sendo a entidade gímnica mais antiga da América do Sul (PUBLIO, 2002; SOARES, 1998). Tubino (1996) afirma que as famílias alemãs formaram núcleos onde mantinham os hábitos germânicos, entre os quais, a ginástica preconizada por Jahn.

Posteriormente a formação da Sociedade Ginástica de Joinville, surgiu em Porto Alegre, no ano de 1866, a Sociedade de Ginástica, que na década de 1890 deu origem à União de Ginastas (TESCHE, 2002). O mesmo autor relata que no início da Segunda Guerra Mundial, a União de Ginastas foi convertida na SOGIPA (Sociedade de Ginástica de Porto Alegre) entidade que, segundo Públio (2005), consistiu no “berço” da Ginástica Artística (GA) brasileira. Deste modo, sugere-se que o Rio Grande do Sul foi o primeiro estado a iniciar de forma oficial a prática da modalidade no Brasil.

Inicial e predominantemente, as práticas esportivas não possuíam organização sistematizada no Brasil, servindo apenas para o entretenimento dos associados dos clubes onde as suas preocupações sócio-esportivas eram constitutivamente amadoras (TREVISANI, 1997 apud BENELI et al, 2006). Segundo DaCosta (2006, p. 67), *os clubes esportivos e recreativos (ou Associações Desportivas, segundo a terminologia legal) constituíram a base do desenvolvimento dos esportes em geral no Brasil.*

O primeiro marco da organização da modalidade no Brasil surgiu no ano de 1895 quando foi fundada a Liga de Ginástica do Rio Grande do Sul que, segundo Públio (2006), foi a primeira entidade de organização desportiva com âmbito estadual instituída no Brasil e que serviu de exemplo para a fundação de outras entidades esportivas semelhantes. A Liga era responsável por organizar os concursos e campeonatos de ginástica de aparelhos. O primeiro Campeonato Aberto de Ginástica ocorreu nos dias 18 e 20 de abril de 1896 na cidade de Porto Alegre (PUBLIO, 2002).

Com a extinção da Liga, a ginástica do Rio Grande do Sul passou a ser organizada pelo Departamento de Ginástica da Federação Atlética Rio-Grandense (FARG). Devido a esta organização, o Rio Grande do Sul é considerado o primeiro estado a iniciar de forma oficial a prática da GA.

No estado de São Paulo, Tubino (1996) cita a União de Ginástica Alemã (*Deutscher Turnverein*) de 1888 como sendo um dos locais onde começou a ser praticada a ginástica preconizada por Jahn. Dois anos depois, em 1890, foi fundado o Clube Ginástico Paulista (*Deutsch Turnschaf*) que possuiu uma equipe atuante nos concursos e competições do início do século XX (PUBLIO, 2002).

Somente a partir de 1948, a ginástica paulista passou a ser administrada por um órgão estadual. Neste ano foi fundada a Federação Paulista de Ginástica e Halterofilismo. De acordo com Publio (2002), esta entidade foi desmembrada no ano de 1956 quando foi estabelecida, de forma independente, a Federação Paulista de Ginástica.

Anos mais tarde, mais precisamente em 1950, foi instituída a Federação Metropolitana de Ginástica no Rio de Janeiro. A ginástica carioca possuía as mesmas similaridades da ginástica praticada no RS e SP. O Clube Desportivo Ginástico (*Turnverein* Rio de Janeiro) de 1909 foi um dos precursores da prática da modalidade nesse estado.

Com o surgimento das federações, as associações e clubes passaram a ser organizados por esses órgãos que são entidades administrativas dos esportes no âmbito regional e estadual. Em 1951, as três federações de ginástica filiaram-se à Confederação Brasileira de Desportos (CBD) que era o órgão máximo esportivo no Brasil desde 1914 quando foi fundada sob a denominação de Federação Brasileira de Sport. Essa filiação, segundo Publio (2005), teve um caráter de oficialização da modalidade aqui no Brasil.

A CBD era responsável pela regulamentação e acompanhamento de todas as federações esportivas de diversas modalidades. Desde o ano de 1941, durante o Estado Novo, a CBD passou a ser orientada pelo Conselho Nacional de Desportos (CND). Manhães (2002) relata que o CND era um órgão controlador, disciplinador e que havia sido criado com a finalidade de orientar, fiscalizar e incentivar a prática esportiva no Brasil. Com a filiação das três federações à CBD, a Ginástica passou a ser dirigida pelo Conselho de Assessores de Ginástica.

Também no ano de 1951, a CBD filiou-se a FIG obtendo a legalização internacional durante o Congresso de Florença na Itália (PUBLIO, 2005). A FIG é a entidade que está no topo da hierarquia esportiva da GA, sendo responsável por organizar e desenvolver a modalidade no âmbito internacional desde 1881.

Com o desmembramento da CBD em Confederações especializadas no ano de 1978, a Confederação Brasileira de Ginástica (CBG) foi fundada (no dia 25 de novembro do mesmo ano), passando a ser a instituição máxima da modalidade no país. Este fato serviu de alavanca para o crescimento e desenvolvimento da ginástica brasileira. Foram fundadoras da CBG as federações dos estados do Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo (CBG, 2008). Mesmo com o fim da CBD, a ginástica continuou atrelada ao controle intervencionista do CND que só foi extinto com a implementação da Lei n. 8.672 (Lei Zico) em 1993 (SILVA, 2008).

A partir de 1979, a CBG *adquiriu personalidade jurídica, assumindo definitivamente a direção da ginástica artística no Brasil* (PUBLIO 1992, p. 90). O primeiro estatuto da CBG foi aprovado em 1979 pelo Conselho Nacional de Desportos (CND). Segundo Publio (2005, p. 25), ele foi *homologado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), com o parecer nº 13/79, sendo publicado no Diário Oficial da União em 19 de março de 1979*. Desde a sua fundação, como entidade independente, a CBG está filiada a FIG.

A estrutura da ginástica brasileira segue os moldes da organização esportiva internacional hierarquizada e vertical. Como pudemos observar ao longo do texto, na base da estrutura da GA brasileira estão os clubes e associações esportivas que são organizados pelas federações estaduais que, por conseguinte, são administradas pela CBG que está subordinada à FIG (Figura 5).



Figura 5 – Organização esportiva da ginástica brasileira.

Podemos dizer que as federações são as associações de clubes, as confederações associações de federações e a federação internacional é a associação das Confederações (federações) nacionais.

De acordo com Boudens (2002, p. 5), *pela lógica da legislação civil, as federações deveriam ser comandadas pelos clubes; as confederações, pelas federações; e a FIG, pelas confederações*. Porém, essa lógica está invertida no esporte institucionalizado em que as normas são ditadas do topo da hierarquia para a base.

Esta estrutura de organização esportiva brasileira, na qual a base está apoiada nos clubes e associações, pode ser identificada sob a influência do modelo da escola esportiva europeia-ocidental de organização (PRONI, 2000) cuja característica é clubística, com participação do Estado e, mais recentemente, com a inserção do setor privado (BENELI et al. 2006).

Através da Constituição Federal de 1988, a CBG e outras entidades esportivas, ganharam autonomia na sua organização e funcionamento garantidos pelo Art. 217 inciso I. Segundo Nuzman (2007), esta autonomia *foi de extrema importância no sentido de disponibilizar*

maior independência às entidades em questão na realização de seus atos, sendo extremamente vantajoso para a promoção do esporte em nível nacional (p. 50). Na prática, essa autonomia significou que a criação de entidades como a CBG poderia ocorrer independentemente da autorização do poder público e que o Estado não poderia interferir nas suas atividades internas, tanto as de natureza técnica e desportiva quanto as de natureza organizacional e administrativa (BOUDENS, 2002). Em contraste com a Constituição Federal de 1988, a legislação desportiva anterior foi caracterizada pelo autoritarismo, pelo paternalismo e pela tutela estatal.

A crítica à intervenção do Estado no período anterior a Constituição de 1988 era no sentido de apontá-lo, enquanto poder regulamentador, como sendo ineficiente, burocrático e paralisante (TUBINO, 1988). Tubino (1988) afirma que os investimentos públicos eram insuficientes e mal orientados e a forma de regular o esporte inibia a iniciativa privada dificultando o trabalho dos clubes que necessitavam da participação desse setor. Ao mesmo tempo em que o esporte necessitava dos recursos financeiros do setor público, ele pleiteava uma menor interferência do Estado.

Boudens (2002) relata que a transição para esse novo regime de independência e auto-regulação não favoreceu o aperfeiçoamento da organização esportiva no país. Segundo a autora, até hoje são mantidas as tradicionais estruturas esportivas, tão autoritárias e paternalistas quanto as do período que antecederam a Constituição de 1988. *As Confederações se libertaram da tutela do Estado, mas se tornaram dependentes de entidades* como COB e COI (BOUDENS 2002, p. 4). Mesmo na relação entre a Confederação e as federações e destas com os clubes, podemos encontrar muitos resquícios do antigo regime de subordinação.

3.2. A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE GINÁSTICA (CBG)

A CBG é responsável por dirigir, difundir, promover, organizar e aperfeiçoar as modalidades gímnicas através da promoção de cursos, festivais, competições entre outras ações que possam auxiliar no desenvolvimento da Ginástica no país. Estão subordinadas à CBG as seguintes modalidades: Ginástica Artística Feminina (GAF), Ginástica Artística Masculina

(GAM), Ginástica Rítmica (GR), Ginástica de Trampolins (GT), Ginástica Acrobática (GACRO), Ginástica Aeróbica Esportiva (GAE) e Ginástica Para Todos (GPT).

Segundo a CBG (2008), esta entidade é constituída pela filiação direta das entidades estaduais de administração da Ginástica (federações) e internamente é constituída pelos seguintes órgãos: Presidência, Conselho Fiscal e a Assembléia Geral. Além desses poderes, a CBG possui Comitês Técnicos (CT) para cada uma das modalidades por ela organizadas.

No âmbito interno, o poder máximo da entidade é composto pela Assembléia Geral que, segundo a CBG (2008), é o poder básico e de jurisdição máxima da instituição. A Assembléia Geral é composta pelas federações filiadas à CBG sendo presidida pelo presidente em exercício da Confederação. Podemos elencar como exemplos dos direitos e deveres da Assembléia Geral: eleger/destituir os administradores, aprovar as contas da instituição e alterar o Estatuto.

Para fiscalizar os recursos financeiros da CBG foi estabelecido um Conselho Fiscal que é eleito pela Assembléia Geral. Esse conselho é composto por três membros efetivos e dois suplentes. Cabe ao Conselho Fiscal homologar o orçamento anual, acompanhar a movimentação econômica, financeira e administrativa da confederação prestando contas da movimentação financeira da entidade.

Além do poder de voto na Assembléia Geral, as federações também possuem o direito de indicar os membros dos CT de cada modalidade e de votar nas Assembléias Técnicas desde que comprovem o desenvolvimento da modalidade no seu estado. Cada CT é responsável por formular os regulamentos específicos, auxiliar na elaboração do calendário competitivo, estabelecer a programação das competições, organizar os cursos e eventos. O Estatuto da CBG (2008, p. 25) também estabelece como encargo dos CT *propor instrumentos que estimulem e orientem o desenvolvimento técnico da ginástica brasileira.*

Sobre a questão da Justiça Desportiva visando manter a ordem, o respeito às normas estabelecidas e punir infrações, a CBG segue o que está estabelecido no Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Segundo o Estatuto da CBG (2008, p. 27), a confederação *é integrada por um Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), autônomo e independente, e por comissões disciplinares.* Compete às comissões disciplinares da CBG as ações de advertir, censurar, multar, suspender e até mesmo desfiliar os membros que não respeitem os atos emanados pelos órgãos internos da entidade.

Até o início da década de 90, a CBG foi marcada pelas características do esporte amador estipuladas por Nuzman (1985) citado por Beneli et al. (2006). Este autor caracterizava o amadorismo esportivo brasileiro pela realização de projetos de trabalho sem sequência e continuidade, sendo marcados pela improvisação e pela falta de recursos financeiros que impossibilitavam elaborar um sistema esportivo organizado (NUZMAN, 1985 apud BENELI et al. 2006). O amadorismo da modalidade era tão grande que no início da década de 90, os documentos da CBG eram guardados no porta-malas do carro da então presidente Vicélia A. Florenzano que assumiu seu primeiro mandato em 1991 (VICELLI, 2008).

Durante a gestão de Vicélia A. Florenzano, que permaneceu no cargo até 2008, a CBG passou por um período de profundas mudanças iniciadas com o estabelecimento da sede da instituição em Curitiba. Isso só foi possível com o apoio do Governo do Estado do Paraná e do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) no ano de 1995. Neste local, a CBG possui um complexo onde fica localizado o centro de excelência (Figura 6) com infraestrutura de alto nível dentro dos padrões internacionais e a sede administrativa da confederação⁴ (SANTOS et al., 2006; CARVALHO, 2007).



Figura 6 – Daiane dos Santos treinando no centro treinamento de Curitiba. Fonte: www.daylife.com

⁴ No ano de 2009 a sede administrativa foi transferida para a cidade de Aracaju em Sergipe.

3.3. AS FEDERAÇÕES ESTADUAIS

Atualmente estão filiadas à CBG 18 federações estaduais (Figura 7), das quais 16 possuem a modalidade masculina da GA (COB, 2009a).



Figura 7 – Mapa das federações estaduais de ginástica.

As federações seguem um mesmo perfil de organização possuindo estatutos independentes com normas próprias. Embora haja essa liberdade de organização interna, as federações devem cumprir as ordenações da CBG respeitando o Estatuto, o Regulamento Geral, o Regulamento Específico e as deliberações e sempre reconhecendo-a como a única entidade dirigente da Ginástica no país (CBG, 2008).

A realização de competições, festivais, cursos e outros eventos das federações devem ser submetidas à aprovação da presidência da CBG. Também é dever das federações enviar o calendário anual e os relatórios de atividades realizadas ao longo do ano.

Entramos em contato, via telefone, com as federações filiadas a CBG para posteriormente enviar um questionário com o objetivo de adquirir informações sobre a GAM em

cada um dos estados. Além do questionário (Anexo I), pedimos o envio dos Estatutos visando compreender a organização interna de cada entidade.

3.3.1 Apresentação e análise dos questionários.

Na sequência, apresentaremos os dados coletados por meio do questionário e da análise dos Estatutos das federações estaduais afiliadas a CBG. Optamos por disponibilizar as informações seguindo a ordem alfabética das entidades.

3.3.1.1. Federação Amazonense de Ginástica (FAG).

Com sede na cidade de Manaus, a FAG foi fundada no dia 07 de outubro de 1978. Seu primeiro presidente foi Thales Freire de Verçosa e as entidades fundadoras foram: America Futebol Clube, Bancrévea Clube e Grêmio Guanabara.

Compete à FAG dirigir, difundir, promover, organizar e aperfeiçoar as modalidades gímnicas no estado do Amazonas e, conseqüentemente, fomentar a Ginástica brasileira (FAG, 2008). Consta em seu estatuto que a FAG deve utilizar-se dos seguintes meios para a promoção da ginástica: realização de campeonatos, festivais, cursos, pesquisas, intercâmbios e outros atos que possam auxiliar no desenvolvimento das modalidades no âmbito estadual.

A organização interna da FAG segue os moldes da CBG sendo os poderes internos: a Assembléia Geral, o Conselho Fiscal e a Presidência.

De acordo com o questionário respondido pela FAG, esta entidade possuía 21 ginastas cadastrados na categoria masculina da GA no ano de 2008. Destes, 15 pertenciam a Associação Esportiva Lassalista.

A federação não especificou a origem dos demais ginastas, sendo que apenas dois clubes/associações estão filiados à federação, sendo eles: Associação Esportiva Lassalista e Associação Atlética Cagin.

Segundo a FAG, esta entidade não possuía árbitros e nem técnicos da GAM cadastrados na federação. Também não houve a realização de cursos técnicos ou de arbitragem no ciclo olímpico passado.

3.3.1.2. Federação Baiana de Ginástica (FBG).

Segundo o questionário respondido pela FBG, a entidade possuía 6 clubes filiados no ano de 2008. Destes, 4 ofereciam a prática da GAM.

Estavam cadastrados na FBG 849 ginastas contabilizando todas as modalidades. O número de atletas da GAM correspondia a 12, sendo distribuídos da seguinte forma: 5 na categoria infantil, 1 na categoria juvenil e 4 na categoria adulto.

No ano de 2008 foi organizado pela federação um curso de arbitragem e um curso técnico de capacitação de professores. A entidade relata que não havia árbitros cadastrados na GAM no decorrer do ciclo olímpico.

Na questão do número de treinadores cadastrados na federação, a FBG afirma que apenas um técnico estava vinculado a entidade, porém expõe que 2 profissionais atuam com a categoria masculina na Bahia.

Encerrando a apresentação dos dados da FBG, a entidade elenca três competições organizadas no ano de 2008 que contemplaram a GAM.

Não foi possível analisar a organização interna da FBG, pois não foi disponibilizado para a pesquisa o Estatuto da entidade.

3.3.1.3. Federação do Espírito Santo de Ginástica (FESG).

Tendo como fundadores o Clube Ítalo Brasileiro do Espírito Santo, o Clube de Natação e Regatas Álvares Cabral e a Academia Corpo e Movimento, a FESG foi fundada em 25 de abril de 1991. A entidade destina-se a reunir todos os clubes e associações esportivas interessadas na prática da Ginástica no estado do Espírito Santo.

Na sua organização interna, a federação está dividida da seguinte forma: Presidência, Comissão de Contas e a Assembléia Geral.

No ano de 2008, a FESG possuía 11 instituições afiliadas, sendo que 4 oferecem a prática da GAM. A entidade relata que 20 atletas participaram dos eventos na categoria e estavam distribuídos da seguinte forma: 5 na categoria infantil, 3 na categoria juvenil e 12 na categoria adulto.

A FESG relatou que dois técnicos estavam vinculados à entidade, porém 4 estavam atuando no estado. Abordando o número de competições realizadas no ano de 2008, a FESG organizou 5 eventos com a participação de atletas da GAM.

Ao longo do ciclo 2005-2008, a FESG não realizou cursos de capacitação de técnicos nem de arbitragem específicos para a GAM. Também constou no questionário que o estado do Espírito Santo não possui árbitros na categoria masculina da GA.

4.3.1.4. Federação de Ginástica de Santa Catarina (FGSC).

Berço da Sociedade Ginástica de Joinville, a mais antiga da América do Sul (PUBLIO, 2002; SOARES, 1998), o estado de Santa Catarina possui grande relevância no cenário nacional da ginástica. Segundo a FGSC (2008), a GA está presente no território catarinense desde o início da colonização quando foi trazida pelos imigrantes alemães que já praticavam a modalidade no seu país de origem.

A primeira tentativa de fundar a FGSC ocorreu no ano de 1979. Nesta época, a federação foi intitulada Federação Catarinense de Ginástica (FCG) sendo filiada provisoriamente

à CBG em 01 de janeiro de 1980. Por decisão do CND houve uma intervenção no ano de 1984 sendo nomeado um interventor indicado pela CBG com o objetivo de organizar e regulamentar as atividades desenvolvidas pela FCG. De acordo com FGSC (2008), devido aos impasses gerados neste período, optou-se por criar uma nova federação.

Em 29 de agosto de 1992, foi aprovado o primeiro estatuto da FGSC sendo fundadores desta instituição: Clube Ginástico Guairacás, Sociedade Recreativa e Esportiva Ipiranga, Grêmio Esportivo Olímpico, Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento, Associação de Empregados da Eletrosul, Clube Doze de Agosto e Sociedade Ginástica de Joinville.

A estrutura interna da FGSC está dividida em quatro poderes internos: Assembléia Geral, Conselho Fiscal, Presidência / Vice-presidência e Diretoria.

Em consulta ao site da FGSC (2009), encontramos na base de dados um total de 94 ginastas masculinos cadastrados. Estes estavam distribuídos em cinco entidades, sendo elas: Associação de Ginástica Olímpica (AGO), Sociedade Ginástica Joinville, Associação Itajaiense de Ginástica Olímpica, Associação Blumenauense de Ginástica Olímpica (ABLUGO) e Associação de Pais e Amigos da Ginástica Rítmica e Olímpica (APRAGO).

Segundo a FIG (2008a), dois árbitros internacionais estavam cadastrados no banco de dados da entidade. Infelizmente não foi possível averiguar quantos árbitros estaduais estavam cadastrados no ciclo abordado neste estudo.

Entramos em contato por telefone com a federação e enviamos o questionário da pesquisa, mas até o momento de conclusão deste estudo, não obtivemos uma resposta.

3.3.1.5. Federação de Ginástica do Estado do Rio de Janeiro (FGERJ)

A FGERJ foi fundada em 11 de maio de 1950, ainda sob a denominação de Federação Metropolitana de Ginástica, passando posteriormente a ser chamada de Federação Carioca de Ginástica (PUBLIO, 2005; FGERJ, 2008).

Segundo FGERJ (2008), somente em 15 de março de 1975 a federação recebeu a atual denominação após a unificação da Federação Carioca de Ginástica com o Departamento de Ginástica da Federação Fluminense de Desportos. Foram fundadores da entidade em 1950:

Associação Atlética Banco do Brasil, Associação Cristã de Moços, Clube Ginástico Desportivo do Rio de Janeiro, Clube Militar da Reserva do Exército, Clube de Regatas do Flamengo, Clube de Regatas Vasco da Gama, Olympico Clube, Real Sociedade Clube Ginástico Português, Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho e o Tijuca Tênis Clube.

A FGERJ se destina a reunir todas as entidades esportivas interessadas na prática da Ginástica com o objetivo de dirigir, difundir, incentivar, promover, organizar e aperfeiçoar as modalidades gímnicas no estado do Rio de Janeiro.

A estrutura da FGERJ está dividida em quatro poderes internos: Assembléia Geral, Comissão de Contas, Presidência e Diretores Técnicos.

Na tentativa de obter informações a respeito da federação e do desenvolvimento da GAM no estado do RJ, entramos em contato com a FGERJ. No primeiro contato, a presidente da federação relatou que não seria possível nos enviar os dados, pois a entidade havia sido abalada por uma chuva que danificou o computador onde as informações estavam armazenadas.

Após um período de três meses, entramos em contato novamente com a presidente e recebemos a resposta de que não seria possível fornecer os dados devido à ausência de profissionais que pudessem organizar as informações requisitadas no estudo.

3.3.1.6. Federação de Ginástica do Mato Grosso do Sul (FGMS)

Fundada no dia 20 de agosto de 1992, a FGMS surgiu da necessidade de representatividade estadual das modalidades gímnicas.

No seu estatuto (FGMS, 2009) estão estabelecidos os poderes internos da entidade que foram divididos da seguinte forma: Assembléia Geral, Conselho Fiscal e Presidência.

Segundo o questionário da FGMS, a entidade possuía 4 clubes filiados sendo que dois ofereciam a prática da GAM. A federação possuía um total de 30 ginastas cadastrados na categoria infantil e organizou quatro eventos competitivos que envolviam a participação de ginastas no masculino.

Completando o quadro da FGMS, a federação possuía 8 árbitros cadastrados no ciclo 2005-2008 e um técnico de GAM filiado à entidade.

A federação relata que no ano de 2008 não foram organizados cursos de arbitragem nem de capacitação técnica em GAM.

3.3.1.7. Federação Mineira de Ginástica (FMG)

A FMG possuía no seu quadro de afiliados, no ano de 2008, 12 clubes e associações. Destes, oito ofereciam a prática da GAM. O total de ginastas filiados correspondia a 150 atletas, sendo que 50 pertenciam à GAM. Os ginastas masculinos estavam divididos da seguinte forma: 25 na categoria infantil, 20 na categoria juvenil e 5 na categoria adulta.

A FMG também relatou no questionário que havia, no ano de 2008, 20 treinadores cadastrados dos quais 7 atuavam com a GAM. A entidade relatou ter organizado dois cursos de capacitação profissional e um curso de arbitragem ao longo de 2008. O número total de árbitros no estado correspondia a 9 no ciclo 2005-2008.

O estado de Minas Gerais desenvolveu 4 eventos competitivos de GAM no ano de 2008 pela FMG.

Até o momento de conclusão deste estudo, não recebemos o estatuto desta federação o que impossibilitou a realização de uma análise mais completa da sua organização interna.

3.3.1.8. Federação Paraibana de Ginástica (FPBG)

A FPBG foi fundada na cidade de João Pessoa no ano de 2005. Conforme o Estatuto da FPBG (2008), a entidade tem o objetivo de coordenar, dirigir, difundir, promover, aperfeiçoar e organizar todos os aspectos relativos a prática e a gestão das modalidades gímnicas

no território do estado da Paraíba. Foram fundadores da FPBG: o Esporte Clube Cabo Branco e o Iate Clube da Paraíba.

Segundo a FPBG (2009), os poderes internos da entidade estão divididos da seguinte forma: Assembléia Geral, Presidência, Conselho Fiscal e Tribunal de Justiça Desportiva.

No ano de 2008, a FPBG possuía três clubes filiados sendo que um deles oferecia a prática da GAM. Dentre os 280 ginastas afiliados à federação, apenas 10 eram da GAM sendo: 8 da categoria infantil; 1 da categoria juvenil; e 1 da categoria adulta.

A maior parte dos afiliados praticava a GR que é a modalidade gímnica que abrange o maior número de praticantes nos estados do nordeste brasileiro.

A FPBG não possuía árbitros de GAM e contava com apenas um técnico atuando com a categoria masculina da GA e, de acordo com o questionário, no ano de 2008 foram realizadas duas competições no estado com a participação da GAM.

3.3.1.9. Federação Paulista de Ginástica (FPG)

No dia 02 de junho de 1948 foi fundada, em São Paulo, a Federação Paulista de Halterofilismo (FPH). Publio (2002, p. 194) relata que *semanas mais tarde, a pedido de Silvio de Magalhães Padilha, diretor do Departamento de Educação Física do Estado, tornou-se uma Federação Eclética, passando a denominar-se Federação Paulista de Ginástica e Halterofilismo (FPGH)*. Somente em 30 de janeiro de 1956, a Federação Paulista de Ginástica (FPG) foi fundada de forma independente.

De acordo com a FPG (2008), as primeiras entidades filiadas foram: A. D. Floresta, Clube de Regatas Tietê, Associação Cultura Física, Clube Ginástico Paulista, Clube Hércules, Clube Elektron, Tênis Clube Paulista, Clube Esportivo da Penha, Associação dos Professores de Educação Física, Clube Campineiro de Regatas e Natação, São Paulo Futebol Clube, Sport Club Corinthians Paulista, Sociedade Esportiva Palmeiras, Clube de Halterofilismo Músculo de Ferro, Clube Santista de Halterofilismo, e Sociedade de Ginástica da Escola de Pára-quedistas Civis do Estado de São Paulo.

A FPG reúne associações, clubes, ligas, academias, escolas e outras entidades com o objetivo de dirigir, difundir, promover, incentivar e organizar as diferentes modalidades gímnicas no estado de São Paulo.

Conforme a FPG (2008), a organização interna da entidade está dividida em quatro poderes: Assembléia Geral, Conselho Fiscal, Presidência e Comitê Executivo.

Na tentativa de obter mais informações sobre a GAM paulista, entramos em contato com a FPG, mas apesar da aparente disposição em nos enviar os dados, até o momento de conclusão deste estudo não obtivemos uma resposta ao questionário enviado.

3.3.1.10. Federação Riograndense de Ginástica (FRG)

Fundada na cidade de Porto Alegre em 26 de maio de 1962, a FRG reúne todas as entidades de Ginástica no âmbito estadual (FRG, 2009). Seus fundadores foram: Grêmio Náutico União, Sociedade Ginástica de Porto Alegre, Sociedade Ginástica Navegantes São João, Sociedade Ginástica Novo Hamburgo, Sociedade Ginástica São Leopoldo, Sociedade Ginástica Ijuí, Sociedade Ginástica Estrela e Sociedade Ginástica Concórdia.

Segundo o Estatuto da FRG (2009), a federação tem por função dirigir, difundir e incentivar, em âmbito estadual, as seguintes modalidades esportivas: GA, GR, GACRO, GT, GAE e GPT.

A promoção dessas modalidades ocorre através da realização de competições, cursos, pesquisas e intercâmbios ou outros atos que colaborem com o desenvolvimento das modalidades. Internamente a FRG está dividida em quatro poderes: Assembléia Geral, Conselho Fiscal, Presidência e Comitê Executivo.

No ano de 2008, havia 18 instituições afiliadas à FRG. Destas, 11 desenvolviam a prática da GAM. A FRG também relatou que além destas entidades, cerca de 20 clubes e associações não afiliados possuíam a prática da GAM em suas instalações.

Com relação ao número de ginastas, 23 estavam cadastrados e outros 150 não possuíam filiação direta. Dentre os afiliados: 6 estavam na categoria infantil, 4 na juvenil e 5 na

categoria adulto. Podemos observar que a soma dos atletas divididos nas categorias não condiz com o número total de atletas filiados.

Ao longo do ano de 2008 foram realizadas 12 competições no RS sendo: 7 copas, 4 competições estaduais e 1 competição de nível nacional.

Ainda em 2008, a FRG organizou um curso para a formação de árbitros e um curso de capacitação de treinadores. Por volta de 30 treinadores estavam ligados à prática da GAM de acordo com o questionário respondido pela federação. Na questão da arbitragem, a FRG possuía 3 árbitros internacionais, 5 estaduais e 8 com habilitação para atuar em copas estaduais.

4.3.1.11. Demais federações e algumas considerações

Entramos em contato com todas as federações, mas infelizmente algumas entidades não disponibilizaram os dados requisitados para a pesquisa. Segundo Lakatos e Marconi (1991), o índice de retorno dos questionários corresponde a 25% do total. No nosso estudo, o percentual foi de $\approx 38,9\%$. Acreditamos que a falta de infraestrutura e organização sejam os principais motivos para o não envio do questionário respondido.

Duas federações alegaram que não poderiam enviar os dados, pois haviam sofrido danos materiais causados pelas chuvas. Outra federação utilizou a justificativa de que não havia ginastas homens cadastrados, mas insistimos para que ela nos enviasse o questionário respondido para que servisse como documento, porém não obtivemos uma resposta.

As demais federações se mostraram favoráveis em nos fornecer as informações, mas não logramos sucesso em receber o questionário até o término da pesquisa.

Devemos ressaltar que durante as abordagens iniciais, constatamos que várias federações estão alocadas na casa de seus presidentes. Também comprovamos que na maioria dos casos, faltam profissionais que possam auxiliar no atendimento e na administração das entidades, pois fomos atendidos por familiares e empregados domésticos.

Sabemos que as federações são entidades sem fins lucrativos e que os membros dos poderes internos trabalham voluntariamente, mas acreditamos que seja necessária uma

profissionalização das entidades visando uma melhor administração e promoção das ginásticas nos estados.

Este amadorismo dificulta a atração de investidores e afasta os possíveis afiliados. Também devemos enfatizar a dificuldade em contatar algumas federações, mesmo no horário comercial.

Acreditamos que estes apontamentos, embora limitados, nos fornecem informações importantes sobre o desenvolvimento da GAM nos diferentes estados da nação possibilitando uma reflexão sobre o panorama da modalidade no país.

Devido ao tempo e as dificuldades impostas pela distância geográfica, não foi possível uma abordagem mais profunda sobre este aspecto. Esperamos que outras pesquisas possam abranger este tema de forma mais específica e profunda.

4. O PANORAMA COMPETITIVO DA GINÁSTICA ARTÍSTICA MASCULINA BRASILEIRA⁵

Segundo Brochado e Brochado (2005), os campeonatos de GA são constituídos por competições de equipes e individuais. Os eventos internacionais, como Campeonatos Mundiais (CM) e Jogos Olímpicos (JO), seguem a seguinte estrutura:

- Competição I – Preliminar.
- Competição II – Final do individual geral.
- Competição III – Final individual por aparelhos.
- Competição IV – Final por equipes.

Na Competição I, cinco ginastas competem em cada aparelho, mas apenas quatro notas são consideradas para a soma final da equipe.

Com o término desta fase preliminar, são classificados os finalistas das demais competições sendo: 8 equipes para a competição IV; 24 ginastas para a competição II; e 8 ginastas, em cada aparelho, para a Competição III.

Diferentemente da fase classificatória, na final por equipes apenas 3 ginastas competem e as três notas contam para o somatório final da equipe. Na competição do individual geral, os ginastas competem em todos os aparelhos tornando-se campeão aquele que obtiver a maior soma e, na disputa por aparelhos, são definidos os vencedores de cada uma das provas da GA.

Ao longo deste capítulo, analisaremos a atuação dos ginastas brasileiros nas competições nacionais e internacionais discutindo sobre os resultados, número de atletas e de

⁵ Fontes bibliográficas consultadas:

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE GINÁSTICA (CBG) **Resultados – ginástica artística**. Disponível em: http://cbginastica.com.br/web/index.php?option=com_content&task=view&id=83&Itemid=68 Acesso em: 15 abr. 2009.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE GINÁSTICA (FIG) **Mens artistic - results**. Disponível em: <http://www.fig-gymnastics.com/vsite/vnavsite/page/directory/0,10853,5187-188057-205279-nav-list,00.html> Acesso em: 15 abr. 2009.

GYMNASTICS RESULTS Disponível em: www.gymnasticsresults.com Acesso: 15 abr. 2009.

clubes participantes nos eventos. Analisaremos, também, o quadro nacional da arbitragem masculina da GA no contexto nacional e internacional.

Devemos relatar a dificuldade enfrentada na obtenção de dados para a pesquisa que inviabilizaram uma análise quantitativa mais profunda devido à escassez de material disponível para a consulta.

4.1. COMPETIÇÕES NACIONAIS

Com o objetivo de averiguar a participação de ginastas, clubes e a representação dos estados nas competições nacionais no período de 2005-2008, optamos por investigar os Campeonatos Brasileiros nas suas diferentes categorias.

A decisão de abordar apenas estas competições ocorreu devido à importância, abrangência e a repercussão destes eventos no país. A CBG divide a GAM em cinco categorias competitivas que levam em consideração a idade mínima e máxima dos ginastas, como podemos observar no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias masculinas da GA.

Categoria	Idade
Pré-infantil	9 e 10
Infantil B	11 e 12
Infantil A	13 e 14
Infanto-juvenil	15 e 16
Juvenil	17 e 18
Adulto	16 em diante

Fonte: CBG (2008).

Apesar dessa divisão, os ginastas têm a possibilidade de competir em mais de uma categoria num mesmo ano desde que estejam dentro dos limites de idade estabelecidas. Devemos ressaltar que a idade dos ginastas é determinada pelo ano de nascimento e não pelo mês.

Para facilitar a apresentação e a análise dos dados, dividimos o estudo de acordo com as categorias competitivas visando auxiliar no acompanhamento dos resultados ao longo dos anos.

4.1.1. Categoria Pré-infantil

No ano de 2005, o campeonato Pré-infantil de GAM ocorreu na cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Nesta categoria, apenas são disputadas a competição por equipes e individual geral.

O clube Movimento de Expansão Social e Católica (MESC) de São Bernardo do Campo venceu a competição por equipes no ano de 2005. A Sociedade Esportiva Recreativa Cultural Santa Maria (SERC) de São Caetano do Sul ficou em segundo lugar e em terceiro ficou a equipe do Clube Setor Leste (CST) de Brasília. Na Tabela 1 podemos observar as pontuações e a classificação final das equipes.

Tabela 1 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Pré-Infantil de 2005.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1°	MESC	SP	170,074
2°	SERC	SP	168,825
3°	CSL	DF	160,825
4°	SOGIPA	RS	159,050
5°	GNU	RS	158,537
6°	ECP	SP	157,462

O MESC dominou a disputa do individual geral conquistando o ouro e o bronze com os ginastas: Marcos V. Topolski e André G. Santos. A prata ficou com o ginasta Vitor A. Soares do SERC.

Além das equipes mencionadas na Tabela 1, participaram da competição ginastas da Associação Brasileira “A Hebraica” de São Paulo (HEBRAICA) e da Associação Itajaiense de Ginástica (AIG) de Santa Catarina.

O Brasileiro Pré-Infantil do ano seguinte foi realizado em Brasília onde oito equipes participaram da Competição IV. O clube gaúcho Grêmio Náutico União (GNU) encerrou a competição no primeiro lugar. Em segundo ficou o Esporte Clube Pinheiros (ECP) e a equipe da casa, o Clube Setor Leste (CSL), ficou com o bronze (Tabela 2).

Tabela 2 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Pré-Infantil de 2006.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1º	GNU	RS	339,575
2º	ECP	SP	336,650
3º	CSL	DF	333,975
4º	ASA	SP	332,025
5º	SGJ	SC	328,950
6º	SERC	SP	318,700
7º	MTC	MG	316,625
8º	SOGIPA	RS	305,975

O pódio da competição do individual geral foi constituído, na ordem de classificação, pelos ginastas: Ângelo R. D. Assumpção do ECP, Luís G. C. Porto do GNU e Bruno de Paula da Associação Atlética Banco do Brasil de São Paulo (AABB-SP).

O clube HEBRAICA de São Paulo e a equipe Recreio da Juventude do Rio Grande do Sul, também participaram da competição com atletas no individual geral.

Em 2007, na cidade de Goiânia, o GNU venceu a disputa por equipes pelo segundo ano consecutivo. Na Tabela 3 podemos acompanhar o resultado final da competição:

Tabela 3 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Pré-Infantil de 2007.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1º	GNU	RS	344,525
2º	ASA	SP	336,100
3º	CSL	DF	329,200
4º	SERC	SP	332,325

O ginasta Ygor M. Reis, do MESC, ficou com o ouro no individual geral. A prata foi para o GNU com Luiz G. C. Porto e o bronze com o ginasta da Associação de Ginástica

Olímpica Piracicabana (AGOP) Pedro G. K. Pereira. Também participaram da competição ginastas da Associação Londrinense de Ginástica (ALG) e do MTC.

O Brasileiro Pré-infantil de 2008 foi realizado em Campo Grande no Mato Grosso do Sul. Na Tabela 4 estão dispostos os resultados da Competição IV.

Tabela 4 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Pré-Infantil de 2008.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1º	ASA	SP	346,735
2º	MTC	MG	325,968
3º	CSL	DF	320,835

Os mineiros ganharam o título do individual com o ginasta Bernardo A. A. de Souza. O segundo lugar ficou com Gabriel F. Barbosa da ASA e em terceiro lugar Lucas G. Oliveira do GNU. Além dos clubes mencionados, a competição contou com a participação do Brasil Futebol Clube (BFC) de Santos na Competição II.

Ao longo da análise dos dados da categoria Pré-infantil, chamou-nos a atenção o número decrescente de atletas nessa categoria nos últimos dois anos. No ano de 2007, a categoria já possuía um número pequeno de atletas com um total de 25 que passou para 13 em 2008. Na Tabela 5 podemos acompanhar o número de ginastas participantes nesta categoria ao longo dos anos de 2005-2008.

Tabela 5 – Número de atletas participantes nos Campeonatos Brasileiros Pré-infantis.

Ano	Número de Ginastas
2005	30
2006	34
2007	25
2008	13

Não existem competições classificatórias para os Campeonatos Brasileiros, por isso, podemos inferir que o número de participantes nessa categoria deveria abarcar um número

superior de participantes já que se trata de uma categoria de base e formação para meninos de 9 e 10 anos.

Nos Estados Unidos é realizado o Campeonato Nacional do Programa Estrelas do Futuro (*Future Stars Program*). Nesses eventos os jovens ginastas competem em séries obrigatórias, em todos os aparelhos, e também são avaliados nas capacidades físicas de força e flexibilidade. O Campeonato Nacional deste programa é equivalente ao Campeonato Brasileiro Pré-infantil já que não há campeonato nacional americano para esta faixa etária.

Os ginastas americanos participam em competições regionais e os melhores avançam para a competição nacional. Na Tabela 6 podemos acompanhar o número de atletas americanos entre os anos de 2006-2007.

Tabela 6 – Número de ginastas no Campeonato Nacional Estrelas do Futuro na categoria 10 anos.

Ano	Número de Ginastas
2006	53
2007	51
2008	59

Fonte: USAG (2010a).

Mesmo após a qualificatória regional, os números americanos são superiores aos encontrados no Brasil. Analisando especificamente o ano de 2008, o número de participantes nos EUA ultrapassa mais que 4 vezes o brasileiro lembrando que apenas estamos contabilizando os atletas de 10 anos americanos enquanto no Brasil a categoria pré-infantil abrange atletas de 9 e 10 anos que não passaram por um processo de classificação.

A questão financeira pode ser o principal empecilho na participação das equipes e atletas nestes eventos nacionais. O pagamento de taxas de filiação e das competições é um ônus que segrega as equipes sem recursos financeiros. Para participar do Campeonato Brasileiro a equipe deve estar filiada à federação estadual e realizar a inscrição na competição através do pagamento das taxas. Este fator influencia diretamente no número de participantes nas competições devido às dificuldades financeiras da maior parte das equipes do país. O custo com a viagem, estadia e alimentação também contribuem para dificultar ainda mais a participação de um número maior de instituições. Na Tabela 7 podemos observar quantos clubes e associações

tomaram parte nas competições analisadas nesta categoria no decorrer dos anos abordados na pesquisa.

Tabela 7 – Número de equipes participantes na categoria Pré-infantil do Campeonato Brasileiro.

Ano	Número de participantes
2005	9
2006	10
2007	9
2008	5

Nas competições IV desta categoria, observamos que nos últimos anos a maior parte dos clubes/associações competiu com quatro ou três ginastas⁶. O ideal seria que as equipes competissem com seis atletas. Estes números refletem a dificuldade enfrentada pelos clubes em formar equipes devido à falta de ginastas no masculino.

Este fato fica evidente quando analisamos os três clubes participantes da disputa por equipes no ano de 2008. Além do número restrito de equipes, duas possuíam três ginastas e a terceira equipe quatro atletas. Na Tabela 8 constam os números de equipes que competiram com o mínimo necessário para participar da Competição IV.

Tabela 8 – Número de clubes/associações que participaram da Competição IV do Campeonato Brasileiro pré-infantil.

Ano	Número de clubes/associações
2005	6
2006	8
2007	4
2008	3

Com relação à participação dos estados, destacamos a participação de Minas Gerais que esteve presente nas últimas três edições da competição. Distrito Federal, Rio Grande

⁶ Segundo a CBG (2009), no seu regulamento geral, uma equipe de GAM pode ser constituída por no mínimo 3 e no máximo 6 ginastas.

do Sul e São Paulo foram representados em todos os anos analisados como podemos verificar no Quadro 2.

Quadro 2 – Estados representados nos Campeonatos Brasileiros pré-infantis.

Ano	Estados participantes
2005	DF, RS, SC, SP
2006	DF, MG, RS, SC, SP
2007	DF, MG, PR, RS, SP
2008	DF, MG, RS, SP

Devemos salientar a participação do GNU que foi bi-campeão nesta categoria nos anos de 2006 e 2007 sendo o maior medalhista nesta categoria como podemos comprovar na Tabela 9.

Tabela 9 – Quadro de medalhas da categoria Pré-infantil 2005-2008.

Clube/Associação	Ouro	Prata	Bronze	Total
MESC	3		1	4
GNU	2	2	1	5
ASA	1	2		3
MTC	1	1		2
ECP	1	1		2
SERC		2		2
CSL			4	4
AABB-SP			1	1
AGOP			1	1
Total	8	8	8	24

4.1.2. Categoria Infantil B

Os Campeonatos Brasileiros da categoria Infantil B abrangem apenas as competições por equipes e individual geral. Iniciamos a nossa análise na cidade de Vitória, no Espírito Santo, no ano de 2005. São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Distrito Federal foram os estados representados neste evento. Na Tabela 10 podemos acompanhar os

resultados da Competição IV. A AABB-SP, Associação Blumenauense de Ginástica Olímpica (ABLUGO) e o ECP não enviaram equipes completas participando apenas da disputa individual.

Tabela 10 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infantil B de 2005.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1º	MESC	SP	162,562
2º	CSL	DF	151,500
3º	GNU	RS	150,775
4º	Clube Escola 01	DF	144,675
5º	SERC	SP	139,125
6º	SOGIPA	RS	138,750

A AABB-SP venceu o título no individual geral com o ginasta Caio C. Souza. O atleta Gustavo G. Polato, do ECP, ficou com a prata e o ginasta Caio C. G. Teodoro, do MESC, encerrou a competição no terceiro lugar.

No ano seguinte, a cidade de Porto Alegre foi a sede do Campeonato Brasileiro Infantil B. Participaram da Competição IV, sete clubes e associações. Os resultados estão dispostos na Tabela 11.

Tabela 11 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infantil B de 2006.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1º	MESC	SP	349,061
2º	AAGODF	DF	340,127
3º	GNU	RS	339,778
4º	AABB-SP	SP	336,460
5º	SOGIPA	RS	322,079
6º	SERC	SP	321,662
7º	ASA	SP	316,861

Doze atletas participaram da final do individual geral que culminou com um pódio paulista formado pelo MESC e AABB-SP. O pódio do ano anterior também foi composto por ginastas de São Paulo.

André G. Santos do MESC ficou com o ouro, a prata foi para a AABB-SP com o atleta Vinicius M. Sousa e o bronze ficou com Murilo H. M. Schmidt do MESC.

No ano de 2007, na cidade de Campo Grande no Mato Grosso do Sul, participaram da competição oito equipes sendo quatro do estado de São Paulo, duas do Rio Grande do Sul, uma de Minas Gerais e uma do Distrito Federal. Na Tabela 12 podemos observar a classificação final da competição por equipes.

Tabela 12 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infantil B de 2007.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1º	AABB-SP	SP	347,600
2º	MESC	SP	345,200
3º	ECP	SP	344,325
4º	CSL	DF	341,650
5º	ASA	SP	341,050
6º	GNU	RS	339,300
7º	SOGIPA	RS	326,000
8º	MTC	MG	306,700

No individual geral, das dez primeiras posições, nove pertenciam aos atletas das equipes do estado de São Paulo. Bruno de Paula ficou em primeiro no geral seguido pelo seu companheiro de equipe, da AABB-SP, Kevin K. Sinmon. Representando o MESC, André G. dos Santos ficou em terceiro.

Em 2008, na cidade de Curitiba no Paraná, o GNU foi o vencedor da competição por equipes. A classificação final pode ser acompanhada na Tabela 13.

Tabela 13 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infantil B de 2008.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1º	GNU	RS	348,067
2º	ASA	SP	345,583
3º	AABB-SP	SP	341,601
4º	MTC	MG	339,568
5º	CSL	DF	329,486
6º	ECP	SP	324,719

O ECP conquistou o ouro no individual geral com o ginasta Ângelo R. D. Assumpção. Giovane de O. S. Lopes da ASA ficou com a prata e Bruno de Paula da AABB-SP terminou a disputa com o bronze.

Além das equipes mencionadas, participaram da Competição II a Associação de Ginástica Olímpica Piracicabana (AGOP), HEBRAICA, Prefeitura Municipal de Volta Redonda (PMVR) e METODISTA (MESC).

Ao longo da análise desta categoria, observamos que a equipe do METODISTA (MESC) sobressaiu-se conquistando dois títulos e um vice-campeonato por equipes. A equipe da AABB-SP também merece destaque pela presença constante no pódio das competições individuais e pelo título por equipes conquistado no ano de 2007.

Na Tabela 14 podemos verificar o número de atletas participantes na categoria Infantil B ao longo dos anos de 2005-2008. A média desta categoria foi igual a 32 ginastas.

Tabela 14 – Número de atletas participantes no Campeonato Brasileiro infantil B.

Ano	Número de Ginastas
2005	32
2006	30
2007	32
2008	34

Para confrontar a quantidade de ginastas nessa categoria, consta na Tabela 15 o contingente de atletas americanos com 11 e 12 anos participantes do Campeonato Nacional do Programa Estrelas do Futuro entre os anos de 2006-2008.

Tabela 15 – Número de ginastas americanos participantes do Campeonato Nacional do Programa Estrelas do Futuro nas categorias de 11 e 12 anos.

Ano	11 anos	12 anos	Total
2006	35	27	62
2007	40	21	61
2008	45	19	64

Fonte: USAG (2010a)

Podemos verificar, observando as Tabelas 14 e 15, que os números americanos são superiores à média brasileira destacando que a categoria Infantil B contempla atletas de 11 e 12 anos e, por isso, somamos as duas categorias americanas para comparar os dados. Contabilizando apenas os ginastas americanos com 11 anos já seria suficiente para ultrapassar os números brasileiros nessa categoria.

Com relação ao número de clubes e associações participantes na categoria Infantil B (Tabela 16), encontramos uma média de nove instituições. Devemos destacar o ano de 2008 com a participação de onze equipes. Este foi o número máximo de participação de equipes e associações, encontradas nos quatro anos analisados, dentre todas as categorias masculinas no Brasil.

Tabela 16 – Número de instituições participantes do Campeonato Brasileiro infantil B.

Ano	Número de equipes/associações
2005	9
2006	7
2007	9
2008	11

Encontramos também na categoria Infantil B, o maior número de equipes completas (Tabela 17) que participaram da Competição IV entre todas as categorias masculinas.

Tabela 17 – Número de clubes/associações participantes da competição IV no Campeonato Brasileiro infantil B.

Ano	Número de equipes/associações
2005	6
2006	7
2007	8
2008	6

A representatividade dos estados ficou restrita ao sul, sudeste e centro-oeste do país (Quadro 3). A região centro-oeste resumiu-se ao Distrito Federal com a participação de dois

clubes: Clube Escola 01 e CSL. O norte e o nordeste do país não enviaram representantes nesta categoria.

Quadro 3 – Estados representados no Campeonato Brasileiro Infantil B.

Ano	Estados
2005	DF, RS, SC, SP
2006	DF, RS, SP
2007	DF, MG, RJ, RS, SP
2008	DF, MG, PR, RJ, RS, SP

Concluindo a análise do Infantil B, podemos comprovar no quadro de medalhas (Tabela 18), a superioridade das equipes paulistas que conquistaram 19 das 24 medalhas distribuídas ao longo do período de 2005-2008, com destaque para as equipes da AABB-SP e do MESC (METODISTA).

Tabela 18 – Quadro de medalhas da categoria Infantil B 2005-2008.

Clube/Associação	Ouro	Prata	Bronze	Total
AABB-SP	3	2	2	7
MESC / METODISTA	3	1	3	7
ECP	1	1	1	3
GNU	1		2	3
ASA		2		2
CSL		1		1
AAGODF		1		1
Total	8	8	8	24

4.1.3. Categoria Infantil A

O Rio Grande do Sul recebeu, na cidade de Porto Alegre, o Campeonato Brasileiro Infantil A de 2005. O evento contou com a participação de cinco equipes na Competição IV (Tabela 19).

Tabela 19 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infantil A de 2005.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1°	MESC	SP	163,875
2°	Clube Escola 01	DF	159,500
3°	ASA	SP	145,525
4°	SOGIPA	RS	128,650
5°	ALG	PR	117,525

A AABB-SP, o Clube de Regatas do Flamengo (CRF) e o SERC participaram nas competições individuais. O ginasta Petrix S. A. Barbosa do MESC ficou com o título do individual geral. A prata foi para o ginasta Renato Nascimento da AABB-SP e o bronze ficou com Sérgio Y. Sasaki Jr. do MESC.

Na Competição III, os ginastas do MESC conquistaram todas as medalhas de ouro. Do total de dezoito medalhas disputadas nos aparelhos, onze ficaram em posse dos ginastas deste clube.

Dividindo o pódio com São Bernardo do Campo, o SERC adquiriu a prata nas barras paralelas e a equipe da AABB-SP conquistou: o ouro no solo e no salto, empatando com os atletas do MESC, prata na prova de argolas e barra fixa e bronze nas provas de argolas e cavalo com alças (Tabela 20).

Tabela 20 – Distribuição das medalhas da Competição III do Campeonato Brasileiro Infantil A de 2005.

Equipe	Ouro	Prata	Bronze	Total
MESC	6	3	2	11
AABB-SP	2	2	2	6
SERC		1		1

Em 2006, na cidade de Brasília, apenas quatro equipes participaram da competição por equipes do Campeonato Brasileiro desta categoria. Podemos acompanhar o resultado final na Tabela 21.

Tabela 21 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infantil A de 2006.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1º	SERC	SP	329,250
2º	MESC	SP	321,325
3º	SAGDF	DF	308,525
4º	ALG	PR	270,975

No individual geral o ouro e o bronze foram para os ginastas Petrix S. A. Sousa e André Fellipe da Silva do SERC. O MESC ficou com a prata com o ginasta Sérgio Y. Sasaki Júnior. Somente doze atletas disputaram essa final.

Na competição por aparelhos as medalhas foram divididas entre as equipes do MESC e SERC com exceção de um bronze ganhado pela equipe do GNU. O SERC encerrou as finais por aparelhos com quatro ouros, três pratas e cinco bronzes. O MESC conquistou dois ouros e três pratas.

No ano seguinte, na cidade de Goiânia, participaram da competição por equipes quatro clubes sendo o MESC a equipe campeã (Tabela 22).

Tabela 22 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infantil A de 2007.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1º	MESC	SP	323,875
2º	ECP	SP	317,400
3º	CSL	DF	313,725
4º	CRF	RJ	280,550

O ECP ficou com o título do individual geral com o ginasta Arthur N. Mariano. Caio C. Souza da AABB-SP ficou com a prata e Daniel S. da Silva do MESC com o bronze.

Além dos clubes já mencionados, participaram das competições individuais atletas da Associação Londrinense de Ginástica (ALG), Minas Tênis Clube (MTC) e ABLUGO.

Na Competição III, a AABB-SP, o MESC e o ECP dividiram as medalhas com a exceção de uma de prata conquistada pelo CSL, conforme podemos constatar na Tabela 23.

Tabela 23 – Distribuição das medalhas da Competição III do Campeonato Brasileiro Infantil A de 2007.

Equipe	Ouro	Prata	Bronze	Total
ECP	6			6
AABB-SP	2	2	2	6
MESC		1	4	5
CSL		1		1

Houve empate, na primeira colocação, na prova de solo e de argolas.

Em 2008, o brasileiro Infantil A foi realizado em Campo Grande no Mato Grosso do Sul. A METODISTA, que consiste na equipe do MESC, venceu pela segunda vez consecutiva a competição por equipes (Tabela 24).

Tabela 24 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infantil A de 2008.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1°	METODISTA (MESC)	SP	328,017
2°	ECP	SP	318,602
3°	Clube Escola 01	DF	317,536
4°	CRF	RJ	301,501

O SERC participou da competição com apenas um ginasta, Lucas de S. Bittencourt, que na disputa do individual geral ficou com o ouro. A METODISTA (MESC) ficou com a prata e o bronze com os ginastas Daniel S. da Silva e André G. dos Santos.

O ginasta do SERC Lucas de S. Bittencourt conquistaria além do título individual, mais dois ouros nas provas de paralelas e argolas e três medalhas de bronze nas provas de solo, salto e barra fixa.

Os outros campeões desta competição foram: Daniel S. da Silva da METODISTA (MESC) no solo e no salto; Bruno de Paula da AABB-SP no cavalo com alças; e André G. dos Santos da METODISTA (MESC) na barra fixa. Na Tabela 25 podemos acompanhar a distribuição das medalhas nesta competição.

Tabela 25 – Distribuição das medalhas da Competição III do Campeonato Brasileiro Infantil A de 2008.

Equipe	Ouro	Prata	Bronze	Total
METODISTA (MESC)	3	3		6
SERC	2		3	5
AABB-SP	1		1	2
Clube Escola 01		1	1	2
ECP		1		1
CRF		1		1
ABLUGO		1		1

Ao longo da apresentação dos resultados dessa categoria, observamos que o MESC (METODISTA) dominou as competições ao longo do ciclo 2005-2008. O clube venceu a competição por equipes nos anos de 2005, 2007 e 2008. Além destes títulos, o MESC também exerceu domínio nos pódios das competições individuais ao lado do SERC, vencedor da disputa por equipes no ano de 2006.

A categoria Infantil A possui similaridades com a categoria Pré-infantil e Infantil B. Embora sejam categorias de base, o número de ginastas é restrito. Podemos observar na Tabela 26 que o contingente de participantes nessa categoria é menor que na categoria adulto.

Tabela 26 – Número de ginastas participantes no Campeonato Brasileiro Infantil A 2005-2008.

Ano	Número de Ginastas
2005	25
2006	21
2007	25
2008	27

Apesar de termos utilizado, anteriormente, os dados norte-americanos como parâmetro de comparação, nesta categoria faremos uso das informações dos campeonatos alemães⁷ para atletas de 13 e 14 anos. Na Tabela 27 podemos verificar a quantidade de ginastas que obtiveram a classificação e competiram nos Campeonatos Nacionais da Alemanha.

⁷ Esta opção foi motivada pelas diferenças existentes entre as categorias americanas e as brasileiras, após os 12 anos de idades, que impediram uma análise comparativa.

Tabela 27 – Número de ginastas participantes nos campeonatos nacionais alemães (13 e 14 anos).

Ano	Número de Ginastas
2005	35
2006	35
2007 ⁸	--
2008	26

Fonte: DTB (2010).

Quando observamos as Tabelas 26 e 27, podemos inferir, num primeiro momento, que a diferença entre o Brasil e a Alemanha é pequena com relação ao número de ginastas nessa categoria. Porém, os dados alemães se referem apenas aos atletas que conseguiram a classificação para o campeonato nacional da categoria.

Na sequência é possível verificar que a quantidade de clubes e associações que participaram das competições por equipes se manteve constante nos últimos três anos, porém apenas uma equipe esteve presente nas quatro edições analisadas (Tabela 28).

Tabela 28 – Número de clubes/associações participantes da Competição IV no Campeonato Brasileiro infantil A.

Ano	Número de equipes/associações
2005	5
2006	4
2007	4
2008	4

Conforme consta na Tabela 29, houve uma boa participação de clubes e associações nesta categoria, principalmente no ano de 2008 com a participação de 9 instituições, porém as medalhas continuaram concentradas em duas equipes: SERC e MESC.

⁸ No decorrer da pesquisa bibliográfica e documental não obtivemos sucesso em conseguir as informações referentes ao ano de 2007.

Tabela 29 – Número de instituições participantes do Campeonato Brasileiro infantil A.

Ano	Número de participantes
2005	8
2006	7
2007	7
2008	9

Os estados do norte e nordeste do país não foram representados por nenhuma equipe nestes quatro anos analisados (Quadro 4), assim como na categoria Pré-infantil e Infantil B (Quadro 2 e 3).

Quadro 4 – Estados representados no Campeonato Brasileiro infantil A.

Ano	Estados participantes
2005	DF, PR, RJ, RS, SP
2006	DF, PR, RS, SP
2007	DF, RJ, SC, SP
2008	DF, RJ, RS, SC, SP

Os estados de maior representatividade nessa categoria foram: Distrito Federal, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Na Tabela 30 podemos acompanhar a distribuição das medalhas ao longo do período analisado nesta categoria.

Tabela 30 – Quadro de medalhas da categoria Infantil A 2005-2008.

Clube/Associação	Ouro	Prata	Bronze	Total
MESC / METODISTA	15	13	9	37
SERC	9	4	9	22
ECP	7	3		10
AABB-SP	5	6	5	16
Clube Escola 01		2	2	4
CSL		1	1	2
ABLUGO		1		1
CRF		1		1
GNU			1	1
ASA			1	1
SAGDF			1	1
Total	36	31	29	96

4.1.4. Categoria Infanto-juvenil

O Brasileiro Infanto-juvenil de 2005 foi realizado na cidade de Vitória no Espírito Santo. Embora tenha sediado a competição, o Espírito Santo não foi representado na competição masculina.

Conforme podemos constatar na Tabela 31, somente duas equipes participaram da competição IV. Devemos ressaltar que a equipe do SERC era composta por cinco ginastas e a AABB-SP possuía o número mínimo de três atletas.

Tabela 31 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infanto-juvenil de 2005.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1º	SERC	SP	154,175
2º	AABB-SP	SP	142,425

Catorze ginastas participaram da competição do individual geral. O ouro e a prata foram conquistados pelos atletas Sérgio A. Eras e Tomás V. S. Siqueira do SERC. O bronze ficou com o ginasta Renato N. de Oliveira da AABB-SP. Além dos clubes supracitados, participaram do evento o Centro de Ginástica do Pará (CGP), Clube Escola 01, GNU, SOGIPA e ECP. Na disputa por aparelhos, o SERC foi o clube de maior sucesso obtendo todas as medalhas de ouro (Tabela 32).

Tabela 32 – Distribuição das medalhas da Competição III do Campeonato Brasileiro Infanto-juvenil 2005.

Equipe	Ouro	Prata	Bronze
SERC	6	4	4
ECP		1	
AABB-SP		1	2

Utilizando os dados contidos na Tabela 32, ficou evidente o domínio das equipes de São Paulo no quadro de medalhas dessa competição. Todas as medalhas foram distribuídas entre os ginastas paulistas demonstrando a hegemonia paulista.

No ano seguinte, na cidade de Porto Alegre, três clubes participaram da Competição IV (Tabela 33). Novamente o SERC possuía um número superior de atletas. Enquanto a equipe de São Caetano possuía cinco atletas as demais equipes possuíam três.

Tabela 33 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infanto-juvenil de 2006.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1°	SERC	SP	237,379
2°	Clube Escola 01	DF	193,111
3°	SOGIPA	RS	164,094

Sérgio Y. Sasaki Jr., do MESC, ficou com o título do individual geral. O vice-campeão foi Arthur N. Zanetti e em terceiro ficou Petrix S. A. Barbosa, ambos da equipe do SERC.

Nas finais por aparelhos, as medalhas foram distribuídas entre os clubes de São Paulo como mostra a Tabela 34.

Tabela 34 – Divisão das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Infanto-Juvenil de 2006.

Equipe	Ouro	Prata	Bronze
SERC	3	4	1
AABB-SP	1	1	
ECP	2	1	
MESC		2	3

Além dos clubes mencionados, também fizeram parte desta competição atletas do CRF e do GNU.

No Brasileiro de 2007, realizado em Campo Grande no Mato Grosso do Sul, três equipes participaram da competição IV. Na Tabela 35 podemos acompanhar o resultado final da disputa por equipes.

Tabela 35 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infanto-juvenil de 2007.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1º	SERC	SP	230,050
2º	MESC	SP	227,650
3º	SEJELP	SP	186,900

No individual geral, Sérgio Y. Sasaki Jr. do MESC sagrou-se bicampeão brasileiro nessa categoria. A prata foi para Petrix S. A. Barbosa do SERC e o bronze para Renato N. de Oliveira da AABB-SP.

O campeão do individual geral, Sérgio Y. Sasaki Jr., conquistou mais duas medalhas de ouro durante a competição por aparelhos nas provas de salto e barras paralelas. Já o vice-campeão, Petrix S. A. Barbosa, conquistou medalhas de ouro na barra fixa, cavalo com alças e argolas. O ouro da prova de solo ficou com Renato N. de Oliveira da AABB-SP empatado com o ginasta do CRF Henrique dos S. Motta. Na Tabela 36 podemos acompanhar a distribuição de todas as medalhas da Competição III neste campeonato.

Tabela 36 – Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Infanto-Juvenil de 2007.

Equipe	Ouro	Prata	Bronze
SERC	3	1	3
MESC	2	3	
AABB-SP	1	1	2
CRF	1		
GNU			1

Participaram também desta competição, ginastas pertencentes às seguintes equipes: SOGIPA e ASA.

Na cidade de Curitiba em 2008, o SERC venceu a Competição IV pela quarta vez consecutiva nesta categoria (Tabela 37).

Tabela 37 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Infanto-juvenil de 2008.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1º	SERC	SP	227,135
2º	MESC	SP	226,666
3º	ECP	SP	220,433
4º	Clube Escola 01	DF	190,101

O SERC também conquistou o ouro e o bronze no individual geral com os ginastas Petrix Barbosa e Lucas de S. Bittencourt. A prata ficou com o ginasta Caio C. Souza da AABB-SP.

Nas finais por aparelhos, as medalhas foram divididas, como nos anos anteriores, entres os clubes paulistas (Tabela 38).

Tabela 38 – Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Infanto-Juvenil de 2008.

Equipe	Ouro	Prata	Bronze
METODISTA	3	2	1
SERC	1	1	2
AABB-SP	1	3	
ECP	1	2	1

A SOGIPA, HEBRAICA e a ABLUGO também participaram do evento nas Competições II e III.

Ao longo da apresentação dos resultados, verificamos que a equipe do SERC de São Caetano do Sul teve o domínio da categoria Infanto-juvenil ao longo dos anos de 2005-2008 sendo quatro vezes campeão por equipes e duas vezes campeão no individual geral, preponderando sobre as demais equipes (ver Tabela 43).

O MESC, dominante nas categorias infantis, também obteve destaque com o bicampeonato de Sérgio Y. Sasaki Júnior no individual geral.

No período de 2005-2008, verificamos que a categoria infanto-juvenil possuiu um número constante de instituições participantes conforme podemos observar na Tabela 39.

Tabela 39 – Número de clubes/associações participantes no Campeonato Brasileiro Infanto-juvenil.

Ano	Número de equipes/associações
2005	7
2006	8
2007	8
2008	8

Infelizmente o número de ginastas não condizia com o número de instituições. Isso significa que ou os programas desenvolvidos nos clubes possuíam poucos atletas nessa categoria e que estes não eram suficientes para compor uma equipe de três ginastas ou os clubes não tinham atletas com o nível necessário para atuar em um evento deste porte (Tabela 40).

Tabela 40 – Número de ginastas participantes no Campeonato Brasileiro infanto-juvenil.

Ano	Número de Ginastas
2005	14
2006	18
2007	18
2008	22

Assim como na categoria anterior, utilizamos os dados do Campeonato Alemão de Ginástica para confrontar os dados. Na Tabela 41, verificamos que o número de ginastas alemães supera o contingente brasileiro. Embora a diferença seja pequena, devemos lembrar que as classificatórias existentes para os atletas alemães restringem a quantidade de participantes no campeonato nacional.

Tabela 41 – Número de participantes no Campeonato Alemão Individual (15 e 16 anos).

Ano	Número de ginastas
2005	29
2006	21
2007	--
2008	21

Fonte: DTB (2010).

O baixo número de atletas brasileiros reflete a dificuldade das equipes com relação aos encargos financeiros e a escassez de ginastas que atingem este nível. Muitos abandonam o esporte devido às demandas físicas e psicológicas e, além destes problemas, a falta de infraestrutura e a deficiência na formação profissional também influenciam no número de participantes. O número restrito de ginastas nesta categoria brasileira também se reflete na quantidade de equipes completas que participaram das Competições IV (Tabela 42).

Tabela 42 – Número de clubes/associações participantes da competição IV do Campeonato Brasileiro infanto-juvenil.

Ano	Número equipes/associações
2005	2
2006	3
2007	3
2008	4

A região norte do país foi representada apenas na competição de 2005 realizada no Espírito Santo. O nordeste, mais uma vez, não teve representação enquanto os estados do sul e sudeste estiveram presentes em todos os eventos (Quadro 5). A região centro-oeste foi representada pelo Clube Escola 01 do Distrito Federal que participou em três edições desta categoria.

Quadro 5 – Estados representados no Campeonato Brasileiro infanto-juvenil.

Ano	Estados
2005	DF, PA, RS, SP
2006	DF, RJ, RS, SP
2007	RJ, RS, SP
2008	DF, SC, RS, SP

Devemos destacar que nos quatro anos analisados, houve uma hegemonia dos clubes paulistas no quadro de medalhas conforme é possível observar na Tabela 44.

Tabela 43 – Quadro de medalhas da categoria Infanto-juvenil 2005-2008.

Clube/Associação	Ouro	Prata	Bronze	Total
SERC	19	13	12	44
MESC / METODISTA	7	9	4	20
AABB-SP	3	8	6	17
ECP	3	4	2	9
CRF	1			1
Clube Escola 01		1		1
GNU			1	1
SEJELP			1	1
SOGIPA			1	1
Total	33	35	27	95

4.1.5. Categoria Juvenil

Prosseguindo a análise dos Campeonatos Brasileiros nas suas diferentes categorias, o Campeonato Brasileiro Juvenil de 2005 foi realizado na cidade de Porto Alegre.

Apenas duas equipes participaram da Competição IV, porém somente uma estava completa com seis ginastas. Podemos observar a classificação final na Tabela 44.

Tabela 44 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Juvenil de 2005.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1º	SERC	SP	146,427
2º	SOGIPA	RS	106,762

Participaram também deste evento competitivo atletas da AABB-SP, CRF, GNU, MESC, SEJELP e do MTC.

No individual geral, Caio A. Costa da AABB-SP venceu com uma vantagem de mais de um ponto o rubro-negro Marcos P. A. da S. Barros. Em terceiro ficou o ginasta Marcelo Soufía da AABB-SP.

Na competição por aparelhos, destaque para o ginasta do SERC Luiz A. dos Anjos com três medalhas de ouro (cavalo com alças, barras paralelas e barra fixa). O campeão do individual geral, Caio A. Costa, ficou com o ouro no solo e na prova de argolas. A medalha do

salto foi para o ginasta Marcelo R. de Araújo do SERC. Na Tabela 45 podemos acompanhar a divisão das medalhas na Competição III.

Tabela 45 – Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Juvenil de 2005.

Clube/Associação	Ouro	Prata	Bronze
SERC	4	1	3
AABB	2	4	1
CRF		1	2

O Campeonato Brasileiro Juvenil de 2006 aconteceu no ABC paulista na cidade de São Bernardo do Campo. Assim como no ano anterior, a competição por equipes ocorreu entre duas equipes paulistas (Tabela 46).

Tabela 46 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Juvenil de 2006.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1°	SERC	SP	248,500
2°	ECP	SP	238,900

No individual geral Sérgio A. Eras, do SERC, foi o vencedor. O rubro-negro Marcos P. Silva ficou em segundo e a terceira posição ficou com Caio P. Teixeira, do ECP, que encerrou a disputa 0,05 pontos atrás do atleta do Flamengo.

Catorze ginastas participaram do individual geral sendo a metade dos atletas pertencentes à equipe do SERC. Na Tabela 47 podemos verificar o número de ginastas que representavam cada uma das equipes na Competição II.

Tabela 47 – Distribuição dos ginastas na Competição II do Campeonato Brasileiro Juvenil 2006.

Equipe	Número de ginastas
SERC	7
ECP	4
GNU	2
CRF	1

A falta de participantes de outras equipes pode explicar a participação de 7 atletas do SERC. Como não houve uma regra de limite máximo de atletas de uma mesma equipe nas finais individuais, o SERC preponderou na competição (Tabela 48). Na final de barras paralelas, por exemplo, os seis finalistas pertenciam à equipe de São Caetano do Sul.

Tabela 48 – Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Infanto-Juvenil de 2006.

Clube/Associação	Ouro	Prata	Bronze
SERC	6	2	4
CRF		4	
ECP			1
GNU			1

Curitiba sediou o Campeonato Brasileiro Juvenil de 2007. Como mostra a Tabela 49, apenas duas equipes participaram da disputa por equipes.

Tabela 49 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Juvenil de 2007.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1º	SERC	SP	254,400
2º	ECP	SP	239,900

Seguindo o roteiro do ano anterior, quinze atletas participaram do individual geral, sendo sete atletas pertencentes ao SERC. O título ficou com o ginasta do ECP Péricles F. da Silva. A prata e o bronze ficaram, respectivamente, com os atletas Petrix S. A. Barbosa e Sérgio A. Eras do SERC.

Na competição por aparelhos, a equipe de São Caetano conquistou o maior número de medalhas (Tabela 50). Este resultado foi favorecido, além do mérito técnico, pelo número superior de atletas que elevou suas chances de conseguir boas colocações. O SERC conquistou o ouro no cavalo com alças e nas barras paralelas com o ginasta Petrix S. A. Barbosa e nas argolas com Arthur N. Zanetti.

Tabela 50 – Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Infante-Juvenil de 2007.

Clube/Associação	Ouro	Prata	Bronze
SERC	3	4	5
ECP	3	1	1
GNU		1	

O ECP encerrou a competição por aparelhos com três medalhas de ouro nas provas de barra fixa, salto e solo com os ginastas João Paulo de Souza, Felipe G. Polato e Péricles F. da Silva, respectivamente. Outro clube medalhista na competição foi o GNU com uma prata na prova de solo. A AABB-SP e a Sociedade Ginástica Joinville (SGJ) também participaram das competições individuais.

No ano de 2008, o brasileiro juvenil foi realizado na cidade de Blumenau em Santa Catarina com a participação de seis clubes/associações diferentes. Na Tabela 51 podemos observar a classificação final da Competição IV.

Tabela 51 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Juvenil de 2008.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1º	SERC	SP	246,700
2º	ECP	SP	238,750
3º	ABLUGO	SC	190,950

O campeão individual foi Sérgio Y. Sasaki Jr. da METHODISTA (MESC), bicampeão na categoria infante-juvenil. A prata ficou com o ginasta do SERC Henrique M. Flores e o bronze com Renato N. de Oliveira da AABB-SP.

O SERC, a METHODISTA (MESC) e a AABB-SP dominaram a competição por aparelhos. No solo Renato Oliveira ficou com o ouro seguido pelos ginastas Petrix Barbosa do SERC e Sérgio Y. Sasaki Jr.

No cavalo, o pódio foi formado, na ordem de classificação, pelos ginastas Henrique Flores, Petrix Barbosa e Sérgio Y. Sasaki Jr.

O SERC repetiu o feito do cavalo com alças e conquistou o ouro e a prata nas argolas com Arthur Zanetti e Henrique Flores. Em terceiro ficou Sérgio Sasaki Jr. da METODISTA (MESC).

O ouro na prova de salto foi ganho por Sérgio Y. Sasaki Jr. A medalha de prata foi para Renato Oliveira e o bronze para Felipe Polato do ECP.

Na disputa das barras paralelas, Sérgio Y. Sasaki Jr. conquistaria seu terceiro ouro na competição. Renato Oliveira ficou em segundo e Petrix Barbosa em terceiro.

Encerrando o evento, o SERC conquistou mais um ouro em Blumenau na prova de barra fixa com o ginasta Petrix Barbosa. Sérgio Y. Sasaki Jr. e Arthur Zanetti ficariam em segundo e terceiro lugares, respectivamente. Na Tabela 52 podemos acompanhar o quadro de medalhas desta competição.

Tabela 52 – Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Juvenil de 2008.

Clube/Associação	Ouro	Prata	Bronze
SERC	3	3	2
MESC (METODISTA)	2	1	3
AABB-SP	1	2	
ECP			1

Cabe destacar a participação do CGP durante o individual geral, com apenas um atleta, representando a região norte do Brasil.

Ao longo do período analisado, observamos que a equipe do SERC venceu todas as competições por equipes repetindo os resultados da categoria Infanto-juvenil. O ECP, três vezes vice-campeão da Competição IV, obteve bons resultados individuais na Competição II e III, assim como o MESC (METODISTA), o ECP e a AABB-SP.

A respeito da representatividade dos estados, o centro-oeste e o nordeste brasileiro não estiveram presentes nas competições juvenis e a região norte ficou restrita à participação do CGP no ano de 2008 com um atleta (Quadro 6).

Quadro 6 – Estados representados no Campeonato Brasileiro Juvenil.

Ano	Estados
2005	MG, RJ, RS, SP
2006	RJ, RS, SP
2007	RS, SC, SP
2008	PA, SC, SP

Como pudemos verificar através do Quadro 6, os estados da região sul e sudeste se destacaram ao participarem em todas as edições. Acerca da quantidade de atletas, o número é menor se comparado as categorias previamente analisadas possuindo o máximo de 17 ginastas no ano de 2008, conforme mostra a tabela 53.

Tabela 53 – Número de ginastas participantes no Campeonato Brasileiro Juvenil.

Ano	Número de Ginastas
2005	16
2006	14
2007	15
2008	17

Buscando uma referência internacional para comparar os dados brasileiros, utilizaremos os dados do campeonato alemão de ginástica para atletas de 17 e 18 anos (Tabela 54).

Tabela 54 – Número de ginastas participantes no Campeonato Alemão 17-18 anos.

Ano	Número de Ginastas
2005	32
2006	27
2007	--
2008	22

Fonte: DTB (2010).

Nos anos de 2005 e 2006, a Alemanha possuía, praticamente, o dobro de ginastas nesta categoria demonstrando uma grande diferença numérica entre ambos os países. Em

2008, observamos uma diminuição no número de atletas alemães no final do ciclo olímpico. Sabemos que existem diferenças entre Brasil e Alemanha com relação a esta prática esportiva, mas não podemos desprezar estas informações que nos possibilitam ter um parâmetro entre um país emergente no cenário internacional e uma potência de tradição na modalidade.

Apesar da quantidade restrita, o número de clubes e associações participantes na categoria juvenil é relativamente bom se comparado com os dados analisados nas outras categorias. Isso expõe que há uma diversidade de clubes, mas que estes têm dificuldades em manter um número maior de atletas. Na Tabela 55 podemos acompanhar estes números no decorrer do período de 2005-2008.

Tabela 55 – Número de clubes/associações participantes do Campeonato Brasileiro Juvenil.

Ano	Número de clubes/associações
2005	7
2006	5
2007	5
2008	6

Embora haja diversidade de participação, os resultados se concentraram num grupo restrito de equipes. Também devemos ponderar que são poucas as equipes que competiram com o mínimo de três atletas (Tabela 56).

Tabela 56 – Número de clubes/associações que participaram da Competição IV do Campeonato Brasileiro Juvenil.

Ano	Número de Equipes
2005	2
2006	2
2007	2
2008	3

A dificuldade dos clubes em manter os ginastas treinando e/ou as dificuldades financeiras em enviar os atletas para esse tipo de competição podem explicar a falta de equipes

completas nesta e nas demais categorias já analisadas. A formação dos técnicos também é outro fator que deve ser considerados por influenciar estes números.

A equipe do SERC tornou-se exceção à realidade brasileira da GAM, pois enquanto a maior parte das equipes competia incompleta, o SERC competiu com um número superior ao permitido⁹, chegando a levar sete atletas para o brasileiro de 2006. Além dessa superioridade numérica, podemos constatar na Tabela 57 o domínio dos atletas dessa equipe no quadro de medalhas desta categoria entre os anos de 2005-2008 demonstrando, também, a sua primazia competitiva.

Tabela 57 – Quadro de medalhas da categoria Juvenil 2005-2008.

Clube/Associação	Ouro	Prata	Bronze	Total
SERC	21	12	15	49
AABB-SP	4	6	3	13
ECP	4	4	4	12
MESC / METODISTA	3	1	3	7
CRF		7	2	9
GNU		1	1	2
SOGIPA		1		1
ABLUGO			1	1
Total	32	32	29	93

4.1.6. Categoria Adulta

Em maio de 2005, na cidade de Belém do Pará, foi realizado o Campeonato Brasileiro Adulto de GA. Na competição por equipes, seis clubes de quatro estados diferentes participaram da disputa pelo título nacional.

Liderados pelo ginasta Danilo Nogueira, o BFC venceu a competição deixando o GNU, do ginasta olímpico Mosiah Rodrigues, em segundo lugar e o ECP na terceira posição (Tabela 58).

⁹ De acordo com a CBG (2009), o número máximo de integrantes numa equipe de GAM consiste em seis atletas. Porém, o regulamento das competições pode ser alterado aceitando um número superior nas competições individuais, como ocorreu no Brasileiro Juvenil de 2006.

Tabela 58 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Adulto de 2005.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1º	BFC	SP	153,275
2º	GNU	RS	151,875
3º	ECP	SP	149,425
4º	CRF	RJ	147,075
5º	SOGIPA	RS	129,985
6º	CGP	PA	107,875

Além dos clubes já mencionados na Tabela 58, atletas individuais representaram a AABB-SP, ALG e o SERC.

Na competição individual, Victor Rosa do CRF e Danilo Nogueira do BFC empataram na primeira colocação. O bronze ficou com Mosiah Rodrigues do GNU.

Nas finais por aparelhos, o rubro-negro Victor Rosa (Figura 8) venceu a prova de solo. Caio A. Costa da AABB-SP ficou com a prata e Vitor Camargo do BFC com o bronze.



Figura 8 – O ginasta Victor Rosa executando sua série de paralelas. Fonte: R7 Esportes (2009).

Além dos ouros conquistados no individual e no solo, Victor Rosa também venceu a prova de salto deixando a prata e o bronze com os ginastas do BFC Leandro Heredia e Vitor Camargo.

Rogério Pereira, do GNU, logrou duas medalhas de ouro nas finais por aparelhos no cavalo com alças e nas barras paralelas. A prata do cavalo com alças ficou com o ginasta Danilo Nogueira do BFC e o bronze com Caio A. Costa da AABB-SP. Completando o pódio das paralelas, Victor Rosa ficou em segundo e Danilo Nogueira com o terceiro lugar.

Nas argolas, Danilo Nogueira venceu a prova seguido pelos ginastas Adan dos Sandos do ECP e Leandro Heredia. Na última prova disputada na competição, Mosiah Rodrigues ficou com o primeiro lugar na barra fixa. Danilo Nogueira ficou com a segunda colocação e Luís A. dos Anjos do SERC em terceiro. Na Tabela 59 podemos acompanhar a distribuição das medalhas da Competição III.

Tabela 59 – Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Adulto de 2005.

Clube/Associação	Ouro	Prata	Bronze
GNU	3		
CRF	2	1	
BFC	1	3	4
AABB-SP		1	1
ECP		1	
SERC			1

Verificamos, através dos resultados deste campeonato, que houve uma hegemonia por parte dos ginastas advindos do sudeste brasileiro refletindo, no alto nível, as características das demais categorias previamente analisadas neste estudo. Num total de 24 medalhas disputadas, mais que a metade (15 medalhas) foi conquistada por clubes paulistas (Tabela 59).

No ano seguinte, no estado de Goiás, foi realizado na cidade de Goiânia o Campeonato Brasileiro desta categoria. Na competição por equipes, três clubes de São Paulo, um do Rio de Janeiro e um do Rio Grande do Sul participaram da disputa.

A equipe carioca do CRF ficou com a primeira colocação empatada com a equipe gaúcha do GNU. Na Tabela 60 podemos acompanhar a classificação final da Competição IV.

Tabela 60 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Adulto de 2006.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1º	CRF	RJ	254,350
1º	GNU	RS	254,350
3º	ECP	SP	249,350
4º	BFC	SP	245,850
5º	SERC	SP	235,350

Os campeões do individual geral do campeonato anterior, Victor Rosa e Danilo Nogueira, foram vencidos pelo ginasta Michel Conceição do GNU. Danilo Nogueira ficou com a prata e Diego Hypólito do Flamengo ficou com o bronze. Victor Rosa encerrou o evento na nona colocação.

Nas finais por aparelhos, o BFC e o GNU foram os clubes que conquistaram o maior número de medalhas conforme podemos verificar na Tabela 61.

Tabela 61 – Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Adulto de 2006.

Clube/Associação	Ouro	Prata	Bronze
BFC	3	1	2
GNU	2	1	3
CRF	1	1	1
ECP		1	1
AABB-SP		1	1
SERC		1	

Na prova de solo Victor Rosa do CRF ficou com o ouro. A prata e o bronze foram, respectivamente, para os ginastas Marcelo R. de Araújo da AABB-SP e Michel Conceição do GNU.

O BFC ficou com o ouro e o bronze no cavalo com alças. Estas medalhas foram conquistadas por Danilo Nogueira e Vitor Camargo. A prata ficou com Rogério Pereira do GNU.

Nas argolas, o campeão foi Michel Conceição. O atleta Danilo Nogueira ficou com a prata e seu companheiro de equipe Vitor Camargo completou o pódio desta prova empatado com Rogério Pereira.

Vitor Camargo (Figura 9) superou os adversários e ficou com ouro no salto. Paulo A. de S. Filho do ECP ficou em segundo e Victor Rosa em terceiro.



Figura 9 – Vitor Camargo disputando a prova de argolas. Fonte: Daylife (2009a).

O GNU, representado na final de paralelas por Michel Conceição e Rogério Pereira, dominou o pódio deste aparelho ficando com o primeiro e o terceiro lugar. Caio A. Costa da AABB-SP ficou com a prata.

No último pódio da competição, Danilo Nogueira ficou com o ouro na barra fixa. Victor Rosa ficou com a prata e Caio A. Costa empatou com Adan dos Santos no terceiro lugar. Também participaram dessa competição ginastas da ALG, ABLUGO, MTC e a Associação de Ginástica Olímpica de Santa Catarina (AGOSC). Observamos que apenas equipes do sul e sudeste do país participaram no evento.

No ano de 2007, o CRF consagrou-se campeão brasileiro por equipes com uma margem superior a cinco pontos sobre o vice-campeão ECP (Tabela 62).

Tabela 62 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Adulto de 2007.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1º	CRF	RJ	258,350
2º	ECP	SP	253,550
3º	SERC	SP	244,600
4º	GNU	RS	244,100

O CRF também conquistou o ouro e a prata do individual geral com os ginastas Victor Rosa e Diego Hypólito. O bronze ficou com o ginasta do ECP, Luiz A. dos Anjos.

O sucesso rubro-negro na competição continuou nas finais por aparelhos. Na prova de solo, Diego Hypólito ficou com o título seguido pelo seu companheiro de equipe Victor Rosa. Arthur N. Zanetti, do SERC, ficou com o bronze.

Na prova de cavalo com alças, o especialista nessa prova, Mosiah Rodrigues ficou com o ouro. Victor Rosa e Luiz A. dos Anjos ficaram com a prata e o bronze, respectivamente.

Nas argolas, o ginasta Arthur N. Zanetti (Figura 10) ficou com o primeiro lugar. Bruno T. Martins do CRF encerrou a prova em segundo e Paulo de S. Filho do ECP em terceiro.



Figura 10 – Arthur Zanetti executando uma *maltesa*. Fonte: Portal Globo.com (2009a).

Na prova de salto, Diego Hypólito conquistou seu terceiro ouro na competição. Paulo de S. Filho empatou na segunda colocação com o ginasta Arthur Zanetti.

Nas barras paralelas, a classificação final ficou da seguinte forma: ouro para o ginasta Luiz A. dos Anjos, prata para Mosiah Rodrigues e bronze para Victor Rosa.

O GNU logrou mais um ouro com Mosiah Rodrigues na barra fixa. Luiz A. dos Anjos ficou em segundo e Victor Rosa em terceiro. Na Tabela 63 podemos observar a distribuição das medalhas com o término da Competição III.

Tabela 63 – Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Adulto de 2007.

Clube/Associação	Ouro	Prata	Bronze
CRF	2	3	2
GNU	2	1	
ECP	1	2	2
SERC	1	1	1

Participaram também das competições individuais atletas da AABB-SP, CGP, MESC e Fundação Uberlandense de Turismo, Esporte e Lazer (FUTEL).

O Campeonato Brasileiro Adulto de 2008 foi realizado na cidade de Maceió no estado do Alagoas. Quatro equipes disputaram o título saindo-se vitorioso o SERC. Na Tabela 64 podemos acompanhar a classificação e as pontuações finais da Competição IV.

Tabela 64 – Resultado por equipes do Campeonato Brasileiro Adulto de 2008.

Classificação	Clube/Associação	Estado de Origem	Resultado
1º	SERC	SP	254,467
2º	ECP	SP	252,633
3º	CRF	RJ	249,100
4º	BFC	SP	245,400

Diego Hypólito, do CRF, foi o campeão do individual geral. Mosiah Rodrigues do GNU ficou com a prata e Vitor Camargo do BFC ficou com o bronze.

Na prova de solo, Diego Hypólito foi o campeão com seu companheiro de equipe Henrique Motta em segundo. João P. Souza do ECP ficou em terceiro.

Sérgio Eras do SERC ficou com o ouro na prova de cavalo com alças. Danilo Nogueira do ECP ficou com a prata e Francisco Barreto do SERC com o bronze.

A equipe de São Caetano conquistou os três primeiros lugares na prova de argolas com os ginastas Arthur Zanetti, Henrique Flores e Francisco Barreto. A quarta colocação, neste aparelho, também ficou com um atleta do SERC, o ginasta Sérgio Eras.

No salto sobre a mesa, Diego Hypólito venceu seu terceiro ouro na competição. Renato Oliveira da AABB-SP ficou em segundo e Jefferson Negrão do ECP em terceiro.

O único ouro do GNU na competição foi conquistado por Mosiah Rodrigues na prova de barras paralelas. Felipe Polato do ECP e Raudison de Souza do BFC ficaram, respectivamente, com a prata e o bronze nesta prova.

Na barra fixa, Mosiah Rodrigues não conseguiu defender o seu título encerrando a prova em terceiro lugar. O ouro e a prata foram para o ECP com os ginastas Luiz A. dos Anjos e Péricles Silva. Na Tabela 65 podemos conferir a distribuição das medalhas na Competição III do campeonato de 2008.

Tabela 65 – Distribuição das medalhas nas finais por aparelhos do Campeonato Brasileiro Adulto de 2008.

Clube/Associação	Ouro	Prata	Bronze
SERC	2	1	2
CRF	2	1	
ECP	1	2	2
GNU	1		1
BFC		1	1
AABB-SP		1	

Também participaram deste evento os clubes: METODISTA (MESC), AABB-SP e CGP.

Comprovamos que no cenário nacional da categoria adulta da GAM, quatro equipes predominaram nos Campeonatos Brasileiros ao longo do período abordado no estudo. ECP, GNU, BFC e CRF foram as equipes que prevaleceram nos pódios desta categoria.

Clubes/associações como a AABB-SP e SERC vêm ganhando espaço nos últimos dois anos com jovens atletas. Estas equipes que, como pudemos analisar previamente estavam logrando bons resultados nas categorias de base e formação, começaram a obter resultados na categoria adulta mostrando o produto do trabalho em longo prazo realizado. Infelizmente alguns clubes que predominaram na categoria adulta, como BFC e CRF, não demonstraram ter uma renovação de atletas de acordo com os resultados analisados anteriormente nas demais categorias. Podemos utilizar como exemplo, a falta de medalhas conquistadas pelo BFC em todas as outras categorias e a ausência no quadro de medalhas do CRF nas categorias pré-infantil, infantil A e B.

Verificamos no decorrer da análise que são poucos os estados brasileiros que desenvolveram o alto rendimento da modalidade (Quadro 7). Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul estiveram presentes em todas as edições analisados do Campeonato Brasileiro Adulto.

Quadro 7 – Estados representados no Campeonato Brasileiro adulto.

Ano	Número de Equipes
2005	PA, RJ, RS, SP
2006	DF, MG, PR, RJ, RS, SC, SP
2007	MG, PA, RJ, RS, SP
2008	PA, RJ, RS, SP

Nenhum estado da região nordeste e centro-oeste do país foi representado ao longo dos anos analisados nessa categoria. O norte do país foi representado pelo Centro de Ginástica do Pará nos anos de 2005, 2007 e 2008. Infelizmente o nível técnico da equipe do Pará está aquém das demandas de uma competição como o Campeonato Brasileiro Adulto (Tabela 59). Os estados do sul e do sudeste, além da tradição no desenvolvimento da modalidade, possuem uma melhor infraestrutura física e humana que favoreceram a participação e a aquisição de bons resultados nesse nível competitivo. Além desses fatores, São Paulo, por exemplo, possui a maior concentração populacional do país e é o estado mais rico da federação. Não podemos desprezar estes indicadores que certamente auxiliam nesse sucesso da ginástica paulista. Prosseguindo a análise, podemos verificar na Tabela 66 o número de instituições participantes nas competições.

Tabela 66 – Número de instituições participantes do Campeonato Brasileiro Adulto.

Ano	Número de participantes
2005	8
2006	10
2007	9
2008	8

A maior quantidade de clubes/associações participantes nesta categoria ocorreu em 2006 com um total de 10 entidades. Este número diminui quando examinamos, na Tabela 67, apenas as equipes que participaram da Competição IV, ou seja, aquelas que possuem no mínimo três ginastas e que participaram da competição por equipes.

Tabela 67 – Número de instituições participantes da competição por equipes no Campeonato Brasileiro adulto.

Ano	Número de Equipes
2005	6
2006	5
2007	4
2008	4

Podemos inferir com estes dados que são poucos os clubes e associações que conseguem desenvolver a modalidade no seu alto rendimento e que há uma grande dificuldade em manter os atletas treinando até chegarem a esse nível de rendimento. É pertinente relembrar que não existem campeonatos classificatórios para o Campeonato Brasileiro, ou seja, independente do nível técnico qualquer individuo pode se inscrever na competição desde que esteja federado e pague as taxas da competição. O número restrito de clubes e ginastas pode ser o fator determinante para a inexistência dessas competições classificatórias.

A quantidade de ginastas se manteve praticamente constante nos anos abordados na pesquisa como é possível observar na Tabela 68. A média ficou entorno de 31 atletas.

Tabela 68 – Número de atletas participantes no Campeonato Brasileiro Adulto.

Ano	Número de Ginastas
2005	31
2006	32
2007	31
2008	31

Devemos ressaltar que embora os números demonstrem uma boa quantidade de atletas na categoria adulto, estes números incluem a participação de ginastas juvenis e infanto-juvenis, pois é permitido a participação de ginastas a partir dos 16 anos nessa categoria.

Utilizando o ano de 2008 como exemplo, 8 dos 30 atletas competiram anteriormente na categoria juvenil no mesmo ano. Dentre os oito atletas juvenis, 2 também atuaram na categoria infanto-juvenil. Na Tabela 69 é possível analisar e comparar os dados brasileiros com alguns países de tradição na modalidade.

Tabela 69 – Número de ginastas atuantes na categoria adulta em diferentes países.

Ano	Brasil	Estados Unidos	França	Japão	Alemanha
2005	31	36	-	84	22
2006	32	36	28	72	18
2007	31	25	28	71	-
2008	31	39	13	72	24

Fonte: USAG (2010a); DTB (2010); FFG (2010); JGA (2010).

Confrontando os dados brasileiros com os norte-americanos podemos inferir, num primeiro momento, que o Brasil possui um número equivalente de atletas. Porém, os dados dos Estados Unidos se referem apenas aos atletas maiores de 18 anos que conseguiram a classificação para este evento. Para contextualizar as informações americanas, no ano de 2008 por exemplo, participaram do *US Men's Qualifier* 45 ginastas sendo que os membros da equipe nacional daquele ano não precisaram participar deste evento, pois já estavam automaticamente classificados para o campeonato nacional¹⁰.

Analisando os dados brasileiros com os franceses, podemos inferir que o Brasil possuía um maior número de ginastas na categoria adulta, porém na França existem as categorias divididas por idade que, por conseguinte, são distribuídas em diferentes níveis. Em 2008, a categoria sênior Elite tinha 13 atletas, a categoria sênior nível Nacional B, que seria a categoria um nível abaixo da elite, teve a participação de 58 ginastas sendo que no Brasil há apenas um

¹⁰ Após a *Winter Cup Challenge* de 2008, 13 atletas foram nominados para o time americano naquele ano (USAG, 2010).

nível para a categoria adulta com média de aproximadamente 31 atletas, conforme observamos na Tabela 68. A FFG (2010) divulgou um total de 254 ginastas classificados nos diferentes níveis da categoria sênior - equivalente a categoria adulta brasileira - no ano de 2008 ressaltando que para participar da categoria sênior o atleta necessita ter no mínimo 19 anos diferente do Brasil onde atletas com 16 anos atuam no adulto.

Com relação ao Japão, os números contabilizam a quantidade de atletas atuantes naquele país na categoria adulta já que não existe uma seletiva para o campeonato nacional. Isto permite uma comparação direta entre os dados brasileiros e os japoneses já que ambos os países não possuem competições classificatórias. Por último, na tabela, os dados da Alemanha mostram o contingente de atletas de elite daquele país que nos anos analisados possuiu uma média de 22 ginastas que é semelhante aos números brasileiros não contabilizando a presença de ginastas juvenis e infanto-juvenis.

Os países que possuem uma quantidade maior de atletas na categoria adulta têm a vantagem de poder realizar um processo mais rígido de seleção da equipe nacional. Dentre os atletas que competiram no Campeonato Brasileiro adulto são poucos os que possuíam um nível competitivo internacional enquanto países como China e os Estados Unidos possuem atletas suficientes para formar mais de uma equipe com chances reais de subir ao pódio.

Concluindo a análise da categoria adulta, podemos verificar na Tabela 70 a distribuição das medalhas ao longo dos quatro anos:

Tabela 70 – Quadro de medalhas da categoria Adulta (2005-2008).

Clube/Associação	Ouro	Prata	Bronze	Total
CRF	12	7	5	24
GNU	10	4	5	19
BFC	5	7	8	20
SERC	4	3	5	12
ECP	2	8	8	18
AABB-SP		3	2	5
Total	33	32	33	98

Constatamos que clubes com tradição na prática da GA não estão presentes no alto nível como é o caso da SOGIPA. SERC e AABB-SP, clubes com bons resultados nas categorias infantis e juvenis, começam a se impor na categoria adulta diferentemente do MESC

que apesar de dominar o quadro de medalhas do infantil A e B, ainda não conseguiu entrar no quadro de medalhas da categoria adulto.

4.2. COMPETIÇÕES INTERNACIONAIS

Nos últimos anos, a GAM brasileira vem conseguindo bons resultados no panorama competitivo internacional. Com o objetivo de conhecer e analisar a atuação dos ginastas brasileiros no período de 2005-2008, investigaremos, seguindo a ordem cronológica, as seguintes competições: etapas de Copa do Mundo, Campeonato Mundial (CM), Jogos Olímpicos (JO), Jogos Pan-americanos (JP) e Grande Final da Copa do Mundo. Além de apresentar os resultados competitivos, verificaremos o número de atletas que participaram internacionalmente e seus clubes de origem.

Iniciamos a análise na etapa da Copa do Mundo realizada no mês de abril na cidade de São Paulo em 2005. O favorito na prova de solo, Diego Hypólito do CRF, não passou para as finais devido a uma fratura na tíbia da perna direita (GARAVELLO, 2005). O único medalhista brasileiro nesse evento foi Mosiah Rodrigues, do GNU, nas provas de cavalo com alças e barra fixa conquistando o bronze e a prata respectivamente. Na Tabela 71 podemos acompanhar os demais resultados brasileiros nesse evento competitivo.

Tabela 71 – Resultado dos ginastas brasileiros na Copa do Mundo de São Paulo (2005).

Ginasta	Solo	Cavalo	Argolas	Salto	Paralelas	Barra Fixa
Adan dos Santos			9°		16°	
Danilo Nogueira		18°	7°			
Diego Hypólito	17°					
Luiz A. dos Anjos					12°	
Mosiah Rodrigues		3°				2°
Victor Rosa	10°			4°		8°

Um mês depois, os ginastas Victor Rosa (CRF) e Danilo Nogueira (ECP) representaram o Brasil na quinta etapa da Copa do Mundo de 2005 realizada na França.

Victor Rosa competiu em quatro aparelhos tendo como seu melhor resultado o oitavo lugar na final da prova de salto. Seus resultados nos demais aparelhos foram: 25º no solo, 36º no cavalo e 35º na barra fixa.

Danilo Nogueira encerrou a competição longe de alcançar as finais. Seu melhor resultado foi o 18º lugar nas barras paralelas. Além desse resultado, o ginasta ficou em: 30º nas argolas e 32º no cavalo.

Constatamos ao longo da análise dos dados dessa competição que os atletas brasileiros iniciaram a competição em desvantagem por causa da nota de partida inferior. Enquanto o ginasta Danilo Nogueira possuía uma nota de partida de 9,6 na argolas, os 11 primeiros colocados na classificatória partiam de 10 pontos. Além da nota de partida inferior, os ginastas brasileiros possuíam muitas deduções na nota de execução. Ao passo que os 10 primeiros classificados na prova de argolas possuíam deduções entre 0,3 até meio ponto, o ginasta Danilo Nogueira possuiu deduções entre 1,1 e 1,3 pontos, ou seja, mais que o dobro.

Em novembro de 2005, aconteceu em Melbourne, na Austrália, o Campeonato Mundial (CM) de GA onde foram disputadas apenas competições individuais. O ginasta Diego Hypólito (Figura 11) tornou-se o primeiro brasileiro a vencer uma prova do CM no masculino. O atleta paulista, porém membro da equipe do CRF do Rio de Janeiro obteve o título mundial na prova de solo.



Figura 11 – Diego Hypólito na prova de solo. Fonte: Abril (2010).

Além da conquista histórica de Diego Hypólito, o ginasta Mosiah Rodrigues terminou a competição do individual geral na 23ª colocação¹¹ obtendo a melhor classificação brasileira em mundiais. Este resultado, apesar de grandioso, foi pouco perceptível devido à grande conquista de Diego Hypólito.

Embora esses resultados sejam significativos, devemos ressaltar que os resultados foram adquiridos em um mundial realizado no início de um ciclo-olímpico, pós-Jogos Olímpicos, sendo marcado por um nível técnico inferior se comparado aos demais mundiais dentro de um ciclo. Além disso, foi utilizado na competição um CP provisório devido à estruturação do “Código de Pontuação Aberto”.

Participaram, também, do CM de Melbourne dois atletas do ECP: Adan dos Santos e Danilo Nogueira.

No ano seguinte, na etapa da Copa do Mundo de Lyon na França, o Brasil foi representado por Diego Hypólito do CRF e Luiz A. dos Anjos do ECP.

¹¹ O resultado do ginasta Mosiah Rodrigues foi superado, no ano de 2009, pelo ginasta Sérgio Sasaki Júnior que obteve o 19º lugar na disputa do individual geral no Campeonato Mundial de Londres. Vale a pena ressaltar que este resultado foi conquistado em um mundial realizado no início de um ciclo-olímpico e pós-Jogos Olímpicos.

Luiz A. dos Anjos (Figura 12) participou em quatro aparelhos tendo como seu melhor resultado o 10º lugar na barra fixa. Diego Hypólito foi finalista nas provas em que disputou e obteve a medalha de prata no solo e a de bronze na prova de salto.



Figura 12 – Luis Augusto dos Anjos nos JP de 2007. Fonte: Portal Globo.com (2009b).

Na semana seguinte, na etapa de Cottbus na Alemanha, Diego Hypólito conquistou o ouro no solo e ficou em quarto lugar no salto. Luiz A. dos Anjos também obteve um melhor resultado no solo ficando no 10º lugar e manteve o 10º lugar na barra fixa. As outras classificações do ginasta foram: 19º nas paralelas e 30º no cavalo.

A cidade de Ghent, na Bélgica, sediou a quarta etapa da Copa do Mundo de 2006. Paulo Afonso S. Filho e Luiz A. dos Anjos, ambos atletas do ECP, foram os representantes brasileiros na competição. Os melhores resultados obtidos nessa etapa foram: o 10º lugar na barra fixa de Luiz A. dos Anjos e o 10º lugar de Paulo Afonso S. Filho no salto.

Na etapa seguinte, realizada em Moscou, o Brasil participou com três ginastas no masculino. Na Tabela 72 podemos observar os resultados obtidos pelos ginastas Caio A. Costa da AABB-SP, Adan dos Santos e Danilo Nogueira.

Tabela 72 – Resultados da Copa do Mundo de Moscou 2006.

Ginasta	Solo	Cavalo	Argolas	Salto	Paralelas	Barra Fixa
Adan dos Santos	10°		19°	7°		18°
Caio A. Costa	9°	9°			15°	
Danilo Nogueira		17°	14°		21°	15°

O único finalista masculino nessa etapa, Adan dos Santos, sofreu uma luxação na aterrissagem do seu segundo salto durante a final, impossibilitando suas chances de medalha na prova (UOL ESPORTE, 2009).

O Brasil voltou a conquistar boas colocações em Copas do Mundo com o ginasta Diego Hypólito na etapa de Shanghai na China. Diego venceu a prova de sua especialidade, o solo, e ficou com o quinto e o oitavo lugares no salto e nas barras paralelas, respectivamente.

No mundial de Århus, na Dinamarca, realizado em outubro de 2006, a seleção brasileira conseguiu melhorar a sua colocação no ranking por equipes encerrando a competição no 18° lugar. A equipe era formada pelos ginastas: Caio A. Costa, Diego Hypólito, Luiz A. dos Anjos, Michel Conceição, Mosiah Rodrigues e Victor Rosa.

Tendo como objetivo uma melhor classificação por equipes visando a vaga para o mundial pré-olímpico, apenas Victor Rosa competiu os seis aparelhos e terminou a competição na 51° posição.

Diego Hypólito, favorito na prova de solo, encerrou a competição na 2° colocação. Além da prata no solo, Diego Hypólito ficou em 5° lugar na prova de salto.

Após 28 anos, a cidade de São Paulo voltou a sediar a Grande Final de Copa do Mundo em dezembro de 2006. Apenas um brasileiro conseguiu somar pontos suficientes, ao longo das etapas classificatórias, para participar desse evento no masculino. O ginasta Diego Hypólito subiu no pódio nas duas provas em que havia se classificado ficando com o bronze no salto e ouro na prova de solo, sagrando-se bicampeão da competição.

No ano de 2007, a primeira etapa da Copa do Mundo foi realizada em Paris onde quatro ginastas brasileiros estiveram presentes. Victor Rosa, Mosiah Rodrigues, Caio A. Costa e Diego Hypólito não conseguiram bons resultados na competição. A melhor classificação veio com o oitavo lugar de Diego Hypólito no solo. Os demais resultados brasileiros, neste evento, constam na Tabela 73.

Tabela 73 – Resultados da Copa do Mundo de Paris 2007.

Ginasta	Solo	Cavalo	Argolas	Salto	Paralelas	Barra Fixa
Caio A. Costa		40°	25°		39°	
Diego Hypólito	8°		26°	14°		
Mosiah Rodrigues		25°			34°	18°
Victor Rosa	34°			26°		23°

Na etapa seguinte, realizada em Cottbus na Alemanha, os ginastas brasileiros Caio A. Costa (AABB-SP) e Mosiah Rodrigues (GNU) ficaram longe de obter classificações para as finais. O rubro-negro Victor Rosa melhorou a sua classificação no salto ficando em 10° lugar e conquistou a prata na prova de solo.

O ginasta do CRF também conquistou bons resultados na etapa de Ghent na Bélgica no mês de maio. Ele ficou em oitavo no cavalo com alças, sétimo no solo e terceiro na barra fixa. Participaram também dessa etapa, os ginastas Rogério Pereira (GNU) e Luiz A. dos Anjos (ECP).

No mês de julho, competindo no Rio de Janeiro onde foram realizados os JP de 2007, a equipe brasileira ficou com a segunda colocação atrás da equipe de Porto Rico e fez história ao conseguir três medalhas de ouro, uma prata e um bronze na competição. Podemos acompanhar os resultados da Competição II e III na Tabela 74.

Tabela 74 – Classificação dos ginastas brasileiros nas finais dos JP de 2007.

	Individual Geral	Solo	Cavalo com Alças	Argolas	Salto	Barras Paralelas	Barra Fixa
Luis A. dos Anjos	8°					7°	
Mosiah Rodrigues	9°	5°	6°				1°
Danilo Nogueira			7°	7°			3°
Diego Hypólito		1°			1°		

Apesar das medalhas, devemos analisar estes resultados com cautela. Muitos países deixaram de enviar suas equipes principais visando à preparação para o CM pré-olímpico que aconteceria em Stuttgart na Alemanha no mês de setembro. Alguns atletas, medalhistas de ouro nessa competição, não estariam classificados com as notas conquistadas nas finais dos JP para a disputa de uma final do CM.

Em Stuttgart, o Brasil continuou em fase de ascensão ao melhorar a sua classificação na disputa por equipes com uma atuação que por pouco não possibilitou o fato inédito de enviar dois atletas para os JO. Pela terceira vez consecutiva a equipe melhorou a sua posição no *ranking* da competição por equipes, passando do 19º lugar para o 17º lugar.

Sob a direção técnica de Renato Araújo e Leonardo Finco, a equipe foi formada pelos ginastas: Diego Hypólito, Mosiah Rodrigues, Victor Rosa, Arthur Zanetti, Luís Augusto dos Anjos e Danilo Nogueira (Figura 13).



Figura 13 – Danilo Nogueira na prova de argolas. Fonte: Terra Esportes (2009).

No individual geral, Diego Hypólito foi o melhor ginasta brasileiro classificado encerrando a competição na 36º posição. Victor Rosa e Luíz A. dos Anjos ficaram respectivamente em 47º e 60º lugares. Diego Hypólito confirmou o seu favoritismo na prova de solo tornando-se bicampeão mundial. Apesar de ser um dos favoritos para alcançar a final do salto, uma falha na fase classificatória impossibilitou suas chances de avançar na disputa por um lugar no pódio.

Um mês depois do CM, os ginastas brasileiros voltaram a Stuttgart para competir na etapa da Copa do Mundo. Victor Rosa competiu em três aparelhos: solo, paralelas e

barra fixa. Ele obteve a classificação para a final do solo e encerrou a competição em sexto lugar. O outro finalista brasileiro na prova de solo, Diego Hypólito, ficou com o ouro.

Em 2008, na etapa de Cottbus na Alemanha, o Brasil ficou distante da zona de classificação para as finais. A melhor classificação nessa etapa foi o 18º lugar de Victor Rosa na prova de solo. O outro brasileiro participante na competição foi Luiz A. dos Anjos.

Na etapa de Maribor, na Eslovênia, Arthur Zanetti e Mosiah Rodrigues classificaram o Brasil para três finais. O ginasta veterano Mosiah Rodrigues ficou com o quarto lugar na barra fixa. O estreante em Copas do Mundo Arthur Zanetti ficou com o bronze no solo e o sexto lugar na prova de argolas.

Em Moscou, na Rússia, Diego Hypólito foi o único representante no masculino. Competindo nas duas provas de sua especialidade, o ginasta foi vice-campeão no solo e oitavo no salto.

Nos JO de Pequim, na China, Diego Hypólito foi o representante na categoria masculina da GA. O ginasta optou por competir apenas em duas provas, solo e salto, onde suas possibilidades de medalha eram reais. O atleta do flamengo classificou-se na primeira posição para a final da prova de solo, porém uma queda na última sequência acrobática da série tirou as suas possibilidades de subir no pódio na final. Mesmo sem conseguir lograr uma medalha olímpica, o sexto lugar de Diego Hypólito (Figura 14) foi um marco para a GAM nacional, deixando boas expectativas para o futuro.



Figura 14 – Diego Hypólito executando seu salto na Competição I dos JO de Pequim 2008. Fonte: Daylife (2009b).

A oitava etapa da Copa do Mundo de 2008 foi realizada em Glasgow na Escócia onde os brasileiros obtiveram bons resultados como podemos observar na Tabela 75. O estreante em Copas do Mundo, Renato Oliveira da AABB-SP, alcançou a final na prova de solo.

Tabela 75 – Resultados da Copa do Mundo de Glasgow 2008.

Ginasta	Solo	Cavalo	Argolas	Salto	Paralelas	Barra Fixa
Diego Hypólito	2°			6°		
Mosiah Rodrigues		9°			13°	2°
Renato Oliveira	6°			19°	15°	10°

Os medalhistas na etapa de Glasgow embarcaram para a etapa seguinte, realizada em Stuttgart, buscando somar os últimos pontos visando a classificação para a Grande Final da Copa do Mundo de 2008. Diego Hypólito já estava classificado para a grande final no solo e tentava somar pontos suficientes para conseguir uma vaga na prova de salto. Mosiah Rodrigues buscava pontos para conquistar uma vaga na barra fixa.

Em Stuttgart, Diego Hypólito encerrou a competição em sétimo lugar no solo e quarto lugar no salto. Os resultados, abaixo do esperado, foram influenciados por dores nas costas (AGÊNCIA ESTADO, 2008). O ginasta Mosiah Rodrigues não conseguiu somar pontos nesta etapa. O outro participante brasileiro na competição foi Sérgio Y. Sasaki Jr. (Figura 15) do MESC (METODISTA).



Figura 15 – Sergio Sasaki na prova de cavalo com alças. Fonte: International Gymnast (2009).

Na Grande Final da Copa do Mundo realizada em Madri, Diego Hypólito venceu a final do solo mostrando que a falha dos JO de Pequim foi realmente um “acidente”. Com este resultado, Diego tornou-se tricampeão da competição nesta prova. O atleta rubro-negro também conseguiu a vaga na final do salto devido à desistência de outros competidores (FRASCINO, 2008). Ele encerrou essa prova no sexto lugar.

Além de Diego Hypólito, o ginasta Mosiah Rodrigues também participou da Grande Final após herdar a vaga na barra fixa. Quatro desistências ocorreram nesse aparelho por razões de aposentadorias e lesões dos ginastas classificados (FOLHA ONLINE, 2008). Mosiah (Figura 16) encerrou a prova no 5^a lugar.



Figura 16 – Mosiah Rodrigues executando um *Ginger* na barra fixa. Fonte: UOL Esportes (2009).

Os resultados competitivos internacionais demonstram um desenvolvimento da GAM brasileira no seu alto rendimento. A sucessiva progressão nos resultados da equipe e as várias medalhas conquistadas no período de 2005-2008 comprovam esta evolução.

Embora os resultados mais significativos estejam atrelados a um único ginasta, no caso Diego Hypólito, podemos observar que outros atletas estão se desenvolvendo no país com um futuro promissor como é o caso dos ginastas Luis A. dos Anjos e Arthur Zanetti que já vêm conquistando bons resultados nos eventos internacionais.

Não podemos deixar de mencionar os resultados do ginasta veterano Mosiah Rodrigues que além da boa classificação alcançada no CM de 2005, conquistou o melhor resultado brasileiro no individual geral (33º lugar) em JO. Feito realizado em Atenas em 2004.

No decorrer da análise, atribuímos uma maior importância aos resultados obtidos nas competições do CM e dos JO, devido a sua repercussão mundial e por concentrarem os melhores ginastas de cada país, diferentemente das etapas de Copa do Mundo e até mesmo da Grande Final de Copa do Mundo onde o nível da competição varia muito. As competições dos JP também se enquadram nesse aspecto, visto que nos últimos anos, os países têm preferido enviar equipes secundárias ou juniores para adquirirem experiência.

Também devemos ressaltar que alguns resultados analisados foram conquistados em copas do mundo Categoria B. De acordo com a FIG (2009b), as diferenças entre as etapas A e B são que a Categoria A possui um maior impacto no público e na mídia, isso

significa que a competição já possui uma tradição e atrai uma maior vinculação midiática e, além disso, a Categoria A oferece uma melhor pontuação na corrida dos campeões e a premiação financeira também é maior.

Estes fatores fazem com que a Categoria A possua um maior número de participantes elevando o seu nível técnico. Por isso, devemos ter cautela quando analisamos os resultados, principalmente nas etapas de Copa do Mundo, sem desmerecer o trabalho desenvolvido pelos clubes, técnicos e ginastas.

Ao longo das competições contempladas no estudo, obtivemos um número total de 13 ginastas que participaram de pelo menos um evento internacional analisado. Estes ginastas estão distribuídos em seis clubes pertencentes a três estados do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O estado de São Paulo foi representado pelos clubes: AABB-SP, SERC, ECP e MESC (METODISTA). O CRF foi o representante carioca e o Rio Grande do Sul foi representado pelo GNU.

De acordo com a Tabela 76, o ECP foi o clube de origem do maior número de ginastas que representaram o Brasil nas competições internacionais observadas no período de 2005-2008. Num total de 13 atletas, quatro pertenciam a este clube. O GNU forneceu três ginastas para a seleção, o CRF e a AABB dois atletas cada e os clubes SERC e MESC (METODISTA) foram representados por um atleta na equipe brasileira.

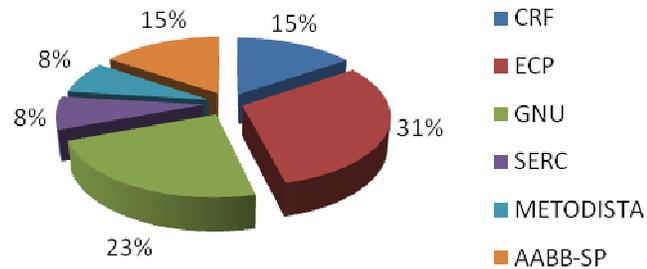
Tabela 76 – Distribuição, de acordo com o clube de origem, dos ginastas brasileiros que competiram internacionalmente.

Clubes	Número de ginastas
ECP	4
GNU	3
CRF	2
AABB-SP	2
SERC	1
MESC (METODISTA)	1
Total	13

No Gráfico 1, podemos acompanhar o percentual dos clubes de origem dos ginastas que competiram internacionalmente no ciclo olímpico analisado. Ficou evidente o peso

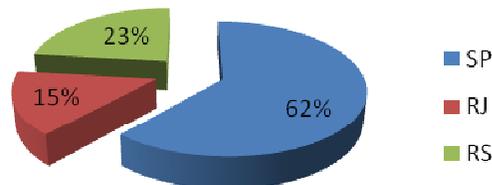
que os clubes de forte tradição na modalidade, como o ECP e GNU, possuem no cenário masculino da GA brasileira.

Gráfico 1 – Percentual dos clubes de origem dos que competiram internacionalmente pelo Brasil no período de 2005-2008.



O Gráfico 2 apresenta o percentual de origem dos ginastas que competiram nos eventos internacionais analisados nesse estudo. Como já era de se esperar, devido aos resultados analisados nas competições nacionais, observamos que o estado de São Paulo classificou o maior número de ginastas para a seleção nacional fornecendo 62% do total de atletas.

Gráfico 2 – Percentual dos estados de origem dos ginastas que competiram internacionalmente pelo Brasil.



Devemos ressaltar que quando nos referimos aos estados de origem dos atletas, fazemos referência àquele onde está localizado o clube em que o ginasta treina, onde o trabalho de treinamento estava sendo desenvolvido.

Dentre os 13 atletas que atuaram internacionalmente pela seleção, comprovamos que muitos competiram poucas vezes no exterior e necessitam ganhar experiência para lograrem melhores resultados. Além de ganhar experiência, os ginastas necessitam desta exposição internacional para tornarem-se conhecidos pela arbitragem estrangeira devido aos aspectos subjetivos do julgamento da modalidade. Devido à importância da arbitragem, não só na definição dos resultados competitivos, mas também no desenvolvimento da modalidade, analisaremos a seguir o quadro dos árbitros brasileiros ao longo do ciclo 2005-2008.

4.3. O PANORAMA DA ARBITRAGEM DA GINÁSTICA ARTÍSTICA MASCULINA DO BRASIL

Nos esportes como a GA, determinar o vencedor de uma competição depende de processos objetivos e subjetivos de análise (STE-MARIE, 1996). O sucesso ou o fracasso da performance dos atletas depende da maneira como os árbitros irão avaliar e julgar a sua apresentação (DAMISCH; MUSSWEILER; PLESSNER, 2006).

Embora haja critérios específicos nos quais os árbitros devem permanecer fiéis e supostamente se manterem objetivos, o processo de avaliação na GA é baseado na percepção individual de cada um deles (STE-MARIE, 1996). Isso torna necessária uma formação uniforme e adequada dos árbitros que devem estar constantemente se atualizando e adquirindo experiência nas competições.

Esses fatores fazem com que a arbitragem seja um ponto importante no universo da ginástica competitiva e devido a essa relevância, decidimos analisar o quadro da arbitragem masculina brasileira no cenário nacional e internacional.

4.3.1. Os árbitros e o julgamento na Ginástica Artística Masculina

Segundo Bortoleto (2000), o julgamento é um mecanismo marcante e influente na ordem objetiva e técnica da GA. Até o ano de 1948, *o julgamento era realizado de acordo com as normas de cada país, não havendo na época uma orientação uniforme para a avaliação, que era baseada na impressão geral* (NUNOMURA; PUBLIO; NISTA-PICCOLO, 1999, p. 152).

De acordo com a FIG (1968), sob o nome de *Code de Pointage*, as primeiras regulamentações de julgamento foram estipuladas em 1949. Neste ano, a FIG formou uma comissão técnica que criou as diretrizes para a avaliação dos exercícios baseada nas diversas regulamentações de vários países daquele período (PUBLIO, 2002).

Ao longo de 12 páginas, o primeiro Código de Pontuação (CP) estabeleceu normas para o julgamento da dificuldade, execução e combinação dos exercícios. Com o passar dos anos, ele foi sendo aperfeiçoado e implementado buscando atender às demandas geradas pelo desenvolvimento da GA. Atualmente, o CP é responsável por fornecer direcionamentos para a evolução da modalidade (ROETZHEIM, 1991).

Após o primeiro CP, a FIG lançou mais 14 edições desse documento oficial da GA. Segundo a FIG (1993), este documento tem por objetivo garantir um julgamento imparcial e objetivo. Em consonância, Brochado e Brochado (2005) afirmam que compete ao CP possibilitar um julgamento homogêneo em todas as partes do mundo.

Bortoleto (2004) divide o CP em três partes: a) funcionamento geral da GAM e normas de conduta para os ginastas, técnicos e árbitros; b) aspectos específicos do funcionamento de cada um dos aparelhos; e c) tabelas dos elementos nos distintos grupos estruturais e seus respectivos valores.

Na questão da arbitragem, o CP estabelece os direitos e as responsabilidades dos árbitros determinando que eles devem conhecer o CP e os regulamentos específicos de cada competição, além de possuir os conhecimentos técnicos necessários para avaliar as séries dos ginastas.

No artigo VI do CP (FIG 2008b, p 13), está estabelecido que o árbitro deve *avaliar cada performance de forma objetiva, rigorosa, coerente, ética, justa, e em caso de dúvida, dar o benefício da dúvida a favor do ginasta*. Para isso, a FIG (1997, p.1) recomenda que

os árbitros *tenham uma estreita e constante relação com a ginástica e a sua prática com a finalidade de aperfeiçoar continuamente seus conhecimentos.*

O árbitro executa o seu julgamento sem o auxílio de nenhum instrumento, sem a ajuda de terceiros, guiado apenas pelo CP, recorrendo à sua experiência e ao seu conhecimento sobre as técnicas de execução dos exercícios e utilizando seu próprio conceito de execução perfeita (BERZIN, 1976), o que torna o processo de julgamento ainda mais subjetivo. Atualmente, os árbitros têm acesso ao vídeo, porém apenas para verificar a nota de partida e não são todos os eventos que possuem este recurso.

A banca de arbitragem é composta em cada aparelho por dois árbitros do júri D (D1 e D2) e seis árbitros do júri E (E1, E2, E3...). Para auxiliar as bancas, o CP estipula: dois árbitros de linha e um cronometrista na prova de solo, um cronometrista responsável por marcar o tempo de cada ginasta no aquecimento das barras paralelas e um árbitro de linha para a prova de salto.

Cada banca de arbitragem possui funções específicas na avaliação dos ginastas. Segundo a FIG (2008b), compete ao Júri D avaliar e verificar o conteúdo da série apresentada pelo ginasta determinando o valor dos elementos, o cumprimento dos grupos de exigências e o valor das conexões apresentadas.

Para constituir a nota de dificuldade, os árbitros do júri D devem considerar os 9 elementos de maior dificuldade executados pelos ginastas mais o valor do elemento executado na saída do aparelho. Também é de responsabilidade do júri D calcular o valor do cumprimento dos grupos de exigências e o valor das conexões baseado em regras específicas. No CP vigente, apenas dois eventos masculinos possuem bonificações por conexão: solo e barra fixa.

A prova de salto segue outras diretrizes de avaliação, pois cada salto possui um valor e não há grupos de exigências e nem bonificações.

A banca de arbitragem E ficou com a função de determinar, em no máximo 20 segundos, a nota de execução que deve considerar os erros técnicos, de postura e de composição das séries. Esta nota parte de 10 pontos caso o ginasta execute no mínimo 7 elementos. Se o ginasta apresentar um número inferior a 7, a nota de execução sofrerá uma redução.

O CP estabelece que o júri E deve fazer as deduções de forma rigorosa independentemente do valor de dificuldade do elemento. As apresentações devem ser sempre julgadas com a expectativa de uma execução perfeita (FIG, 2008b).

Quando o exercício está sendo executado pelo competidor, o árbitro mentalmente compara a impressão que ele tem da apresentação com o conceito dele de execução perfeita do mesmo exercício, tomando nota de todo desvio da execução ideal, determinando o grau de cada falha e a quantidade de deduções que ele fará (BERZIN 1976, p. 1).

As falhas de postura, de técnica e de composição das séries são divididas em: pequena, média, grande e queda (Tabela 77). A quantidade de décimos que os árbitros devem retirar da apresentação dos ginastas depende do grau de desvio em relação à expectativa de execução correta estipuladas pelo CP.

Tabela 77 – Classificação das Falhas de Execução

Classificação da Falha	Valor da Dedução
Pequena	0,1
Média	0,3
Grande	0,5
Queda	1,0

FONTE: FIG (2008b).

As infrações como pisar fora da área do solo ou ultrapassar as linhas de aterrissagem do salto são deduzidas da nota final do ginasta pelo árbitro D1 após este ter sido informado pelo árbitro de linha. O mesmo ocorre quando o ginasta ultrapassa o tempo permitido na prova de solo.

O árbitro D1, além das funções mencionadas anteriormente, coordena e controla o trabalho dos demais árbitros da banca e serve de ligação entre a banca e o supervisor do aparelho e o presidente do júri.

Com a vigência do CP aberto, a nota final do ginasta passou a ser formada através da soma da nota estabelecida pelo júri D mais a média das notas intermediárias do júri E. A nota máxima de 10 pontos, existente nos ciclos anteriores a 2006 e que foi eternizada por Nadia Comaneci da Romênia, continua presente na ginástica somente através da nota máxima de execução.

Para poder participar de eventos nacionais e internacionais, os árbitros devem cumprir determinados requisitos. A cada ciclo do CP, as federações nacionais e a FIG organizam

cursos com o objetivo de assegurar que seus participantes tenham um entendimento uniforme das mudanças e das novas regras do CP. Estes cursos possibilitam que as pessoas envolvidas com o esporte consigam o *brevet* de árbitro.

A FIG divide os árbitros de nível internacional em quatro categorias conforme podemos acompanhar no Quadro 8. Também é possível observar no quadro, os requerimentos para obtenção e manutenção dos *brevets* nestas categorias.

Quadro 8 – Categorias e requerimentos para obtenção e manutenção dos *brevets* de árbitro da FIG.

Categoria	Requerimentos para obter a categoria	Requerimentos para se manter na categoria
IV	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir o maior <i>brevet</i> nacional e ser indicado pela federação nacional do país de origem. • Fazer o curso internacional. • Ser aprovado com no mínimo de 78%. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer o curso internacional. • Ter arbitrado duas competições internacionais durante o ciclo completado.
III	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir o <i>brevet</i> Categoria IV e ser indicado pela sua federação nacional. • Ter arbitrado duas competições internacionais no ciclo completado. • Fazer o curso internacional (categoria IV) ou intercontinental (categoria III). • Ser aprovado com no mínimo 82%. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer o curso internacional ou intercontinental. • Ter arbitrado duas competições internacionais durante o ciclo completado.
II	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir o <i>brevet</i> Categoria III e ser indicado pela sua federação nacional. • Ter arbitrado quatro competições internacionais no ciclo completado. • Fazer o curso internacional (mínimo categoria III) ou intercontinental. • Ser aprovado com no mínimo 86%. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer o curso internacional. • Ter arbitrado quatro competições internacionais durante o ciclo completado.
I	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir o <i>brevet</i> Categoria II e ser indicado pela sua federação nacional. • Ter arbitrado quatro competições internacionais no ciclo completado. É obrigatório que uma das competições tenha sido CM ou JO. • Fazer o curso intercontinental. • Ser aprovado no curso intercontinental com um aproveitamento acima de 86%. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer o curso intercontinental. • Ter arbitrado quatro competições internacionais durante o ciclo completado. É obrigatório que uma das competições tenha sido CM ou JO. • Ser aprovado no curso intercontinental com um aproveitamento acima de 86%. • Ter sido membro do Comitê Técnico Masculino no ciclo completado. • Receber isenção especial de acordo com o artigo 4.1.7

Fonte: Traduzido da FIG (2009a, p. 1).

No âmbito nacional, há duas categorias de árbitros: estadual e nacional. Alguns estados brasileiros possuem árbitros regionais com habilitação para determinados tipos de competições.

A prova de qualificação dos árbitros consiste numa avaliação dividida em duas partes: teórica e prática. A prova teórica é composta por perguntas de múltipla escolha divididas da seguinte forma:

- 20 questões de conhecimentos gerais do CP.
- 30 questões sobre conhecimentos específicos de cada aparelho (5 questões para cada aparelho)
- 50 questões de reconhecimento do valor de dificuldade dos exercícios (10 para cada aparelho com exceção do salto).

A prova prática consiste na análise de vídeos de 10 séries em cada aparelho. Na primeira parte, o árbitro avalia cinco séries como júri D e depois cinco séries como júri E. O tempo para avaliação, após assistir a série, é de um minuto e trinta segundos para júri D e vinte segundos para júri E.

São estabelecidas percentagens mínimas de acerto a serem atingidas pelos candidatos à função de árbitros que variam nos cursos nacionais, internacionais e intercontinentais para cada um dos quesitos avaliados nas provas. No curso nacional de arbitragem, realizado no período de 01-03 de março de 2009 na cidade de Curitiba, as percentagens mínimas para cada quesito foram estipuladas conforme ilustra a Tabela 78.

Tabela 78 – Percentagens mínimas do curso realizado em Curitiba (2009).

	A	B	C	D	E	F/G	Média Dificuldade	Teórica	“D”	“E”	Média Final
Mínimo	50%	55%	60%	65%	70%	75%	70%	70%	75%	70%	72%

Percentual mínimo de acerto para aprovação no curso nacional de arbitragem em Curitiba, 2009.

Na primeira parte da Tabela 79, da esquerda para a direita, podemos observar as percentagens mínimas de acerto no reconhecimento das dificuldades e a média final da

dificuldade. Na sequência, verificamos a percentagem mínima da prova teórica e o mínimo necessário nas avaliações práticas nas posições de Júri D e Júri E. O último quadro da direita mostra a percentagem mínima da média final de todas as avaliações.

Para ascender na hierarquia da arbitragem internacional, os árbitros devem continuar adquirindo experiência em competições internacionais e atingir uma maior percentagem de acertos nas provas dos cursos internacionais ou intercontinentais como consta no Quadro 1.

O *brevet* de reconhecimento máximo na arbitragem da GA é a categoria I. Apenas dois árbitros por país podem pertencer a essa categoria, sendo que um dos requisitos para se manter nessa classe é ser membro do Comitê Técnico Masculino no ciclo completado. Outro fator importante é ter participado de quatro competições internacionais sendo que uma delas deve ter sido CM ou JO.

4.3.2. Arbitragem no Brasil

Analisando os Campeonatos Mundiais (CM) e Jogos Olímpicos (JO), encontramos um total de 14 árbitros que representaram o país nestes grandes eventos do calendário mundial da GA ao longo dos anos.

Publio (2002) cita a primeira participação de um árbitro masculino no ano de 1974 durante o mundial de Varna na Bulgária. O representante brasileiro nessa competição foi um dos grandes nomes da GA brasileira, o professor Enrique Raspesta.

No ano de 1979, Enrique Raspesta ao lado de Nestor Soares Publio representaram o Brasil na arbitragem no CM de Fort Worth no Texas.

Um ano depois, nos JO de Moscou na Rússia, Raspesta e Publio foram convidados a participar deste grande evento competitivo, tornando-se os primeiros árbitros brasileiros a representar o país neste âmbito (PUBLIO, 2002). Após os JO, Raspesta voltou a Moscou para arbitrar o CM no ano seguinte, em 1981, ao lado do árbitro Mário Pardini.

Em 1988, coube a Carlos Rezende a função de representar o Brasil na arbitragem masculina da competição dos JO de Seul, na Coreia, acompanhando a delegação técnica e os ginastas: Luisa Parente e Guilherme Saggese.

Na cidade de Indianápolis nos Estados Unidos, em 1991, durante o mundial que marcou a última competição da União Soviética, José Luiz Zamur foi o representante brasileiro na arbitragem.

Após um ano, no mundial por aparelhos realizado em Paris, Enrique Rapesta compunha novamente a delegação brasileira na função de árbitro. Ele também seria o representante da arbitragem brasileira nos JO de Barcelona, na Espanha, no mesmo ano.

Quatro anos depois, Marcos Malzone e Erlo Fischer representaram o país no mundial por aparelhos realizado na cidade de San Juan em Porto Rico.

Tianjin, na China, foi a sede do mundial de 1999. Gilberto Pantiga Jr. foi o árbitro masculino da delegação brasileira nessa ocasião. Ele também esteve presente como árbitro, no mundial de 2001 em Ghent na Bélgica.

No mundial de 2002, o técnico da seleção Leonardo Finco atuou como árbitro na competição que foi realizada em Debrecen, na Hungria.

Em 2003, na cidade de Anaheim nos Estados Unidos, Gilberto Pantiga Jr. (Figura 17) voltou a representar o Brasil na arbitragem e no ano seguinte foi designado para atuar pelo Brasil nos JO de Atenas em 2004.



Figura 17 – O árbitro brasileiro Gilberto Pantiga Jr. na banca de arbitragem das argolas nos JO de Atenas 2004.
Fonte: arquivo pessoal de Gilberto Pantiga Jr.

Na Austrália, onde foi realizado o mundial de 2005, Sandro Brasil Santos foi o representante brasileiro na arbitragem desta competição que foi marcada pelo primeiro título mundial da GAM do Brasil.

No mundial de Århus na Dinamarca, Marco Martins e Eliseu Burtet Neto formavam a delegação brasileira nas funções de árbitros. Um ano depois, Robson Caballero e Roberto Nassar representaram o Brasil em Stuttgart, na Alemanha, durante o mundial pré-olímpico. Em 2008, o ex-ginasta e agora técnico do CRF Roberto Nassar foi o árbitro brasileiro que atuou nos JO de Pequim na China.

4.3.3. O quadro da arbitragem brasileira no ciclo 2005-2008

O Brasil vem ao longo dos anos formando árbitros qualificados para atuar em grandes eventos internacionais da GAM. Na base de dados da FIG (2008a), pudemos localizar um total de 23 árbitros brasileiros cadastrados nas categorias 2, 3 e 4 no ciclo 2006-2008¹² (Tabela 79). Constatamos que não há árbitros brasileiros na categoria I da FIG.

Tabela 79 – Distribuição dos árbitros brasileiros internacionais nas categorias da FIG no ciclo 2006-2008.

Categoria	Número de árbitros
I	0
II	5
III	9
IV	9
Total	23

Fonte: FIG (2008a).

Com o intuito de observar a representatividade dos estados brasileiros na arbitragem, localizamos os estados de origem de cada árbitro internacional no ciclo passado como podemos visualizar na Figura 19.

¹² Embora o ciclo olímpico tenha iniciado no ano de 2005, não incluímos este ano na análise devido a utilização do CP provisório neste período (OLIVEIRA; BORTOLETO, 2009).

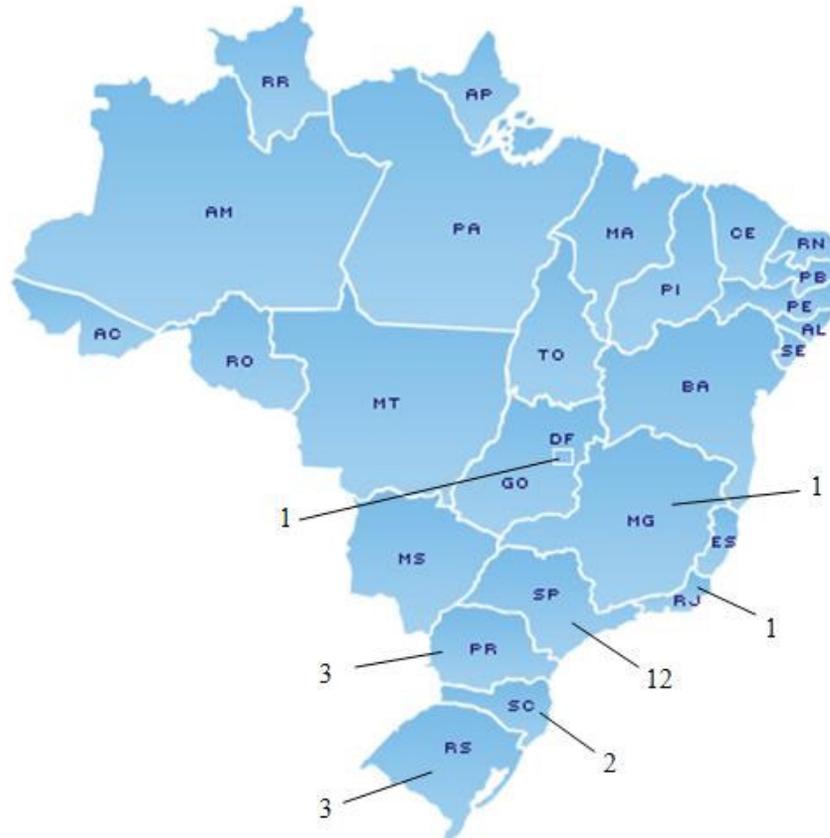
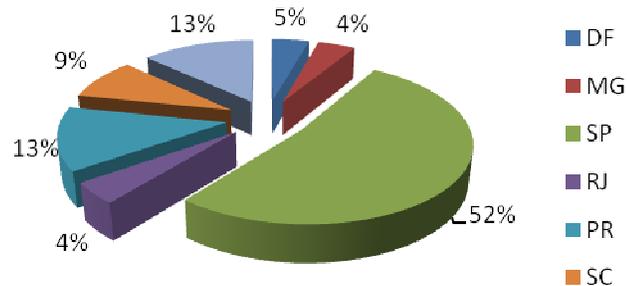


Figura 18 – Distribuição dos árbitros internacionais de acordo com o estado de origem.

Verificamos através dos dados que os estados do sul e sudeste concentravam o maior número de árbitros de nível internacional no país. Só o estado de São Paulo, concentrava 52% dos árbitros brasileiros internacionais do ciclo 2006-2008 (Gráfico 3).

O centro-oeste brasileiro contava com apenas um árbitro no Distrito Federal e as regiões norte e nordeste não possuíam representantes demonstrando uma deficiência em seus programas de desenvolvimento da GAM nos seus estados.

Gráfico 3 – Percentual de origem dos árbitros internacionais no ciclo 2006-2008.



Fonte: FIG (2008a).

Os árbitros de maior graduação no Brasil, categoria II, estão distribuídos no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Através do questionário enviado às federações (Anexo I), constatamos a realidade de alguns estados brasileiros no quadro da arbitragem nacional.

A Paraíba serve como exemplo da região nordeste do país. Neste estado não há árbitros masculinos e não foi realizado cursos de arbitragem no ciclo olímpico analisado. Este fato não se limita à Paraíba que enfrenta dificuldades em desenvolver a GAM por falta de infraestrutura física e humana (profissionais e ginastas). Os demais estados do nordeste revelaram a mesma situação que se repete no norte do país.

Na região centro-oeste, podemos citar o caso do Mato Grosso do Sul que possuía oito árbitros estaduais cadastrados. Apesar de contar com árbitros federados, esse número está longe do ideal para a realização de competições.

A falta de árbitros também está presente no sudeste brasileiro. Não há árbitros estaduais cadastrados no Espírito Santo, o que corresponde com o limitado desenvolvimento da GAM nesse estado que possui poucos ginastas e um restrito número de clubes que trabalham com o masculino.

O estado de Minas Gerais realizou um curso de arbitragem no ano de 2008 e possuía nove árbitros filiados à federação. Já o Rio de Janeiro realizou um curso estadual de arbitragem aprovando 13 árbitros no final do ciclo 2005-2008.

Na região sul, o Rio Grande do Sul possuía 13 árbitros sendo: cinco com *brevet* estadual e oito habilitados para arbitrar copas.

Um dos grandes problemas enfrentados pela arbitragem brasileira no ciclo 2005-2008 foi a realização de apenas um curso nacional de arbitragem organizado pela CBG. Isto reduziu o número de árbitros disponíveis para os eventos nacionais já que a grande maioria dos aprovados eram técnicos ou ginastas que em muitas ocasiões não estavam disponíveis para atuar na arbitragem.

A seguir faremos uma análise geral dos dados adquiridos sobre o panorama competitivo tratados no decorrer deste capítulo com o objetivo de ressaltar alguns dos principais aspectos.

4.4. ANÁLISE GERAL

Constatamos no decorrer do capítulo, um reduzido número de equipes e de ginastas federados atuantes nos Campeonatos Brasileiros no período de 2005-2008. A Tabela 80 reúne os números referentes à participação de ginastas em cada categoria ao longo dos anos abordados na pesquisa.

Tabela 80 – Número de ginastas participantes nos Campeonatos Brasileiros no período de 2005-2008.

Categoria	2005	2006	2007	2008	Média
Pré-infantil	30	34	25	13	25,5
Infantil B	32	30	32	34	32
Infantil A	25	21	25	27	24,5
Infanto-juvenil	14	18	18	22	18
Juvenil	16	14	15	16	15,25
Adulto	31	32	31	30	31

Quando comparamos a quantidade de atletas brasileiros participantes nos campeonatos nacionais com os dados de outros países, verificamos que o Brasil está aquém no número de envolvidos nestes eventos. Comprovamos que mesmo com a ausência de seletivas para os Campeonatos Brasileiros, os números são menores que os encontrados em países como França, Alemanha e Estados Unidos que selecionam os atletas que competem nos eventos nacionais através de eventos classificatórios.

Confrontando os dados da categoria adulta do Japão com os do Brasil, sendo que ambos os países não realizam seletivas para o campeonato nacional, constatamos que há uma grande diferença numérica que seria ainda maior se não fosse permitido a participação de ginastas infanto-juvenis e juvenis na categoria adulta brasileira.

Os números da pesquisa retratam apenas os ginastas federados participantes das competições nacionais que foram focadas nesse estudo, mas, mesmo assim, nos ajudam a entender e contextualizar a GAM brasileira. Sabemos que existem diferenças econômicas e culturais entre o Brasil e os países utilizados na pesquisa, mas acreditamos que estas informações são importantes e servem de parâmetros para analisar a modalidade no Brasil.

Através da Tabela 80, verificamos que a categoria Pré-infantil e a Infantil A possuem menos atletas que a categoria adulta. Isto contraria o modelo da pirâmide esportiva que propõe um grande contingente de praticantes na base para que haja a detecção e seleção de talentos chegando ao ápice com um número menor de atletas. Também encontramos uma redução no número de ginastas após as categorias infantis em todos os anos analisados. Esse afunilamento poderá, num futuro próximo, refletir no número de atletas disponíveis que possam integrar a equipe principal do Brasil.

Como foi relatado anteriormente, algumas potências da modalidade como China e Estados Unidos possuem ginastas suficientes para compor mais de uma equipe nacional dentro dos parâmetros internacionais e com chances reais de medalhas. No caso do Brasil, este *déficit* de ginastas causa problemas no processo de seleção e dificuldades quando há a necessidade de substituir um ginasta por causa de lesão.

Acreditamos que esse restrito número de equipes e de ginastas no Brasil esteja relacionado aos problemas financeiros, de formação profissional e ao pequeno número de recursos humanos (ginastas) que aderem à modalidade.

Os problemas financeiros não refletem apenas na quantidade, mas também na qualidade do trabalho desenvolvido. Segundo Dianno (1988), quando entramos num ginásio para assistir uma competição de GA, não podemos imaginar a diferença que há entre o treinamento e as condições de infraestrutura de uma equipe para a outra. Em muitos ginásios os aparelhos são antigos, em estado precário colocando a saúde dos ginastas em risco e dificultando o processo de aprendizagem dos mesmos.

Dianno (1988) relata a dificuldade das equipes de prefeituras que em muitos casos desenvolvem seus programas de GA em instalações que não possuem as dimensões adequadas para a prática da modalidade. Esse problema não é característico somente das equipes de prefeitura, alguns clubes também possuem a mesma dificuldade.

A falta de equipamentos não interfere somente no treinamento dos atletas em formação ou equipes de menor repercussão nacional. Clubes como o GNU e AABB-SP que contribuíram com ginastas para a seleção nacional adulta, no período analisado, também sofriam com a falta de equipamentos (DIÁRIO DO AMANHÃ, 2007).

Essa dificuldade de infraestrutura é determinante na formação de atletas para a modalidade no país e conseqüentemente influencia no número de praticantes nas competições nacionais.

Como os recursos da Lei Agnelo/Piva não são destinados aos clubes e são poucos aqueles que estão sendo favorecidos pela Lei de Incentivo ao Esporte, como o ECP que está em fase de captação de verbas, a maior parte das equipes possui recursos financeiros limitados que, em sua maioria, são advindos das taxas de manutenção dos associados. Devemos ressaltar que são poucas as equipes de GA que possuem patrocínios próprios até mesmo no alto rendimento.

As equipes apoiadas pelas prefeituras também sofrem com o limitado investimento que, em muitos casos, restringe-se apenas ao pagamento dos profissionais de Educação Física e na disponibilidade de um local, esquecendo-se da manutenção que os aparelhos requerem. Segundo Smoleuskiy e Gaverdouskiy (1996), as instalações requisitadas pela GA contemporânea são um ponto vital na preparação dos ginastas.

A questão financeira também impede que muitas equipes afilem-se às federações estaduais impossibilitando a sua participação nas competições organizadas pela CBG

acompanhadas no presente estudo. Uma forma alternativa encontrada para amenizar e dividir os encargos financeiros é a formação de associações.

Podemos citar como exemplos de taxas que devem ser pagas para afiliação em uma federação o caso do estado de São Paulo. No Código de Taxas da FPG (2009), a taxa de afiliação de uma equipe mais a anuidade totalizava R\$ 2.354,00. Além desses encargos, as equipes pagam taxas de participação e de arbitragem nas competições. Sem patrocinadores e com recursos financeiros limitados, muitas equipes não têm condições de custear estes encargos para participar em competições federadas.

Apesar da realidade financeira da CBG ter mudado a partir de 2001 com a aprovação da Lei Agnelo/Piva, a realidade da GAM nos clubes e prefeituras não acompanhou o mesmo ritmo. As equipes que possuem um respaldo financeiro melhor conseguiram adquirir uma infraestrutura adequada e possuem mais possibilidades de lograr bons resultados competitivos, pois conseguem formar melhor os atletas. Isto restringe o número de equipes que desenvolvem a modalidade no âmbito competitivo como pudemos observar na análise da dimensão competitiva. Porém, devemos ponderar que muitos clubes com recursos financeiros não optam por desenvolver a modalidade no seu alto rendimento limitando o seu trabalho nas categorias de base.

Ao longo da nossa análise, apenas 25 equipes participaram dos eventos analisados em todas as categorias. Na Figura 19 podemos observar a distribuição destas equipes no território nacional.

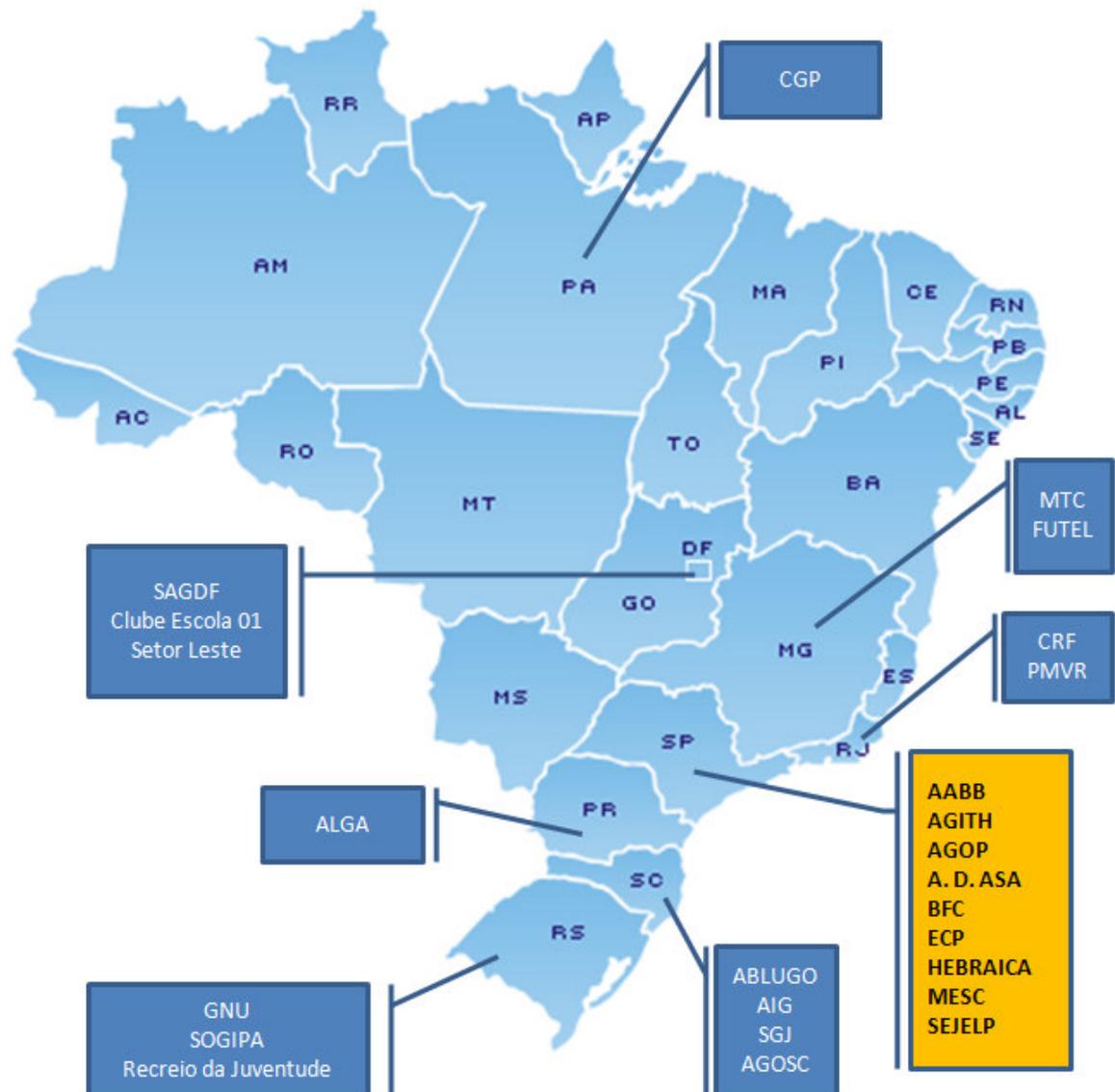


Figura 19 – Distribuição nacional das 25 equipes participantes das competições analisadas no período de 2005-2008.

A falta de profissionais com conhecimentos adequados para desenvolver programas em GAM é um outro fator que pode ter influenciado no baixo número de ginastas nos níveis competitivos acompanhados no presente estudo. Embora a GA esteja incluída na maioria dos currículos dos cursos de Educação Física, ainda é pequeno o número de profissionais que desenvolvem a GA competitiva (NUNOMURA; NISTA-PICCOLO, 2004).

Conforme Nunomura (2001), o desenvolvimento inexpressivo da modalidade no país pode ter contribuição da falta de profissionais capazes de lidar com a modalidade após o

período de iniciação. Segundo essa autora, a maior parte das universidades oferece apenas subsídios para programas de iniciação na modalidade.

A CBG como entidade responsável por desenvolver a GA no Brasil, deveria se envolver na criação e na realização de cursos de formação, mas de acordo com Nunomura (2001), a CBG não realizou, de forma efetiva, nenhum programa de capacitação de treinadores.

Não devemos nos iludir com a vinda do FIG Academy nos anos de 2004, 2005 e 2008, pois eles atingiram apenas os treinadores que já estão trabalhando no alto rendimento da modalidade. Este programa tem como característica, segundo a FIG (2009c), convidar de 3-5 participantes do país sede e de 1-2 participantes das nações convidadas. Este número pode variar dependendo das circunstâncias do curso, tendo em princípio no máximo 20 participantes da GAM. A CBG, até os dias de hoje, não realizou nenhum curso para disseminar os conhecimentos adquiridos pelos participantes destes cursos para os demais treinadores do país.

Além da questão de infraestrutura e de profissionais qualificados, a falta de material humano é outro fator importante na nossa análise.

Apesar dos resultados internacionais e do aumento de vinculação da modalidade na mídia, são poucos os meninos que ingressam e que permanecem na modalidade. Em entrevista ao Sportv News (2009), Diego Hypólito chama a atenção sobre a falta de ginastas nas categorias de formação no país. Dianno (1988) também alertou sobre os problemas da falta de material humano na modalidade nos clubes e nas prefeituras já naquele período. Fatores culturais podem ter contribuído para esta baixa procura pela modalidade e pela pouca aderência. Smoleuskiy e Gaverdouskiy (1996, p. 20) retratam que *el problema del cautivamento de los niños y jóvenes de las nuevas generaciones hacia la gimnasia, y la retención de los gimnastas veteranos sigue siendo bastante agudo*.

Acerca das equipes que possuem resultados nacionais, observamos que se restringiram a um grupo pequeno. Na Tabela 81 podemos verificar o quadro de medalhas do período de 2005-2008 dos Campeonatos Brasileiros em todas as categorias.

Tabela 81 – Quadro de medalhas 2005-2008.

Clube/Associação	Ouro	Prata	Bronze	Total
SERC	53	34	41	128
MESC	31	24	20	75
ECP	18	21	15	54
AABB-SP	15	25	19	59
CRF	13	15	7	35
GNU	13	7	11	31
BFC	5	7	8	20
ASA	1	4	1	6
MTC	1	1		2
Clube Escola 01		3	2	5
CSL		2	5	7
SOGIPA		1	1	2
ABLUGO		1	1	2
AAGODF		1		1
AGOP			1	1
SEJELP			1	1
SAGDF			1	1
Total	150	146	134	430

SERC, MESC, ECP, AABB-SP, CRF, GNU e BFC foram os clubes que se destacaram nos campeonatos nacionais e que fornecem atletas para a seleção brasileira. Destacamos o GNU e o CRF que possuem respectivamente Diego Hypólito e Mosiah Rodrigues no seu elenco e que eram os grandes protagonistas da GAM nacional no período estudado.

Na questão do quadro da arbitragem masculina brasileira, constatamos que os estados do sul e sudeste, que têm os melhores resultados competitivos nacionais e internacionais e que possuem um maior número de ginastas e equipes atuantes no cenário nacional, concentram um quadro maior de árbitros estaduais, nacionais e internacionais em seus territórios.

Os estados do nordeste, em sua grande maioria, não possuem árbitros. As competições estaduais são avaliadas pelos professores e técnicos de ginástica de forma amadora. A falta de infraestrutura física e humana pode ser o fator que influencia no número de árbitros em seus territórios. O mesmo ocorre no norte do país.

Na região centro-oeste, constatamos um número pequeno de árbitros no Mato Grosso do Sul e um árbitro internacional, categoria 3, no Distrito Federal. Infelizmente a

Federação Brasileira de Ginástica e a Federação Goiana de Ginástica não disponibilizaram os dados referentes ao número de árbitros estaduais.

A escassez de cursos de arbitragem no país contribuiu para o pequeno número de árbitros no Brasil. Vale a pena ressaltar que os cursos de arbitragem não servem apenas para a formação de novos árbitros. Muitos profissionais de educação física atendem a estes cursos visando obter um maior conhecimento sobre as regras e exigências técnicas da modalidade. As federações deveriam incentivar a participação de professores e treinadores nesses eventos com o intuito de propiciar o desenvolvimento da GAM em seus estados.

Em 2009, no curso nacional de arbitragem realizado em Curitiba, embora a CBG tenha disponibilizado hospedagem e alimentação gratuita para três participantes de cada Federação estadual, muitas federações deixaram de enviar representantes. A falta de organização da CBG com as federações que não enviaram representantes inviabilizou que essas vagas remanescentes pudessem ser disponibilizadas para as outras pessoas vindas das federações que já haviam atingido a cota. Alguns técnicos e árbitros deixaram de atender ao curso por motivos financeiros que poderiam ter sido supridos com essas bolsas não utilizadas.

Constatamos, anteriormente, que a falta de profissionais capacitados é um fator que também limita o desenvolvimento da ginástica de competição. Essa deficiência na formação universitária poderia ser amenizada, por exemplo, com a realização constante de cursos como os de arbitragem.

Com a melhor estruturação da CBG nos últimos anos, houve uma melhora significativa na formação de árbitros, embora ainda estejamos longe do número ideal e de cursos realizados no país. A deficiência de muitos estados na realização destes cursos poderia ser suprida com ações da própria CBG que deveria realizar cursos nacionais nas diferentes regiões do país e com uma maior frequência, incentivando o desenvolvimento da modalidade nos diferentes estados e regiões do país.

No capítulo a seguir, apresentaremos o quadro financeiro da GAM brasileira abordando as principais fontes de renda da CBG, clubes e atletas discutindo suas principais implicações no desenvolvimento da modalidade.

5. O PANORAMA FINANCEIRO DA GINÁSTICA ARTÍSTICA BRASILEIRA

Veronez (2007) disserta que no âmbito acadêmico brasileiro, talvez não exista uma área de estudos tão pouco explorada como a área do financiamento do esporte. O autor relata que nos dois maiores centros brasileiros de informação e documentação esportiva, o Núcleo de Teses e Dissertações (Nuteses) e o Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva (Sibradid) e também no Centro Esportivo Virtual (CEV) não há registros de nenhum estudo que abordasse de forma específica este tema.

Nos últimos anos, com o incremento do investimento público e privado no esporte através das Leis, dos programas do Ministério do Esporte e do COB, há que se fomentar estudos neste campo. Segundo o próprio Ministério do Esporte (2009d, p. 22),

o Brasil precisa de um processo permanente de avaliação que permita um direcionamento correto dos recursos financeiros disponíveis para o esporte. Em outras palavras, precisa ser instado um processo de aplicação contínua de diagnósticos que permita delinear os retratos do esporte no país, a cada novo momento.

Neste capítulo desenvolveremos uma discussão sobre o quadro financeiro da GA com o objetivo de apresentar, através de uma revisão bibliográfica e documental, um recorte que nos possibilite conhecer e compreender de forma global este aspecto que contribuiu de forma essencial para o desenvolvimento da GA nos últimos anos. Investigaremos o apoio público dos municípios e estados, a Lei de Incentivo ao Esporte, a Lei Agnelo/Piva, o programa Bolsa Atleta, o apoio dos clubes e os patrocínios específicos da modalidade elucidando como os órgãos gerenciadores da GA têm utilizado esses recursos.

Ao longo desta etapa da pesquisa passamos pelo mesmo problema enfrentado por Tubino (2007), a saber: dificuldades encontradas em obter informações adicionais sobre aspectos financeiros abordados na pesquisa. No nosso caso, houve uma preocupação extrema dos funcionários do COB e da CBG contatados via telefone em saber como seriam utilizadas as informações esquecendo-se que os gastos públicos devem ser transparentes e ter ampla divulgação.

5.1. A LEI AGNELO/PIVA

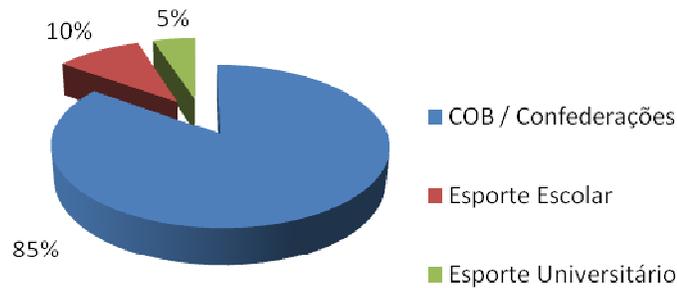
Como pudemos averiguar no capítulo anterior, a GAM brasileira pode ser considerada como uma das modalidades esportivas que mais cresceu e se desenvolveu no país nos últimos anos, conseguindo medalhas em Copas do Mundo, Jogos Pan-americanos e em Campeonatos mundiais, o que confirma a evolução da modalidade no alto rendimento. Nossos atletas passaram a disputar medalhas com os países que possuem tradição na GA, fato impensável há uma década.

Segundo Georgette Vidor, ex-técnica da seleção brasileira e atual coordenadora da GA feminina do Brasil, este desenvolvimento da modalidade só foi possível com o aumento no repasse financeiro advindo da implementação da Lei n. 10.624 (AGÊNCIA DO BRASIL, 2007).

Esta Lei, de autoria do então deputado federal e ex-ministro do esporte Agnelo Queiroz (PCdoB-DF) e do ex-senador Pedro Piva (PSDB-SP) e que teve como relator o deputado federal Gilmar Machado (PT-MG), foi sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso em julho de 2001. Ela ficou conhecida nacionalmente por Lei Agnelo/Piva em homenagem aos seus autores.

O inciso VI desta Lei, que foi acrescido no artigo 56 da Lei n. 9.615 (Lei Pelé), estabelece que 2% da arrecadação bruta das loterias esportivas federais sejam repassados para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e para o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009c). Deste montante, 85% são destinados ao COB e 15% ao CPB. A cota referente ao COB é dividida conforme mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Distribuição do montante adquirido pelo COB através da Lei Agnelo/Piva.



Fonte: COB (2003).

De acordo com a Lei Agnelo/Piva, os recursos destinados para o COB e para CPB devem ser destinados aos programas e projetos de fomento ao esporte, à manutenção das entidades esportivas, à formação de recursos humanos, na preparação técnica, na manutenção de atletas e para a organização e participação em eventos esportivos.

O COB (2003, p. 2) relata que *esta é a primeira lei da história do país que destina recursos permanentes e contínuos diretamente ao COB, visando o desenvolvimento dos esportes olímpicos brasileiros, sendo que o COB é fiscalizado regularmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU).*

Em agosto de 2001, o COB criou o Fundo Olímpico através do qual são distribuídas as verbas para as confederações esportivas nacionais. Segundo o COB (2003), os recursos do Fundo Olímpico possibilitaram às Confederações:

- Planejar e executar projetos de desenvolvimento das modalidades esportivas.
- Realizar treinamento continuado e específico no Brasil e em centros mais desenvolvidos no exterior.
- Maior participação de atletas e técnicos em competições oficiais e amistosas, nacionais e internacionais.
- Criação de seleções olímpicas permanentes com o pagamento de auxílio para a manutenção dos atletas e contratação de profissionais técnicos remunerados.

- Investimento na formação do esporte de base e na descoberta de novos talentos.
- Modernização na gestão administrativa das entidades dirigentes.
- Aquisição de material esportivo específico e essencial ao desenvolvimento da modalidade.
- Realização de cursos de formação, especialização e atualização de técnicos e árbitros.

O repasse financeiro recebido pela CBG é distribuído entre todas as modalidades coordenadas por ela. Infelizmente o demonstrativo financeiro da aplicação da Lei Agnelo/Piva não nos fornece dados sobre o valor financeiro que cada modalidade gímnica recebeu de investimento. A CBG também não fornece esses dados, diferentemente de outras modalidades que buscam uma maior transparência na sua administração¹³. Essa ausência de transparência é questionada e poderá ser corrigida por um projeto de Lei do senador Renato Casagrande do Partido Socialista Brasileiro (PSB) do Espírito Santo (JORNAL DO SENADO, 2008).

Por esse motivo, apesar do enfoque do nosso trabalho ser a GAM, analisaremos a realidade financeira da Ginástica de uma forma geral e, em alguns momentos, abordaremos a GA incluindo a categoria masculina e feminina.

O COB (2009a) relatou que no ano de 2005, a Lei Agnelo/Piva gerou uma receita de R\$ 70.500.266,51 para a entidade. Esta verba foi distribuída conforme podemos visualizar na Tabela 82.

¹³ Entramos em contato com a CBG, através de email e telefone, pedindo os dados acerca da Lei Agnelo/Piva, mas nos foi negado o acesso a estas informações.

Tabela 82 – Lei Agnelo/Piva 2005.

Lei Agnelo/Piva 2005	R\$
COB	24.970.170,64
Confederações	30.882.068,87
Esporte escolar	7.055,026,65
Esporte universitário	3.527.513,33
Fundo de reserva	4.115.487,02
Receita total	70.500.266,51

Fonte: COB (2009a).

Do montante destinado às Confederações nacionais, a CBG recebeu do COB R\$ 1.836.000,00 (COB, 2008a). No Quadro 3 podemos acompanhar algumas ações realizadas com esta verba ao longo do ano de 2005.

Quadro 9 – Ações realizadas com a verba da Lei Agnelo/Piva no ano de 2005.

Trimestre	Ações realizadas
1º	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de seletivas para definição das seleções olímpicas permanentes de GA (masculina e feminina), GR e GT. • Foram selecionados 17 atletas para a equipe feminina de GA (Curitiba); 12 para a equipe masculina (Curitiba); 7 para a equipe masculina de trampolim (Curitiba); 11 para a GR individual (Curitiba e Belém) e 18 para o conjunto (Aracaju, Vitória e Joinville). • Contratação da técnica búlgara Giurga Nedlalkova para treinamento da equipe de GR e de 4 treinadoras brasileiras para compor a comissão técnica. • Participação na etapa da Copa do Mundo de GA em Cottbus (Alemanha). • Manutenção das Seleções Permanentes e das comissões técnicas de GA e GR. • Manutenção da entidade.
2º	<ul style="list-style-type: none"> • Realização da Copa do Mundo de GA em São Paulo. • Participação na etapa da Copa do Mundo de GA em Paris (França). • Realização do Campeonato Brasileiro Interclubes, adulto, em Belém (PA) • Início do trabalho com a seleção olímpica permanente de GR. Foram criados 2 centros de treinamento com 9 ginastas. • Compra de aparelhos para os 2 conjuntos: cordas, arcos, bolas e fitas.
3º	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção dos Centros de Treinamento de GA, GR e GT no Paraná. • Participação no Campeonato Mundial de Trampolim, na Alemanha. • Participação no Campeonato Mundial de GR, no Azerbaijão. • Manutenção da entidade.
4º	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção das seleções olímpicas permanentes • Manutenção das Comissões Técnicas de GA, GR e GT. • Manutenção dos Centros de Treinamento de GA, GR e GT. • Participação no Campeonato Mundial de GA, na Austrália. • Manutenção da entidade

Fonte: COB (2005a, 2005b, 2005c, 2005d).

No ano seguinte, o COB (2009b) divulgou que R\$ 67.466.275,61 foi o total arrecadado com a Lei Agnelo/Piva, havendo um déficit de 3 milhões de reais se comparado ao ano anterior. Na Tabela 83 é possível observar a distribuição da verba no ano de 2006.

Tabela 83 – Lei Agnelo/Piva 2006.

Lei Agnelo/Piva 2006	R\$
COB	28.867.253,51
Confederações	28.479.080,76 ¹⁴
Esporte escolar	6.746.627,61
Esporte universitário	3.373.313,78
Receita total	67.466.275,61

Fonte: COB (2009b).

O repasse financeiro para a CBG foi de R\$ 2.006.137,05. Segundo o COB (2008b), esse valor é referente ao repasse da Lei Agnelo/Piva adicionado o saldo do ano de 2005. No Quadro 10, podemos observar como a CBG utilizou esses recursos no ano de 2006.

Quadro 10 – Ações realizadas pela CBG com a verba da Lei Agnelo/Piva no ano de 2006.

Trimestre	Ações realizadas
1º	<ul style="list-style-type: none"> • Pagamento das comissões técnicas das seleções olímpicas permanentes. • Participação na etapa da Copa do Mundo de GA em Lyon (França). • Participação na etapa da Copa do Mundo de GA de Cottbus (Alemanha). • Participação do XI Torneio Internacional de GR em Funchal. • Manutenção das seleções olímpicas permanentes de GA, GT e GR. • Manutenção da entidade.
2º	<ul style="list-style-type: none"> • Participação na etapa da Copa do Mundo de GA em Ghent (Bélgica). • Participação na etapa da Copa do Mundo de GA em Moscou (Rússia). • Contratação de mais um técnico para a seleção olímpica permanente de GAM. • Participação no XXXII Torneio de Corbeil Essones de GR (França). • Participação no XIV Torneio Internacional de Kalamata de GR (Grécia). • Manutenção das seleções olímpicas permanentes.
3º	<ul style="list-style-type: none"> • Participação no Campeonato Pan-americano de GR Júnior (Canadá). • Participação no Campeonato Pan-americano de Trampolim (México). • Organização e realização do Desafio Pan-americano de GR em Macaé (RJ) com as equipes da Argentina, Cuba e Brasil. • Manutenção das equipes olímpicas permanentes e pagamento das Comissões técnicas GA, GR e GT. • Manutenção da entidade.

¹⁴ Além desse montante, as Confederações também utilizaram R\$ 7.848.896,00 do fundo de reserva.

4º	<ul style="list-style-type: none"> • Participação nos VIII Jogos Sul-americanos Buenos Aires 2006. • Organização e participação na Etapa Final da Copa do Mundo de GA em São Paulo. • Manutenção das seleções olímpicas permanentes de GA, GR e GT. • Manutenção das comissões técnicas.
----	--

Fonte: COB (2006a, 2006b, 2006c, 2006d).

Estão contidos na Tabela 84 os percentuais e o montante aplicado pela CBG em cada um dos itens elencados no demonstrativo de prestação de contas do COB no ano de 2006.

Tabela 84 – Aplicação dos recursos da Lei Agnelo/Piva pela CBG no ano de 2006.

Item	2006	
	%	R\$
Desenvolvimento	1,3	28.903,57
Manutenção	10,4	229.439,38
Recursos humanos	0,0	-
Preparação técnica	48,2	1.064.541,60
Manutenção de atletas	9,4	207.477,12
Competições	26,3	579.603,49
Não utilizado	4,4	97.838,55
TOTAL	100	2.207.803,71

Fonte: COB (2008b).

Analisando os dados da Tabela 85, chamou-nos à atenção o fato da CBG ter destinado 0% para os recursos humanos. Acreditamos que o montante que deveria ser destinado a este quesito esteja incluído no item manutenção.

A receita da Lei Agnelo/Piva destinada ao COB no ano de 2007 foi de R\$ 84.956.905,90 (COB, 2008b). Podemos observar um acréscimo de mais de 17 milhões de reais em relação ao ano anterior. Este montante foi distribuído conforme consta na Tabela 85.

Tabela 85 – Lei Agnelo/Piva 2007.

Lei Agnelo/Piva 2007	R\$
COB	42.031.383,44
Confederações	37.463.754,16
Esporte escolar	7.569.556,78
Esporte universitário	3.542.964,06
Receita total	84.956.905,90

Fonte: COB (2008b).

Neste ano, de acordo com o COB (2008b), a CBG recebeu R\$ 2.001.838,55 de repasse da Lei Agnelo/Piva. Esse valor é referente ao saldo do ano de 2006 mais a verba de 2007. O Quadro 11 explicita algumas realizações da CBG ao longo de 2007 com os recursos desta Lei.

Quadro 11 – Ações realizadas pela CBG com a verba da Lei Agnelo/Piva no ano de 2007.

Trimestre	Ações realizadas
1º	<ul style="list-style-type: none"> • Participação na etapa da Copa do Mundo de GA na França. • Participação na etapa da Copa do Mundo de GA na Alemanha. • Manutenção das Comissões Técnicas. • Manutenção das Equipes Olímpicas Permanentes de GA, GR e GT.
2º	<ul style="list-style-type: none"> • Participação na Etapa da Copa do Mundo de Ginástica Artística na Bulgária • Organização e participação do Desafio Internacional de GA em Natal (RN) com a participação das equipes do Canadá e da Grã-Bretanha. • Participação da etapa da Copa do Mundo de Trampolim na Bulgária. • Participação da etapa da Copa do Mundo de Trampolim na Bélgica • Participação na etapa da Copa do Mundo de GA em Ghent na Bélgica.
3º	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento para os JP de 2007. • Participação no Campeonato Mundial de GA em Stuttgart na Alemanha. • Participação no Campeonato Mundial de GR, em Patras na Grécia. • Manutenção das Comissões Técnicas. • Manutenção das Seleções Olímpicas Permanentes de GA, GR e GT.
4º	<ul style="list-style-type: none"> • Participação no XXV Campeonato Mundial de Trampolim em Quebec no Canadá. • Pagamento das Comissões Técnicas. • Manutenção das Seleções Olímpicas Permanentes de GA, GR e GT. • Manutenção da entidade.

Fonte: COB (2007a, 2007b, 2007c, 2007d).

Na descrição da aplicação dos recursos (Tabela 86), percebemos que o valor utilizado ultrapassa a quantidade financeira adquirida com o repasse do COB. Isto pode ser explicado pelo uso de recursos do fundo de reserva da entidade.

Tabela 86 – Aplicação dos recursos da Lei Agnelo/Piva pela CBG no ano de 2007.

Item	2007	
	%	R\$
Desenvolvimento	0,7	16.183,06
Manutenção	8,9	197.683,94
Recursos humanos	0,0	-
Preparação técnica	45,3	1.004.469,86
Manutenção de atletas	6,8	151.486,91
Competições	29,4	652.076,40
Não utilizado	8,9	197.640,66
TOTAL	100	2.219.520,83

Fonte: COB (2008b).

O COB (2008b) relatou que ao longo do ano de 2007 a CBG, junto às federações estaduais, apoiou e coordenou nas categorias de base da GA programas de desenvolvimento para formação e descoberta de novos talentos; emprestou aparelhos para realização de treinamento e competições nas categorias de base para diversas federações; manteve no Centro de Excelência, em Curitiba, o trabalho de iniciação e desenvolvimento de novos talentos fornecendo uma comissão técnica que realizou este trabalho de iniciação e de aprimoramento de jovens talentos; organizou competições nacionais em todas as modalidades e categorias e participou de eventos internacionais.

No alto rendimento da GA, o COB afirma que a CBG: manteve as seleções olímpicas permanentes dando o suporte para a preparação geral; proporcionou uma comissão técnica permanente com técnicos estrangeiros e brasileiros com apoio de uma comissão multidisciplinar; fez a manutenção do Centro de Excelência onde eram realizados os treinamentos das seleções olímpicas permanentes; proporcionou a participação das seleções em competições internacionais oficiais e amistosas e possibilitou a participação das seleções em treinamentos e estágios no Brasil.

Em 2008, na demonstração técnica e financeira da aplicação dos recursos da Lei Agnelo/Piva, o COB divulgou que o total aplicado neste ano foi R\$ 93.473.511,19 (COB, 2009c). Na Tabela 87 podemos constatar como foi distribuída a verba arrecadada.

Tabela 87 – Lei Agnelo/Piva 2008.

Lei Agnelo/Piva 2007	R\$
COB	44.677.639,57
Confederações	34.171.305,31
Esporte escolar	8.455.972,53
Esporte universitário	6.168.593,78
Receita total	93.473.511,19

Fonte: COB (2009c).

Conforme o COB (2009c), a CBG recebeu os 4% referentes ao repasse da Lei mais o saldo do ano anterior totalizando R\$ 2.475.640,66. No Quadro 12 podemos acompanhar algumas ações da CBG com os recursos advindos desta Lei.

Quadro 12 – Ações realizadas com a verba da Lei Agnelo/Piva no ano de 2008¹⁵.

Trimestre	Ações realizadas
1º	<ul style="list-style-type: none"> • Participação no X Campeonato Mundial de Ginástica Aeróbica na Alemanha. • Manutenção das Comissões Técnicas. • Manutenção das Seleções Olímpicas Permanentes de GA, GR e GT. • Manutenção da entidade.
2º	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção da Equipe Olímpica Permanente. • Pagamento das Comissões Técnicas. • Manutenção da entidade.
3º	<ul style="list-style-type: none"> • Participação nos Jogos Olímpicos de Pequim em 2008. • Participação na Copa do Mundo de Ginástica Aeróbica em Las Vegas no Estados Unidos. • Manutenção da Equipe Olímpica Permanente. • Pagamento das Comissões Técnicas. • Manutenção do Centro de Treinamento em Curitiba no Paraná. • Manutenção da entidade.
4º	<ul style="list-style-type: none"> • Participação na Etapa da Copa do Mundo de GA na Alemanha. • Participação na Etapa da Copa do Mundo de GA na Escócia. • Participação na Etapa Final da Copa do Mundo de GA na Espanha. • Participação no Campeonato Pan-americano de GA em Rosário na Argentina. • Participação no Campeonato Pan-americano Sênior em Buenos Aires na Argentina. • Manutenção das Seleções Olímpicas Permanentes de GA, GR e GT. • Pagamento das Comissões Técnicas de GA, GR e GT. • Manutenção da entidade.

Fonte: COB (2008b, 2008c, 2008d, 2008e).

¹⁵ Algumas competições com a participação de ginastas brasileiros não foram citadas nos boletins do COB no ano de 2008. Podemos citar como exemplos: L'International Gymnix de Montreal (Canadá), Copa do Mundo de Cottbus (Alemanha), Copa do Mundo de Maribor (Eslovênia), Copa do Mundo de Tianjin (China), Copa do Mundo de Moscou (Rússia), Torneio Internacional Vitaly Sherbo em Minsk (Bielorrússia), Torneio Internacional Mediterrâneo Gym Cup em Roma (Itália), Memorial Arthur Gander em Chiasso (Suíça) e Marseille Gym Cup na cidade de Marselha (França).

O COB (2009d) relatou que com esse montante a CBG proporcionou: a manutenção do Centro de Excelência, em Curitiba, onde foi realizado um trabalho de iniciação e desenvolvimento de novos talentos na categoria feminina da GA; o pagamento da comissão técnica que desenvolve esse trabalho de iniciação e aprimoramento; a manutenção da seleção permanente no feminino com oito atletas e três técnicos estrangeiros¹⁶; pagamento da equipe multidisciplinar para dar suporte à seleção permanente; o financiamento de treinamentos e estágios no Brasil e no exterior; participação em competições e amistosos internacionais e financiou a participação de profissionais em cursos técnicos e de arbitragem. O COB também relatou que a CBG apoiou e coordenou, em conjunto com as federações estaduais, programas de desenvolvimento de base, emprestou aparelhos para a realização de treinamentos e eventos competitivos e organizou competições em todas as categorias e modalidades no país.

A Tabela 88 elenca os itens e a quantidade de recursos aplicados com a verba da Lei Agnelo/Piva no ano de 2008 pela CBG.

Tabela 88 – Aplicação dos recursos da Lei Agnelo/Piva pela CBG no ano de 2008.

Item	2008	
	%	R\$
Desenvolvimento	5,5	138.940,86
Manutenção	7	178.037,60
Recursos humanos	1	24.960,00
Preparação técnica	49	1.249.086,50
Manutenção de atletas	3,5	89.300,00
Competições	9,3	238.048,21
Não utilizado	24,7	629.443,94
TOTAL	100	2.547.817,11

Fonte: COB (2009c).

A seguir, na Tabela 89, podemos observar uma síntese do repasse financeiro ao longo dos anos abordados neste estudo. Verificamos que após uma redução no ano de 2006, houve um grande incremento no repasse financeiro nos últimos dois anos gerado pelo aumento na receita das loterias federais.

¹⁶ De acordo com o COB (2006b), as técnicas Irina Illyashenko e Nadja Ostapenko foram contratadas com recursos da Lei Agnelo/Piva. Já o técnico Oleg Ostapenko havia sido contratado com recursos advindos do Programa Solidariedade Olímpica do Comitê Olímpico Internacional (COI).

Tabela 89 – Repasse da Lei Agnelo/Piva 2005-2008.

Ano	COB	Confederações	CBG
2005	70.500.266,51	30.882.068,87	1.836.000,00
2006	67.466.275,61	28.479.080,76 ¹⁷	2.006.137,05
2007	84.956.905,90	37.463.754,16	2.001.838,55
2008	93.473.511,19	34.171.305,31	2.475.640,66

Fonte: COB (2008b, 2009a, 2009b, 2009c)

O COB manteve a verba destinada à CBG fixa em 4% do total direcionado para as Confederações durante os quatro anos analisados. A segurança que os recursos da Lei Agnelo/Piva forneceram à CBG possibilitou que a entidade efetuasse planejamentos a longo prazo. Fato impensável no período anterior a implementação desta Lei em 2001.

No Gráfico 5 é possível acompanhar a variação do valor adquirido pela CBG nos anos de 2005-2008. Devemos ressaltar que os valores são referentes ao repasse anual mais o saldo do ano anterior.

Gráfico 5 – Variação do repasse financeiro da Lei Agnelo/Piva 2005-2008.

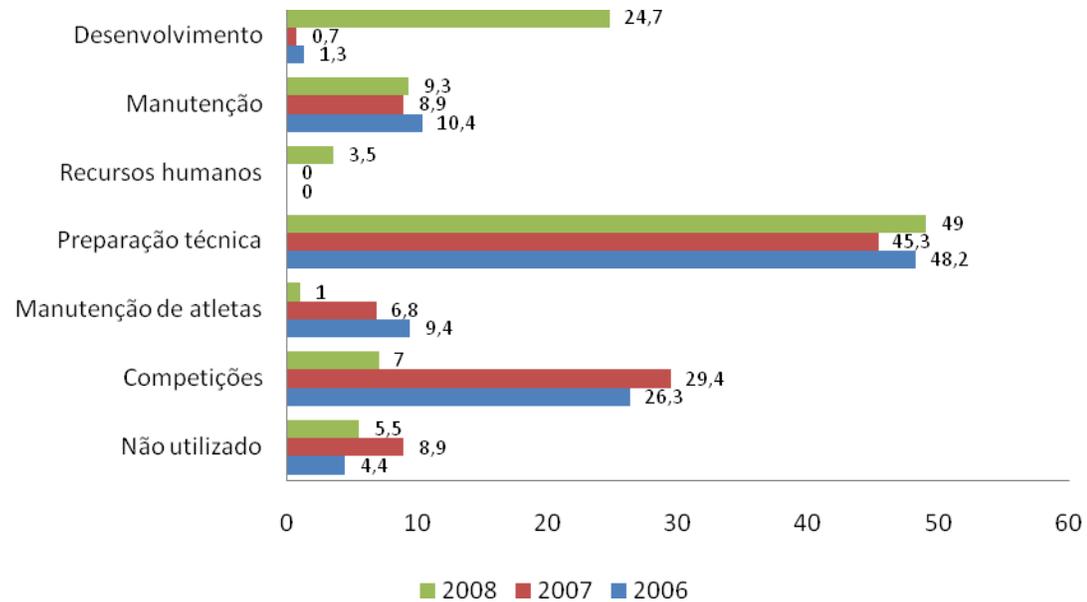


Fonte: COB (2008b, 2009a, 2009b, 2009c).

¹⁷ Além desse montante, as Confederações também utilizaram R\$ 7.848.896,00 do fundo de reserva do COB (COB, 2009b).

No Gráfico 6 podemos verificar o percentual de aplicação dos recursos da Lei n. 10.264 nos anos de 2006 a 2008 pela CBG.

Gráfico 6 – Percentual da aplicação dos recursos da Lei Agnelo/Piva nos anos de 2006, 2007 e 2008 pela CBG.



Fonte: COB (2008a, 2009c).

Com os dados do Gráfico 6, observamos que durante os anos de 2006, 2007 e 2008 a CBG investiu de forma incisiva na preparação técnica dos ginastas. A participação e a realização de competições também foi um item que obteve grande parte dos recursos nos anos de 2006 e 2007. Já o item desenvolvimento teve um significativo crescimento no ano de 2008, impulsionado, talvez, pelo investimento na implantação do projeto dos Centros de Excelência Jovem Promessa da Ginástica.

Nos anos de 2006 e 2007, o valor destinado para os recursos humanos foi de zero por cento. Acreditamos que os valores que deveriam estar dispostos neste item estão incluídos no item manutenção já que ao longo da análise foi verificado que a CBG investiu a cada trimestre no pagamento e manutenção de recursos humanos como técnicos e equipe multidisciplinar.

A manutenção dos atletas sofreu um decréscimo no decorrer dos anos, isso pode ser consequência de investimento de patrocinadores e de outros programas de apoio público. O fim da seleção permanente masculina, no início de 2007, também contribuiu para a diminuição dos gastos neste item.

Averiguamos também que os recursos da Lei Agnelo/Piva viabilizaram uma série de ações realizadas pela CBG. Esta Lei contribuiu de forma decisiva para o aperfeiçoamento técnico dos ginastas, principalmente na categoria feminina, através da seleção permanente. A contratação de técnicos estrangeiros e de uma comissão técnica multidisciplinar também favoreceu a obtenção dos grandes resultados conquistados neste ciclo olímpico.

A aquisição de equipamentos e materiais esportivos importados, a manutenção do Centro de Excelência, períodos de treinamentos no Brasil e no exterior, participação em competições nacionais e internacionais são exemplos de ações realizadas com recursos advindos da Lei Agnelo/Piva e que foram de grande importância na evolução da modalidade no país. A maior parte dos recursos foi utilizada no alto rendimento da modalidade onde comprovamos um crescimento qualitativo da GA, mas que não se refletiu quantitativamente no país como já verificamos anteriormente. Na sequência apresentaremos a Lei de Incentivo ao Esporte discutindo suas principais contribuições para a modalidade entre os anos de 2005-2008.

5.2. A LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE

Para complementar a Lei Agnelo/Piva foi sancionada pelo presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva, a Lei n. 11.438 de Incentivo ao Esporte.

Segundo Ayres e Conceição (2007, p 2), esta Lei, implementada no ano de 2006, possibilita que pessoas físicas e jurídicas possam *investir diretamente em projetos desportivos e paradesportivos aprovados previamente pelo Ministério do Esporte* sendo que *o objetivo do Governo Federal é utilizar o investimento direto do setor privado, captado com base no incentivo fiscal do imposto de renda.*

O artigo I da Lei de Incentivo ao Esporte estabelece no primeiro inciso que as pessoas jurídicas poderão deduzir do imposto de renda os valores despendidos nos projetos

esportivos/paraesportivos a título de doação ou patrocínio, sendo que o valor máximo consiste em 1% do imposto devido. No caso da pessoa física que queira apoiar o esporte, a mesma Lei estabelece o valor máximo de investimento em 6% do imposto de renda (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009a).

Os projetos podem investir no esporte educacional, de participação e no esporte de rendimento. Segundo Mendes (2009), em entrevista coletiva realizada em 23/03/2009, o ministro dos esportes Orlando Silva relatou que um total de 132 milhões de reais foi arrecadado ao longo dos 15 meses de vigência dessa lei.

O próprio COB e CPB foram proponentes de projetos aprovados pelo Ministério do Esporte para arrecadar recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte. Um dos projetos objetivava a preparação de atletas para os JO de 2008 na China, sendo que há outro projeto deferido visando à preparação de atletas para os Jogos Mundiais da Juventude em 2010 e para os JO de Londres em 2012.

Analisando a base de dados do site do Ministério do Esporte entre os anos de 2007 e 2008, período de vigência desta Lei, constatamos três projetos específicos para a prática da GA, um de GR e outro que inclui a ginástica sem especificar qual modalidade num total de 259 projetos aprovados. Porém, devemos considerar que outros projetos deferidos podem ter destinado recursos para o fomento da Ginástica, por exemplo, os projetos aprovados para o COB e para o ECP.

O COB (2009d) declarou que o total de recursos da Lei de Incentivo ao Esporte destinado à CBG, em 2008, foi de R\$ 599.243,84.

5.3. BOLSA ATLETA

O programa Bolsa Atleta, instituído através da Lei n. 10.891, visa possibilitar a manutenção mínima de atletas de rendimento que não possuem uma fonte de renda. O programa foi lançado em julho de 2005 e foi criado pelo ex-deputado e ex-ministro do esporte Agnelo Queiroz.

Segundo o Ministério do Esporte (2009c), esse programa busca fornecer condições para que os atletas sem renda de patrocinadores possam se dedicar ao treinamento e participar em competições com o objetivo de ter um pleno desenvolvimento de sua carreira esportiva. O Bolsa Atleta investe com prioridade nos esportes olímpicos e paraolímpicos visando formar, manter e renovar atletas que futuramente poderão representar o país nos JO e Paraolímpicos.

Segundo o art. 3º da Lei n. 10.891, além de não possuir renda de patrocínio, o atleta deve ter a idade mínima de 14 anos, possuir vínculo com alguma entidade de prática esportiva, estar em plena atividade, não receber salário e deve ter participado de competições em âmbito nacional ou no exterior no ano imediatamente anterior àquele em que tiver sido pleiteada a concessão da bolsa (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009b).

O programa divide os beneficiários em categorias de acordo com a sua representatividade dentro do panorama esportivo baseando-se em competições nacionais e internacionais. Os valores para as bolsas fornecidas aos atletas e as categorias estão dispostas na Tabela 90.

Tabela 90 – Categorias e valores do programa Bolsa Atleta.

Categoria	Valor R\$
Estudantil	300,00
Nacional	750,00
Internacional	1.500,00
Olímpica/Paraolímpica	2.500,00

Fonte: República Federativa do Brasil (2009b)

Segundo as planilhas do Ministério do Esporte (2009c), foram beneficiados 73 ginastas artísticos distribuídos ao longo do período de existência do programa como podemos verificar na Tabela 91.

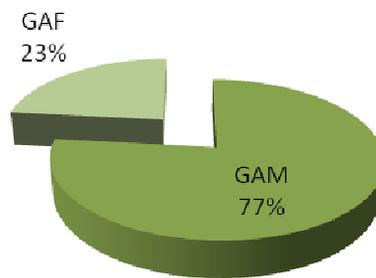
Tabela 91 – Número de ginastas beneficiados com o programa Bolsa Atleta.

Ano	GAF	GAM	Número de Ginastas Beneficiados
2005	10	18	28
2006	0	4	4
2007	1	13	14
2008	6	21	27
Total	17	56	73

Fonte: Ministério do Esporte (2009c).

No Gráfico 7, podemos observar que $\approx 77\%$ das bolsas distribuídas no período de 2005-2008, para a GA, foram destinadas aos atletas do masculino. O fato de a seleção permanente feminina possuir patrocinador oficial desde 2004 pode explicar o pequeno número de ginastas femininas contempladas com este programa. No ano de 2006, houve uma queda no número de beneficiados na GA. Acreditamos que a entrada do novo patrocinador oficial para a CBG, que beneficiava a categoria masculina e a feminina da GA, pode ter influenciado esta queda do número de ginastas que possuíam a bolsa neste ano.

Gráfico 7 – Percentual dos contemplados com o Bolsa atleta na GA entre os anos de 2005-2008.



Fonte: Ministério dos Esportes (2009c).

Entre 2005-2008, o Ministério do Esporte investiu R\$ 93.043.200,00 neste programa beneficiando 7.313 atletas. Na Tabela 92 apresentamos uma síntese do programa.

Tabela 92 – Número de atletas contemplados e a receita financeira do programa bolsa atleta 2005-2008.

Ano	Número Total de Atletas Contemplados	Número de Ginastas Contemplados	Receita R\$
2005	975	28	13.179.000,00
2006	854	4	13.247.400,00
2007	2171	14	26.334.600,00
2008	3313	27	40.282.200,00
Total	7313	73	93.043.200,00

Fonte: Guimarães (2009).

Atletismo e natação foram os esportes que mais obtiveram bolsas no período analisado. Também devemos ressaltar que os números contidos na Tabela 93 incluem os atletas paraolímpicos.

O número crescente de atletas contemplados com o Bolsa Atleta demonstra a dificuldade, não só dos ginastas, mas de todas as modalidades em conseguirem o apoio de patrocinadores. A seguir abordaremos alguns aspectos sobre a questão do patrocínio e o caso específico da GAM.

5.4. PATROCÍNIOS

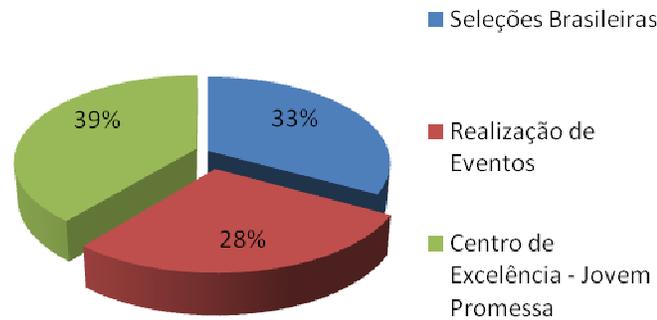
A Caixa Econômica Federal (CEF) é a patrocinadora oficial da ginástica brasileira desde junho de 2006. Inicialmente este apoio contemplava apenas a GA, mas a partir de 2007 foram incluídas as modalidades de GR e GT.

Utilizando como fonte de dados os Balanços Sociais (2006, 2007 e 2008) que são elaborados anualmente pela CEF para prestar contas das atividades e dos impactos econômicos, sociais e ambientais da organização na sociedade, verificamos que R\$ 6.057.183,00 foram destinados à CBG.

A CEF relata que entre junho e dezembro de 2006 foram investidos R\$ 347.283,00 reais na GA. No ano de 2007, o valor repassado para a CBG foi de R\$ 2.235.00,00 e em 2008 o valor foi de R\$ 3.474.900,00.

No ano de 2008, parte dos recursos foi orientada para a formação dos Centros de Excelência Jovem Promessa da Ginástica (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Utilização dos recursos advindos do patrocinador oficial da CBG no ano de 2008.



Fonte: Conselho Federal de Educação Física (2008).

Através da parceria entre a CBG e a CEF, foram desenvolvidos 18 Centros de Excelência Jovem Promessa da Ginástica (Figura 21) que consistem em locais para a prática da GA e Rítmica que são oferecidos de forma gratuita para a população.

Estados com Centro de Excelência CAIXA - Jovem promessa de Ginástica

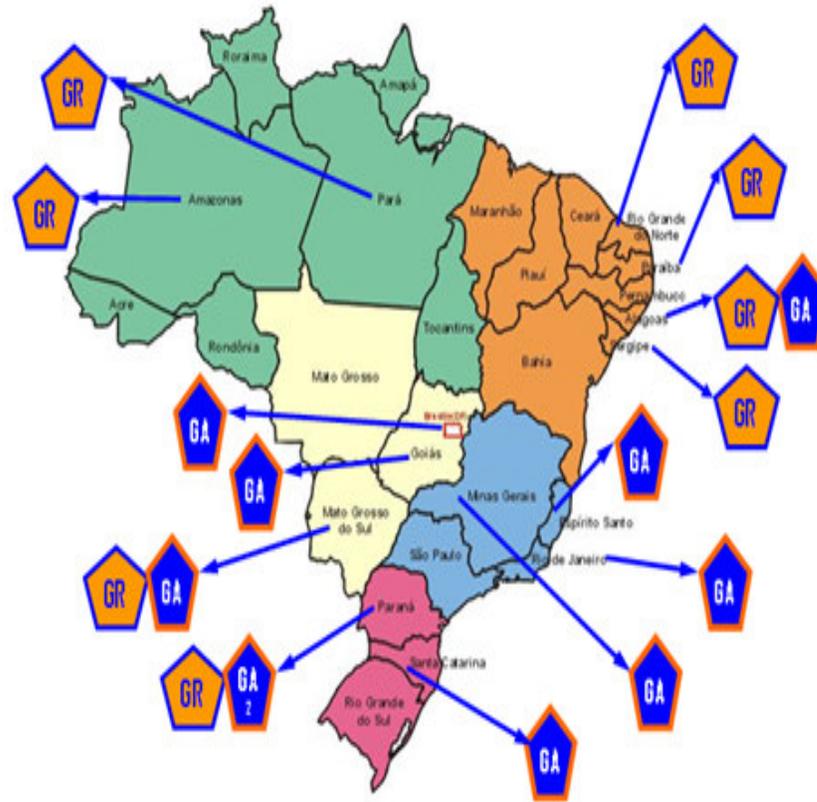


Figura 20 – Mapa com a distribuição dos Centros de Excelência Jovem Promessa da Ginástica. Fonte: CBG (2009)

Cada centro possui infraestrutura para atender 150 crianças e disponibiliza equipamento para iniciação à prática das modalidades e uniformes. A contratação e o pagamento de profissionais, ao longo de sete meses, também estava incluso nesse investimento que é gerenciado pelas federações filiadas à CBG e que foram contempladas com esse projeto¹⁸.

Comparando os valores adquiridos pela CBG, com outras modalidades, verificamos que apesar de significativo para a Ginástica, o montante repassado pelo patrocinador é pequeno e não condiz com os resultados internacionais que a modalidade conquistou no decorrer dos últimos anos. Para confrontar os dados selecionados escolhemos um esporte

¹⁸ Vários problemas acerca deste projeto foram elencados pelos entrevistados da pesquisa e foram discutidos no Capítulo 6 na Categoria Organização da Modalidade.

individual (atletismo) e um coletivo (voleibol). A escolha destes dois esportes foi influenciada pelo fato de ambos serem patrocinados por empresas estatais, assim como a Ginástica, e no caso do atletismo a escolha também foi motivada pelo aspecto da Confederação Brasileira de Atletismo possuir o mesmo patrocinador da CBG. Na Tabela 93, observamos que o total repassado para a CBG ao longo dos anos de 2006 e 2008 não chega a ultrapassar um ano do investimento do patrocinador na Confederação Brasileira de Atletismo (CBTA) ou da Confederação Brasileira de Vôlei (CBV).

Tabela 93 – Valores repassados pelos patrocinadores da CBV, CBAT e CBG.

Ano	Voleibol	Atletismo	Ginástica
2008	31.687.070,00	12.000.000,00	3.474.900,00
2007	30.642.552,00	10.500.000,00	2.235.000,00
2006	27.309.743,00	9.000.000,00	347.283,00
2005	28.341.329,00	7.000.000,00	--
Total	117.980.694,00	38.500.000,00	6.057.183,00

Fonte: CBV (2010); CEF (2010).

Sobre o patrocínio individual para atletas da GA, constatamos que ele é limitado e, na sua maioria, restrito aos grandes campeões da modalidade. Até mesmo os ginastas consagrados e de repercussão nacional sofrem na busca por parcerias. No Quadro 13 podemos verificar a situação dos três grandes expoentes da Ginástica brasileira após os JO de Pequim.

Quadro 13 – Patrocínios individuais dos ginastas Jade Barbosa, Diego Hypólito e Daiane dos Santos.

Ginastas	Patrocínios
Jade Barbosa	Recebe ajuda de custo da Prefeitura de Niterói por meio do seu clube (CRF). Está vendendo camisetas na internet para pagar seu tratamento médico. Perdeu patrocínio em 2008 da Caixa Econômica Federal (CEF).
Diego Hypólito	É patrocinado pela CEF via CBG e Adidas. Recebe verba da Prefeitura de Niterói via CRF. Perdeu apoio da Redecar e Golden Cross após as olimpíadas.
Daiane dos Santos	Recebe salário do ECP e é patrocinada pela CEF via CBG. Não ganhou ou perdeu patrocínios desde a Olimpíada.

Fonte: Adaptado do Lance!Net (2009).

Podemos verificar através deste quadro a dificuldade que os ginastas brasileiros possuem em conseguir e manter patrocínios individuais. Diego Hypólito perdeu 85% de sua renda em 2008 e teve seus salários pagos pelo CRF atrasados por mais de seis meses após os JO de 2008 (FOLHA ONLINE, 2009). Com a perda de alguns patrocinadores pessoais, o ginasta conta com o apoio da Prefeitura de Niterói (RJ) que está financiando a ginástica rubro-negra e com o repasse do patrocínio da CEF através da CBG.

A mídia tem um papel fundamental na aquisição de patrocinadores para o esporte. Mataruna e Haiashi (2008) afirmam que sem a mídia as modalidades não ganham exposição, não se desenvolvem, não atraem investidores e não atingem o público. Ainda de acordo com estes autores, a GA é uma modalidade com a qual o público alvo das empresas não tem muita identificação. Se o público não se identifica, não há investimento por parte das empresas. O espaço na mídia para a GA é restrito e pouco representativo, dificultando ainda mais o investimento.

Se pensarmos apenas no caso da GAM, o apoio de patrocinadores torna-se ainda mais difícil. A ex-presidente da CBG, Vicélia A. Florenzano, alegou ter dificuldade para obter patrocínio para a ginástica masculina, pois segundo a presidente: *as empresas só querem as meninas, que dão mais visibilidade* (AGÊNCIA DO ESTADO, 2007). Além dessa maior exposição da GAF na mídia, fatores culturais também dificultam o apoio à categoria masculina.

Outra dificuldade constatada é que a maior parte das empresas busca investir na Ginástica, e no esporte de uma forma em geral, apenas às vésperas dos grandes eventos competitivos como os JO, buscando visibilidade e resultados imediatos e esquecendo-se do trabalho a longo prazo que requer a formação de um atleta de alto rendimento.

5.5. O INVESTIMENTO DOS CLUBES

Os clubes foram as entidades esportivas que mais investiram na formação e na manutenção dos ginastas desde os primórdios da modalidade no país. Infelizmente as verbas públicas destinadas à CBG não estão sendo repassadas aos clubes para que haja a manutenção dos ginastas, de seus treinadores e da própria estrutura de equipamentos para o seu treinamento.

Mesmo nos períodos em que os atletas estavam concentrados na seleção permanente, alguns continuaram a ser subsidiados pelos seus clubes de origem. Além dos salários, alguns clubes custeavam o transporte, o estudo e a alimentação dos ginastas pertencentes às suas equipes.

A maior parte da renda dos clubes vem de patrocínios, dos sócios e do poder público. A ausência de patrocínios específicos para a GA é suprida, em alguns casos, com os recursos de outros esportes. O CRF, por exemplo, utiliza os recursos advindos do futebol profissional para manter os esportes olímpicos, dentre eles a GA (BRAGA, 2009).

Atualmente as agremiações vêm buscando recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte. Em 2008, um projeto do ECP foi aceito pelo Ministério do Esporte para a captação de recursos. O clube tem até 31 de dezembro de 2009 para captar R\$ 15.968.997,01. Este projeto visa à preparação de atletas para os Jogos Pan-americanos de 2011 e para os JO de 2012 (ECP, 2009). A GA é uma das modalidades que serão contempladas por esse projeto. Atualmente o ECP possui ginastas da seleção masculina e feminina da GA.

Para angariar mais fundos, os clubes formaram o Conselho de Clubes Formadores de Atletas Olímpicos (CONFAO). Eles reivindicam o direito a 30% da Lei Agnelo/Piva alegando que 213 dos 277 atletas que compuseram a delegação brasileira nos JO de Pequim, pertenciam e foram custeados por um clube (IMPÉRIO, 2009).

5.6. APOIO PÚBLICO ESTADUAL E MUNICIPAL

A região metropolitana de Campinas, composta por 19 cidades, exemplifica o papel público dos municípios que investem na GA competitiva.

Atualmente, a região possui 1322 alunos matriculados nas aulas/treinos de GA que são desenvolvidos por oito prefeituras. Na Tabela 94 podemos verificar os municípios que oferecem esta prática e o número de praticantes matriculados.

Tabela 94 – Municípios da região metropolitana de Campinas que oferecem aulas de GA competitiva.

Município	Número de Praticantes
Americana	130
Campinas	350
Indaiatuba	207 ¹⁹
Hortolândia	70
Itatiba	70
Jaguariúna	150
Paulínia	185
Vinhedo	160
Total	1322

Fonte: Emmanoelli (2008).

As aulas são gratuitas para a comunidade e as prefeituras proporcionam a infraestrutura física (local e aparelhos) e humana (professores, monitores e estagiários). Em alguns casos, os municípios oferecem lanche e transporte para os alunos e uma ajuda de custo para os atletas que representam a cidade em competições oficiais como os Jogos Regionais, Jogos Abertos do Interior e eventos organizados pelas FPG e CBG. Na Quadro 14 constam os números de profissionais contratados e os locais oferecidos pelas prefeituras para a prática da modalidade na Região Metropolitana de Campinas.

¹⁹ 183 alunos matriculados na iniciação em ginástica que inclui GA e trampolim e 24 alunos no treinamento em GA.

Quadro 14 – Municípios da região metropolitana de Campinas que possuem programas de GA competitiva.

Município	Número de Profissionais	Local da Prática
Americana	8 professores	Ginásio
Campinas	3 professores; 4 estagiários	Salão
Hortolândia	1 professor	Salão
Indaiatuba	7 professores; 1 estagiário; 1 monitor	Ginásio
Itatiba	2 professores; 1 estagiário; 1 técnico	Ginásio
Jaguariúna	2 professores; 2 estagiários	Área coberta
Paulínia	6 professores	Salão
Vinhedo	2 professores; 2 estagiários	Ginásio
Total	31 professores; 1 técnico; 10 estagiários; 1 monitor	4 ginásios; 3 salões; 1 área coberta

Fonte: Emmanoelli (2008).

Estes investimentos públicos constatados na região metropolitana de Campinas, repetem-se em outras partes do Brasil. A equipe da Associação de Ginástica Di Thiene (AGITH), que atualmente possui cinco ginastas da seleção masculina de GA, faz parte do Programa Esportivo Comunitário mantido pela Secretaria de Esportes e Turismo da prefeitura de São Caetano do Sul (RIBEIRO, 2009). O município proporciona o local, a infraestrutura de aparelhos e a equipe multidisciplinar que atua junto aos ginastas.

Outro exemplo é o Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP) que é um órgão subordinado à Secretaria Municipal de Esportes da prefeitura do município de São Paulo. Nesse centro são oferecidas aulas de 10 modalidades esportivas dentre elas a GA. A prefeitura disponibiliza seis profissionais que trabalham desde a iniciação até o treinamento efetivo nas categorias masculina e feminina. O COPT possui assistentes sociais e os atletas que participam das atividades recebem atendimento médico, odontológico, psicológico, terapêutico, lanche e, no caso dos membros das equipes de competição, auxílio transporte (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2009). Além do apoio supracitado, a prefeitura possui um convênio de R\$ 30.000,00 por mês para suprir as demais demandas do COTP.

Podemos inferir, através destes exemplos, que alguns municípios e estados brasileiros vêm tornando acessível a prática da GA de forma gratuita para a população. O caso da ginasta Daiane dos Santos serve como exemplo da importância do investimento público dos estados e municípios para a ginástica brasileira. Ela, assim como outros ginastas, iniciou sua carreira num centro esportivo público.

Aos 12 anos de idade, a ginasta começou a praticar a GA no Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE) localizado na cidade de Porto Alegre. O CETE é o principal órgão público para a formação de atletas do estado do Rio Grande do Sul e contava com 68 crianças matriculadas na escolinha de GA no ano de 2008 (ZERO HORA, 2009). O estado de São Paulo também oferta aulas de GA no Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães, onde está localizado o ginásio do Ibirapuera.

Além de subsidiar o esporte, como foi supracitado, os municípios e estados implementaram leis que auxiliam a complementar a verba pública destinada às modalidades através de incentivos fiscais para empresas que investem no esporte local/regional. Para exemplificar isso, utilizamos o Decreto 45.044 de 2009 do estado de Minas Gerais que *dispõe sobre a concessão de desconto para pagamento de crédito tributário, com o objetivo de estimular a realização de projetos desportivos no estado* (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2009).

Muitos projetos municipais, vinculados a prática da GA, estão associados a programas sociais. A Associação Londrinense de GA possui uma parceria com a Fundação de Esportes de Londrina onde desenvolve o fomento à prática da GA através de um projeto de cunho social. No ano de 2008, a ALGA foi beneficiada com R\$ 42.000,00 do Fundo Especial de Incentivo a Projetos Esportivos da Prefeitura Municipal de Londrina (PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA, 2009).

Acreditamos que todos estes exemplos, auxiliam a contextualizar como alguns municípios e estados vêm desempenhando um papel importante no desenvolvimento da GA nacional fomentando desde a iniciação até o alto rendimento, como pudemos constatar na pesquisa.

5.7. ANÁLISE GERAL

Diferentemente de outros esportes que obtém lucros com a venda de ingressos e de direitos de transmissão de imagem, a GA brasileira não recebe nenhuma renda significativa desses meios de arrecadação²⁰.

A manutenção da CBG e dos programas por ela realizados dependem exclusivamente dos recursos advindos do COB, Ministério do Esporte e do patrocinador oficial da entidade. Vale a pena rememorar que os recursos públicos são advindos das leis que incentivam o esporte e de programas como o Bolsa Atleta.

Segundo Silva (2008, p. 77), *ao que parece, estas últimas legislações esportivas estão avançando aos poucos*. Pois como cita Tubino (2002) apud Silva (2008, p 77) *estas Leis abrem grandes perspectivas para o esporte olímpico e paraolímpico, uma vez que, através de recursos permanentes, o COB e o CPB planejarão os esportes de maneira mais própria e segura*.

Desde a implementação da Lei Agnelo/Piva foi possível observar um crescimento e desenvolvimento da GA no Brasil. Os recursos públicos têm um papel determinante nessa evolução, pois permitiram que a CBG pudesse organizar e fornecer uma melhor estrutura para a modalidade no país.

Grande parte dos recursos adquiridos pela CBG é destinada ao esporte de alto rendimento. A base da GA nacional ainda depende fortemente do apoio dos governos estaduais, municipais e principalmente do suporte fornecido pelos clubes. Verificamos no decorrer do capítulo que o montante recebido pela CBG foi investido, principalmente, na manutenção das seleções permanentes e na participação de eventos no exterior.

Atualmente, os clubes desempenham um papel fundamental no investimento financeiro destinado a GA, pois muitos atletas, até mesmo da seleção brasileira, dependem dos salários, da infraestrutura física e humana que eles fornecem apesar da crise atual desse setor, conforme relatam Alves e Pieranti (2007, p. 10):

Os investimentos do dia-a-dia dos esportes amadores ficaram e ficam reservados aos clubes, sofrendo, portanto, com os problemas financeiros por que passam as grandes

²⁰ Infelizmente, a CBG não disponibiliza a sua prestação de contas para que esse tipo de informação seja verificado de forma mais fidedigna.

agregiações nacionais. Note-se que o clube se auto-sustenta no que tange às suas instalações, graças a seus sócios, e as "escolinhas esportivas" se auto-sustentam com o pagamento de mensalidades, mas os esportes amadores são altamente deficitários e muitas vezes, portanto, abandonados pelo clube.

O número de ginastas que possuem patrocinadores é restrito e pouco representativo. Os patrocínios são raros, visto que a GA carece de visibilidade na mídia. Este fato dificulta o desenvolvimento dos atletas, principalmente na categoria masculina, que abandonam a ginástica devido à necessidade de inserirem-se no mercado de trabalho, deixando de alcançar o auge na modalidade que ocorre, na grande maioria, após os 20 anos (BERTOLOTTI, 2000).

O Programa Bolsa Atleta vem suprindo esta falta de patrocínios individuais fornecendo subsídios para que os ginastas possam ter condições de se dedicar aos treinamentos.

A falta de recursos financeiros não atinge somente os atletas e os clubes. As federações estaduais também sofrem com a falta de patrocinadores e dos repasses públicos. Muitas dependem apenas do valor arrecadado com o pagamento de taxas de filiação de clubes, técnicos e ginastas. Isso explica a permanência de muitas entidades num estado de amadorismo, pois são poucas aquelas que possuem um bom quadro de membros afiliados.

Segundo o demonstrativo do COB (2009c), os rendimentos adquiridos pela CBG, em 2008, através da Lei Agnelo/Piva e da Lei de Incentivo ao Esporte totalizaram R\$ 2.517.617,01. Se adicionarmos a esse total o investimento do patrocinador oficial da Confederação, obteremos R\$ 5.992.517,01. Um valor significativo para uma modalidade esportiva que há pouco mais de uma década não possuía organização e nem infraestrutura para se desenvolver. Poderíamos comparar este valor adquirido em 2008, com o montante repassado pelo Ministério do Esporte no ano de 1999. Naquele ano, a CBG recebeu R\$ 129.513,00 (GARAVELLO, 2009).

Apesar desta perceptível melhora na condição financeira, verificamos que o investimento ainda é pequeno quando confrontado com outras modalidades como constatamos com o Voleibol e o Atletismo.

Buscando exemplos na própria modalidade, selecionamos dois países: Portugal e Estados Unidos. Escolhemos estas nações, pois uma representa uma potência econômica e na modalidade e o outro representa um país com uma economia e uma ginástica menos desenvolvida que a brasileira.

Analisando apenas o ano de 2008, verificamos que Portugal teve um orçamento de R\$ 3.112.944,23²¹. Este valor supera o montante recebido pela CBG no mesmo ano somando a Lei Agnelo/Piva e a Lei de Incentivo ao Esporte. Somente o Instituto do Desporto de Portugal, órgão governamental português, investiu R\$ 2.158.281,34 na Federação de Ginástica de Portugal (FPG, 2010a).

Com relação aos Estados Unidos, somente os gastos da USAG com a GAM superaram o orçamento, sem os recursos do patrocinador, da CBG no ano de 2008. A USAG investiu um total de R\$ 2.961.508,29 no programa masculino da GA sendo que o total arrecadado pela entidade em 2008 foi R\$ 37.123.728,44²².

Por meio dessas informações, constatamos que o investimento na Ginástica brasileira não é apenas menor que uma potência na modalidade, mas também com relação a um país de pequena expressão na GA. Portugal foi 22º no mundial de 2007 e somente no ano de 2009 conseguiu colocar um ginasta na final do individual geral (FGP, 2010b). Lembrando que o campeonato do mundo, pós-jogos olímpicos, possui um nível técnico menor que os demais mundiais dentro de um ciclo devido à aposentadoria de alguns ginastas, pelas alterações nas regras que demandam um período de adequação das séries e também pelo início do trabalho visando a próxima edição dos JO.

Embora os investimentos sejam menores com relação a outros países e outros esportes, o incremento no apoio financeiro CBG trouxe benefícios para o desenvolvimento da modalidade, pois a GA passou a usufruir de melhores condições, principalmente no que diz respeito ao alto nível da modalidade, conforme observamos no decorrer do capítulo.

Os dados apresentados possibilitam inferir, também, que embora a CBG tenha adquirido uma condição financeira estável, os ginastas, clubes e as federações não acompanharam esta evolução ficando com os problemas característicos do esporte amador brasileiro.

²¹ R\$ 1,00 = € 2,437. Cotação do Euro em 09/03/2010.

²² Valores referentes aos *unrestricted net assets* (ativos líquidos irrestritos) de 2008.

6. O PANORAMA DA GINÁSTICA ARTÍSTICA MASCULINA BRASILEIRA NA VISÃO DOS ESPECIALISTAS

A ginástica é um esporte meio maluco de muita dedicação, muito esforço e de muito tempo de ginástica e sempre precisa de alguém resolvido, gente que faça a coisa acontecer e que tenha essa visão (T1).

Neste capítulo serão apresentados os dados obtidos ao longo das entrevistas realizadas com os especialistas. As informações foram devidamente organizadas em categorias temáticas e analisadas visando atender aos objetivos propostos no estudo.

Abaixo apresentamos inúmeros trechos transcritos das entrevistas realizadas. Optamos por fazer uma transcrição direta das falas, sem quaisquer correções e interferências. Assim, por tratar-se de discursos orais, não houve por parte dos interlocutores preocupação com estilo e adequação gramatical. Encontrar-se-á redundâncias, falta de concordância, reelaborações, interrupções, marcas de oralidade, etc. Queremos deixar claro, no entanto, que a transcrição direta das falas foi uma opção nossa por um desejo de maior fidelidade aos discursos produzidos e que não faremos o uso repetido e cansativo de “sic” após os mesmos.

6.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS SUJEITOS

Na sequência serão apresentadas algumas características dos profissionais que participaram da pesquisa de campo com o objetivo de elucidar melhor o contexto de suas respostas. Foram entrevistados dois ginastas, dois árbitros, três técnicos e dois dirigentes sendo um membro do CT nacional e um presidente de federação estadual.

Árbitro 1 (A1)

O entrevistado A1 é árbitro estadual desde 1999. Conseguiu o *brevet* nacional em 2001 e tornou-se árbitro internacional em 2006. Nos últimos três anos arbitrou três eventos internacionais e vem

atuando frequentemente nos eventos nacionais da modalidade possuindo, na atualidade, o *brevet* Categoria III da FIG. Foi atleta durante 15 anos e trabalha como técnico desde 1999 atuando junto a equipes masculinas e femininas desde a iniciação ao treinamento.

Árbitro 2 (A2)

O árbitro A2 possui uma longa trajetória na GA. Foi atleta da seleção brasileira possuindo títulos nacionais e internacionais. Com o término da sua carreira como ginasta, passou a trabalhar como técnico de um clube de forte tradição na modalidade com o qual obteve sucesso nacional e internacional por meio de seus atletas. A2 possui o *brevet* Categoria 2 da FIG e é membro do CT nacional masculino.

Treinador 1 (T1)

O sujeito T1 é um dos treinadores mais experientes no Brasil. Seus atletas são convocados para integrar as seleções brasileiras desde 1989 até os dias de hoje. Segundo o próprio sujeito, ele possui todos os títulos brasileiros nas competições por equipe, individual geral e por aparelhos de todas as categorias. Além das conquistas nacionais, seus ginastas obtiveram medalhas internacionais em vários eventos, como: etapas de Copa do Mundo, Jogos Pan-americanos e Jogos Sul-americanos.

Treinador 2 (T2)

O entrevistado T2 atua profissionalmente como técnico há mais de 25 anos e conseguiu resultados expressivos nacionais e internacionais nos últimos três ciclos olímpicos. Na posição de técnico, participou de grandes eventos internacionais como: JP, CM e JO. Além de atuar como treinador, T2 possui o *brevet* internacional de árbitro na Categoria 4 da FIG e já atuou no CT nacional masculino.

Treinador 3 (T3)

Nos últimos dois ciclos olímpicos, o entrevistado T3 vem obtendo êxitos em todas as categorias nacionais. Ele possui no seu currículo várias participações internacionais nas quais seus ginastas vêm ganhando destaque, principalmente nas etapas da Copa do Mundo e nos CM. T3 também possui o *brevet* de árbitro internacional Categoria 4.

Dirigente 1 (D1)

D1 é técnica de GA e está na presidência da federação há oito anos. Possui pós-graduação em educação-física e atua como docente no ensino superior.

Dirigente 2 (D2)

O Dirigente 2 atua como técnico e já teve atletas na seleção nacional juvenil e adulta. Além dos títulos nacionais conquistados pelos seus ginastas, D2 também possui bons resultados em eventos internacionais como treinador. Atualmente, é um dos árbitros de maior graduação no país possuindo o *brevet* Categoria 2 da FIG. Ele também é membro do CT nacional.

Ginasta 1 (G1)

O atleta G1 é membro da seleção brasileira adulta desde o ciclo olímpico 2000-2004. Possui uma vasta experiência nacional e internacional destacando-se dois JP e quatro CM.

Ginasta 2 (G2)

O ginasta G2 está na seleção brasileira principal desde o ciclo olímpico 1996-2000. Participou de três JP, nove CM e um JO. Possui várias medalhas em competições nacionais e internacionais.

6.2. AS CATEGORIAS E A ANÁLISE DOS CONTEÚDOS EXTRAÍDOS

Os dados da pesquisa de campo foram organizados em categorias temáticas que abrangeram os assuntos discutidos ao longo das entrevistas. Para categorizar as informações, estabelecemos unidades de registro que, neste caso, foram os temas que emergiram. Com a definição das unidades de registro, realizamos a seleção das unidades de contexto através da utilização de segmentos das transcrições que refletiam o significado das unidades. Com o estabelecimento de ambas, efetuamos uma análise inferencial dos resultados obtidos.

6.2.1. Organização da Modalidade

Quadro 15a – Resultados da pesquisa de campo referentes à organização da modalidade.

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro
Organização da modalidade	Federação estadual	Convocação dos árbitros
		Ausência de mudanças no âmbito estadual.
		Divulgação de informação
		Infraestrutura da federação
		Número de afiliados
	CBG	Mudanças na organização das competições nacionais
		Estrutura para as viagens
	Infraestrutura nacional	Aparelhagem
	Projetos nacionais	Centro de excelência
		Projeto Jovem Promessa da Ginástica
		Seleção Permanente

Quadro 15b - Resultados da pesquisa de campo referentes à organização da modalidade.

Unidade de registro	Unidade de contexto
Convocação dos árbitros	(A1) [...] <i>o pessoal (a federação) não me convocava por causa de custo.</i>
Ausência de mudanças no âmbito estadual	(A1) [...] <i>pra mim nos últimos 4 anos tá igual que era antes. Quando eu fui (arbitrar) não lembro de ter tanta melhora.</i>
Mudanças na organização das competições nacionais	(A1) <i>Nacional [...] eu acho que a organização melhorou um pouco sim em termos de velocidade, de nível, qualidade de arbitragem, de treinador envolvido eu acho que melhorou um pouco.</i> (T1) [...] <i>(melhorou) porque tem dinheiro. Porque tem patrocínio.</i> (G1) <i>Não existe mais campeonato brasileiro com aparelho ruim, não existe, sempre aparelho bom isso com certeza melhorou bastante.</i>
Divulgação de informações	(A1) <i>Eles (federação estadual) deveriam ter um jeito de chegar informação pra todo mundo. O cara tem atleta, não tem atleta ele vai ter acesso (à informação) [...].</i>
Infraestrutura da federação	(D1) <i>Tem federação que não tem computador que é na casa de presidente, ainda temos esta realidade.</i>
Número de afiliados	(D1) <i>Outras federações funcionam às vezes com um único clube, um único clube, entendeu. Você precisa de três clubes pra realizar uma federação.</i>
Estrutura para as viagens	(G2) (Antes) <i>a gente não sabia se ia viajar até uma semana antes. A estrutura toda mudou.</i>
Aparelhagem	(A1) <i>Melhorou bastante. [...] Estadual, nacional tudo normalmente importado, a qualidade muito boa sim.</i> (A2) [...] <i>hoje a grande maioria dos clubes tem aparelhagem boa.</i> (T1) [...] <i>tem mais fossos do que quando comecei, melhorou bastante, mas não o suficiente.</i> (T2) <i>Melhorou do que era há vinte anos atrás [...].</i> (T3) <i>A aparelhagem é cara pro clube comprar [...].</i>

	<p>(D1) [...] porque os atletas [...] de ponta, se eles fizeram atividade num material artesanal, eles vão se machucar mais.</p> <p>(G1) Todos os clubes, sem exceção, têm alguma coisa que está faltando e que tem atleta na seleção [...].</p>
Centro de excelência	<p>(A1) Essa é a briga nossa com a federação paulista, porque 90% ou mais dos atletas da seleção são do estado de São Paulo e em São Paulo, que é uma potência no masculino e feminino, não tem um centro de excelência, não tem um lugar de treinamento no nível que tem a aparelhagem que tem o centro de excelência lá em Curitiba [...]</p>
Projeto Jovem Promessa	<p>(A1) Se vai pra frente eu não sei, mas que na teoria é uma coisa boa é.</p> <p>(T1) O jovem promessa é a mesma coisa que ter faculdade e não ter secundário!</p> <p>(T2) Acho que eles não atendem às necessidades básicas da ginástica masculina [...].</p> <p>(D1) [...] eles (os projetos) estão abaixo da iniciação, entendeu?</p> <p>(D2) Eu não tenho muita intimidade pra ter uma opinião formada.</p> <p>(G1) Por enquanto eu só vi o projeto. Eu não vi ele funcionar [...] no meu ponto de vista é como eu falei: iniciação todo mundo tem condição de fazer o que não tem condição de fazer é quando chega num rendimento.</p>
Seleção Permanente	<p>(A2) A estrutura que foi dada errada.</p> <p>(D1) Se o masculino está aí (com resultados) é porque ele não foi seleção permanente.</p> <p>(T2) [...] eu acho que a seleção deve trabalhar em caráter de regime permanente [...].</p> <p>(T3) Quem não entrou na seleção permanente, o que acontece? Esquece.</p> <p>(G1) [...] proveitoso foi, mas sempre tem pontos positivos e negativos.</p> <p>(G2) Eu acho que tem pontos bem positivos [...].</p>

Foi possível inferir, através das entrevistas, que houve mudanças significativas no âmbito organizacional da GAM brasileira nos últimos quatro anos. G2 descreve que num período anterior, os ginastas não sabiam se iam viajar para as competições internacionais e, quando recebiam a resposta, faltavam apenas alguns dias para o evento acontecer. Apesar das competições constarem no calendário da entidade, tudo estava sujeito a alterações repentinas que dificultavam o planejamento dos técnicos e o treinamento dos ginastas. Além desse problema, a CBG não tinha condições de organizar uma equipe multidisciplinar para acompanhar os atletas devido aos problemas financeiros daquele período. Segundo G2, a organização atual da modalidade se contrasta com tudo isso:

A gente não sabia se ia viajar até uma semana antes. Chegando lá não tinha a estrutura que a gente tem hoje. Cheguei lá deslumbrado (fazendo referência ao seu primeiro

campeonato mundial) *assim sem saber nada e competi, né?! Foi na marra que eu fui entrando no cenário mundial. [...] A estrutura toda mudou. Hoje a gente vai pro mundial com três técnicos e foi no último mundial com uma equipe de seis ginastas, fisioterapeuta, medico e chefe de delegação, árbitros, etc. que é a estrutura que a gente tem que ter pra gente conseguir evoluir (G2).*

Embora a situação esteja melhor, observamos que alguns problemas persistem e devem ser solucionados visando um melhor desenvolvimento da GAM no país. Durante a reflexão feita por G2, acerca do ciclo 2005-2008, o sujeito diz que houve um avanço, mas também um retrocesso:

Começamos este ciclo de Pequim muito mal lá em Curitiba sem técnico fixo e sem perspectivas muito legais. No meio do ciclo a gente teve que voltar cada um pro seu clube e a seleção foi desfeita. Nós nos encontramos antes do Pan-americano, acho que um mês antes, pra treinar como equipe e isso já me lembrou o ciclo anterior lá de Winnipeg que a gente se encontrava no aeroporto. Então, parece que deu uma avançada, mas também retrocedeu um pouco neste último ciclo (G2).

Além destes problemas elencados por G2, que na opinião deste sujeito foram um retrocesso para a modalidade, verificamos que alguns aspectos importantes da GAM não chegaram a ter um avanço significativo no ciclo olímpico 2005-2008 e permaneceram estagnados. Um deles seria a organização e a infraestrutura das federações. Sobre esta questão, o sujeito D1 relata que: *Tem federação que não tem computador e que [a sede] é na casa do presidente. Ainda temos esta realidade. [...] A gente está no prédio das federações e aquilo está um escândalo. O banheiro não tem água, o elevador não funciona.*

Observamos nessa fala que faltam recursos financeiros para que as federações possam se estruturar. A renda advinda da filiação dos clubes/associações e os recursos adquiridos com o pagamento das taxas de competição não são suficientes, na grande maioria dos casos, para que as federações possam ter uma organização adequada para o seu funcionamento. Além das dificuldades de infraestrutura física, a falta de profissionais capacitados à frente destas entidades é outro empecilho que acaba por dificultar o desenvolvimento da Ginástica no país. De acordo com D1, as pessoas *precisam ter mais esclarecimento*. Este dirigente relata que no nordeste muitos dirigentes confundem o papel de técnico e de presidente, atrapalhando as suas ações: *[...] porque você sente falta de esclarecimento lá em cima também [no nordeste], as pessoas às vezes - - o presidente é técnico de GR, entendeu, então o papel de técnico, o papel de presidente às vezes fica meio entrelaçado, então fica meio atrapalhado.*

Este entrelaçamento, relatado por D1, pode ser ampliado com a confusão que existe entre ser presidente de uma federação de ginástica e gostar de uma determinada modalidade. Essa linha tênue acaba por prejudicar o andamento das federações que em muitos casos acabam por constituir-se como a extensão da vontade de seus presidentes e acabam não representando os interesses de seus membros afiliados.

D1 chama a atenção para o fato de que muitas federações possuem menos de três membros afiliados, sendo este o mínimo necessário para a sua fundação. Nas palavras de D1: *Outras federações funcionam às vezes com um único clube, um único clube, entendeu? Você precisa de três clubes pra realizar uma federação. [A federação] Está no papel em muitos casos.* Estas entidades têm o mesmo poder de voto das demais que possuem um maior número de afiliados. Isso ocasiona uma série de problemas, pois em muitos dos casos, o presidente não possui representatividade já que não possui entidades filiadas tornando o seu voto pessoal.

Sobre a quantidade de membros vinculados às entidades estaduais, D1 relata que há diferentes realidades no país que condicionam estes números: *Uma sociedade clubística, só São Paulo tem isso. [...] mas se você for em outro estado, você vai pegar uma outra realidade, a Elisa (presidente da FBG) que você citou, é escola. Não é clube, entendeu?*

Concordamos com o sujeito D1 que há diferentes realidades nos estados, mas não acreditamos que este fator seja a origem do problema que acarreta o baixo número de entidades afiliadas. O fator financeiro foi elencado pelos demais sujeitos da pesquisa como o principal responsável pela não adesão de um contingente maior de entidades vinculadas às instituições dirigentes da modalidade no país. O surgimento de ligas, à margem das federações estaduais, é um exemplo que confirma o nosso argumento²³.

A organização da arbitragem nacional foi outro tema abordado na pesquisa de campo. O entrevistado A1 chama a atenção para a questão da convocação dos árbitros para os eventos competitivos estaduais nos quais, em muitas ocasiões, coloca-se de lado a qualidade do árbitro pelo baixo custo. A1 cita que: *o pessoal de São Paulo (capital) sai mais barato, então [a federação] chamava o pessoal de lá, então eu não ia muito em evento da federação.* Opta-se por um árbitro menos qualificado que está mais próximo do local onde será realizado o campeonato em detrimento da participação de um árbitro com maior experiência. Esta ação pode prejudicar o andamento da competição (maior tempo para a liberação da nota) e torna os resultados menos

²³ Este assunto será abordado com maior profundidade na Categoria Quadro Financeiro.

fidedignos (erros frequentes nas notas de partida e execução) devido a menor experiência dos árbitros.

O imprevisto na avaliação da GAM tornou-se característico de vários eventos estaduais e regionais no país mostrando a deficiência na formação de um quadro de arbitragem na grande maioria dos estados, como foi constatado através dos questionários na primeira etapa da pesquisa.

Abordando de uma forma geral a organização da GAM no âmbito estadual, A1 afirma que não observou mudanças significativas nos campeonatos em que esteve presente chegando ao ponto de dizer que tudo continuou igual ao ciclo anterior: [...] *pra mim nos últimos 4 anos tá igual que era antes. Quando eu fui (arbitrar) não lembro de ter tanta melhora.*

Sabemos que os investimentos da Lei Agnelo/Piva foram direcionados apenas para a CBG e que foram poucos os repasses recebidos pelas federações estaduais através do setor público. Talvez, devido a isso, não seja possível observar um desenvolvimento no âmbito estadual apesar das melhoras adquiridas pela CBG nos últimos anos. No discurso de D1 podemos comprovar que há uma limitação econômica que reflete nas ações das federações. Os dirigentes estaduais possuem ciência disso: [...] *eu tenho plena consciência de tudo o que eu e o grupo estamos fazendo. Então, se a gente não faz mais é porque a gente realmente não pode [...].*

Na questão da organização da modalidade no que diz respeito à infraestrutura de aparelhagem para as competições, observamos na fala de A1 que houve um avanço importante neste aspecto. A1 afirma que: [...] *melhorou! Estadual, nacional tudo normalmente importado, a qualidade muito boa sim.* T2 diz que *melhorou do que era há vinte anos atrás*, mas que ainda persistem grandes problemas de infraestrutura no país e que causam preocupação quando pensamos na maior parte das equipes. Na opinião de T2 a aparelhagem desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da GA e que este é um aspecto que limita o trabalho realizado no Brasil:

A parte pior do nosso trabalho é a parte estrutural. Ou a gente consegue evoluir no sentido de ter melhores estruturas ou a gente vai estagnar no nosso crescimento. A gente já está chegando num momento que o equipamento passa a ser um diferencial também. Treinar num bom equipamento, se preparar pra um evento num bom equipamento faz diferença. Não adianta, faz diferença e os nossos clubes, os que estão equipados, não estão 100% equipados e a maioria está nem com bons equipamentos que se possa dizer é razoável para se trabalhar (T2).

Apesar do que foi dito pelo sujeito T2, A2 relata que a maior parte dos clubes conta com bons equipamentos e que está mais acessível a compra destes aparelhos se compararmos o período de 2005-2008 com os anteriores:

Hoje a grande maioria dos clubes tem aparelhagem boa. Estão fazendo as leis que hoje facilitam pra trazer os aparelhos. A confederação ajuda isso. O número de fábricas que estão interessadas no Brasil também aumentou, ainda mais agora que a olimpíadas 2016 vai ser no Rio (A2).

O acesso, mais facilitado, aos materiais importados e o empréstimo dos aparelhos da CBG para os grandes eventos, favoreceu a qualidade das competições no país:

[...] a CBG tem um kit de aparelhos que é da CBG e fica guardado. Então eles [os ginastas] sabem que vão sempre competir numa mesma qualidade de material. Uma qualidade de boa para excelente. Antigamente não. Ah vai ser lá no interior da cidade tal e lá não tem aparelhagem boa. Então vou ter que facilitar minha série, porque o tablado não dá impulso ou não tem trampolim bom e isso significa - - hoje em dia não, hoje eles aplicam o máximo na competição, porque eles têm mais confiança, entendeu? (A2).

A atual situação econômica do país desempenhou um papel relevante para a aquisição de aparelhos importados homologados pela FIG, conforme podemos observar na fala de A2:

A barra hoje, que custava mil dólares, hoje mil dólares não é mil dólares que era há 15-20 anos atrás, entendeu? Hoje, pra você importar um aparelho você liga numa importadora e você traz o aparelho. Antigamente era uma burocracia enorme pra você importar o aparelho que era um absurdo de caro também. Então isso facilitou muito (A2).

A1 enfatiza que embora as condições tenham melhorado, algumas regiões ainda possuem dificuldades em obter aparelhos de qualidade como podemos constatar no seu discurso:

[...] tinha época, principalmente jogos regionais, ia pra jogos você catava uns aparelhos que lamentavelmente era difícil mesmo ir pra lá e tá fazendo. Hoje a gente pega região que tem [aparelhos de qualidade]. Esse ano nossos jogos regionais de Pirassununga, aparelhagem muito ruim, muito ruim! (A1).

Apesar da melhora, ficou claro que o acesso não é para todos e que em vários locais há falta de materiais adequados para a prática. Para T1 houve uma melhor condição de

infraestrutura de aparelhos, porém aquém das necessidades: [...] [melhorou] *pouco, tem mais fossos do que quando começaram. Melhorou bastante, mas não o suficiente* (T1). Os aparelhos importados dos grandes clubes se contrastam com o material utilizado no interior do estado de São Paulo, como foi citado na fala de A1 e isto se reflete no país inteiro.

O sujeito T3 confirma que: *a aparelhagem da ginástica é caríssima [...] é cara pro clube comprar*. Para este sujeito, um fator importante que pode reverter este quadro seria a isenção de impostos: *enquanto eles não liberarem o imposto não [será facilitada a aquisição de aparelhos importados]* (T3).

Segundo T3, a CBG deveria intervir de forma mais efetiva na questão dos aparelhos, principalmente nos clubes onde treinam atletas que compõe a seleção nacional:

[...] a confederação tem que auxiliar os clubes. Ela tem que auxiliar os clubes, porque se ela não auxiliar os clubes não vai existir ginastas de alto nível. Se a confederação pelo menos comprar aparelhagem e vender aparelhagem sem impostos, isso é o mínimo que ela podia fazer [...] (T3).

Essa deficiência de infraestrutura para os treinamentos poderia ser amenizada com a criação de centros de excelência. Na concepção do sujeito A1, a falta de um centro de excelência em São Paulo, com aparelhagem equivalente ao centro de excelência de Curitiba, contraria a lógica devido à importância do estado no desenvolvimento da modalidade no país:

[...] essa é a briga nossa com a federação paulista. Porque 90% ou mais dos atletas da seleção são do estado de São Paulo e em São Paulo, que é uma potência no masculino e feminino, não tem um centro de excelência, não tem um lugar de treinamento no nível que tem a aparelhagem que tem o centro de excelência lá em Curitiba ou no Flamengo que seja (A1).

Esta ausência de infraestrutura deixa claro que a CBG é omissa em oferecer instalações adequadas para os atletas que compõem a seleção brasileira, na maioria dos casos. Desde 2007, os ginastas do masculino não possuem seleção permanente em regime de concentração e realizam seus treinamentos nos seus clubes de origem. Muitos enfrentam problemas de aparelhagem, pois seus clubes não possuem condições financeiras para arcar com as despesas da aquisição dos aparelhos homologados pela FIG e que devem ser importados já que não existem empresas brasileiras com este tipo de certificação:

Todos os clubes, sem exceção, têm alguma coisa que está faltando e que tem atleta na seleção. Tem coisa faltando e a CBG até agora não conseguiu ajudar neste sentido. [...] São poucos os clubes que tem todos os aparelhos bons (G1).

A dificuldade de não possuir os aparelhos adequados e homologados pela FIG fica explícita na fala do ginasta G2:

[...] eu não tenho solo e chega na competição eu tenho que competir, ou seja, equipar os clubes era uma coisa pra ontem, tinha que ser feito [...]. [...] é complicado chegar num evento e tem lá um equipamento super bom e a gente podia estar super bem também, mas não está, porque a gente se preparou num equipamento inferior ao que a gente encontra. Então, treinar na pedra e depois ir pro colchão vão falar que é super bom, mas não é. Não adianta. Você tem que treinar onde você vai competir e ter a realidade igual nos dois lados eu acho.

G1 afirma que a CBG possui equipamentos que ficam armazenados e que poderiam ser utilizados pelos ginastas da seleção: *Tem até aparelhos sobrando e isso até é uma coisa ruim [...] porque tá sobrando num lugar só e nos clubes acho que está meio precário, tá difícil nos clubes.*

A necessidade de aparelhos com certificação da FIG não se justifica apenas por proporcionar uma aquisição mais rápida das técnicas e elementos, mas também minimiza o risco de lesão, como expõe D1: *Porque os atletas [...] de ponta, se eles fizerem atividade num material artesanal, eles vão se machucar mais.* G2 faz uma crítica contundente com relação à falta de locais adequados para o treinamento dos ginastas no Brasil:

Estão falando muito dos Jogos Olímpicos. Eu sinceramente não torci muito pro Brasil ganhar. [...] nunca achei que o Brasil fosse merecedor dos Jogos Olímpicos. Eu estava em Madrid quando o Brasil foi eleito [para sediar os próximos jogos]. Treinando no ginásio deles, porque realmente é muito melhor. Então eles já têm toda a estrutura que a gente, talvez, o Brasil vá conseguir montar neste período aí até os Jogos Olímpicos. Então é estranho um país que já investiu e não ganhou os Jogos Olímpicos, sabe? Um país que não tem ainda as condições ganhou, mas eu acho que foi uma chance aí que deram pro Brasil de fazer né, porque talvez não tivesse outra maneira que não essa (G2).

A presença de locais com infraestrutura composta por aparelhos aprovados pela FIG é importante, mas fica claro na fala de A1 que para o desenvolvimento de atletas de base e formação é possível trabalhar com restrições, ou seja, isso não pode ser uma desculpa para a falta de atletas no país. O sujeito diz que tendo os aparelhos oficiais, mesmo nacionais, é possível formar atletas de ponta nas categorias menores: *[...] até uns 12 anos eu acho que não atrapalha*

muito, [...] se ele tiver pelo menos o oficial, [...] porque eu mesmo tenho aparelhagem do jeito que tá e tenho atleta que é de ponta (A1).

Um fator importante nesta questão é que mesmo tendo aparelhos de boa qualidade se não houver um profissional que saiba utilizá-los da melhor forma não haverá resultados significativos: *[...] tem que ter mais locais de treinamento com pessoas com qualidade, com certeza, senão também não adianta nada [...]* (A1).

Outro problema de organização da modalidade que merece atenção está relacionado com a divulgação de informações pelas entidades dirigentes da GA. O entrevistado A1 dá ênfase a este problema que acarreta vários empecilhos como: a perda de prazos de inscrições para competições e seletivas e a falta de públicos nos eventos, já que não há uma divulgação para que as pessoas compareçam. Até mesmo as mudanças no calendário oficial das entidades não são amplamente divulgadas. Para A1, no âmbito dos eventos nacionais não há problemas em receber informações já que ele sempre está envolvido e convocado para participar dos campeonatos. O mesmo não ocorre em nível estadual: *a federação pra mandar cobrança, mandar taxa, mandar tudo, sempre chega. Agora pra mandar uma informação de um evento [...] não chega [...]* (A1).

Contrastando com a limitada divulgação das competições e dos cursos ao longo do ciclo, dois projetos de organização da modalidade foram amplamente divulgados pela CBG e federações estaduais. Estes projetos visavam a organização e o desenvolvimento da GA de base (Projeto Jovem Promessa da Ginástica) e do alto nível (Seleção Permanente).

Sobre os Centros de Excelência Jovem Promessa da Ginástica, A1 opina que na teoria é uma coisa boa para o desenvolvimento e a organização da modalidade caso seja feito de forma correta: *Acho que isso motiva pelo menos em cada lugar, pelo menos tem um local bom pra treinar (A1).* Ele coloca ainda a importância de dispor de pessoas qualificadas trabalhando nos centros: *[...] tem que colocar alguém competente pra tocar o espaço (A1).* Já o sujeito T1 não acredita na funcionalidade deste projeto. Além dos problemas de infraestrutura adequada e de profissionais qualificados, T1 relata que: *o Jovem Promessa é a mesma coisa que ter secundário e não ter faculdade! Aí está quebrado! Do que adianta descobrir um talento se eu não sei o que fazer com ele?! Onde vou mandar?* Nesta fala fica explícito um dos problemas atuais da modalidade que é a falta de centros de excelência distribuídos pelo país.

Podemos utilizar a fala de G1 para complementar esta questão elencada por T1:

[...] todo mundo tem condição de fazer [iniciação]. O que não tem condição de fazer é quando chega num rendimento. Não precisa nem ser alto rendimento, um rendimento. [...] Então eu acho que deveria reformular, no meu ponto de vista, devia reformular um pouco isso, porque eles fizeram isso muito no nordeste pra massificar lá, mas não tem continuidade. Não adianta massificar lá ou faz isso mais pra cá pro sudeste, no sul onde tem condição depois de pegar estes atletas ou então tem que mudar um pouco isso e ajudar o pessoal do nordeste a conseguir fazer um rendimento também (G1).

Para D1, os projetos que existem da Caixa Econômica Federal estão abaixo da iniciação pela falta de infraestrutura adequada de materiais e de profissionais qualificados, sendo o principal problema a falta de continuidade dos professores que trabalham no projeto:

Eles pegam estudantes de educação física, estagiários, e eles não se efetivam, porque eles não querem vínculo empregatício, entendeu? Você tem um trabalho de formação, a pessoa aprende a trabalhar com rolamento, com uma vela, posições básicas, mas depois de um ano troca, entendeu? (D1).

Na questão dos aparelhos disponibilizados nos centros, T2 afirma que constatou que os materiais não são adequados para a iniciação dos meninos:

Eu conheci dois centros e eu não gostei do que eu vi com relação aos equipamentos de ginástica masculina. Acho que eles não atendem as necessidades básicas da ginástica masculina. [...] Eu acho que a ideia é boa, agora precisa a gente conseguir dar mais subsídio tanto técnico quanto de equipamentos (T2).

Corroborando com isso, G2 também chama a atenção para o material disponibilizado nos centros:

Eu não conheço muito a fundo o projeto. O projeto eu acho que tem uma ideia sensacional. Agora os ginásios que eu já vi com estes equipamentos, eu acho que não serve de nada. Serve claro pra escolinha. Sim, pra escola talvez etc. Talvez pra conhecer o esporte. Agora, se vai querer evoluir ou realmente tirar dali ginastas, futuros ginastas de alto rendimento de competição, assim naquela estrutura não vai funcionar (G2).

Após esta análise do projeto Jovem Promessa da Ginástica, que visa a iniciação e a descoberta de novos talentos, iremos abordar a questão organizacional do alto rendimento discutindo a seleção permanente que, no ciclo analisado, abrangeu apenas os dois primeiros anos na categoria masculina. Embora D1 tenha utilizado o exemplo do feminino, este sujeito expõe um dos grandes problemas gerados pela seleção permanente implantada pela CBG:

Aquelas que não foram [para a seleção] já desanimaram e pararam. Aquelas que foram, com muita animação, e depois não conseguiram mais trabalhar com o Oleg dentro da seleção não voltaram pro clube. Então, assim, a gente perdeu um outro tanto de ginastas também.

Esta fala explicita que o modelo de regime da seleção permanente, desmotivou muitos atletas que não se enquadraram neste sistema, excluindo uma grande parcela de ginastas que conseqüentemente optaram por abandonar o esporte. A fala de T3 expõe outros aspectos desta problemática:

Quem não entrou na seleção permanente, o que acontece? Esquece. Então tá, o que a confederação fazia? Todas as competições internacionais só pode ir quem está nessa seleção permanente. Então, eu que tinha o X que tinha nível pra competir fora, jamais foi. Por quê? Porque ele não estava na seleção permanente e o que acontece? A seleção permanente deixou todos os ginastas folgados, por quê? Porque eles já estavam na seleção (T3).

Alguns sujeitos acreditam que a defasagem existente na atualidade, principalmente na categoria feminina, se deve à implementação da seleção permanente que desmotivou, além dos ginastas, o trabalho dos técnicos e o apoio dos clubes. Para compreender um pouco mais sobre a seleção permanente, utilizaremos o discurso de G2 que narra alguns pontos chave sobre o longo do período de implantação e execução deste projeto:

[...] o primeiro ano começou em março de 2003 e foi o melhor ano. Realmente foi um ano que rendeu e que a gente aprendeu muito e a nossa equipe estava muito unida assim, muito bem preparada também pro pan-americano de Santo Domingos. [...] em 2004, depois de um tempo, o Leonardo Finco que é de Porto Alegre, que tem a casa dele, a família dele teve que voltar. Não tinha como manter estes técnicos nacionais lá. Nosso técnico também da Ucrânia teve alguns problemas lá com a confederação e teve que voltar. Aí, até 2006 a gente ficou nessa de entra um técnico vai e volta e no final de 2006 a gente foi para casa sem data para voltar para Curitiba. Aí o nosso técnico na época mandou um email falando a data para voltar, mas a gente chegou lá e nos perguntaram: o que vocês estão fazendo aqui? A gente não recebeu nenhuma convocação, nenhuma, quem falou para a gente voltar foi o técnico e não a confederação e chegando lá que a gente soube e recebemos a notícia de que não ia mais ter. [...] Eu acho que houve pontos bem positivos, principalmente neste primeiro ano de 2003 e 2004 até um pedaço de 2004 depois das olimpíadas. [...] a gente cresceu muito como pessoa, como grupo. Tecnicamente a gente cresceu bastante também, mas nos últimos anos não foi legal assim. Era aquela coisa: ou faz direito ou não faz! Era um técnico uma hora, outro técnico outra hora... não parava mesmo. Entrava novos ginastas, mas a realidade já não era a mesma do treinamento e tal. Então, naquele momento era melhor pára e mandar todo mundo pra casa. Então eu acho que foi positivo, bem positivo, por um lado, mas por outro eu acho que não valeu (G2).

O fato de a seleção permanente masculina ter enfrentado problemas de implementação e continuidade é visto como um ponto positivo por alguns entrevistados: *se o masculino está aí (com resultados) é porque ele não foi seleção permanente (D1)*. O sujeito D2 concorda com D1 ao dizer que: *foi bom, muito bom (D2)* o fato da seleção permanente no masculino não ter abrangido todo o período do ciclo passado. T3 é mais enfático na sua fala: *foi a melhor coisa do mundo, [...] eu era super contra*.

A2 relata que os problemas que existiram na implantação da seleção permanente foram ocasionados pela estrutura disponibilizada pela própria CBG:

[...] primeiro foi a estrutura que a confederação na época deu. Você não pode botar o treinador morando junto com os atletas. Não existe. Tá pra nascer o ginasta que não xingue o técnico pelas costas, tá pra nascer. Todos nós xingamos e vamos continuar xingando e é em qualquer esporte. O técnico é a figura, qual é a função do técnico? Cobrar. Tem que cobrar. Chega uma hora que o ginasta não aguenta, tem que cobrar, mas que pelas costas ele te xinga, não é por maldade é da relação, entendeu? Imagina você sair de uma relação destas de cobranças e sacrifício dentro do ginásio, dá cinco passos e vai pra casa e encontra o seu técnico dentro de casa. Então, a estrutura que foi dada foi errada. Foi escolhida pelas pessoas erradas, entendeu? O Brasil não estava preparado, por exemplo, pro Renato ou o Leonardo largar suas casas, casados, com família pra ir morar em Curitiba. Até porque o salário que eles tinham em Curitiba não compensava estar morando em Curitiba. O Flamengo paga mais, o GNU paga mais o Pinheiros pagava mais pro Blanco. Você vai largar o seu emprego pra seleção se você não sabe se vai estar lá no ano que vem? É complicado. A estrutura que foi dada errada.

T3 acrescenta que a cidade escolhida como sede possui condições climáticas desfavoráveis e o ginásio não supria as necessidades da GAM: *no Paraná, frio pra cacete que já é ruim pra caramba pra treinar. Num ginásio que não é sofisticado pro masculino (T3)*. O entrevistado D2 elenca outro empecilho, que foi ocasionado com o regime de seleção permanente, que é a perda do vínculo do atleta com seu treinador e o clube de origem:

Às vezes você precisa deixar todo mundo junto, mas muito tempo você acaba perdendo o vínculo total, afetivo com o seu ginasta. Você acaba perdendo o seu ginasta. [...] você criou um ginasta pra entrar numa seleção, você trabalhou com o ginasta 10 anos pra entrar numa seleção, pega lá o ginasta com oito anos forma e entrega para um outro técnico. Em dois anos o ginasta já não te respeita como te respeitava, sabe? Já acredita que o seu modelo de educação, de treinamento já não é o adequado pra ele naquele instante, porque, enfim, pela experiência que teve fora acaba criando vícios que não poderia ter e eu sempre lutei contra isso e acaba voltando e você já não tem o mesmo domínio do ginasta

Na visão do sujeito G1, o processo de seleção permanente foi proveitoso, mas a situação mista de seleção permanente e treinamento nos clubes seria uma alternativa melhor: *proveitoso foi, mas sempre tem pontos positivos e negativos. A gente, nós como atletas, pensávamos que a seleção permanente tem sim que existir como existe hoje* (G1). Neste sistema misto, os clubes continuam com os seus atletas e os ginastas não perdem seus vínculos com o técnico, estudos e com a família. G1 acredita que o projeto de seleção permanente no sistema misto, deveria ser expandido para outras categorias: *Acho que deveria ter uma seleção permanente de categoria de base que não tem. Só tem adulto. Eles só pegam no adulto e querem desenvolver o adulto e se desenvolvessem já no infantil e juvenil quando chegasse no adulto já estaria pronto* (G1).

Apesar de constatarmos alguns problemas na sua execução, T2 aposta na seleção permanente com algumas mudanças e relata os pontos positivos nesta abordagem de trabalho:

[...] eu acho que a seleção deve trabalhar em caráter de regime permanente. [...] com um tempo maior de concentração de ginastas, ele [o ginasta] tem uma tendência de desenvolver, de crescimento bem maior do que o que a gente está fazendo. Eu entendo o outro lado também, porque eu também trabalho pra clube eu sei que isso pros clubes não é o modelo ideal, mas no nosso país onde a gente não tem, infelizmente, ginásios com condições boas de se trabalhar e quando a gente reuni, a gente tem uma condição melhor de tudo, não só do ginásio, mas as partes que circundam o treinamento como tratamento fisioterápico, acompanhamento médico, nutricionista, tudo isso é facilitado. [...] não precisa ser nem aquele modelo exageradamente fechado e nem tão livre quanto é hoje. Eu acho que o meio termo seria o ideal. Onde as pessoas realmente participem (T2).

A última frase de T2 deixa claro que o processo de elaboração e execução do projeto da seleção permanente excluiu muitos treinadores que possuíam atletas na seleção. Estes técnicos não podiam participar ativamente e contribuir para o processo de desenvolvimento das ações que influenciavam diretamente os seus próprios ginastas. Com o fim da seleção permanente e a implantação deste sistema misto, os técnicos possuem uma liberdade maior para acompanhar os trabalhos da seleção.

6.2.2. Aspectos das competições

Quadro 16a – Resultados da pesquisa de campo referentes às competições.

Categoria	Unidade de registro
Aspectos das competições	Nível técnico
	Participação de atletas e equipes
	Número de árbitros
	Qualidade da arbitragem
	Resultados competitivos
	Quadro de medalhas
	Participação em campeonatos internacionais
	Público
	Repercussão das competições na mídia
	Contribuição dos regulamentos

Quadro 16b – Resultados da pesquisa de campo referentes às competições.

Unidade de registro	Unidade de contexto
Nível técnico	<p>(A1) <i>Masculino acredito que melhorou bastante, que teve uma evolução muito boa. [...] acho que o nível técnico melhorou muito.</i></p> <p>(T1) <i>A gente começou a ficar perto do nível mundial. Agora começou a se distanciar de novo.</i></p> <p>(D1) <i>Temos uma geração que já está movimentando o público [...].</i></p> <p>(G1) <i>Olha, o Brasil melhorou bastante mesmo.</i></p>
Participação de atletas e equipes	<p>(A1) <i>Agora em termos gerais de quantidade de atleta praticando, de massificação que é aquilo que você falou, dos outros estados envolvidos, isso aí eu não consigo enxergar uma melhora.</i></p> <p>(A2) <i>As pessoas às vezes não tem acesso à essa ligação de por que tem muito mais menina do que menino. Porque o leque de esportes pra um menino de 9 e 10 anos é muito maior do que o feminino.</i></p> <p>(T1) <i>[...] uma das coisas que prejudicou o número de participantes e que prejudicou muito os treinadores foi o fato da centralização [...].</i></p> <p>(T2) <i>[...] a ginástica masculina ainda ela sofre um preconceito no nosso país [...].</i></p> <p>(T3) <i>As taxas são muito altas. Em segundo lugar vem a má formação profissional, a falta de interesse e o incentivo que não existe.</i></p> <p>(D1) <i>[...] não são todos que passam por este funil [das categorias infantis para o nível juvenil e adulto] [...].</i></p> <p>(G1) <i>É pouco [o número de atletas e equipes], eu acho que falta um incentivo aí não só da confederação, mas do estado, do município [...].</i></p>
Número de árbitros	<p>(A1) <i>É muito pouco. Tem evento que tem que reduzir totalmente a banca [...].</i></p> <p>(A2) <i>[...] a gente teve uma carência muito grande de árbitro no Brasil até mesmo na organização de eventos.</i></p> <p>(D1) <i>Não tem poucos árbitros, a gente já teve mais.</i></p>
	<p>(A1) <i>Eu acredito que esses últimos, na verdade dois anos, sei lá três anos, eu achei o melhor tempo da arbitragem tá sendo esse.</i></p> <p>(A2) <i>A nível internacional os árbitros brasileiros continuam sendo um dos melhores do mundo [...].</i></p>

Qualidade da arbitragem	(T1) <i>O problema da arbitragem é eterno [...].</i> (T2) <i>[...] a arbitragem ela melhorou muito.</i> (T3) <i>No último ciclo passado péssimo.</i> (G1) <i>Alguns árbitros são muito bons [...].</i> (G2) <i>Eu acho que tinha que profissionalizar um pouco mais isso.</i>
Resultados competitivos	(A1) <i>Acho que atualmente é um dos melhores é que tá tendo agora do masculino. Pra mim nunca chegou perto de nada [do que conseguiu-se atualmente].</i>
Quadro de medalhas	(A1) <i>Quando você não conhece ninguém, não começa do nada, eles até sei lá, não botam muita fé, não acreditam muito. Então quando já é mais conhecido a visão é totalmente outra.</i> (A2) <i>Os clubes que já estão já estão porque tem história muito grande atrás. Estes novos também vão se tornar clubes grandes.</i>
Participações em eventos internacionais	(A1) <i>O cara vai ter experiência internacional, vai ter contato com outros atletas, treinadores, então ajuda muito [...].</i> (G1) <i>O Brasil precisa fazer um pouco mais de nome. Infelizmente a ginástica tem isso.</i>
Público	(A1) <i>Assistem, mas ainda não é bastante. Não é muito significativo não. Normalmente é pai, parente ou amigo que chamam pra ir.</i>
Repercussão das competições na mídia	(T1) <i>[...] se mídia resolvesse o problema, o Rio de Janeiro teria que ter 10 flamengos.</i>
Contribuição dos regulamentos	(A1) <i>[melhora no nível técnico] principalmente pelo regulamento e pelo código da FIG.</i> (D2) <i>[...] o desenvolvimento da ginástica tá muito ligado aos regulamentos que a gente trabalha.</i>

Ao longo da análise das entrevistas, observamos que houve um consenso acerca da melhora significativa no nível técnico masculino nos últimos anos. Atualmente, os ginastas executam uma variedade maior de exercícios e com uma melhor qualidade. De acordo com D1: *temos uma geração que já está movimentando o público, [...] a gente está indo muito bem. Está tendo um trabalho de dedicação.* G1 que atuou como ginasta da seleção nos últimos dois ciclos, concorda de forma enfática e diz que: *o Brasil melhorou bastante mesmo!*

Segundo o árbitro A1, esta evolução do nível técnico se deve aos avanços ocorridos na formação profissional e na aquisição de aparelhos de melhor qualidade:

[...] os meninos, hoje, de onze, doze anos fazem, em relação ao que faziam, nossa! É absurdo. Fazem muito mais no nível técnico, mas isso cresceu em tudo, né? Por causa da melhora da aparelhagem, de treinador também tá sabendo muito mais como treinar [...].

Os regulamentos e as normas dos campeonatos também foram mencionados como pontos importantes neste desenvolvimento. Para A1, as normas serviram para otimizar

pontos importantes contribuindo para o direcionamento do treinamento dos jovens ginastas. O entrevistado A1 diz que:

Principalmente pelo regulamento e pelo código da FIG. Agora, eles estão cobrando não tanto a dificuldade e sim mais qualidade. Então, isso fez com que os treinadores, os atletas dessem mais valor a esta parte de postura de exercício básico pra lá na frente ter um... colher os frutos (A1).

A1 menciona o regulamento nacional como uma ferramenta importante no trabalho de base e formação de ginastas nos últimos anos e que favoreceu o nivelamento de algumas equipes no país. Estes documentos fornecem orientações para as competições estabelecendo adaptações nos aparelhos para as categorias de base, determinando séries obrigatórias com diferentes níveis, ditando normas para a arbitragem e regulamentando aspectos do desenvolvimento da competição. Segundo D2, *o desenvolvimento da ginástica tá muito ligado aos regulamentos que a gente trabalha (D2)*. Podemos inferir que eles auxiliaram na busca por um trabalho de base mais qualitativo ao invés de primar pela quantidade e dificuldade dos elementos. Corroboramos com A1 que o fato da execução ser julgada de forma mais rigorosa foi o principal elemento responsável por esta mudança na qualidade de execução dos ginastas brasileiros.

Uma hora a gente fechou demais, porque a gente via que a nossa ginástica tava parecendo entre aspas “circo” e a ginástica não é isso e a gente (referindo-se ao CT) priorizou a parte de apresentação da série. [...] agora a proposta é de soltar, agora a gente já teve uma base mais sólida nesta parte de apresentação, agora vamos soltar um pouquinho, porque achatou muito (D2).

Além de colaborar com o desenvolvimento dos ginastas, os regulamentos nacionais obrigatórios também auxiliam o trabalho dos técnicos iniciantes, como podemos verificar na fala de D2: *[...] de uma forma geral, o obrigatório ajuda muito a direcionar a ginástica masculina e também ajuda muito o treinador que está começando a entender um pouco o mecanismo da ginástica de como fazer a arbitragem e técnica dos movimentos (D2)*.

T1 concorda com todos estes avanços e diz que: *a gente (a GAM) começou a ficar perto do nível mundial*. Porém, na visão deste sujeito, voltamos a nos distanciar do nível internacional, pois sempre estamos reiniciando o trabalho de formação da seleção nacional adulta devido à falta de planejamento a longo prazo: *O que eu acho é que se comete sempre o mesmo*

erro. É apostar no novato e não apostar nos veteranos (T1). Seguindo a fala de T1, o que acontece é que: *no masculino, o ginasta precisa envelhecer, no bom sentido, então precisa de maturidade. Aí está o erro de organização (do Brasil).* Isto conseqüentemente influenciou, na visão deste sujeito, na queda do nível técnico brasileiro nos últimos anos do ciclo.

A aposentadoria prematura de ginastas como Michel Conceição, Gustavo Lobo, Lucas Mendonça, Paulo Pena Silva e Paulo Afonso S. Filho, segundo T1, foi substancial para a modalidade. *A gente podia estar tranquilamente entre as 15 melhores do mundo (T1).* Além de afetar o nível técnico, a saída destes atletas restringiu significativamente a quantidade de ginastas na categoria adulta. T1 menciona que muitos foram descartados da equipe nacional e, por isso, optaram por abandonar o esporte:

[...], por exemplo, Pan-americano de 2007. A média de idade dos meninos no panamericano de 2007 era 20 anos. Terminou o Pan-americano, estes ginastas foram descartados. Muitos esquecidos. Entende? No grupo. E a probabilidade do que tem 20 anos participar do panamericano de 2011 é muito provável. Correto?

Segundo G2 e T3, após o Campeonato Mundial Pré-Olímpico, a CBG parou de subsidiar os ginastas que compunham a seleção e continuou investindo até o final do ciclo em um único ginasta esquecendo-se da equipe. A CBG tem o papel de investir e fomentar a GA nacional e não apenas um atleta. Essa atitude demonstra a falta de visão a longo prazo dos dirigentes da modalidade²⁴.

Na visão de T1 há que se investir nos ginastas promissores, mas ao mesmo tempo continuar investindo nos ginastas veteranos com idades superiores aos 20 anos, pois os ginastas, na sua maioria, atingem o auge entre os 22 e 26 anos. A média de idade dos 98 ginastas que competiram no JO de Pequim em 2008 foi 24,9 anos (FIG, 2009d). De acordo com T1, o que se observa no Brasil é que os ginastas quando atingem idades acima dos 20 anos deixam de ser valorizados e de receber incentivo para continuar na carreira esportiva: *[...] se você tem média de idade de 24 e 25 anos significa que você tem gente de 30 anos competindo e tem gente de 20 anos competindo. Então o que acontece (no Brasil), nós descartamos ginastas e começamos de novo.*

Devido a esta desvalorização e falta de apoio no ciclo passado, muitos ginastas abandonaram o esporte e seguiram outros caminhos buscando oportunidades como a carreira

²⁴ Este assunto voltará a ser discutido sob a óptica econômica na categoria Quando Financeiro.

artística em empresas como o Cirque du Soleil. T1 relata que perdeu um grande número de atletas com grandes possibilidades de se desenvolverem na modalidade, mas que devido à falta de incentivo optaram por este destino. O circo contemporâneo é visto como um lugar de valorização para estes ex-atletas, lugar onde eles veem-se queridos e respeitados.

O fato dos dirigentes não terem investido nos atletas juvenis que possuíam resultados no ciclo 1996-2000 foi enunciado por T1 como um ponto primordial nos problemas vivenciados no ciclo 2005-2008. Segundo este técnico, os resultados obtidos nos dois ciclos passados e o número de atletas na categoria adulta foram fortemente influenciados por esta falta de planejamento e visão a longo prazo. Conforme relata T1, os atletas que surgiram no ciclo 1996-2000 e que continuaram treinando foram aqueles que obtiveram os bons resultados nos JP de 2003, que serviu de guinada para a categoria masculina no país.

Infelizmente, a maior parte dos ginastas não recebeu o investimento e o incentivo necessários, optando por deixar o esporte e diminuindo substancialmente o número de atletas na categoria adulto no último ciclo.

A este respeito, T2 acredita que o número restrito de praticantes e de equipes que participaram das competições nacionais se deve a outras razões. O entrevistado cita as questões culturais que envolvem a modalidade:

Eu acho que são vários motivos. Não tem assim uma explicação só. Eu acho que são questões econômicas que envolvem. Então, pra gente trabalhar com mais ginastas tem que ter um maior número de profissionais, mais ginásio maior, tem que ter mais profissionais preparados e acho que nada disso a gente tem. Outra questão é a ginástica masculina ainda ela sofre um preconceito no nosso país. Eu acho que não é qualquer menino, qualquer família que coloca o filho na ginástica. Então, é um outro fator também que os meninos acabam procurando mais por vontade própria do que colocados como é na ginástica feminina pela família. Então, este é um dos fatores que é um pouco complicador para nós que trabalhamos com a ginástica masculina (T2).

A questão do preconceito também emerge no discurso de D2:

Olha, eu trabalho num ginásio que tem um campo de futebol do lado, então se você tem 200 meninas no ginásio tem 25 meninos, sabe, no ginásio. Porque o pai olha a ginástica fala: meu filho não vai fazer isso, vai jogar futebol. Tem esta parte cultural (D2).

Confirmando a fala de D2, Tsukamoto e Nnjnik (2008) observaram que o número de meninas em clubes e escolas que oferecem a prática da GA é estrondosamente maior que o de meninos. Isso, conseqüentemente, se reflete no pequeno número de atletas formados e

que competem na categoria masculina no país. Ainda de acordo com estes autores, esse afastamento do público masculino ocorre devido às pressões das representações de gênero sobre esta atividade que é considerada socialmente uma prática feminina devido a graciosidade e o aspecto estético diferentemente do futebol. *O estereótipo e mesmo o preconceito sobre os garotos que a praticam muitas vezes os afastam da atividade* (p. 116).

A2 atribui esta diferença no número de praticantes entre meninos e meninas a outros fatores culturais:

Até porque é o seguinte, se você for pensar, vou dar um exemplo do Rio de Janeiro ou aqui mesmo na Praia Grande. Você pega um menino de 9, 10 anos. O que ele pode fazer nesta idade? Jogar bola, jogar basquete, jogar vôlei, ir pra praia pegar onda, andar de skate, sabe? Ginástica. O que uma menina pode fazer de 6 e 7 anos de idade? Ballet, se a menina for jogar bola vão falar que a menina é masculina, vai jogar basquete vão falar que é um esporte de homem, vai jogar vôlei não tem altura pra isso, o que sobrou? Natação, ballet e ginástica. As pessoas às vezes não tem acesso à essa ligação de por que tem muito mais menina do que menino. Porque o leque de esportes pra um menino de 9 e 10 anos é muito maior do que o feminino (A2).

Além dos fatores culturais, o número de atletas também é influenciado pelo afunilamento existente na passagem dos ginastas das categorias infantil e infanto-juvenil para a categoria juvenil e adulto:

[...] dentro de uma realidade onde as políticas que foram instituídas foram erradas e fez afunilamento que não deveria existir. [...] com os pequenos é fácil você iniciar um trabalho tendo seis atletas. Às vezes você tem até duas equipes, mas quando estes meninos chegam no juvenil ou no adulto não são todos que passam por este funil. Então, o que acontece? Quando chega no juvenil ou no adulto, às vezes o clube não tem [uma equipe completa]. Então, se você não fizer equipes com dois, às vezes três, você não tem a possibilidade de fazer a competição por equipes (D1).

Na fala supracitada, o sujeito explica a necessidade de adaptação do número de componentes das equipes devido à escassez de atletas que abandonam a modalidade por causa da demanda física, técnica e psicológica necessária para atingir o alto rendimento. A2 relata que o CT vem discutindo a possibilidade de diminuir as exigências das competições nacionais nas categorias infantis para atrair um maior contingente de participantes, assim como nos torneios nacionais que possuem regulamentos simplificados e taxas mais acessíveis:

Nós temos realmente necessidade de obrigar o menino de nove, dez anos a fazer uma prova de argolas? Não. A gente tira as argolas. Nós tivemos em Salvador, agora, 40-50 crianças fazendo, na mesma idade, competindo lá sem as argolas e aqui na categoria

pré-infantil nos temos 21. Porque lá tinha 70 sem argola e aqui tem 21? Nós analisamos este ano e o CT tá tentando aproximar estes dois eventos. Existe também o problema financeiro, um tem taxa mais cara que o outro [...] (A2).

O processo longo e demorado de formação de um ginasta, também está na relação de fatores que influenciam não só no número de atletas, mas também no de treinadores. Nunomura (2006) afirma que na GA há uma ansiedade por parte dos profissionais envolvidos para que seus ginastas adquiram as técnicas e as qualidades físicas de forma rápida aproveitando as vantagens físicas das crianças, porém a trajetória para a formação de um ginasta de alto nível é longa e, em muitos casos, desmotivante. Isso, segundo T3, afasta alguns treinadores: *Alguém quer ficar onze anos, dez anos com um ginasta? Os caras não querem. [...] Os caras não querem trabalhar. Dá trabalho. Não tem nada que motive, não tem uma motivação, entendeu? (T3).*

Como consequência desta falta de apoio, muitos treinadores deixaram de atuar no segmento competitivo da GAM. Isso influenciou no contingente de atletas participantes nas competições nacionais que segundo A1, está menor do que na década de 90. Além do número restrito, os poucos ginastas que atuam na esfera nacional estão concentrados em poucos estados da nação.

Constatamos na pesquisa, o domínio das equipes de São Paulo no quadro de medalhas, consequência talvez, do fato de os paulistas preponderarem no número de ginastas e equipes: *Olha, isso ainda é um problema grave na ginástica, principalmente, porque que nem o campeonato nacional hoje, 95% são todos atletas do estado de São Paulo [...].*

T1 afirma que quando ele organizou pela primeira vez o Campeonato Brasileiro, 73 equipes participaram do evento. O entrevistado não especificou o ano, mas não podemos desprezar esta informação que demonstra a redução de equipes no cenário nacional da modalidade. Confirmando a fala de T1, o entrevistado T3 conta que:

[...] quando eu comecei a trabalhar com ginástica eu ia pra competições que tinham quinze, catorze já teve competições de eu entrar e ter 17 equipes. Equipes significa 6 ginastas. Aí o que a CBG fez? Abaixou de quatro notas para três notas. Hoje nós temos quantas equipes em competições? Aqui tem três. Entendeu? Em quantas categorias é assim? Tem categoria que você vai competir e tem duas equipes. Então cadê os outros clubes? (T3).

Pudemos observar, nas falas anteriores, que no passado havia uma boa variedade de clubes atuantes nas competições. Para T3, algumas ações da CBG acabaram por

desmotivar o trabalho dos treinadores nos clubes como foi o caso da seleção permanente. G2 acredita que o número pequeno de ginastas e de equipes está relacionado com a falta de oportunidade das crianças e jovens terem contato com a modalidade: *Eu acho que é isso, investir e colocar meios para que estas crianças [...] consigam praticar mais ginástica, aí o número vai crescer e vão para o campeonato nacional (G2).*

De acordo com T1, o fato de São Paulo predominar nas competições nacionais liga-se a que bons treinadores concentram-se neste estado e também à melhor infraestrutura. Isto possibilita que um maior contingente de pessoas tenha acesso à prática, apesar de que, na maior parte dos clubes e escolas, a aparelhagem continue sendo um fator limitador.

A respeito da ausência do norte e nordeste nas competições, A1 diz que não sabe se isso é consequência da falta de investimento ou se é cultural já que São Paulo possui mais clubes e academias: *Eu não sei se é falta de investimento do povo de lá (norte e nordeste), olha não sei. São Paulo deve ter mais academias, mais clubes que os outros lugares, relata A1. A ausência de um planejamento, que vise o fomento da GA naquela região, é considerada pelo sujeito T2 como um dos principais fatores para a falta de equipes e atletas do norte e nordeste do país:*

Acho que é falta de desenvolvimento, realmente, de planejamento pra levar a ginástica para lá. Primeiro, tem menos conhecimento. Um porque não procuraram. Também, como nós mais aqui do sul do Brasil e outro porque tem poucas condições lá de desenvolver. Então, acho que falta é um fomento visando aquela região e deslocar as pessoas que possam ir para lá e ajudar neste desenvolvimento (T2).

Na concepção de T2, o problema não se restringe às questões econômicas e a falta de conhecimento. Para este sujeito falta empenho dos profissionais do norte e nordeste, pois as condições são iguais:

[...] historicamente desde que eu trabalho que a gente vê assim. São as pessoas. Até estava comentando isso com um colega de trabalho aqui que as pessoas acham que tem menos condições e isso não é verdade. Eu acho que condição todos tem igual a questão é trabalho. Não é por questão de distância, questão geográfica, ou racial. Não, é trabalho! Se trabalhar bem lá ou trabalhar bem aqui o resultado vem independente da região do país (T2).

O sujeito D1 diz que: *existe sim um trabalho engatinhando no nordeste de muitas federações.* Na opinião de T1, o grande problema das equipes do nordeste consiste mesmo

na falta de conhecimento sobre os aspectos do desenvolvimento da modalidade. T3 cita que: *a parte técnica deles, a parte de conhecimentos deles é medonha, é pouca*. O sujeito D1 diz que: *[...] lá em cima (se referindo ao norte e nordeste) precisa de formação de técnicos. Precisa haver formação mesmo, eles precisam saber como trabalhar*. D2 corrobora com D1 quando afirma que:

Primeiro existe uma distância muito grande na parte técnica do entendimento da ginástica que é muito complexa e tem a parte estrutural de dinheiro, de material. [...] o pessoal do nordeste, alguns do nordeste, vieram [para o curso nacional de arbitragem] só que eles não sabem o básico da coisa (D2).

T1 enfatiza que não podemos nos esquecer da falta de infraestrutura da modalidade nos estados do nordeste, assim como G1 que relata:

Como eu falei, no nordeste que a gente sabe que é um dos lugares mais pobres financeiramente, imagina como que o cara vai gastar 300, 400, 500 mil reais pra trazer uma aparelhagem Spieth pro Brasil? Não tem condição disso (G1).

T3 completa o pensamento compartilhado com G1 e T1 ao dizer que: *o custo da ginástica é altíssimo [...]. Como que o nordeste vai me comprar um set de aparelhos, fala pra mim*. O sujeito também é enfático ao dizer que: *a aparelhagem (encontrada no nordeste) é horrível*. D2 expõe o exemplo ocorrido no Torneio Nacional realizado no estado da Bahia: *Eu vim do torneio nacional, na semana passada, que a aparelhagem era super ruim. Sabe muito antiga, barra torta, sabe acho que é... o torneio nacional foi na Bahia, por isso que eu estou dizendo, é outra realidade*.

Para A2, a ausência de equipes do norte e nordeste do país também é influenciada pela falta de uma cultura gímnica. O sujeito afirma que a ginástica necessita de mais tempo para se desenvolver naquela região:

Eu vou te falar assim: existe toda uma cultura passada, porque a ginástica num clube ela só sobrevive se existe uma escola. Diga-se o flamengo que tá aí há quarenta anos ou mais. [...] esses clubes novos que aparecem eles tem dificuldade de manter isso, porque é complicado. O resultado é demorado. [...] a ginástica é um esporte muito novo no país, a gente tem que dar tempo pra estes clubes novos começarem também a formar a sua escola de trabalho (A2).

Ainda de acordo com A2, para que surjam outros clubes é necessário esperar a vinda de novos ídolos e que os clubes saibam trabalhar com estes ginastas e que permaneçam com eles. Outro aspecto levantado foi a motivação que estes ginastas geram nas escolinhas incentivando as crianças e jovens a continuarem no esporte:

Os outros clubes estão começando, entendeu? E na verdade eles estão assim começando como quando o flamengo, Pinheiros, União e SOGIPA eram há 20 anos atrás, mas a tendência pra formação de novos ídolos é estes clubes também ficarem com eles, crescerem, mas é questão da gente esperar. A ginástica é um esporte muito novo no país (A2).

Especificamente sobre o norte, T1 afirma ter recebido bons ginastas daquela região, mas devido à limitação do conhecimento dos treinadores e da aparelhagem, esses tiveram um melhor aproveitamento aqui em São Paulo.

É necessário melhorar as condições técnicas do treinador, melhorar as condições de infraestrutura para que ele (o ginasta) fique na cidade [de origem]. [...] tem que criar um sistema para que ele possa ficar lá, porque senão ele fica bom, mas a cidade de origem não fica boa. Ela não vai melhorar nunca (T1).

Então, o que acontece é o seguinte, tem ginasta masculino muito bom (no norte), mas quando eles veem que tem talento, ele vem para cá. Tem muito ginasta do Pará em Santos, tem no Pinheiros, tem em tudo que é qualquer lugar, mas lá eles não tem investimento adequado como GRD que já é mais barato (G1).

Destacamos, anteriormente, apenas o caso do norte e nordeste, mas devemos enfatizar que na atualidade o envolvimento de outros estados, com exceção de São Paulo, nas competições nacionais é algo que vem regredindo nas competições nacionais, como pudemos constatar na análise realizada no Capítulo 5.

Além da falta de material humano qualificado (técnicos e ginastas), outro ponto que influencia neste número de participantes nas competições, não só do norte e nordeste do país, são os custos elevados para participar de eventos das federações e da CBG. T3 afirma que os encargos financeiros das competições são o principal fator do pequeno número de participantes: *primeiro motivo é o financeiro, porque a competição é muito cara. As taxas são muito altas (T3).* Não compensa, de acordo com A1, levar um atleta que não esteja preparado o suficiente para competir com chances reais de vencer a disputa:

[...] tem muito pouco atleta de nível também pra levar [para as competições]. Então, o pessoal não vai levar um atleta pro [campeonato] brasileiro, paulista pra que nem eu

falei, o custo é muito alto. Então, não vai levar um atleta pra participar de um [campeonato] brasileiro, de um paulista sendo que não vai ter chance nenhuma. Então, eu mesmo não faço. Eu pelo menos falo isso. Então, que nem eu, estou levando um atleta só, porque eu sei que ele tem chance [...]. Agora se eu tenho um clube que paga tudo, que tem condição, aí eu levaria sem problemas (A1).

A2 confirma a posição de A1 e relata que: *nenhum técnico vai gastar uma fortuna de taxa de arbitragem, de viagem, de hotéis pra chegar aqui e o ginasta, entendeu, não fazer um aparelho e não ter chance de resultado nenhum, então ele prefere não trazer (A2). G1 exemplifica este problema gerado pelos encargos financeiros ao relatar o caso do município de Guarulhos:*

[...] nas competições, tem muito ginasta bom que não vai e isso tem um exemplo aqui de Guarulhos que foi campeão paulista e não veio [para o Campeonato Brasileiro], porque as taxas são caras. Então, muitos clubes não têm condições de pagar. Não tem nem condição de pagar técnico quanto mais uma taxa de arbitragem de 600 reais mais a inscrição. Sai mais de 1000 reais só de taxas e tem que pagar transporte, estadia, alimentação fica muito caro. Imagina quantas categorias e quanto o clube vai gastar com isso.

Os entrevistados chamam a atenção para um grande número de ginastas e equipes que participam de eventos regionais e estaduais, que não requerem a filiação na federação, e que não participam dos eventos nacionais. A1 elucida a presença de um grande contingente de atletas no Rio de Janeiro que, segundo este sujeito, é um estado com boa massificação esportiva, mas que não atinge as competições nacionais talvez pelos problemas elencados anteriormente: *Não sei nem se é falta de atleta, porque o pessoal do Rio de Janeiro tem uma massificação boa lá, tem uns eventos que tem muita criançada participando, só que no alto nível não vai ninguém.*

T1 concorda com o sujeito A1 ao dizer que: *ginastas, material humano, sobra!* T1 cita os Jogos Regionais e os Jogos Abertos do Interior de São Paulo como exemplos de um grande número de participantes os quais, muitas vezes, estão nas competições marginais do cenário nacional, não participando dos eventos da federação ou da CBG. Estes eventos, além de incentivarem no número de ginastas em São Paulo, também contribuem com a quantidade de técnicos disponíveis no estado:

Jogos abertos e Jogos Regionais, aqui em São Paulo, foram muito importantes para que os técnicos trabalhassem efetivamente numa prefeitura e de lá, com meia dúzia de

colchões, ele tivesse depois a oportunidade de ir tendo material e agregando conhecimento [...] (D1).

A centralização da equipe nacional em Curitiba, também é vista como um obstáculo para que haja um maior número de praticantes e técnicos no país:

[...] um país como este, muito grande, não pode ser centralizado. Tem que ser descentralizado. Porque se for centralizado você mata [o desenvolvimento] é uma das coisas que prejudicou o número de participantes e que prejudicou muito os treinadores foi o fato da centralização, porque eu tiro o expoente de onde ele nasceu [...] (T1).

Com a saída dos ginastas selecionados para o time nacional, cria-se um *déficit* onde estes atletas foram desenvolvidos. O clube e o técnico investiram anos neste ginasta que, no momento em que poderia trazer um retorno, seja atraindo investidores ou motivando jovens ginastas, passa a representar a seleção sem que haja um ressarcimento ou uma valorização de seus treinadores:

Hoje você tem mais treinadores no masculino, tem mais clubes no masculino que no feminino, mas porque no masculino os homens, em si, cada um brigou pelo seu pedaço. No feminino praticamente foi sugado, entendeu? Então, o que acontece isso, essa situação, existe como se diz é uma situação que foi gerada para obter um resultado final, digamos o resultado justificava os meios, né. Então, vamos fazer e é verdade você pega o filé mignon você coloca num lugar e você tem o resultado (T1).

Na fala supracitada, ficou evidente o prejuízo que este tipo de abordagem gerou na GA brasileira nos últimos anos. O fato da seleção permanente no masculino ter sido desfeita, no início de 2007, possibilitou que houvesse mais clubes e ginastas atuantes. Talvez a solução para este problema seja utilizar um modelo de sucesso de um outro país, um exemplo é exposto por T1:

O esquema dos países que já tem histórico no esporte. Eles têm o núcleo, têm os satélites em volta do núcleo e têm mais satélites em volta de cada satélite. Então, há o que? Promoções. Você vai mover um atleta de um satélite para o outro, mas você vai promover também o treinador (T1).

Concluindo esta questão da participação de atletas e equipes, A1 não conseguiu verificar melhoras analisando de forma geral este assunto ao longo dos quatro anos do estudo. Diante das colocações deste sujeito, ficou implícito no seu discurso que o número de

participantes permaneceu restrito tanto na questão dos ginastas quanto das equipes. T1 corrobora com A1 e diz que o grande problema da ginástica continua sendo que ela *ainda funciona com esforço pessoal. Com aquele que é fanático (pela ginástica)*, ou seja, o esforço pessoal, de ginastas e treinadores ainda é o grande motor da GAM brasileira.

A falta de respaldo por parte da CBG e das federações é um ponto a ser analisado. Estas entidades são responsáveis pelo fomento da modalidade no país e, por isso, são responsáveis pelo baixo número de atletas e equipes nas competições nacionais:

A CBG tem uma grande parcela da culpa. A federação tem uma gigantesca participação na culpa. Eu acho que a federação tem muito mais culpa que a confederação, porque quem fomenta a ginástica do país é a confederação que é o alto nível e quem fomenta a base são as federações. Se você pegar hoje uma liga do interior que tem o triplo de participantes que a federação, tem alguma coisa errada (T3).

No que concerne a fala de T3, podemos inferir que ações independentes vêm conseguindo atrair um grande contingente de participantes (ginastas e equipes) às margens das competições organizadas pelos órgãos oficiais da modalidade no país. As taxas mais acessíveis atraem esta participação mais efetiva de entidades que não possuem condições de arcar com as taxas federativas. O sujeito D2 afirma que para atrair um contingente maior de praticantes e de equipes, nos eventos federados, há que se realizar uma série de ações: *Não é uma ação isolada. Então, reduzir o custo pros ginastas, pro clube vir aqui e o ginasta poder participar, sabe? Rever os regulamentos, curso técnico, curso de arbitragem, é por aí.*

O dirigente D1 afirma que o caminho para captar um maior número de praticantes seria a realização de competições escolares: *A gente deveria ter campeonatos escolares, a gente tem projetos junto à prefeitura pra fazer um trabalho escolar. Apesar da existência destes projetos, D1 coloca que a burocracia acaba barrando a execução dos mesmos.*

Apesar dos empecilhos enunciados anteriormente, A1 afirma que consegue perceber uma renovação de atletas no país para futuramente ocuparem a seleção principal. Quando questionado sobre o processo de renovação, T3 cita quatro ginastas jovens que vêm despontando na GAM nacional: *Arthur (Zanetti), Sergio Sasaki, Sergio Andrei, entendeu, Chico [...]*. Corroborando com A1 e T3, o sujeito T2 diz que não há problemas de renovação na atualidade, porém possui alguns receios:

Acho que a renovação existe. O problema é que a quantidade é muito pequena ainda pra gente poder dizer: não, é tranquilo. A gente vai chegar lá na frente já com outra qualidade. Então, isso me preocupa, porque tem ginastas, tem ginastas bons sendo bem trabalhados na base, agora o número não é suficiente, porque nesse caminho a gente perde muitos ginastas é um processo natural. Então, a gente tem que conseguir crescer (no número de atletas) (T2).

Embora tenha ocorrido um processo de renovação entre os anos de 2005-2008, ele ficou restrito ao estado de São Paulo como podemos observar no discurso de A1 e como foi comprovado na análise dos resultados competitivos no Capítulo 4.

No masculino eu acredito que sim. Estão com uma equipe infantil, no estado de São Paulo lógico, se pensar no Brasil pra mim fora não tem nada. No estado de São Paulo, as equipes que estão vindo na base, pré infantil e infantil, infante, tem muita garotada muito boa nessa idade. Então, acredito que daqui uns dois, três anos, quatro anos a equipe masculina vai estar muito mais forte do que está hoje (A1).

Analisando esta questão, A1 recorda equipes tradicionais como a SOGIPA, que possuiu uma equipe de ponta no passado, mas que atualmente não vem obtendo resultados expressivos nas competições. O mesmo ocorre com o CRF nas categorias de base e formação. A1 utiliza a equipe do SERC como exemplo de trabalho de renovação de ginastas no país:

SOGIPA que era uma equipe de ponta na época então... sei lá, teve aquela época, aquele pessoal. Acabou aquele não tinha ninguém mais competindo. Mesmo agora no Flamengo, sei lá, tem o Diego e o Victor Rosa, ai tem aquele outro menino que é o Henrique, senão me engano, e teve um outro quer dizer, se tirar esses meninos eu não vi ninguém no pré-infantil, infantil no Flamengo. Então, quer dizer, não tem atleta de base, não tem alguém substituindo que é o caso de São Caetano.

Sobre São Caetano, T1 expõe que o sistema estabelecido em algumas prefeituras permite este tipo de desenvolvimento, pois a gratuidade e a facilidade de captação de atletas são maiores. Infelizmente, segundo este sujeito, nem todas as prefeituras optam por desenvolver a modalidade no âmbito competitivo:

Muitas cidades do interior têm uma quantidade enorme de ginastas, mas a gente tá vendo uma outra situação. Até que ponto o profissional que está trabalhando lá ou a entidade que tá trabalhando lá tem interesse em dar aquele pulo a mais? (T1).

No tocante a arbitragem, A1 declarou que o número de árbitros no país está aquém das necessidades. Em muitos campeonatos, as bancas atuam reduzidas tornando os

eventos mais longos e os resultados menos fidedignos prejudicando atletas, técnicos, público e até mesmo os próprios árbitros que atuam sobrecarregados realizando o papel de banca D e E:

Tem evento que tem que reduzir totalmente a banca, ficar com um ou dois no campeonato, sei lá juvenil, adulto. Isso há de prejudicar muito o desempenho do atleta. Então, sei lá, se o cara viu uma coisinha errada ou acha alguma coisa que é ou não é, pode dar diferença no resultado. Prejudica bastante (A1).

O entrevistado D1 contradiz o discurso de A1 relatando que: *não tem poucos árbitros, a gente já teve menos*. A visão do dirigente D1 vai contra os números encontrados na pesquisa de campo e bibliográfica/documental onde observamos que o número de árbitros com *brevet* nacional não atinge o mínimo necessário, por exemplo, para suprir uma competição seguindo as recomendações das competições internacionais.

A2 confirma o discurso de A1 e cita que houve uma defasagem no quadro de árbitros no ciclo olímpico passado devido à realização de apenas um curso nacional ao longo do ciclo. Isso gerou um déficit, pois muitos daqueles que haviam passado no curso eram técnicos e ginastas que quando tinham que atuar nas suas funções não podiam arbitrar:

A maioria dos alunos do curso que teve em Curitiba eram ex-árbitros, a gente perde o brevet e renova, e eram treinadores de ginástica. O que aconteceu, muitos treinadores quando tinha campeonato pré-infantil e infantil eles eram os técnicos dos clubes e a gente ficava sem árbitro pra trabalhar por não ter tido pelo menos um curso nacional por ano. Então, no último ciclo, a gente teve uma carência muito grande de árbitro no Brasil até mesmo na organização de eventos (A2).

Segundo D1, a demanda necessária para ser árbitro nacional/internacional acaba assustando as pessoas que assistem aos cursos pela primeira vez: *os cursos que foram dados, abertos, pra ginástica de alto rendimento, quem vai lá pela primeira vez se assusta com a quantidade de informação que tem que reter e não vai mais*. Isto acaba prejudicando o número de possíveis árbitros no país. Visando diminuir este afastamento prematuro de possíveis árbitros, D1 menciona a realização de cursos de arbitragem para competições com regulamentos mais simples: *quem não quiser, logo de cara, entrar no estadual começa lá em baixo* (competições mais simples), *vai entendendo qual é a técnica da realização dos movimentos mais simples [...]*.

Na perspectiva de A1, apesar dos problemas elencados, os últimos anos consistiram no melhor período, vivenciado por ele, na questão da qualidade da arbitragem. Isto se deve, na visão deste sujeito, a melhor formação ocorrida neste período: *melhorou* (a qualidade),

pelo fato até do curso o pessoal exigir mais na prova (A1). T2 concorda com A1 e diz que: a arbitragem, ela melhorou muito nos últimos anos (T2).

O sujeito G1 concorda que há bons árbitros no país, mas ressalta que com o aumento de árbitros nos últimos ciclos, ainda não obtivemos uma qualidade adequada nas competições nacionais: *Alguns árbitros são muito bons, mas também aumentou a quantidade de árbitros, mas como aumentou a quantidade de árbitros aumentou a quantidade de árbitros acho que não tão bons assim (G1). T1 tem uma opinião radical e afirma que: o problema da arbitragem é eterno. O empecilho da arbitragem para T1 é a falta de aproximação de muitos árbitros com a ginástica:*

[...] não só o ginasta tem que treinar. O treinador tem que treinar. O dirigente deveria treinar e o árbitro tem que treinar. Qual é o treinamento do árbitro? Faz curso uma vez, aprova e pronto. Tem árbitro que vai arbitrar o campeonato e só vê ginástica no dia do campeonato.

O entrevistado T3 faz um relato semelhante ao de T1 e avalia a arbitragem da seguinte forma: *no último ciclo passado, péssimo! (T3). Segundo T3, falta experiência e visão para os árbitros nacionais. Isto começou a ser revertido neste primeiro ano do ciclo 2009-2012:*

Esse ano melhorou. Nós temos mais que 20 árbitros internacionais e nós conseguimos que quase todos fossem arbitrar fora do país. É muito bom, porque o cara tem uma visão do que a ginástica é fora desse mundinho aqui, entendeu? Então, nos levamos árbitros novos pra arbitrar um mundial, pra arbitrar copa do mundo onde estão os melhores do mundo. Então a cabeça do cara como árbitro faz isso (o sujeito gesticulou de forma a mostrar a expansão da cabeça) abre, abre.

A importância em participar de eventos internacionais também aparece na fala do árbitro A1: *No ciclo passado eu participei de três eventos. Eu achei que foi até uma coisa boa até. A CBG vem, nos últimos anos, apoiando e subsidiando a participação dos árbitros em eventos internacionais, como foi relatado por T3. O objetivo é elevar ou manter as categorias dos árbitros, devido aos requisitos estabelecidos pela FIG, e para que estes tenham uma experiência maior e possam contribuir com o desenvolvimento da GAM brasileira.*

Apesar deste apoio, ainda não está claro como a CBG define quem são os árbitros que viajam para estas competições. Até mesmo os próprios árbitros desconhecem os critérios que são levados em consideração para as convocações, conforme observamos no discurso de A1: *Esse ano teve até uma conversa no brasileiro juvenil, porque muitos árbitros*

internacionais também questionaram justamente isso: mas se eu não sou chamado, como vou ter chance de subir e tal. Para tentar garantir sua ida às campeonatos internacionais, A1 relata que: [...] sempre que eu participei de um curso eu tentei passar na melhor classificação possível, porque se ele (CBG) tiver um ranking pra estar chamando eu queria estar dentro.

A arbitragem corresponde a um aspecto importante no universo da GA. Quanto mais experientes e com uma maior aproximação com a modalidade, melhor será a atuação dos árbitros nas competições. Por meio do relato de T1 e T3, inferimos que esta falta de prática e de experiência de alguns árbitros é a responsável por erros e pela demora na liberação das notas no decorrer dos eventos nacionais. Isto torna as competições longas e cansativas com constantes reclamações acerca das notas por parte de técnicos e atletas. D1 diz que: os árbitros *[...] também cometem às vezes erros, mas as pessoas* (diretor de competição e chefe de arbitragem) *estão sempre em cima. Existe sim uma boa vontade dentro do corpo de árbitros pra que ninguém saia. Pra que as pessoas continuem estudando. Na verdade todo mundo que tá aqui gosta disso* (D1).

G2 acredita que se houvesse uma profissionalização da arbitragem haveria uma qualidade maior, pois a grande maioria dos árbitros são técnicos que revezam entre arbitrar e estar à frente de uma equipe:

Eu acho que tinha que profissionalizar um pouco mais isso. [...] aqui (no Brasil) são técnicos que fazem curso de arbitragem e aí em campeonato infantil ele tá como técnico, mas no adulto ele está como árbitro, mas eu acho que evoluiu sim, evoluiu bastante a gente tem árbitros ótimos hoje (G2).

A profissionalização a que G2 faz referência, diz respeito a maiores benefícios e incentivos financeiros para que um maior número de pessoas se interesse em arbitrar e sintam a responsabilidade. Quando a arbitragem se torna um *hobby*, as ações ganham um caráter desinteressado com menor responsabilidade.

A imparcialidade do árbitro também é prejudicada quando um técnico julga o clube em que trabalha ou até mesmo o seu próprio atleta, como frequentemente ocorre no Brasil já que há um revezamento entre estar na banca de arbitragem num evento e estar como técnico no outro. Isso melhorou se comparado com os períodos anteriores quando as equipes eram obrigadas a levar um árbitro na delegação:

[...] a gente vinha de uma política do passado em que o clube levava o árbitro na delegação. Por exemplo, eu trabalho no flamengo e o flamengo vem com uma equipe

pra cá. O flamengo é obrigado a trazer dois árbitros. Então, se o clube custeia a passagem do árbitro, a alimentação do árbitro e o hotel do árbitro ele quer que o árbitro atue com privilégio e se não for isso ele (o árbitro) se sente na obrigação de fazer isso. Entendeu? Quando a confederação separou isso do clube, isso deu um avanço gigantesco pra arbitragem, falando do masculino (A2).

Constatamos que os envolvidos com a modalidade estão valorizando e apoiando os novos árbitros para que a arbitragem brasileira continue avançando. Isto se deve a necessidade de anos de prática e de estudo constante para que bons árbitros sejam formados. A2 relata que *a nível internacional, os árbitros brasileiros continuam sendo um dos melhores do mundo*. T2 e T3 fazem uma ressalva com relação a arbitragem brasileira no cenário internacional:

O Brasil tem o costume de ficar trocando internacionalmente sempre o seu árbitro e isso acho que é um prejuízo pras nossas seleções, que é uma coisa que eu venho discutindo dentro da ginástica masculina, que a gente tem que ter um grupo um pouquinho mais restrito de árbitros que vão aos eventos, pelos menos os eventos principais, e dentro do ciclo trabalhar com estes mesmos árbitros. Porque tem as trocas de informações com os outros árbitros quando eles são conhecidos e então, porque eles são conhecidos eles podem atuar em posições mais importantes dentro do quadro de cada evento de arbitragem. São estas coisas que eu estou tentando mudar um pouquinho e tenho conversado com as pessoas explicando este ponto de vista procurando atender as necessidades dos árbitros de se desenvolver, de ir ao número mínimo de eventos pra poder crescer. Se você troca de árbitro o tempo inteiro, você não tem um árbitro conhecido que impõe a nota e sabe se colocar. Se ele é conhecido pelos outros e conhece os ginastas, sabe como pode compor, como pode chegar pra discutir alguma coisa. Então, todos estes fatores são importantes. É a realidade do cenário internacional de árbitros e a gente tem que se adequar a isso não tem como (T2).

[...] quando você vai pra fora do país, quase todas as competições a gente vê o mesmo árbitro do país. Isso é bom, porque existem os conchavos. [...] o que a gente está tentando fazer, também, pro próximo dois ciclos aqui, é que as competições mais importantes vá os mesmos árbitros, entendeu? E nas competições menos importantes que a gente divida estes outros árbitros (T3).

O fortalecimento de um seleto grupo de árbitros internacionais é de suma importância para um país que almeja chegar entre as 12 primeiras seleções do mundo visando uma vaga olímpica por equipe. A subjetividade no julgamento das provas torna necessária a existência de um árbitro conhecido no cenário internacional que possa influenciar nos resultados de uma competição como foi elencado por T2 e T3.

Sobre os resultados competitivos obtidos no exterior, A1 afirma que no ciclo 2005-2008 foram os melhores conseguidos pela GAM do Brasil. Hoje os atletas brasileiros vão às competições com possibilidades reais de obter medalhas. A1 cita o favoritismo de Diego Hypólito nos JO de 2008 e a equipe do JP de 2007 como exemplos desta evolução, pois nestes

eventos, o Brasil costumava disputar sem chances de subir no pódio (OLIVEIRA; BORTOLETO, 2009).

A participação dos ginastas brasileiros em competições internacionais contribuiu de forma significativa para a evolução da modalidade. A experiência e os fatores motivacionais que estas competições proporcionaram foram fundamentais para que os atletas se dedicassem aos treinamentos e lograssem resultados positivos:

Ah com certeza! Tanto nas partes motivacional como psicológica. Então, o pessoal já começa participar de campeonato mundial, a motivação vai ser muito grande. O cara já sabe que tá viajando, pegando seleção, conhecendo outros países, então isso motiva muito a treinar mais pra participar mais e pra parte psicológica é bom pra competir (A1).

Apesar dos bons resultados, A1 é consciente de que ainda falta um longo caminho para que o país esteja no nível das potências da modalidade: [...] *falta bastante. Os outros países têm a quarta equipe deles. Acredito que (a competição com a quarta equipe deles) vai ser disputada com a melhor nossa equipe (A1).* G1 afirma que um dos empecilhos para o Brasil conquistar melhores colocações no cenário internacional é a falta da tradição:

[...] quando a gente vê o resultado, a gente só vê o número. E quando a gente está no mundial, por exemplo, a gente vê uma equipe da Itália que a gente vê que não tem nível, não está forte e com tão pouca postura e acabam ganhando da gente, porque tem o nome inscrito nas costas deles: Itália, Alemanha, Espanha. [...] O Brasil precisa fazer um pouco mais de nome. Infelizmente a ginástica tem isso (G1).

Nos campeonatos nacionais, também podemos observar a influência e o peso da tradição no quadro de medalhas. A2 diz que os clubes em destaque possuem uma longa trajetória e que é necessário esperar os novos clubes se desenvolverem para que as medalhas possam ser melhor distribuídas: *Os clubes que já estão, já estão porque tem história muito grande atrás. Estes novos também vão se tornar clubes grandes.* A1 chama a atenção sobre a dificuldade das equipes menos tradicionais e emergentes conseguirem ganhar espaço. Além das diferenças de infraestrutura e financeiras, as equipes de menor repercussão sofrem com o julgamento antecipado no qual os árbitros, utilizando as palavras de A1, *não botam muita fé* enquanto para as equipes e atletas mais conhecidos a visão da banca de arbitragem é mais favorável: *Quando você não conhece ninguém, começa do nada, eles até sei lá, não botam muita fé, não acreditam muito. Então quando já é mais conhecido a visão é totalmente outra (A1).*

Outro aspecto levantado acerca do quadro de medalhas nacional foi o desnível existente entre as equipes nas questões de infraestrutura, de profissionais atuando e aspectos econômicos que contribuem para a configuração desta falta de paridade. Na concepção de A1, a equipe do SERC²⁵ vem obtendo grandes resultados, porque possui características que a grande maioria das equipes carece. No seu discurso, A1 elenca que o SERC possui:

[...] estrutura boa, um lugar pra treinar, muito bom o ginásio. Tem bons profissionais lá. Então, tem desde um treinador de escolinha de base, o próprio Marquinho que é um excelente treinador também, com a equipe um pouco mais adulta, mais jovem. Ele tem um multidisciplinar, equipe multidisciplinar. Tem fisioterapeuta, tem médico, tem nutricionista. Então, ele tem uma equipe e uma infraestrutura muito boa. Então, tudo isso colabora pra tá fazendo cada vez mais desenvolver a ginástica. Tanto é que muitos atletas estão saindo e indo pra lá. Então, além de tudo isso, ele recebe muito atleta com já boa formação, como o próprio MESC de São Bernardo, que é um grande formador de atletas também de base. Muitos atletas de lá, tão saindo tudo pra São Caetano. Salário eles recebem um pouco mais, sabem que estão no meio de atletas muito bons. Então, quando forem competir num campeonato por equipes, eles sabem que ficar na equipes deles só ele é bom. Então, a equipe não vai ter resultado nenhum e se for pra São Caetano vai ter um monte de atleta bom e o resultado vai lá pra cima. Então, tudo isso motiva (A1).

No que concerne à audiência dos eventos competitivos, A1 afirma que não é significativo o número de pessoas assistindo às competições ao vivo. O público, na sua maioria, fica restrito aos familiares dos atletas. Um fator que vem contribuindo para este problema seria a falta ou a má divulgação dos eventos por parte da federação e da CBG: *Acho que devia ser uma coisa mais bem divulgada (o evento), tanto é que o pessoal, o público já é muito baixo já, quase tudo parente que vai assistir (A1).*

No decorrer desta categoria sobre a dimensão competitiva da GAM, verificamos que houve grandes avanços apesar dos problemas enunciados pelos sujeitos. A frase de T1 sintetiza as incertezas e as expectativas com relação ao futuro da GAM brasileira: *[O Brasil] não tem quantidade, mas o futuro é promissor.* Esta fala é contraditória e demonstra um certo conformismo com a realidade da GAM no Brasil. Os problemas que foram elencados sobre a participação de atletas e equipes devem ser analisados e discutidos visando a elaboração de ações efetivas que venham a reverter este quadro.

Como foi citado por um dos especialistas, há que se aproximar os praticantes dos Campeonatos Brasileiros. O fato do Torneio Nacional possuir uma quantidade de ginastas

²⁵ Atualmente, a equipe do SERC possui cinco dos onze atletas da seleção brasileira.

maior nas mesmas categorias do Campeonato Brasileiro (categorias infantis e juvenis) demonstra que é possível atrair um maior contingente para estes eventos através de taxas competitivas mais acessíveis e regulamentos simplificados nas categorias de base e formação.

Observamos que houve uma melhora significativa no nível técnico dos atletas que, segundo os sujeitos, foi impulsionado pelos regulamentos internacionais e nacionais. O CT masculino contribui de forma significativa neste aspecto e devido a sua importância no desenvolvimento da GAM, analisaremos os aspectos do CT que emergiram durante as entrevistas na próxima categoria.

6.2.3. Comitê Técnico

Quadro 17a – Resultados da pesquisa de campo referentes ao Comitê Técnico.

Categoria	Unidade de registro
Comitê Técnico (CT)	Conhecimento sobre o CT
	Atuação do CT
	Processo de seleção dos ginastas
	Respaldo da CBG
	Problemas

Quadro 17b – Resultados da pesquisa de campo referentes ao Comitê Técnico.

Unidade de registro	Unidade de contexto
Conhecimento do CT	(A1) <i>Olha, pra falar a verdade, eu não sei nem todos que são do comitê técnico [...].</i> (G1) <i>[...] na verdade eu nem sei quem é do CT e eu faço parte da seleção brasileira.</i>
Atuação do CT	(A1) <i>[...] eu acredito que eles fazem um pouco entre eles fechado.</i> (T1) <i>O que acontece, primeiro, falha de comunicação [...].</i> (T3) <i>Está funcionando, trabalhando mais, funcionando mais e está conversando com os treinadores, tá ouvindo os treinadores, entendeu?</i> (D1) <i>[...] existe uma vontade de acertar.</i> (D2) <i>[...] sei que a ideia é fomentar a ginástica no país todo [...].</i> (G2) <i>[...] eu acho que dentro das realidades que a gente tem, tá funcionando sim.</i>
Processo de seleção dos ginastas	(T1) <i>Você não pode querer montar uma equipe querendo selecionar sete ou oito.</i>
Respaldo da CBG	(A2) <i>[...] tudo que a gente faz tem que estar em conjunto com a CBG.</i>
Problemas	(A2) <i>O nosso grande problema hoje, facilitou um pouco, é o seguinte: a gente ter tempo pra gente se reunir pra discutir as coisas.</i>

O CT possui uma importância significativa no desenvolvimento da GAM. De acordo com CBG (2008), compete ao CT: a elaboração dos regulamentos, a instituição do calendário e dos programas competitivos, a organização de cursos e eventos que visam o desenvolvimento da modalidade, a supervisão e a avaliação do desempenho dos árbitros e propor instrumentos que estimulem e orientem o desenvolvimento da GAM. Todas estas ações influenciam diretamente na evolução e no desempenho da modalidade no país, por isso decidimos abordar as questões do CT numa categoria específica.

Através do relato do sujeito A1, pudemos verificar que houve pouco contato entre o CT e os treinadores espalhados pelo Brasil: *Olha, pra falar a verdade, eu não sei nem todos que são do comitê técnico [...].* Se A1, indivíduo ativo na esfera gímnica nacional, não tinha o conhecimento de quem compunha o CT, podemos concluir que os treinadores de menor repercussão estavam ainda mais distantes. O sujeito G1 também expressa não ter conhecimento do CT: *[...] na verdade eu nem sei quem é do CT e eu faço parte da seleção brasileira (G1).*

Esta falta de contato consequentemente prejudica a atuação do CT. A2 relata que: *o nosso (se referindo ao CT) grande problema, hoje facilitou um pouco, é o seguinte: a gente ter tempo pra se reunir pra discutir as coisas.* Segundo A2,

Com a internet isso facilitou muito, mas antigamente não tinha isso. Quando eu digo antigamente é cinco anos pra trás. A gente não tinha uma internet facilitada, nem existia quase celular, então você gastava o seu telefone. Até passar uma proposta de regulamento de quarenta páginas, são quarenta páginas de fax passando pelo interurbano que também era caro antigamente. A estrutura hoje do país, o nível da estrutura econômica tá facilitando isso. Então isso está facilitando pra gente também, mas nessa (...) estamos engatinhando também, entendeu.

Devido aos obstáculos supracitados, em muitas ocasiões o CT se viu obrigado a fazer as decisões sem consultar a grande maioria dos técnicos. Apesar de criticar esta atitude, A1 defende os seus membros pela dificuldade de ter acesso aos treinadores antes das tomadas de decisão: *Eles resolvem e fazem porque é difícil. O que eles alegam é que é difícil ter acesso até todo mundo, passa pra todo mundo. Então, se eles não fizerem desta forma, eles falam que fica em cima da hora e acabam não fazendo.*

Para minimizar este problema de comunicação, A1 sugere a realização de reuniões com os técnicos e árbitros mais frequentemente. Isto poderia ser uma forma de diminuir as distâncias já existentes: *Eu acredito que poderia ser melhorado. Sei lá, tentar fazer mais*

reuniões com treinadores e árbitros, fazer uma coisa mais pra todo mundo. Não com quem tá mais fácil deles comentarem, falarem (A1). D2 deixa claro na sua fala que a filosofia do CT vem mudando nos últimos anos, principalmente, com o início do ciclo vigente:

A filosofia acho que mudou. [...] a inclusão de trazer essas pessoas novas, dar oportunidade, falar o caminho é este, vamos trabalhar, qual a sua opinião sobre isso. [...] tem gente nova aqui que talvez se sentisse excluída e tá participando, tá se sentindo importante e a ideia é por aí (A2).

No discurso de T1, ficou evidente a dificuldade de comunicação e o problema da falta de uma política a longo prazo para o desenvolvimento da modalidade no país: *o que acontece primeiro, falha de comunicação, segundo, não há uma política em longo prazo. É política de momento.*

T1 também citou a questão do processo de seleção dos ginastas que compunham a equipe brasileira. Na perspectiva deste sujeito: *Você não pode querer montar uma equipe querendo selecionar sete ou oito.* Para T1, há que se trabalhar com um número maior de atletas, com mais possibilidades, pois muitos atletas podem se machucar ou abandonar a carreira esportiva.

O sujeito D1 defende a atuação do CT dizendo que: *[...] existe uma vontade de acertar.* Este dirigente relata que o trabalho vem sendo desenvolvido com muita dedicação e de forma quase que integral por parte de seus membros. Ao longo da sua fala, D1 afirma que há uma tentativa de ouvir cada vez mais os treinadores: *Olha, o que vocês acham que neste trabalho que vem sendo realizado tecnicamente com esta categoria pré-infantil está dando certo? O que está errado? [...] Quais são as propostas pro ano que vem? Onde a gente pode mexer?*

Através de reuniões realizadas antes dos eventos, os membros do CT vêm tentando proporcionar a todos a possibilidade de participar do planejamento: *todas estas pessoas (técnicos e árbitros) têm direito a voz (D1).*

Sobre o apoio da CBG para o CT masculino, A2 relata que existe um respaldo da CBG já que o CT é uma parte da entidade: *é assim, na verdade é o seguinte, o CT é a CBG. Então, tudo que a gente faz tem que estar em conjunto com a CBG. [...] Tem algumas coisas que a CBG bloqueia a gente e outras coisas a gente consegue convencer a CBG que às vezes é melhor ser assim.* Embora A2 tenha dito no seu discurso que o CT é a CBG e que ambos têm que

estar em sintonia, constatamos que algumas ações da entidade não foram apoiadas pelos membros do CT masculino e vice-versa.

A organização e realização de cursos e eventos que visam o desenvolvimento da modalidade foi uma área na qual o CT não conseguiu atuar de forma efetiva e que será abordada a seguir.

6.2.4. Formação profissional

Quadro 18a – Resultados da pesquisa de campo referentes à formação profissional.

Categoria	Unidade de registro
Formação profissional	Importância da formação profissional
	Formação universitária
	Contribuição da carreira como atleta
	Realização de cursos no país
	Dificuldade em receber informações
	Importância dos conhecimentos de arbitragem
	Consequências da má formação profissional
	Falta de incentivo
	Intercâmbio internacional

Quadro 18b – Resultados da pesquisa de campo referentes à formação profissional.

Unidade de registro	Unidade de contexto
Importância da formação profissional	(T1) [...] a pessoa que faz o lugar [...]. (D1) Então, esta formação é bastante importante.
Formação universitária	(A1) A faculdade que eu fiz pessoalmente não acrescentou nada. (T1) [...] temos gente com pouca prática e com muita teoria. (T2) Eu acho completamente deficiente ainda [...]. (D2) [...] você não aprende na faculdade, você tem que ir aprendendo na prática, no ginásio. (G2) [...] pra faculdade conseguir uma estrutura legal, dá um ginásio pra formação boa dos seus acadêmicos é complicado.
Contribuição da carreira como atleta	(A1) [...] de como atleta, de ter treinado em bons lugares fui pra X onde melhorou muito [meus conhecimentos]. (A2) [...] ex-ginastas formam-se professores de educação física e isso também vão melhorando a qualidade da ginástica. (T1) Fui ginasta da seleção [...].
	(A1) [...] isso aí é uma vez por ano ter, mas não é todo ano que tem. O último que teve agora foi em Itatiba, senão me engano, foi no ano passado ou retrasado, mas é muito raro. Então isso pra mim ajudou. (A2) A gente teve uma carência muito grande em relação a cursos de

Realização de cursos	<i>arbitragens a nível nacional.</i> (T1) <i>Sim (participei). Sou um dos poucos que possuem brevet (do FIG Academy).</i> (D1) <i>[...] precisava haver mais cursos, mas a gente tem feito esta formação em todas as modalidades.</i>
Dificuldade em receber informações	(A1) <i>[...] é difícil, até informação importante pra mim é difícil. Eu tenho muito contato com quem é de São Paulo, então se eu não for buscar, não procurar saber, não chega nada pra mim nem curso interessante pra mim [...].</i> (T1) <i>Eu consegui minhas informações correndo atrás da bola.</i> (D1) <i>A gente precisa de um site pra agilizar o trabalho administrativo da federação.</i>
Importância dos conhecimentos de arbitragem	(A1) <i>Hoje em dia pra você montar um atleta pra estar competindo, se você tiver estratégia de séries pra estar montando, você vai ganhar de muitos, porque muitos não fazem isso.</i> (A2) <i>[...] o curso de arbitragem não deixa de ser um curso técnico [...].</i> (D1) <i>Se você não tiver conhecimento, você não justifica a sua nota e você esta avaliando o trabalho de uma criança e um trabalho de um técnico.</i>
Consequências da má formação profissional	(A1) <i>[...] se não tiver é bons professores, com boa capacitação não... aí também não leva nada pra frente [...].</i> (T3) <i>[...] vai ver quanta besteira os treinadores fazem por falta de conhecimento.</i> (D1) <i>tem muita barbaridade. Você pode ver que tem [barbaridades], mas tem muita coisa boa acontecendo.</i>
Falta de incentivo	(T1) <i>Porque que eu vou fazer ginasta pro outro?</i> (D1) <i>[...] muita gente não quer também, fazer este trabalho cansativo e estressante de perder sábado e domingo e de não ser realmente financeiramente recompensado.</i>
Intercâmbio internacional	(A2) <i>A gente tem hoje muito treinadores viajando com delegação pra fora do Brasil e este intercambio também é bom.</i> (G1) <i>[...] técnicos que fazem parte da seleção têm bastante viagens pra fora, tem treinos lá fora e aprenderam bastante [...].</i>

Nesta categoria apresentaremos os aspectos que foram discutidos ao longo das entrevistas sobre a formação profissional. Todos os especialistas enfatizaram a importância da formação dos técnicos e árbitros para o desenvolvimento da modalidade:

Então, esta formação é bastante importante. Se você olhar esta criquinha que está aqui hoje (no brasileiro pré-infantil e infanto-juvenil) é um trabalho muito legal, muito importante pra ginástica do Brasil, mas pra isso a gente precisa de mais técnicos também, pra continuarem este trabalho em outros estados, em outras federações, em outras cidades de São Paulo (D1).

A importância deste aspecto também fica explícita na fala de T1:

[...] a pessoa que faz o lugar e não o lugar que faz a pessoa. Então, o que tem e que acontece é que temos poucas pessoas (treinadores). Aliás, o que é mais importante numa escola? Qual a peça mais importante em um colégio, uma escola? Qual é a peça mais importante? Antes de responder, antes de colocar o que eu penso, fazendo algumas questões. Se quem faz a merenda não vai a escola tem aula? Tem. Se o segurança não for porque tem dor de barriga, tem aula? Se o diretor neste dia não pode chegar porque ficou preso no trânsito, tem aula? Tem. Se tiver um aluno na sala de aula, tem aula? Tem. Se não tiver professor?

Embora o conhecimento dos profissionais tenha melhorado D1 conta que: *tem muita barbaridade. Você pode ver que tem (barbaridades), mas tem muita coisa boa acontecendo. Se você olhar, a gente tem uma escola velada de ginástica. A gente tem gente trabalhando quase que todo mundo do mesmo jeito.* Esta fala expõe a influência dos regulamentos que direcionam o trabalho dos técnicos nos clubes padronizando o desenvolvimento dos atletas.

Os problemas de formação também são relatados por T3: *pega o Brasil e você vai visitar todos os ginásios, todos os ginásios e vai ver quanta besteira os treinadores fazem por falta de conhecimento. Sabe por quê? Porque se copia do outro.* De acordo com T3, a falta de formação faz com que muitos treinadores optem por copiar o trabalho dos outros sem possuir todas as informações necessárias acarretando vários problemas na formação dos ginastas: *Se copia o que o outro faz e não se analisa o que o outro faz (T3).* Isso é muito comum no meio da ginástica, onde muitos ex-atletas transpõem o seu antigo regime de treinamento para os seus alunos sem que haja uma reflexão crítica.

Acerca da formação universitária para atuar como técnico de GA, A1 é enfático ao dizer que a sua graduação não acrescentou nada com relação aos seus conhecimentos nesta área: *Pra mim nada, não acrescentou. Se eu falar que foi 0,5% é mentira.* T2 também faz uma crítica à formação universitária ao dizer que: *Eu acho completamente deficiente ainda. Infelizmente. Eu acho que as universidades já estão, algumas, se equipamento melhor [...], mas eu acho que os profissionais pro mercado de trabalho ainda tá indo muito mal preparado [...]* (T2).

Na pesquisa realizada por Nunomura (2001), a autora afirma que a maioria das universidades não tinha como objetivo formar técnicos para atuar no alto rendimento da GA. Os programas de graduação visavam somente fornecer subsídios e orientações para a iniciação, desenvolvendo, exclusivamente, os fundamentos básicos da modalidade. Com relação ao alto nível, a autora relata que mesmo aquelas instituições que ofereciam disciplinas de

aprofundamento em GA, não forneciam conhecimentos e ferramentas necessárias para que seus alunos atuassem nesse campo.

A falta de infraestrutura e a especificidade da modalidade são fatores que, segundo G2, fazem com que os estudantes de Educação Física não saiam preparados para atuar nesse campo: [...] *a ginástica é muito específica mesmo, é complicado, tem que viver bastante tempo, mas e outra (coisa), pra faculdade conseguir uma estrutura legal de um ginásio pra formação boa dos seus acadêmicos é complicado* (G2).

Para A1, os seus conhecimentos vieram da sua formação como atleta na qual teve a oportunidade de treinar em lugares bons. A2 também cita que a atuação de ex-atletas auxilia no desenvolvimento da ginástica: [...] *ex-ginastas formam-se professores de educação física e isso também vão melhorando a qualidade da ginástica* [...].

A importância da carreira como ginasta também aparece na fala de T1 que foi atleta de nível internacional. O sujeito também elenca as suas experiências pessoais, adquiridas ao longo da sua atuação como técnico, como fundamentais na sua profissão: [...] *meu conhecimento veio de lá, eu tive experiências com pessoal da antiga União Soviética. Eu fiz cinco turnês com esse pessoal. [...] Fui ginasta da seleção* [...]. Segundo T2, *a maioria das pessoas que trabalha com ginástica tem um histórico anterior de formação. São raros os que não são e não vem com uma história anterior ao próprio processo universitário.*

O número de ex-ginastas que atuam como técnicos é grande no Brasil. Todos os sujeitos da pesquisa foram ou são atletas e utilizam seus conhecimentos adquiridos, neste período, na sua carreira como treinadores. Porém, devemos fazer uma reflexão crítica sobre isto, pois só a experiência como atleta não garante o sucesso como treinador. Segundo Nista-Piccolo (2003, p. 11),

Um ex-atleta terá sempre as vantagens de ter vivido momentos muito próximos àqueles que sua equipe também experimentará. Conhecendo o sabor tanto das vitórias quanto das derrotas, o caminhar torna-se mais ameno, mas não garante o sucesso e nem mesmo nos dá a certeza de que o trabalho terá sido bem feito.

O curso de arbitragem aparece nesta categoria, como uma ferramenta importante na atuação como técnico e com uma relevância para os próprios ginastas entenderem a lógica deste esporte. A1 relatou que fez o curso para compreender melhor as exigências do CP e como ele poderia constituir suas séries de acordo com as exigências dos aparelhos: *Eu resolvi*

fazer pra começar a saber montar minha série, porque meu professor também não sabia. Então, eu perdi muito campeonato por causa disso. Então eu resolvi fazer pra poder saber o que eu perdia pra melhorar.

Ainda de acordo com o sujeito A1, os conhecimentos adquiridos através do entendimento do CP proporcionam uma atuação mais consciente, pois há um jogo de estratégia na formulação das séries executadas pelos ginastas. Além disso, conhecer o CP possibilita aos técnicos decidir com mais convicção o que é melhor para o seu atleta: [...] *you vai saber o que montar, o que é melhor pro atleta ter um resultado final melhor.* A2 complementa a fala de A1 ao afirmar que: *o curso de arbitragem não deixa de ser um curso técnico. A partir do momento que você mostra qual é o erro que o árbitro tem que na hora analisar, tá mostrando como não deve ser feito.*

Na questão da realização de cursos de formação, A1 afirma que a federação estadual organizou de forma esporádica os cursos de capacitação ao longo do ciclo olímpico: *da federação paulista, a única coisa que há muito tempo que eu fiz, eles organizaram um curso [...] pra ginastas e treinadores sei lá, internacional, trouxeram lá um técnico de fora. Então, um curso de uns três ou quatro dias aqui no país, isso também ajudou bastante eu acreditar.*

No âmbito nacional, A2 acredita que faltam cursos de capacitação de árbitros e técnicos: *falta ainda cursos (de arbitragem) aqui no brasil. Faltam cursos também de qualidade técnica, ainda falta.* O dirigente D1 explica que não houve escassez de cursos, pois foram realizados cursos em todas as modalidades gímnicas no seu estado: [...] *precisava haver mais cursos, mas a gente (federação) tem feito esta formação em todas as modalidades. [...] Teve curso de tudo. Não fomos autorizados a dar curso nacional, mas os estaduais todos foram feitos.*

O fato das federações organizarem todas as ginásticas competitivas foi utilizado como justificativa para o número reduzido de cursos específicos para a GA. Um problema pior que a escassez é a inexistência de cursos que pôde ser constatada em alguns estados do Brasil, conforme foi apresentado no item 3.3.1.. Isso fez com que muitos árbitros e técnicos tivessem que viajar para outros estados na busca da sua capacitação profissional: *muita gente vem de outros estados pra estudar com a gente,* afirma (D1).

A importância dos cursos pôde ser observada na fala de A1: *fiz muito curso de fora, toda vez que tinha curso assim eu busquei fazer.* Infelizmente, os cursos de capacitação e aperfeiçoamento não vêm sendo prioridade dos dirigentes da modalidade no país. Não há uma

preocupação em desenvolver um programa nacional como ocorre em países como Austrália, Canadá e Portugal, por exemplo. D1 e A2 relatam que em muitos dos casos, a CBG não autoriza as federações estaduais a realizarem os cursos nacionais: *a federação estadual não pode realizar um curso nacional. Ela solicita à confederação, se a confederação não autoriza, não tem como fazer* (A2). O número restrito de cursos de arbitragem, no ciclo olímpico 2005-2008, pode ser comprovado no discurso de A2:

A gente teve uma carência muito grande em relação a cursos de arbitragens a nível nacional. Porque a gente teve o primeiro curso intercontinental que é feito na Europa pela FIG e depois os países solicitam os cursos para serem realizados nestes próprios países se a FIG autoriza ou não pra realizar os internacionais. O primeiro é o intercontinental, só pode ir dois representantes de cada país. Depois tem os internacionais nos países. Depois que o Brasil fez o dele em Curitiba, passamos três anos e meio sem curso nenhum em nível nacional.

Buscando uma referência internacional, de acordo com a Federação de Ginástica de Portugal (2010), a entidade realizou, entre os anos de 2006 e 2008, cinco cursos nacionais de arbitragem em GAM.

Não só os cursos de arbitragem são escassos no Brasil. Também constatamos a falta de respaldo para continuar a formação técnica profissional que a GA requisita. T1 relata: *Eu consegui minhas informações correndo atrás da bola.* A2 confirma esta posição, mas acrescenta que a ausência de cursos *não é uma coisa determinante. Não é por causa disso que nós estamos melhor nem pior. A gente tem bastante gente de muito conhecimento, entendeu?* Podemos inferir que os envolvidos com a modalidade têm que investir de forma individual, “*correndo atrás da bola*”, para adquirir e ampliar seus conhecimentos, pois faltam ações dos órgãos dirigentes da ginástica no país. Como constatamos através dos questionários, foram poucas as federações que realizaram cursos de formação técnica ou de arbitragem no país.

Na perspectiva de T1, os cursos de formação acontecem, o problema é que não há um interesse por parte dos treinadores em formar atletas de nível e, por isso, estes não investem mais na carreira de técnico.

[...] se você não criar um sistema para capitalizar e justificar esforço, entendeu, para que o bolo seja repartido com mais gente, você não motiva ninguém a fazer nada. Por que que eu vou fazer ginasta pro outro? (T1).

A crítica ao sistema de seleção permanente ficou implícita neste discurso, pois não havia benefícios para o treinador que formava o atleta que integraria a seleção permanente nos moldes do antigo regime.

Quando perguntado sobre cursos internacionais promovidos pela CBG, A1 declara que ele nunca foi convidado: *CBG pra mim nada. [...] nunca fui convidado. Acredito que tem alguns que eles fazem pra técnico tal, mas é o que eu falo, eles restringem ou a quem tem atleta melhor no país [...] não pra quem tá começando, tá formando, tá tendo uma noção.* Na opinião deste sujeito, a CBG privilegia os treinadores que possuem os melhores ginastas no país em detrimento dos demais treinadores que estão crescendo e se desenvolvendo. Isso contraria a lógica de que os menos capacitados deveriam ser privilegiados ao invés daqueles que já possuem um conhecimento significativo para que haja um nivelamento.

T1, diferentemente de A1, participou como convidado dos cursos internacionais promovidos pela FIG com o apoio da CBG obtendo o *brevet* do FIG Academy: *Sim [...] sou um dos poucos que possuem o brevet* (do FIG Academy). Quando perguntado se após a realização destes cursos houve uma preocupação em disseminar estes conhecimentos adquiridos, T1 afirma que não houve uma proposta da CBG e nem da sua federação estadual. Apenas três treinadores de ponta do masculino tiveram a oportunidade de participar destes eventos que foram realizados em três ocasiões no Brasil.

Além da carência de cursos, constatada nas entrevistas e nos questionários, há uma dificuldade por parte dos árbitros e técnicos em receber informações sobre a realização dos poucos cursos promovidos pelas federações e CBG como já foi elencado na Categoria Organização. Isso faz com que os cursos não atendam uma grande demanda de pessoas limitando as informações a um pequeno grupo. O dirigente D1 relata que uma das prioridades atuais é a necessidade de uma página de internet para divulgar informações e facilitar o trabalho administrativo da federação:

A gente precisa de um site pra agilizar o trabalho administrativo da federação. [...] Informativo, mas administrativo, porque tem muita... todo mundo pensa que a federação é isso que a gente vê aqui. Não, a federação tem muita coisa administrativa, muito papel (D1).

No que concerne à qualidade dos cursos de arbitragem, A1 afirma que houve uma melhora nos últimos anos. O fato de exigir-se mais nas avaliações é um ponto positivo na

perspectiva deste sujeito. Os cursos estão mais bem estruturados e os percentuais de aprovação foram ajustados. A importância da formação de bons árbitros pode ser justificada utilizando a fala de D1: *Se você não tiver conhecimento, você não justifica a sua nota e você está avaliando o trabalho de uma criança e um trabalho de um técnico*. A1 afirma que:

[...] tinha uma época que o pessoal fazia um mais ou menos 55%. Ele conseguia ser árbitro estadual. Aí na teoria ele poderia arbitrar pela federação trefeu São Paulo, alguma coisinha mais simples, mas como tinha problemas de muitos treinadores serem árbitros, os atletas serem árbitros, então tinha competição que faltava e estes árbitros, que teoricamente não teriam capacidade pra estar arbitrando, iam arbitrar. Então isso fazia piorar a qualidade.

Este problema levantado por A1 continua existindo, principalmente, em competições estaduais e regionais.

O intercâmbio de árbitros e treinadores é um aspecto importante e que foi abordado na entrevista de A2: *a gente tem hoje muitos treinadores viajando com a delegação pra fora do Brasil e este intercâmbio também é bom*. G1 confirma a importância desta troca de conhecimentos com outros países na sua fala: *[...] técnicos, que fazem parte da seleção, têm bastante viagens pra fora, tem treinos lá fora e aprenderam bastante. Acho que o nível dos técnicos do Brasil melhorou bastante* (G1).

T1 cita que na atualidade há uma facilidade maior em obter informações e conhecimentos se comparado aos períodos anteriores: *[...] na minha época, a gente assistia a olimpíada de quatro anos depois que acontecia, hoje você vê olimpíada e tem internet, tem arquivo, tem “youtube”, tem não sei o que... Informação é o que sobra hoje em dia*. A2 corrobora com T1 ao relatar que a internet e a TV a cabo vêm facilitando a aquisição dos conhecimentos técnicos: *[...] a internet, informação, TV a cabo isso tudo facilita o seu conhecimento técnico* (A2). Mesmo com esta maior facilidade em obter conhecimento para seguir na carreira como treinador, D1 afirma que os jovens não se interessam mais em trabalhar neste campo de atuação devido à falta de valorização dos profissionais e as dificuldades de infraestrutura:

O trabalho de um técnico, dentro de um clube isolado, é muito difícil. Hoje em dia, eu acho que há falta também de vontade no jovem de investir numa carreira que você precisa de tanto idealismo. Ou você é idealista, começa com meia dúzia de colchões, uma barrinha improvisada, um trampolim e você vai crescendo e isso leva tempo, ou então muita gente já olha e quero começar assim, com um ginásio deste aqui (ginásio da Prefeitura Municipal da Praia Grande), entendeu? Não é essa a realidade do Brasil (D1).

Ainda de acordo com este entrevistado: *muita gente não quer, também, fazer este trabalho cansativo e estressante de perder sábado e domingo e de não ser, realmente, financeiramente recompensado* (D1). A demanda de trabalho requisitada do treinador aparece também na fala de D2 quando este sujeito cita que: *o técnico deve ser persistente mesmo e correr atrás e você não é só técnico. Você é preparador físico, preparador psicológico, fisioterapeuta e muitas vezes pai, sabe? É bem por aí.*

Segundo D1, *pra ter mais gente trabalhando é só mesmo encontrando perfil de pessoa também idealista e que vê nisso um mundo que outra pessoa normal não consegue enxergar.* Ficou claro, nesta fala, que as dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuam com a GA é grande e, na maioria dos casos, a falta de respaldo acaba por afastar aqueles que tentam enveredar por este caminho ficando apenas aqueles que possuem uma forte relação com a modalidade. Segundo T2, estamos com bons profissionais, mas que não são suficientes para atender a demanda que precisaríamos para desenvolver e evoluir a GAM no país:

[...] ainda estamos muito aquém do que eu acredito que seja o necessário. Eu acho que a gente já tem bons profissionais no país, mas a quantidade é insuficiente pra atender a demanda e a necessidade para o desenvolvimento e o crescimento da ginástica masculina (T2).

Corroboramos com a fala de A1 quando este sujeito afirma que se não houver pessoas qualificadas para atuar no campo da ginástica, seja como árbitros, técnicos ou dirigentes, e com uma estrutura de treinamento adequada, não haverá um avanço significativo e fundamentado na modalidade: *[...] tem que ter mais locais de treinamento com pessoas com qualidade com certeza, senão também não adianta nada [...]* (A1). Há que se buscar o equilíbrio entre a teoria e a experiência prática, pois como afirma T1: *[...] temos gente com pouca prática e com muita teoria e o inverso também.*

6.2.5. Quadro Financeiro

Quadro 19a – Resultados da pesquisa de campo referentes ao quadro financeiro.

Categoria	Unidade de registro
Quadro financeiro	Apoio municipal
	Patrocínios
	Leis de incentivo
	Lei Agnelo/Piva
	Repasse de recursos da CBG para as equipes e atletas
	Repasse de recursos da CBG para as federações
	Remuneração dos árbitros
	Custos de participação em eventos
	Bolsa atleta
	Realidade financeira dos ginastas
	Política de momento
	Investimento na GAM
	Investimento dos clubes
	Apoio dos pais
	Federações
CBG	

Quadro 19b – Resultados da pesquisa de campo referentes ao quadro financeiro.

Unidade de registro	Unidade de contexto
Apoio municipal	(A1) <i>Em X tinha bolsa atleta. Eu tive, consegui três anos de bolsa.</i> (D2) <i>As prefeituras atuam muito bem aqui, porque tem a parte política [...] por causa dos Jogos Abertos e regionais, diferente do Brasil.</i> (G1) <i>A gente só depende da prefeitura.</i>
Patrocínios	(A1) <i>Muito pouco também. Quer ver, tem tantos clubes e quem tem patrocínio é um ou dois que tem, não é todo mundo.</i> (T1) <i>Tendo patrocínio isso (a melhor organização) acontece.</i> (T2) <i>[...] o patrocínio ele é negociado ano a ano [...].</i> (G2) <i>[...] patrocínio individual é muito complicado.</i>
Leis de incentivo ao esporte	(A1) <i>Não, não tem nada (desta forma de incentivo).</i> (T2) <i>É um pouco assim complicado [...], mas tá funcionando e tem ajudado.</i> (T3) <i>Só os clubes “pequenos” conseguem a Lei de Incentivo ao esporte cara! Tem alguma coisa errada..</i> (D2) <i>É bem difícil. Tem que fazer o projeto, captar recursos e aprovar e depois pra você fazer a prestação de contas não é uma coisa tão simples.</i>
Lei Agnelo/Piva	(A1) <i>Não sei nem que lei é essa pra falar a verdade.</i> (T3) <i>A Lei Agnelo/Piva melhorou muito pra confederação, porque pro masculino não melhorou ainda.</i>
Repasse dos recursos da CBG para as equipes e atletas	(A1) <i>Nossa, pra mim não. É eu acredito que... não sei se é porque eu não tenho atleta por enquanto no nível que eles querem, não sei.</i> (G2) <i>[...] a confederação vai usar esse dinheiro conforme o planejamento do ano incluindo ou não os atletas ou algum número x de atletas.</i>
Repasse de recursos da CBG	(A2) <i>As pessoas tem que entender que a Confederação não tem a obrigação de manter financeiramente as federações e tem muitas federações que acham que isso é obrigação da confederação.</i>

para as federações	(T1) [...] não foi proporcional, distribuído equitativamente. (D1) [...] o dinheiro que a CBG recebe é um dinheiro muito grande [...] e a gente gostaria que este bolo fosse dividido [...].
Remuneração dos árbitros	(A1) Melhorou um pouco neste, acho que senão me engano, último ano ou nos últimos dois anos que aumentou um pouco o valor da taxa (de arbitragem) [...]. (D1) Se você perguntar se alguém vive disso, não!
Custos de participação em eventos	(A1) [...] custo de taxa de viagem e tudo, então pra eu levar um atleta só pro brasileiro [...] vai ficar no mínimo três mil reais então, (é um valor muito alto e sem retorno nenhum.
Bolsa atleta	(T1) Você acha que o Bolsa Atleta segura um ginasta de 25 anos? (T3) [...] ela funciona com vários problemas é claro. (D2) É um projeto super bom que veio pra ajudar muito os clubes. (G1) [...] hoje em dia é difícil ganhar alguma coisa da cidade ou do clube que chegue no Bolsa Atleta internacional [...]. (G2) Funciona cara, conheço muitos atletas até mesmo atletas da seleção que utilizam essa opção como meio pra se sustentar [...].
Realidade financeira dos ginastas	(A2) [...] hoje nos temos ginastas que conseguem sobreviver treinando ginástica. A profissão dele (do ginasta) é fazer ginástica. (G1) Se o atleta já tem resultado ele sobrevive [...]. (G2) Eu vivo da ginástica, mas [...] não são todos que vão dizer sim [...].
Política de momento	(T1) Então, o momento é este então vamos investir para acontecer tal coisa e o esporte não funciona assim. (T2) [...] hoje em dia eu acredito que nós estamos trabalhando muito em cima da coisa imediata. (G2) Não adianta você fazer uma programação até os quatro anos e dali parar pra recomeçar tudo de novo daqui um ou dois anos, ou seja, tempo perdido.
Investimento na GAM	(T1) A questão é bem simples, se apostou numa equipe feminina, na época, e o masculino cometeu um erro que pagou caro. (T2) [...] existe os investimentos só que hoje são muito centrados nas seleções [...]. (T3) Primeiro tem que existir um investimento na equipe e não no Diego. (D1) [...] eu sinto que nós, de alguma maneira, fomos sempre preteridos, porque a gente (o masculino) não podia aparecer mais, entendeu? (D2) [...] existe uma diferença entre as ginásticas dentro da confederação. Enfim, eu não tenho dados, mas o masculino seria o terceiro dentro da confederação. (G1) Por parte da seleção, como eu falei, estamos bem servidos hoje. (G2) [...] depois do campeonato mundial, eles simplesmente esqueceram da equipe masculina. Mais nenhuma verba, que eles recebiam, era repassada pros ginastas. Só voltou em março deste ano.
Investimento nos clubes	(D1) Então, os resultados da ginástica masculina que a gente está obtendo hoje, são os resultados dos clubes, porque não houve investimento da CBG até estes meninos se formarem. (G1) [...] na época do bingo, o clube ajudava bastante e agora o clube não tem dinheiro pra nada.
Apoio dos pais	(D1) [...] quem investiu foi o clube. O clube, o pai e a mãe.
Federações	(D1) [...] quando eu peguei a federação, só tinha dívida.
CBG	(A2) Hoje, graças a Deus, a CBG não se preocupa com dinheiro. É lógico, minto, deixa eu corrigir. Até se preocupa, mas ela consegue observar que isso é uma coisa que pode se gastar hoje, mas pode se ganhar num futuro próximo.

O quadro financeiro da GA brasileiro sofreu mudanças significativas nos últimos anos como pudemos observar no Capítulo 5. A importância da implementação das leis que incentivam o esporte e a vinda de um patrocínio específico para a CBG, pode ser constatada na fala de T2: *Para o setor que eu atendo, que é o alto rendimento com as seleções, essa lei e os recursos são super bem vindos e são realmente um dos fatores que levou a gente a melhorar muito e principalmente no cenário internacional. Segundo T2: pra quem viveu anteriormente a isso, como eu, foi assim uma mudança radical.*

De acordo com T1, esta melhora na realidade econômica foi uma conquista de todos os envolvidos com a modalidade: *[...] foi uma conquista. Lógico que isso é uma conquista. O fato de ter dinheiro para fazer eventos e tudo mais.* O entrevistado A2 afirma que: *a realidade econômica hoje é um milhão de vezes melhor de 20 anos atrás, hoje nós temos ginastas que conseguem sobreviver treinando ginástica. A profissão dele (do ginasta) é fazer ginástica.*

Confirmando a fala de A2, o ginasta G1 expõe que os atletas com resultados internacionais e nacionais, conseguem viver apenas da ginástica diferentemente de outros períodos em que os atletas abandonavam a modalidade quando atingiam a idade de trabalhar: *se o atleta já tem resultado ele sobrevive, se o atleta tem um resultado muito bom [...], mas se ele ainda não teve chance ele tá, digamos, tá ferrado (G1).* Em consonância com G1, o ginasta G2 diz que consegue viver da ginástica, mas que isso não reflete a realidade da grande maioria: *eu vivo da ginástica, mas [...] não são todos que vão dizer que sim [...].*

Os atletas afirmam que o apoio recebido para as viagens e treinamentos melhorou nos últimos anos. Para G1 o processo foi iniciado após os resultados dos Jogos Pan-americanos de 2003: *eu acho que, de uns tempos pra cá, melhorou bastante, depois de Santo Domingos eu acho que teve uma mudança bastante significativa [...]* (G1). Porém, apesar das mudanças, G2 relatou um período bastante conturbado após o Campeonato Mundial de Stuttgart em 2007: *depois do campeonato mundial, eles simplesmente esqueceram da equipe masculina. Mais nenhuma verba, que eles recebiam, era repassada pros ginastas. Só voltou em março deste ano.* G2 conta que conseguiu continuar treinando, pois possui um clube que lhe oferece todo o respaldo e, por isso, se sente um privilegiado: *estou num clube que é de uma tradição muito grande que me dá este suporte, me dá meios pra eu conseguir me dedicar quase que exclusivamente à ginástica.*

Embora o apoio esteja maior, G1 acredita que este apoio deveria ser ampliado para os ginastas que estão se desenvolvendo: *acho que ainda eles (CBG) podiam incentivar muito mais quem não obteve resultado (G1).*

Sobre a condição financeira da CBG, A2 diz que: *hoje, graças a Deus, a CBG não se preocupa com dinheiro. É lógico, minto, deixa eu corrigir. Até se preocupa, mas ela consegue observar que isso é uma coisa que pode se gastar hoje, mas pode se ganhar num futuro próximo.* Nesta fala podemos observar que a CBG adquiriu características empresariais, embora seja uma entidade sem fins lucrativos.

Infelizmente, como poderemos observar na fala de D2, o montante repassado pela CBG e que foi destinado à GAM está aquém aos resultados expressivos que a categoria masculina vem conquistando nos últimos anos:

Existe uma diferença (de investimento) entre as ginásticas dentro da Confederação. Enfim, eu não tenho dados, mas o masculino seria o terceiro dentro da confederação. [...] tinha uma diferença tão nítida (em relação ao feminino) de pisar mesmo, quem participa assim (como técnico, como ginasta e árbitro) é até cruel.

T3 também expõe esta diferença e relata que a GAM possui um investimento menor que a GAF e que a GR:

Nós somos a terceira modalidade da confederação. Primeiro GAF, em segundo GR e depois somos nós. Se você coletou os dados, vê os resultados (competitivos). Por que os resultados são maiores (melhores) e o investimento é menor? [...] Há um paradigma dentro da confederação que você não acredita cara. Eles querem tudo, mas não querem ajudar nada (T3).

O apoio dos municípios vem contribuindo principalmente na iniciação e na formação de atletas. Porém, há diversas realidades como podemos observar na fala de D2:

[...] tem a realidade dentro do estado de São Paulo e a realidade fora, não é? As prefeituras atuam muito bem aqui, porque tem a parte política. Então, em São Paulo, você vê Praia Grande com um ginásio, porque eles fizeram os Jogos Abertos aqui e conseguiram tirar, conquistar este espaço super bom. É, mas você vê ginástica em todo o estado de São Paulo por causa dos Jogos Abertos e Regionais diferente do Brasil.

G1 diz que a ginástica no seu clube depende fortemente do apoio do município: *a gente só depende da prefeitura. Então sobrecarrega a prefeitura e ela não tem como ajudar em*

todas as competições e todos os atletas. O clube de G1 também auxilia na manutenção da modalidade, mas os problemas financeiros deste setor impossibilitam uma atuação mais efetiva.

A1 relatou que na sua cidade há algumas iniciativas que dão suporte aos programas esportivos municipais. Um projeto elencado por A1 foi o Bolsa Atleta municipal que fornece apoio à formação universitária dos esportistas. De acordo com este sujeito, atualmente nenhum atleta da sua equipe é contemplado com o Bolsa Atleta do município, pois todos são pertencentes ao ensino fundamental e médio: *Como eu compito agora com o pessoal categoria baixa, ninguém tá na faculdade [...] (A1).* Sobre o programa Bolsa Atleta do Ministério do Esporte, A1 relata não ter conhecimento a respeito.

Já o sujeito G1 foi contemplado com o Bolsa Atleta federal e, em sua opinião, o programa funciona. O ginasta afirma que além de fornecer benefícios financeiros para os atletas, o Bolsa Atleta age como uma motivação para os atletas evoluírem:

Funciona! Funciona, porque hoje eu vejo “neguinho” ralar pra ganhar uma medalhinha no brasileiro e ralar mais ainda pra ganhar uma medalhinha internacional, porque como eu falei: os que não têm resultado, hoje em dia, é difícil ganhar alguma coisa da cidade ou do clube que chegue no bolsa atleta internacional, por exemplo, é difícil (G1).

Em consonância com G1, o entrevistado G2 diz que o Bolsa Atleta funciona e que muitos atletas buscam essa opção não apenas para custear os materiais e suplementos necessários para os treinos e sim para a sua própria subsistência: *Funciona cara, conheço muitos atletas, até mesmo atletas da seleção, que utilizam essa opção como meio pra se sustentar, não só pra comprar equipamentos, protetores que precisa para a ginástica, mas pra sua vida pessoal (G2).*

G2 menciona que o valor pago pelo Bolsa Atleta supera, na maioria dos casos, a remuneração feita pelo clube e até mesmo pela CBG: *Alguns clubes, quase que a maioria das vezes, não oferece este valor aí (fazendo referência ao valor pago pelo Bolsa Atleta internacional) pro ginasta e pela confederação também não valeria a pena, então eles mantém o Bolsa Atleta.*

O atleta G2 brinca que o valor pago, atualmente, no Bolsa Atleta escolar é o mesmo montante que ele recebia quando participou do seu primeiro mundial:

Trezentos pilas ganhava eu quando eu ia pra mundial. Meu primeiro mundial eu ganhava isso aí. A realidade da ginástica é totalmente diferente. [...] os mais jovens que

estão aqui, que entram na seleção já com toda essa estrutura, talvez não reconheçam toda a problemática que a gente tinha anteriormente (G2).

Apesar de todos os elogios citados anteriormente, D2 manifestou que o Bolsa Atleta federal é um bom projeto, mas que existem problemas a serem solucionados:

É um projeto super bom que veio pra ajudar muito os clubes. Às vezes acho que tem algumas distorções. Tem modalidade, eu estou no clube, tem modalidade que o cara treina três vezes por semana e vai pra um campeonato mundial segunda divisão e o cara tem mil e quinhentos reais por mês, sabe? E a realidade do nosso, da ginástica, pra você ter a Bolsa Atleta internacional você tem que ganhar uma competição individual fora (no exterior). Sul-americano, pan-americano é muito difícil (D2).

Outros problemas foram elencados por T3:

O Bolsa Atleta sim. Funciona. É assim, ela funciona com vários problemas é claro. Eles atrasam pra caramba o pagamento dos ginastas, quando vence o contrato eles demoram cinco meses pra retomar o pagamento e você não consegue ganha o que perdeu. [...] tem atletas na ginástica que eu nunca ouvi falar. [...] tem cara recebendo o dinheiro da ginástica. Como é que eles conseguiram? Como eles conseguiram documentação da federação de ginástica? Dentro da documentação tem que sair da federação e da confederação (T3).

Verificamos nessas falas uma denúncia sobre os critérios para a concessão de bolsas que devem ser revistos. Ginastas sem repercussão nacional estão recebendo a bolsa e, com isso, podem dificultar que atletas de renome, com resultados, consigam este benefício. Além disso, a transição entre o fim da bolsa e a renovação da mesma deveria ser agilizada para que os atletas não fiquem sem este apoio. Os aspectos burocráticos do Bolsa Atleta poderiam ser minimizados através da eliminação das intermediações citadas pelo entrevistado T3. Um processo direto entre os atletas e o Ministério do Esporte facilitaria as ações.

Na perspectiva de T1, o programa Bolsa Atleta federal auxilia a manter os atletas treinando por mais tempo, porém ele é enfático ao dizer que este programa não seguraria um atleta adulto que possui família devido aos valores pagos pelo Ministério do Esporte²⁶.

Quando indagado sobre a melhor organização das competições nacionais, T1 cita o patrocínio da CBG como um dos responsáveis por este avanço: *Tendo patrocínio, isso (a melhor organização) acontece*. Embora a CBG tenha conseguido um patrocínio que contempla a

²⁶ Para mais informações sobre o Bolsa Atleta do Ministério do Esporte, indicamos o item 5.3.

GAM desde 2006, A1 afirma que não é comum encontrar auxílios significativos para a maior parte das equipes e ginastas no país. Confirmando isso, podemos utilizar o relato de G2 que mesmo sendo atleta da seleção, possui dificuldades em obter patrocínio individual: [...] *patrocínio individual é muito complicado.*

O atleta acredita que as empresas procuram investir nos esportes coletivos que possuem uma maior massificação e, conseqüentemente, um público consumidor maior: *Se nós tivéssemos, sei lá, uma equipe de um esporte coletivo, por exemplo, é muito mais caro, mas é muito mais fácil por incrível que pareça.*

T2 relata que mesmo com o patrocinador oficial da CBG, não há uma garantia dos recursos já que o patrocínio é renovado ano a ano, impossibilitando o trabalho a longo prazo:

[...] o patrocínio ele é negociado ano a ano e pra gente fazer um projeto a longo prazo, a gente tem que ter a certeza de que o investimento vai vir durante um ou dois ciclos olímpicos pra gente realmente poder fazer alguma coisa em longo prazo, porque a curto prazo não adianta (T2).

Sintetizando o quadro nacional dos patrocínios, a maior parte dos ginastas e equipes tem patrocínios que, na maioria dos casos, consistem no exemplo da equipe do sujeito A1: [...] *ela ajuda com uniforme, algumas coisas. Sabe toda a parte de roupa? É ela que ajuda. Então, isso um dia foi bom, mas ainda pra taxa de viagem, sei lá, uma ajuda de custo pra atleta assim não tem nada, é difícil.* A dificuldade em conseguir apoio financeiro para os atletas aponta outro problema enfrentado por equipes menos favorecidas que é a migração de ginastas para os grandes clubes: *Isso é perigoso, porque se um atleta sentir (falta de apoio para o treinamento) e outro clube começar a oferecer um pouco mais, corro o risco de perder um atleta,* afirma A1.

Sobre a Lei de Incentivo ao Esporte, tanto municipal quanto nacional, A1 relata não ter ganho nenhum recurso advindo deste tipo de Lei. Já o sujeito D2, que atua em um grande clube, afirma que o processo de elaboração do projeto, a fase de captação e a prestação de contas demandam profissionais capacitados e especializados neste campo de atuação, porém a maioria dos clubes não possui esta estrutura o que dificulta o processo para conseguir esta forma de repasse financeiro.

A lei é toda amarrada. Precisa de gente que saiba e que atue nesta área, que saiba em relação à prestação de contas pra tá podendo receber esta lei. Os clubes que não têm este tipo de pessoa especializada, não conseguem ter acesso (D2).

É bem difícil. Tem que fazer o projeto, captar recursos e aprovar e depois pra você fazer a prestação de contas não é uma coisa tão simples. Tem que... eu estou falando isto porque o meu clube tentou, está indo atrás, mas não é fácil isso. Os clubes mais estruturados, que tem uma visão mais competitiva, conseguem a Lei de Incentivo, mas os clubes mais sociais e menos competitivos é bem difícil (D2).

Na fala de T3, podemos verificar a sua indignação com relação à concessão da Lei de Incentivo: *só os clubes “pequenos” conseguem a Lei de Incentivo ao Esporte cara! Tem alguma coisa errada.* Este sujeito diz que tentou a Lei de Incentivo, mas não conseguiu um parecer positivo mesmo tendo vários atletas na seleção nacional. A revolta fica por conta de que apenas o COB e os grandes clubes da nação conseguem este apoio de forma efetiva. Apesar das dificuldades, a Lei de Incentivo vem funcionando e segundo T2 tem ajudado: *É um pouco, assim complicado [...], mas tá funcionando e tem ajudado (T2).*

Abordando a Lei Agnelo/Piva, G1 sintetiza que:

A Lei Agnelo/Piva, na verdade, é só para os atletas da seleção e é o que ajuda, na verdade, a gente. Não falta (recursos) pra gente competir, né?! Não falta dinheiro, a gente tá sempre indo em todas as copas do mundo, campeonato mundial, não existe mais aquela coisa: será que o Brasil vai? Não, o Brasil vai porque tem a Lei Agnelo/Piva e, além disso, tem o patrocínio da Caixa da seleção e eu acho que mesmo que tivesse só a Lei Agnelo/Piva, como só já teve antes, não faltou dinheiro pra gente ir pra competição.

T3 tem uma opinião diferente: *A Lei Agnelo/Piva melhorou muito pra confederação, porque pro masculino não melhorou ainda.* Esta fala se baseia no fato de que a maior parte do trabalho desenvolvido com os atletas é realizada nos clubes que não recebem nenhum apoio desta Lei. A divisão e o repasse dos recursos obtidos pela CBG foi um assunto bastante discutido nas entrevistas. A1 afirma que mesmo com o aumento da receita da entidade, ele não usufruiu de forma direta destes recursos. Ele acredita que os recursos são destinados aos treinadores e ginastas que pertencem à seleção nacional adulta, mas o entrevistado G2 contradiz esse discurso. O atleta expõe que os repasses da CBG para os ginastas, dependem das políticas da entidade e que o fato de estar na seleção não garante a aquisição dos recursos:

[...] as verbas que vêm do COB pra confederação ou do patrocinador pra confederação e pros atletas é um filtro. Eles (a CBG) vão usar essa verba do jeito que acharem melhor. [...] (os recursos da) Lei Piva que vêm lá do ministério e vai lá pro COB que do COB vai pra confederação e que da confederação talvez chegue ou não no ginasta, isso aí depende da política da confederação, mesmo (os recursos) do patrocinador da

confederação. A confederação vai usar esse dinheiro, conforme o planejamento do ano, incluindo ou não os atletas ou algum número x de atletas (G2).

Ainda sobre a questão da divisão e repasse dos recursos obtidos pela CBG, T1 conta que as verbas não foram distribuídas de forma proporcional e equitativa gerando uma desigualdade entre a CBG e as federações à ela filiadas. Para D1, o montante deveria ser repartido e deveria abranger os clubes que formam os atletas no país: *o dinheiro que a CBG recebe é um dinheiro muito grande. Muito dinheiro e a gente gostaria que este bolo fosse dividido até chegar nos clubes que fazem ginástica, os ginastas e pra chegar também nas federações.* Para o sujeito T1 as verbas foram centralizadas: *a confederação brasileira tem uma posição de destaque, uma posição rica (T1).* No decorrer do seu discurso, ficou evidente que isso não se expandiu para o todo da modalidade no país. A2 afirma que o pensamento de D1 é incorreto:

As pessoas têm que entender que a confederação não tem a obrigação de manter financeiramente as federações e tem muitas federações que acham que isso é obrigação da confederação. A federação tem a obrigação de gerir a ginástica no seu estado e a confederação tem a obrigação de gerir a ginástica no Brasil. Então, é lógico, em parceria, mas não tem a obrigação de sustentar a federação e existe hoje muitas federações que acham que a confederação tem que sustentar a federação. Aí tá um pouco de erro na diferença de discurso, entendeu? (A2).

As federações estaduais “sobrevivem” apenas com os recursos advindos dos membros afiliados, conforme observamos na fala de D1: *a renda é só dos clubes, só das taxas. A gente nunca recebeu nada do governo estadual, nem federal, nem municipal.* D1 considera que um repasse cíclico para as federações seria um aspecto determinante para o desenvolvimento das mesmas: *a gente precisa de dinheiro. Se tiver um dinheiro que seja cíclico dentro da federação, talvez seja... a gente investir em cursos, trazendo mais gente pra cá [...].* Este sujeito relata que quando assumiu a federação, só havia dívidas e que foi um longo processo para estabilizar as contas da entidade e que, por isso, não pode pleitear recursos públicos: *[...] quando eu peguei a federação, só tinha dívida. [...] não tínhamos dinheiros nem pra comprar clipes.*

O amadorismo na administração da modalidade e a falta de um acompanhamento pela CBG e pelos próprios afiliados acerca das ações dos dirigentes das federações ficaram claros no discurso de D1 quando este dirigente relata os vários problemas econômicos deixados pelas antigas gestões da federação: *não havia livros contábeis, não havia*

livro caixa, livro razão, não havia nada com quase 50 anos de federação, não tinha prestação de contas. Fica a dúvida de como a CBG permitiu que isso acontecesse já que anualmente as federações estaduais devem prestar contas das suas ações.

Devemos ressaltar que esta realidade não se restringe a este único caso. D1 relatou que demorou cinco anos para quitar as contas da entidade: *[...] até a gente conseguir colocar tudo isso em ordem, nós fomos pagar uma dívida em 2006 com a receita federal que para nós era muita coisa. Setenta mil reais da receita.* Estes problemas demonstram a omissão na fiscalização das ações das federações estaduais.

Analisando o aspecto financeiro do quadro de arbitragem, A1 afirma que, hoje em dia, as condições para viajar e se manter durante os eventos está melhor, pois num período anterior os árbitros tinham que custear todas as despesas das viagens. Ao longo do ciclo 2005-2008, os árbitros continuaram atuando de forma amadora recebendo apenas uma ajuda de custo. Segundo D1, *se você perguntar se alguém vive disso (da arbitragem), não!* Para este sujeito, houve um incremento no suporte financeiro através do valor pago para os árbitros nas competições nacionais, mas embora tenha ocorrido este aumento, ao longo da entrevista foi possível observar que a remuneração recebida continua muito aquém do que seria o ideal já que apenas custeava os gastos com transporte na maioria das vezes. A1 expõe que o valor recebido paga: *o custo que você tem de tá viajando, de tá indo pra lá. Então, se você for querer lucrar com isso, é besteira.*

Com relação ao investimento específico na seleção masculina, T1 opina que a CBG apostou na GAF e, com isso, grande parte dos recursos foi orientado apenas para o programa feminino. D1 relata que: *nós (fazendo referencia à GAM) de alguma maneira fomos sempre preteridos, porque a gente não podia aparecer mais, entendeu?*

Segundo D1, a GAM brasileira sempre teve um potencial de trabalho que não recebeu o devido investimento por parte da CBG: *Não precisa ser política, basta você ser racional e você querer ter resultado e perceber que tem potencial de trabalho. Qualquer administrador, qualquer gestão tem que valorizar isso aqui [...].* A CBG não investiu na formação dos atletas que hoje representam a seleção nacional no masculino. O sujeito D1 lembra que: *os resultados da ginástica masculina, que a gente está obtendo hoje, são os resultados dos clubes, porque não houve investimento da CBG até estes meninos se formarem.* Segundo T2, os

recursos foram centralizados nas seleções deixando de fora o investimento na detecção e formação de atletas: *existem os investimentos, só que hoje são muito centrados nas seleções.*

Como pudemos observar, ficou a encargo dos clubes a preparação dos atletas que quando estavam formados eram resgatados pela CBG para integrarem a equipe brasileira: *[...] quem forma o ginasta é o clube e depois que estes ginastas estão formados na categoria juvenil e na categoria adulto a CBG resgata essa gente toda como seleção brasileira (D1).* Além do clube, D1 expõe a participação ativa dos pais dos ginastas que investem na carreira dos filhos na fase de formação e aperfeiçoamento: *[...] quem investiu foi o clube. O clube, o pai e a mãe.*

Como os clubes são os formadores dos ginastas no país, estes deveriam receber um apoio maior, conforme podemos constatar na fala de T2:

[...] os clubes que são os formadores. É a realidade do nosso país. Eu gostaria que o esporte ginástica fosse feito pelas escolas, mas não é a nossa realidade. Então, a gente tem que ter um olhar um pouco maior com relação aos clubes que são eles que fazem a ginástica do país.

Além de formarem os atletas, os clubes continuam a apoiá-los até mesmo no período em que estes estão atuando pela seleção nacional. A dificuldade financeira do setor clubístico ficou agravada com o fim da renda adquirida com a isenção de impostos dos Bingos. Diminuiu os subsídios para os atletas como podemos observar na fala de G1: *já foi muito bom. Este ano a gente tinha clubes que tinham um pouco de verba. Na época do bingo é que o clube ajudava bastante e agora o clube não tem dinheiro pra nada.* Como muitas agremiações não conseguem mais custear os ginastas, coube na maioria dos casos ao setor público municipal entrar com seus recursos para manter os atletas: *não é que a gente esteja sem incentivo, isso a gente tem lógico da prefeitura, mas antes como tinha o apoio dos dois (clube e prefeitura) era bem melhor do que hoje (G1).*

As despesas para participar em eventos competitivos estaduais e nacionais foi outro ponto discutido pelos sujeitos da pesquisa. A1 considera que é um custo muito alto e muitas vezes sem retorno, pois mesmo que um de seus atletas vença a competição, ele não irá receber nenhum prêmio em dinheiro²⁷: *[...] vamos supor que ele fique campeão brasileiro, não vai ganhar nada com isso, entendeu?* Os custos de viagem, alojamento, alimentação e as taxas

²⁷ Atualmente a CBG fornece prêmios em dinheiro, através do patrocinador oficial, nas competições do Circuito Caixa.

exigidas pela federação e CBG são encargos altos que segregam as equipes menos favorecidas financeiramente. Os técnicos optam por participar em eventos próximos a sua cidade e onde sabem que seus atletas possuem chances reais de medalha: *nenhum técnico vai gastar uma fortuna de taxa de arbitragem, de viagem, de hotéis pra chegar aqui e o ginasta, entendeu, não fazer um aparelho e não ter chance de resultado nenhum, então ele prefere não trazer (A2).*

T1 é enfático ao dizer que a melhora financeira adquirida nos últimos anos pela ginástica brasileira não está atrelada aos bons resultados internacionais. Ela pôde auxiliar, mas segundo este sujeito não resolve:

Isso ajudou, mas acontece o seguinte: o fato de você resolver economicamente a situação ou resolver a situação individual do atleta, o fato de resolver não é... faz com que você vai ter melhores ginastas. Você vai ter melhores ginastas quando você tem treinadores comprometidos e grupo de trabalho comprometido e uma sequência [...] (T1).

Para T1, há que se dar sequência aos planejamentos estabelecidos para os programas da seleção que em muitos casos é alterado ou completamente abandonado. Ele cita o investimento financeiro que foi feito para o Pan-americano de 2007 e para o pré-olímpico em Stuttgart, no mesmo ano: após o término dos eventos não houve continuidade.

[...] o resultado é que você tá dando um tiro no próprio pé. Porque todo aquele investimento, por que não dar continuidade? Só porque não conseguiram classificar a equipe tem que parar de investir nos caras? Só porque [não classificou] tem que parar com o sistema? (T1).

[...] os meninos foram bem em 2007 no Pan-americano, mas só classificou um para a olimpíada, no mundial que foi o Diego, correto? Automaticamente da equipe completa só se pegou o Diego para a olimpíada e se esqueceu do resto (T1).

G2 confirma o que foi narrado por T1 e diz que o investimento na equipe deve ter continuidade para que não seja desperdiçado tempo e dinheiro:

[...] ela (CBG) está ali para evoluir a ginástica como um todo e não um atleta ou outro pra fazer o nome da confederação em cima disso, dele. [...] Agora o investimento na equipe eu acho que nunca tinha que ser deixado de ser feito. Não adianta você fazer uma programação até os quatro anos e dali parar pra recomeçar tudo de novo daqui um ou dois anos, ou seja, tempo perdido (G2).

Ainda sobre este aspecto da distribuição das verbas entre a equipe e um único atleta, T3 afirma que: *[...] tem que existir um investimento na equipe e não no Diego. [...] a CBG fez todo mundo trabalhar por causa de um cara. [...] Eu não concordo.*

Sabemos que a ginástica brasileira foi contemplada com recursos financeiros jamais equiparados nos períodos anteriores. Há que se pensar sabiamente como são investidos estes recursos, pois trata-se, na sua maioria, de dinheiro público. Iniciar um projeto como foi estabelecido para o Pan-americano de 2007 e para a classificação olímpica e após estes eventos não dar continuidade, significa anos de trabalho e investimento desperdiçados. O fato de aplicar recursos em apenas um atleta demonstra a falta de visão a longo prazo dos dirigentes da modalidade no país.

Também podemos constatar a ausência de um planejamento a longo prazo na fala de T2, quando o sujeito afirma que não será possível mudar a situação atual da GA no Brasil se não houver uma mudança de pensamento e o estabelecimento de ações que contemplem mais de um ciclo olímpico:

[...] hoje em dia eu acredito que nós estamos trabalhando muito em cima da coisa imediata. [...] não existe um planejamento a longo prazo que eu acho que é a única forma da gente sair desta situação que estamos hoje. É isso, fazendo um projeto em longo prazo e colocando em prática, porque não adianta eu ter o projeto e não ter colocação em prática e investir nos profissionais (T2).

T3 concorda e diz que: *para os caras (CBG), não existe nenhum planejamento que seja sério. Que sigam um planejamento sério.* Outro problema, que não abrange apenas a GA, é a política esportiva nacional de momento:

[...] o momento é este, então vamos investir para acontecer tal coisa e o esporte não funciona assim. A própria olimpíada de 2016 é política de momento, não se constrói nenhum quartinho até não saber se o Rio de Janeiro seria escolhido. Quando o Rio de Janeiro foi escolhido, agora vamos começar a construir a vila olímpica, agora vamos... enquanto outros países independentemente de você ser escolhido ou não escolhido, você tem que fazer o trabalho [...] (T1).

O entrevistado T1 considera que se houvesse um investimento e um planejamento adequado, a GAM brasileira estaria num outro patamar de resultados, principalmente no que se refere à equipe. Na concepção deste sujeito, se os responsáveis pela modalidade investirem de forma conveniente, sem interesses pessoais, o objetivo será alcançado:

[...] mas é a questão de investimento e como você planeja a situação. Se você investir pra acontecer isso (se referindo à classificação da equipe completa para os JO) a coisa acontece, mas se ainda tiver este tipo de questões pessoais, os egos, os egos matam muito! Então, tinha o ego pessoal, os interesses também atrapalharam um pouco e isso fica um pouco... compromete um pouco o resultado final.

Consciente das dificuldades atuais da modalidade, T1 expõe que ainda falta um caminho a ser percorrido.

Ainda falta muito pra andar. [...] Tudo isto está num processo de transição, porque a gente passou de uma situação pra outra e a pessoa está se acomodando. De 2000-2004 muitas coisas já aconteceram, o pessoal errou muito, conseguiu arrumar algumas coisas. De 2005 pra 2008, outra situação e agora outra situação com a chegada da olimpíada de 2016 [...] (T1).

Para enfrentar as dificuldades, D1 diz que: *precisa continuar com investimento*. Os ginastas necessitam de uma segurança financeira através de recursos que possam ser distribuídos de forma planejada, a longo prazo e garantidos:

O ginasta e qualquer atleta pra ter resultado tem que estar tranquilo no ginásio pensando só naquilo. Tem que ter a sua prioridade ali dentro e infelizmente o suporte financeiro faz parte disso aí. Não tem como o cara treinar pensando o quê que vai comer, se tem dinheiro pra pagar, se tem dinheiro pra ir treinar. Então, isso sempre tem e tem que ser bem feito, bem remunerado (G2).

Para finalizar a apresentação e a análise desta categoria, utilizaremos a fala de A2 que sintetiza o processo de mudanças ocorridas nos últimos anos fazendo uma reflexão sobre o passado:

[...] a realidade mudou muito pra melhor e isso a gente tenta mostra pros ginastas hoje. Vocês hoje recebem salário mensal através da lei de incentivo fiscal ou de patrocínio, dêem valor a isso, porque a ginástica hoje está como está hoje, porque nós no passado não tivemos isso e fomos por conta própria (A2).

Esta fala relembra as dificuldades enfrentadas pelos ginastas pioneiros na modalidade e que apesar dos obstáculos conseguiram representar o Brasil na esfera internacional da Ginástica.

6.2.6. Técnicos estrangeiros

Quadro 20a – Resultados da pesquisa de campo referentes aos técnicos estrangeiros.

Categoria	Unidade de registro
Técnicos estrangeiros	Atuação de técnicos estrangeiros no Brasil

Quadro 20b – Resultados da pesquisa de campo referentes aos técnicos estrangeiros.

Unidade de registro	Unidade de contexto
Atuação de técnicos estrangeiros no Brasil	<p>(A1) <i>Eu acredito que ajuda bastante sim. [...] Se a gente não tem condição de ir pra fora estudar [...] acho que ajuda sim.</i></p> <p>(A2) <i>Foi importante? Foi. Mas hoje não precisa mais.</i></p> <p>(T1) <i>A vinda de técnicos é sempre positiva.</i></p> <p>(T2) <i>O treinador estrangeiro bom vai ser super bem vindo.</i></p> <p>(T3) <i>Eu avalio que ele tem que vir e passar conhecimento pra gente e vazar.</i></p> <p>(D1) <i>Eu aprendi muito com técnico estrangeiro.</i></p> <p>(D2) <i>Eu acho excelente para esta troca de informações é super boa.</i></p> <p>(G1) <i>Com certeza é positivo [...].</i></p> <p>(G2) <i>Eu acho que é fundamental [...].</i></p>

Um dos assuntos mais discutidos na esfera nacional da GA é a questão dos treinadores estrangeiros. Apesar da repercussão atual, a vinda de profissionais de outros países vem ocorrendo há muito tempo, lembrando que foram eles que trouxeram a modalidade para o país.

Podemos citar como exemplos na GAM brasileira, o japonês Kenshi Ohara que foi responsável pela equipe do ECP entre os anos de 1973 e 1982 (ESPORTE CLUBE PINHEIROS, 2009b), o ex-técnico da seleção brasileira Vyacheslav Azimov da Ucrânia, e o argentino Raimundo Blanco que continua atuando no Brasil no ECP.

Para A1, foi e continua sendo importante a vinda de treinadores de países de tradição na modalidade para o Brasil. O entrevistado T2 concorda e diz que: *é importante um treinador estrangeiro como é importante qualquer pessoa que venha a colaborar com o trabalho da seleção. [...] o treinador estrangeiro bom vai ser super bem-vindo.* A única ressalva feita pelos sujeitos, é que não convém apenas trazê-los ao Brasil sem que haja uma disseminação dos conhecimentos que eles possuem:

Ele (Oleg Ostapenko) veio pro Brasil ficou, ele deu treino, fez tudo durante um tempo, programou tudo e depois foi embora com ele (o conhecimento). Então, se alguém não ficou perto dele pra pegar o que ele sabia, pra tentar fazer quando ele foi embora, não adiantou nada. Adiantou, mas pra naquele momento (A1).

T3 expõe que o técnico estrangeiro deve vir ao Brasil apenas para difundir conhecimento e não deve permanecer no país: *Eu avalio que ele tem que vir e passar conhecimento pra gente e “vazar” (ir embora). Porque quando ele fica no Brasil ele vira brasileiro. Ele quer ganhar muito e trabalhar pouco.* A fala de T3 expõe claramente a posição contrária desse sujeito aos projetos que visam trazer um treinador estrangeiro para comandar a seleção brasileira: *Quem vai ser o treinador da seleção permanente? Um estrangeiro. Primeiro ponto que eu sou contra. O estrangeiro tem que vir para cá pra passar experiência pra gente e não para mandar na gente (T3).*

A1 chama a atenção para a qualidade dos técnicos estrangeiros: *Tem muito cara que vem de fora que também só tem o nome pra [impressionar]: ah é russo! Mas também não sabe nada. Então é bom saber quem são as pessoas [...] (A1).* O atleta G1 também enfatiza que no Brasil é comum as pessoas escolherem pela nacionalidade ao invés da qualidade: *com certeza é positivo (a vinda de técnicos estrangeiros), mas no Brasil a maior parte das pessoas enxergam assim: é russo é bom, é cubano é bom, é chinês é bom e não é bem assim! [...] tem que escolher não pela nacionalidade e sim pelo que o técnico é (G1).*

As falas de A1 e G1 são compreensíveis, pois muitos técnicos estrangeiros vieram para o Brasil em busca de melhores condições de trabalho com o fim da ex-URSS e nem sempre possuíam os conhecimentos que se esperavam de um técnico vindo de uma nação de tradição na modalidade. D2 alerta para as questões culturais que permeiam a atuação do trabalho dos estrangeiros: *Eu acho excelente para esta troca de informações é super boa. Sempre temos que estar abertos para isso, agora, é outra filosofia. Como que um ginasta, como que um técnico fala pra um ginasta não beber água num calor infernal? (D2).*

Na visão de A1, a imigração de técnicos estrangeiros supriu a falta de recursos dos técnicos brasileiros que não possuíam condições de viajar para adquirir conhecimentos nos países mais desenvolvidos. Segundo A1, os técnicos devem *tentar sugar o máximo que der dele pra tentar entender o que ele faz e o que dá certo pra tentar usar aqui também. Se a gente não tem condição de ir pra fora estudar [...] acho que ajuda sim.*

T1 também reconhece como positiva a vinda de treinadores de outros países e lembra que atualmente muitos técnicos brasileiros de qualidade foram para outros países em busca de melhores condições de trabalho: *o Brasil perdeu N quantidade de futuros treinadores. Muitos foram embora do país ou largaram da ginástica.* Segundo T1, nesta situação um país acaba sendo prejudicado, pois perde um técnico capacitado enquanto o outro se beneficia.

O sujeito D1 relata ter aprendido muito com treinadores de outros países: *eu aprendi muito com técnico estrangeiro. Acho que a gente não pode fechar uma porta, porque a gente está aprendendo sempre.* D1 enfatiza que embora seja importante a vinda de técnicos estrangeiros não podemos deixar de valorizar os técnicos nacionais:

Agora o que eu percebo é que a gente não pode deixar o nosso técnico jogado pras traças. Nosso técnico, se ele vai buscar conhecimento e você conhece muitas pessoas aqui e você vê que muitos correm atrás do conhecimento. Esse técnico tem e deve ser honrado também. Não tem técnico estrangeiro que só porque ele é estrangeiro ele vale 10 mil dólares e o técnico nacional só porque ele é nacional vale 1500 reais.

O assunto da valorização dos técnicos nacionais também surge na fala de G2 que, assim como os demais, concorda com a importância dos conhecimentos trazidos pelos técnicos estrangeiros:

[...] cara de fora consegue trazer sim muitos conhecimentos. Eu acho que dá pra aproveitar bem quem vem de fora, mas os nossos técnicos, hoje em dia, até por todos estes anos que já passaram e até pelos nossos resultados atuais, já mostram que a qualidade técnica dos técnicos aqui do Brasil evoluiu muito e mesmo os cursos que todo mundo tá fazendo (no exterior) (G2).

Na percepção de D1, a vinda de um técnico estrangeiro vem para suprir a necessidade de um *headcoach* que direcione os trabalhos dos técnicos que atuam nos clubes: *[...] você tem que ter um headcoach mesmo, tem que ter uma pessoa que tenha a possibilidade de dar informação, porque quem é egoísta neste meio é um bobo. A gente tem que multiplicar conhecimento sim.*

Diferentemente de D1, A2 acredita que a vinda de um técnico estrangeiro não é mais necessária, mas reconhece que foi importante para o país no passado: *Foi importante? Foi. Mas hoje não precisa mais. [...] Nós chegamos num padrão que já sabemos como fazer, entendeu? Por que não tem 3000 crianças competindo é uma outra coisa. Qualidade técnica não é mais (A2).* Não podemos corroborar com a fala de A2 devido às informações que confirmam a

deficiência na formação de novos treinadores e no processo de capacitação dos mesmos de forma constante como requer a GAM atual. Conseqüentemente, essa escassez de profissionais qualificados, para atuar nos diferentes níveis competitivos, influencia em grande medida no número de ginastas atuantes no eventos nacionais.

Para T2 a vinda de um técnico estrangeiro só viria a contribuir com o trabalho dos técnicos brasileiros: *nós temos bons treinadores trabalhando e a gente tem tido bons resultados a nível internacional, mas eu acho que um profissional de nome realmente só vem a somar conosco* (T2). Porém, T2 é enfático ao dizer que não adianta trazer um técnico estrangeiro sem que haja uma estrutura para que ele possa trabalhar:

[...] pra gente ter um treinador estrangeiro de nome, a gente tem que ter uma condição estrutural pra ele poder trabalhar. Não adianta a gente trazer um treinador estrangeiro como já aconteceu com alguns outros treinadores que vieram e que ficam sem projeto, sem um local específico pra desenvolver o trabalho.

Podemos relacionar esta fala de T2 com os acontecimentos ocorridos com a seleção permanente masculina que trouxe um treinador ucraniano para o Brasil, porém não ofereceu as condições ideais para que o trabalho fosse realizado de forma adequada.

Com o fim da análise desta categoria, acreditamos ter fornecido subsídios para a formulação de um panorama da GAM brasileira, através da pesquisa bibliográfica/documental e de campo abordando as dimensões de organização, de infraestrutura, econômica e competitiva. Na sequência apresentaremos as considerações finais do trabalho, buscando sintetizar alguns dos principais aspectos levantados na pesquisa, tentando fornecer direcionamentos e subsídios para futuras intervenções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período de 2005 a 2008, observamos que a GAM passou por um processo significativo de mudanças nas quatro dimensões abordadas na pesquisa: organizacional, de infraestrutura, econômica e competitiva. Porém, constatamos que o desenvolvimento real da modalidade não condiz com o sucesso obtido por alguns dos nossos atletas na esfera internacional. O Brasil é um país em ascensão no panorama mundial da GAM, mas os investimentos e a infraestrutura disponíveis permaneceram aquém a esta evolução dos resultados.

O projeto da seleção masculina em regime permanente, com sede no Centro de Excelência de Curitiba, recebeu elogios pela equipe multidisciplinar, mas o treinamento da equipe foi prejudicado uma vez que este centro fora planejado e equipado visando a categoria feminina da GA. Além do imprevisto na questão da infraestrutura, a seleção masculina sofreu com as mudanças constantes dos treinadores o que prejudicou o rendimento dos atletas.

O estudo ainda apontou que a GAM também foi preterida no único projeto de organização da modalidade no nível da massificação, iniciação e descoberta de talentos. O projeto Jovem Promessa da Ginástica do Centro de Excelência Caixa não fornece materiais adequados para a prática da GAM e nem profissionais capacitados. Além destes problemas, a falta de um local (Ginásio / Centro de Treinamento) para o direcionamento dos jovens ginastas com potencial diminui a probabilidade de êxito deste projeto. Há que ser implantado, no futuro, um processo de avaliações que permitam ajustes neste projeto que é de grande importância para o fomento da GA no país. Considerando a natureza do projeto mencionado e a real infraestrutura disponível, sugerimos que o nome do mesmo seja alterado já que não se trata de um Centro de Excelência para a prática da modalidade. A atual nomenclatura gera interpretações e expectativas que não condizem com os objetivos possíveis neste tipo de infraestrutura física e humana proporcionados.

Com relação às competições nacionais e o respaldo fornecido para as viagens, comprovamos que os recursos financeiros disponibilizados à CBG neste período possibilitaram uma melhor organização e um apoio mais efetivo que nos períodos anteriores. É notório o número de eventos internacionais em que os atletas brasileiros participaram no decorrer do ciclo,

demonstrando as mudanças neste campo e que certamente são favoráveis para o desenvolvimento da modalidade no alto nível. Os atletas estão adquirindo experiência e tornando-se conhecidos pela arbitragem internacional.

Verificamos que as passagens, a estadia e a alimentação são pagas, na sua maioria, pela CBG e os atletas recebem a convocação com antecedência para a sua preparação. No início do ciclo anterior (2001-2004) os atletas ainda sofriam com a dificuldade de participar dos campeonatos internacionais. Muitos tinham que custear a alimentação e a estadia ao longo dos eventos. Esta realidade mudou através dos recursos da Lei Agnelo/Piva. Os árbitros também confirmaram que no ciclo olímpico estudado, houve melhoras significativas no suporte financeiro para participar dos cursos e competições dentro e fora do país. É possível que estes avanços tenham um impacto ainda maior sobre a GAM nos próximos anos.

Sobre a organização e infraestrutura dos campeonatos nacionais, observamos que foram utilizados aparelhos homologados pela FIG. Isso garantiu a qualidade e a segurança das competições, diferentemente do que acontecia num passado não tão distante quando os ginastas eram obrigados a simplificar as suas séries devido à má qualidade dos equipamentos. Os recursos recebidos pela CBG permitiram a aquisição de aparelhos de alta qualidade com homologação da FIG, contudo a burocracia e os altos custos dos impostos continuam a dificultar o processo de compra, especialmente para os clubes. Entendemos que o COB e a CBG deveriam atuar em parceria para auxiliar as equipes que possuem atletas na seleção a se equiparem através da isenção de impostos ou através de outros programas específicos. Observamos algumas ações nesse campo, mas que não foram suficientes quando pensamos na totalidade. Todos os ginastas da seleção possuem problemas de infraestrutura de aparelhos em seus clubes.

Apesar de constataremos mudanças positivas nas ações da CBG, no âmbito nacional, observamos que foram poucas as mudanças efetivas nos estados, especialmente naqueles que se encontram fora da região sul e sudeste. A prática da GAM ainda é, na maior parte dos casos, dependente do amadorismo presente em grande parte das federações. Muitas entidades estaduais ainda não conseguiram adquirir uma infraestrutura física e nem dispõe de condições para manter um quadro de funcionários estável para poder atender as demandas de seus afiliados, ou mesmo para poder atuar de forma efetiva no fomento da Ginástica. Eis aqui, outro aspecto que deve receber atenção no presente e futuro próximo, se realmente o Brasil quiser continuar obtendo, ou ampliar, os bons resultados do ciclo olímpico passado. Esta precariedade é

ainda mais nítida quando os dados apontam que algumas federações não possuem nem ao menos um computador para a sua própria organização interna. Muitas sedes estão alocadas na residência de seus presidentes e em várias ocasiões fomos atendidos por familiares e empregados domésticos que repassavam as ligações para os dirigentes. Esta situação exemplifica o amadorismo e a falta de infraestrutura da modalidade em alguns estados do país e também mostra o esforço e a luta que as federações estaduais enfrentam cotidianamente para que este esporte sobreviva mesmo com tantos problemas e desigualdades.

Este amadorismo federativo e de organização estadual influencia no nível de desenvolvimento da GAM e, por conseguinte, nos resultados competitivos da modalidade no âmbito nacional e internacional já que a CBG apenas atua de forma efetiva no alto nível quando os ginastas já estão formados. A falta de pessoas capacitadas para gerir as entidades e a escassez de recursos contínuos e permanentes são os principais aspectos que influenciam o quadro deficitário das federações contrariando qualquer projeto de transformar o Brasil em uma potência olímpica.

Notamos que a renda das federações está apoiada nos recursos adquiridos com o pagamento das taxas federativas e competitivas, porém constatamos que o número de clubes e associações afiliados é pequeno o que contribui para uma baixa arrecadação. Deste modo, novas formas de arrecadação devem ser incorporadas para que estas entidades sejam auto-sustentáveis e atuem em conformidade com as demandas do esporte de competição.

Observamos que alguns estados possuem apenas GAM na dimensão escolar, ou de iniciação, fato que, somado ao alto custo para efetivar a afiliação dos clubes e seus respectivos ginastas, serviu como motivador do baixo número de membros vinculados às federações. Quando comparamos o total de entidades que possuem a prática da GAM com o total de entidades federadas, descobrimos que há um grande número de equipes que atuam às margens das competições federadas. É possível exemplificar esta condição através do caso do estado de São Paulo, onde existe uma liga paralela que possui um maior número de participantes nas competições organizadas por ela se comparada à federação estadual.

Como consequência direta desta realidade vivida pela maioria dos estados brasileiros, comprovamos um reduzido número de equipes e atletas participantes dos campeonatos nacionais e um desenvolvimento desigual da GAM nas diferentes regiões e estados,

concentrando o maior contingente de atletas e equipes, quase que na sua totalidade, nas regiões sul e, principalmente, sudeste do país.

Durante o período analisado, os documentos mostraram um total de 25 equipes participantes nos Campeonatos Brasileiros, em todas as categorias, na GAM. Dentre as 25 equipes, 13 pertenciam à região sudeste e se somarmos a este número as oito equipes da região sul, teremos um total de 21 clubes, ou seja, 84% do total. As regiões centro-oeste e norte do país foram representadas em alguns eventos, mas o número de equipes e atletas é pequeno chegando a um total de 4 entidades, sendo três do Distrito Federal e uma do Pará.

A região nordeste não teve representação em nenhuma competição durante os quatro anos averiguados nesta pesquisa, revelando o quadro deficitário do desenvolvimento da modalidade masculina da GA naquela região.

O fato das regiões sul e sudeste serem as mais ricas do país e concentrarem a maior parte da população contribuem para este maior contingente de ginastas e clubes ativos na modalidade. Também não podemos nos esquecer que historicamente essas regiões foram as pioneiras na prática da GA.

Analisando os resultados nacionais, em todas as categorias masculinas, verificamos que 80% das medalhas foram conquistadas por atletas que representavam clubes paulistas, demonstrando a hegemonia deste estado na modalidade. Esta superioridade de São Paulo vai além do quadro de medalhas. Este estado possui o maior número de árbitros, atletas e equipes no país. Os paulistas também se destacaram no número de atletas que compuseram a seleção nacional ao longo do período da pesquisa. Dentre os 13 ginastas que participaram das competições internacionais, 8 pertenciam a clubes paulistas. Porém, os resultados mais significativos da GAM brasileira foram obtidos pelo ginasta Diego Hypólito do Clube Regatas do Flamengo do estado do Rio de Janeiro que, no período do nosso estudo, conquistou dois títulos e um vice-campeonato mundial.

Além dos títulos de Diego Hypólito, os ginastas brasileiros conquistaram medalhas importantes em diferentes etapas de Copa do Mundo e nos JP de 2007. Estes resultados expressivos demonstram a evolução no nível técnico dos ginastas brasileiros nos últimos anos. Segundo os sujeitos consultados na pesquisa, esta melhora foi um resultado direto dos regulamentos nacionais do programa masculino, da melhor infraestrutura disponível para o treinamento dos atletas e devido ao aperfeiçoamento do conhecimento técnico dos treinadores.

A possibilidade de participar de eventos internacionais e fazer intercâmbios contribuiu para que houvesse esses avanços nos conhecimentos dos treinadores e dos ginastas. Os árbitros, que na sua maioria atuam também como técnicos, também se beneficiaram com esta possibilidade maior de viajar e de participar nas competições fora do país sendo custeados com os recursos da CBG.

Como foi relatado por um dos sujeitos, antigamente os ginastas treinavam para competir apenas no Campeonato Brasileiro e se tivessem sorte, durante sua carreira esportiva, poderiam participar de um Campeonato Mundial já que não possuíam a garantia de que a CBG poderia custear a ida para estas competições. Na atualidade, os atletas brasileiros estão constantemente participando de amistosos e campeonatos no exterior, incluindo estes eventos em seus planejamentos de treinamento, algo impensável há aproximadamente 8 anos atrás.

Abordando a questão da formação profissional, observamos que houve uma escassez de cursos de formação técnica e de arbitragem no país neste período restringindo o conhecimento àqueles que puderam, por conta própria, realizar cursos no exterior ou tiveram a oportunidade de viajar com a seleção para as disputas internacionais. Especificamente sobre a arbitragem, nos parece que a maior dificuldade no seu desenvolvimento foi a realização de apenas um curso nacional ao longo do ciclo olímpico, fato que gerou um *déficit* de árbitros disponíveis para os eventos nacionais. Deste modo, a objetividade das avaliações pôde ser questionada, uma vez que os poucos árbitros são frequentemente técnicos ou ex-atletas dos clubes que disputam a hegemonia da GAM brasileira. Isso também impede o acesso de novos profissionais neste espaço que, em nosso julgamento, é imprescindível para que a modalidade cresça e se qualifique.

Em nossa opinião, a parceria entre os órgãos gestores da GA, clubes e as universidades poderia minimizar os problemas de formação através de cursos técnicos realizados de forma periódica. Nunomura (2001) estabeleceu um programa para a formação de técnicos dividido em módulos, baseado no modelo canadense, que poderia ser implantado no país suprimindo as necessidades dos profissionais de educação física que querem atuar com a modalidade. Países como Canadá, Austrália, Estados Unidos e Portugal são exemplos de sucesso nesta questão.

Sobre o aspecto financeiro da modalidade, verificamos que no decorrer dos quatro anos, houve um menor investimento na GAM em contrapartida com o feminino. Dentre

todas as modalidades organizadas pela CBG, a GAM foi a terceira no ranking de investimentos da confederação, embora os melhores resultados internacionais tenham sido logrados por atletas do masculino.

Os dados apontam que, ano a ano, a CBG foi adquirindo uma melhor condição financeira, principalmente devido à verba adquirida através da Lei Agnelo/Piva. Constatamos que mais de R\$ 8,3 milhões de reais foram repassados pelo COB para a entidade, modificando sensivelmente as condições por ela vividas em períodos anteriores. Além do montante recebido do repasse da Lei Agnelo/Piva, outros recursos foram adquiridos por meio da Lei de Incentivo ao Esporte e do patrocinador oficial. Vale a pena ressaltar que o patrocinador oficial da CBG investiu aproximadamente R\$ 6 milhões na Ginástica brasileira desde 2006. Acreditamos que este contínuo e crescente investimento é, em grande medida, responsável pelo crescimento deste esporte e pelos resultados internacionais que começaram a surgir na GAM. Porém este valor é pequeno quando comparado a outros esportes como o Voleibol e o Atletismo conforme foi relatado na pesquisa.

Neste quesito, ainda poderíamos mencionar que a Confederação recebeu o apoio indireto dos recursos do Programa Bolsa Atleta, pois muitos ginastas que compunham a seleção possuíram este benefício entre os anos de 2005-2008. Dentre todas as bolsas distribuídas pelo Ministério do Esporte para a GA, aproximadamente 77% foram destinadas para o masculino totalizando 56 ginastas demonstrando a dificuldade dos atletas desta categoria em conseguir patrocínios pessoais ou melhores salários nos clubes.

Percebemos ademais, que o patrocínio para a modalidade de uma forma geral continuou sendo muito restrito se compararmos com outras modalidades olímpicas, inclusive algumas com resultados menos expressivos. A GAM passou a contar com o apoio do patrocinador oficial da CBG apenas no ano de 2006, dois anos depois da GAF. A reduzida visibilidade da GA nas diferentes mídias e a falta de identificação do público com a modalidade e, em particular, com a categoria masculina, também contribuiu de forma significativa para a falta de investimento deste setor.

A grande maioria dos atletas dependia de forma quase que integral, no período do estudo, dos recursos advindos dos clubes e, em menor número, das prefeituras que forneciam além dos salários, a infraestrutura física e humana para o treinamento. Com o fim da seleção permanente em 2007, apenas um ginasta continuou a receber investimento da confederação até o

final do ciclo devido a sua classificação para os JO de 2008. Este fato demonstra o descaso e a falta de um planejamento a longo prazo para a equipe masculina, mesmo com os resultados positivos conquistados ao longo de 2005-2008.

Devemos enfatizar também que, embora o trabalho com os atletas tenha sido realizado nos clubes, estes receberam pouco ou nenhum apoio da CBG tanto na questão financeira quanto de infraestrutura de aparelhos. Até mesmo quando os ginastas estavam em período de treinamento na seleção permanente, eles continuaram a ser subsidiados pelas suas equipes de origem.

Consideramos o fim da seleção permanente como um fator positivo para o desenvolvimento da modalidade no país, pois motivou o trabalho dos clubes e incentivou o treinamento dos atletas já que as vagas não estavam mais asseguradas. O modelo atual contribuiu para que houvesse um maior número de atletas em atividade. Os técnicos também foram beneficiados com o fim da seleção em regime permanente, pois assim não perdem o vínculo com os seus atletas e podem manter o seu expoente que serve de modelo para as futuras gerações nos clubes.

O nível técnico dos ginastas brasileiros vem melhorando a cada geração e pode ser comprovado pela sucessiva progressão nos resultados da equipe além, como já foi dito anteriormente, pelo sucesso individual de alguns ginastas. Não possuímos um grande número de equipes e atletas atuantes na esfera nacional da modalidade, mas o futuro é promissor devido à qualidade dos poucos ginastas que estão sendo formados no país.

Acreditamos que todas estas informações disponibilizadas na dissertação auxiliam a entender melhor o panorama da GAM brasileira que apresenta melhoras significativas em alguns aspectos e problemas profundos em outros. Os avanços, embora estejam acontecendo, ainda são em um ritmo por demais lento, especialmente para um país que sediará JO em poucos anos. Não conseguimos o apoio de todas as federações e nem da CBG para que o estudo fosse mais amplo e completo, mas nem por isso deixamos de abordar os aspectos que consideramos relevantes para cumprir com os nossos objetivos iniciais.

Desde o princípio fomos conscientes de que toda pesquisa tem as suas dificuldades, sendo preciso enfrentá-las, porque os obstáculos podem vir a ser um novo dado de realidade para o estudo. Em nosso caso, estas dificuldades seriam ainda maiores considerando que a pesquisa abordava uma modalidade ainda com graves problemas organizacionais, com

resultados e reconhecimento ainda recentes e com um desenvolvimento desigual nas diferentes regiões. Também contávamos com as dificuldades típicas de um estudo de envergadura nacional, considerando as distâncias e com a temporalidade típica de uma pesquisa de mestrado.

Esperamos que todos estes aspectos levantados e discutidos neste trabalho, que certamente estão longe de serem esgotados ou tratados em toda sua complexidade, possam contribuir para um entendimento mais objetivo, sistematizado e atualizado da GAM, possibilitando assim, dados para outras e mais profundas reflexões.

Queremos destacar que não tivemos como objetivo evidenciar o que há de “positivo” ou de “negativo”, mas almejávamos descrever com o maior rigor e com uma maior riqueza de dados possíveis, o panorama em que se encontrava a GAM brasileira, mostrando as relações, contradições e também mediações que permeiam este fenômeno esportivo na atualidade. Somos conscientes de que em 2009 tivemos muitas novidades neste setor, porém não puderam ser incluídas neste trabalho particularmente devido às limitações temporais, pela quantidade de informação obtida anteriormente e, sobretudo, devido ao recorte temporal realizado. Esperamos que, num futuro próximo, estes novos dados possam ser incluídos ou até mesmo contrastados com os apresentados aqui.

Deste modo, finalizamos com a esperança de que outros pesquisadores se interessem por esta temática e possam somar a este estudo utilizando outros enfoques, experiências e incluindo outros conceitos a fim de ampliar as possibilidades e reflexões, e assim, auxiliar na construção de um futuro ainda melhor para a GAM brasileira, atividade que tanto nos orgulha e apaixona.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIL. **Diego Hypólito tricampeão do mundo.** Disponível em: <http://www.abril.com.br/fotos/diego-hypolito-tricampeao-superfinal/>. Acesso em: 22 fev. 2010.

AGÊNCIA BRASIL. **Ginástica artística teve impulso após aplicação de recursos públicos. 2007.** Disponível em: <http://www.direito2.com.br/abr/2007/jul/18/ginastica-artistica-teve-impulso-apos-aplicacao-de-recursos> Acesso em: 24 mar. 2009.

AGENCIA DO ESTADO. **Aparelhos de ginástica usados no Pan estão sem destino certo.** Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,aparelhos-de-ginastica-utilizados-no-pan-estao-sem-destino-certo,49965,0.htm>. Acesso em: 11 set. 2007.

AGENCIA ESTADO **Com dores nas costas, Hypólito é o sétimo em Stuttgart.** 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,com-dores-nas-costas-hypolito-e-o-setimo-em-stuttgart,278165,0.htm> Acesso em: 20 nov. 2008.

ALVES, J. A. B.; PIERANTI, O. P. **O Estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil.** RAE-eletrônica, v. 6, n. 1, jan./jun. 2007.

AYRES, F. G. S.; CONCEIÇÃO, G. A. **Lei de incentivo ao esporte é regulamentada** Disponível em: http://www.pinheironeto.com.br/upload/tb_pinheironeto_artigo/pdf/220807151233anexo_bi1972_a.pdf Acesso em: dez/2008.

BAPTISTA, C.; GATTI, C. O. SUZUKI; M. E. S.; HAJAR, R.; PELLEGRINO, R. **Ginástica olímpica: considerações nas atletas do centro olímpico de treinamento e pesquisa.** In: Âmbito Medicina Desportiva v. 3 n. 31 p. 19-26, 1997.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1970.

BAPTISTA, C; GATTI, C. O.; SUZUKI, M. E. S.; HAJAR, R; PELLEGRINO, R. **Ginástica olímpica: considerações nas atletas do centro olímpico de treinamento e pesquisa.** Âmbito Medicina Desportiva, v. 6, p. 19-26, 1997.

BERZIN, A. Y. et. al. **Automatic information system for the organization of gymnastics competition.** 1976. Disponível em: <http://www.google.com.br/patents?hl=pt-BR&lr=&vid=USPAT3943505&id=Iqg8AAAAEBAJ&oi=fnd&dq=berzin+et+al+1976+gymnastics> Acesso em: 10 abr. 2009.

BENELI, L.; RODRIGUES, E. F.; MONTAGNER, P. C. **O Modelo de Brohm e a Organização do Basquetebol Masculino Brasileiro.** In: Conexões (UNICAMP), Vol. 4, n. 1, p.52-69, Campinas, 2006.

BERTOLOTTO, R. **A situação fica russa na ginástica artística.** In: Folha de São Paulo, 07/05/2000.

BIOGRAPHIE.NET. **Biographie de Friedrich Ludwig Jahn.** Disponível em: <http://www.biographie.net/Friedrich-Ludwig-Jahn>. Acesso em: 11 jan 2009.

BORRMANN, G. **Ginástica de aparelhos.** Lisboa: Estampa, 1980.

BORTOLETO, M. A. C. **O caráter objetivo e subjetivo da ginástica artística.** 2000. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

BORTOLETO, M. A. C. **La lógica interna de la gimnasia artística masculina (GAM) y estudio etnográfico de um gimnasio de alto rendimento.** 2004. 667f. Tese (Doutorado em Educação Física) – INEFC Lleida, Universitat Lleida, Lleida, 2004.

BROCHADO, F. A.; BROCHADO M. M. V. **Fundamentos de ginástica artística e de trampolins.** Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2005.

BOUDENS, E. **Estruturas desportivas.** 2002. Disponível em: http://www.marcelomelo.com/downloads/diversos/Estudo_sobre_esportes_federados.pdf Acesso em: 10 jan. 2009.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL (CEF). **Balanco social.** 2005. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/acaixa/relatorios/index.asp>. Acesso em: 25 fev. 2010a.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL (CEF). **Balanco social.** 2006. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/acaixa/relatorios/index.asp>. Acesso em: 25 fev. 2010b.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL (CEF). **Balanco social.** 2007. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/acaixa/relatorios/index.asp>. Acesso em: 25 fev. 2010c.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL (CEF). **Balanco social.** 2008. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/acaixa/relatorios/index.asp>. Acesso em: 25 fev. 2010d.

CARVALHO, S. **O discurso midiático da ginástica artística.** 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2007.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Ações realizadas com os recursos da Lei Agnelo/Piva no 1º trimestre de 2005.** In: Brasil olímpico, ano 3, n. 9, jan/fev/mar, 2005a.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Ações realizadas com os recursos da Lei Agnelo/Piva no 2º trimestre de 2005.** In: Brasil Olímpico, ano 3, n. 10, abr/mai/jun, 2005b.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Ações realizadas com os recursos da Lei Agnelo/Piva no 3º trimestre de 2005.** In: Boletim Brasil olímpico, ano 3, n. 11, jul/ago/set, 2005c.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Ações realizadas com os recursos da Lei Agnelo/Piva no 4º trimestre de 2005.** In: Brasil olímpico, ano 3, n. 12, out/nov/dez, 2005d.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Ações realizadas com os recursos da Lei Agnelo/Piva no 1º trimestre de 2006.** In: Brasil olímpico, ano 4, n. 13, jan/fev/mar, 2006a.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Ações realizadas com os recursos da Lei Agnelo/Piva no 2º trimestre de 2006.** In: Brasil Olímpico, ano 4, n. 14, abr/mai/jun, 2006b.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Ações realizadas com os recursos da Lei Agnelo/Piva no 3º trimestre de 2006.** In: Boletim Brasil olímpico, ano 4, n. 15, jul/ago/set, 2006c.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Ações realizadas com os recursos da Lei Agnelo/Piva no 4º trimestre de 2006.** In: Brasil olímpico, ano 4, n. 16, out/nov/dez, 2006d.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Ações realizadas com os recursos da Lei Agnelo/Piva no 1º trimestre de 2007.** In: Brasil, ano 5, n. 17, jan/fev/mar, 2007a.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Ações realizadas com os recursos da Lei Agnelo/Piva no 2º trimestre de 2007.** In: Brasil Olímpico, ano 5, n. 18, abr/mai/jun, 2007b.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Ações realizadas com os recursos da Lei Agnelo/Piva no 3º trimestre de 2007.** In: Boletim Brasil olímpico, ano 5, n. 19, jul/ago/set, 2007c.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Ações realizadas com os recursos da Lei Agnelo/Piva no 4º trimestre de 2007.** In: Brasil olímpico, ano 5, n. 20, out/nov/dez, 2007d.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **COB define percentuais que as confederações brasileiras olímpicas receberão da lei Agnelo/Piva em 2005.** Disponível em: http://www.cob.org.br/noticias/noticias_interna.asp?id=3753 Acesso em: 16 dez. 2008a.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Ações realizadas com os recursos da Lei Agnelo/Piva no 1º trimestre de 2008.** In: Brasil olímpico, ano 5, n. 21, jan/fev/mar, 2008b.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Ações realizadas com os recursos da Lei Agnelo/Piva no 2º trimestre de 2008.** In: Brasil Olímpico, ano 5, n. 22, abr/mai/jun, 2008c.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Ações realizadas com os recursos da Lei Agnelo/Piva no 3º trimestre de 2008.** In: Boletim Brasil olímpico, ano 5, n. 23, jul/ago/set, 2008d.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Ações realizadas com os recursos da Lei Agnelo/Piva no 4º trimestre de 2008.** In: Brasil olímpico, ano 5, n. 24, out/nov/dez, 2008e.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Demonstração da aplicação dos recursos técnico/financeiros da lei Agnelo/Piva 2008.** 2009. Disponível em:

http://www.cob.org.br/downloads/downloads/2008/Demonstracao_Lei_Agnelo-Piva_2008.pdf
Acesso em: 20 mar. 2009a.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Apresentação técnica/financeira lei Agnelo/Piva 2008.** 2009. Disponível em:
http://www.cob.org.br/downloads/downloads/2008/Apresentacao_Lei_Agnelo-Piva_2008.pdf
Acesso em: 20 mar. 2009b.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE GINÁSTICA (CBG). **Estatuto da confederação brasileira de ginástica.** 2008. Disponível em:
<http://cbginastica.com.br/web/ESTATUTO2008CBG.pdf> Acesso em: 08 nov. 2008.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE GINÁSTICA (CBG). **Federações anunciam a inauguração de seus centros de excelência Caixa – jovem promessa de ginástica.** 2009. DISPONIVEL EM:
http://www.cbginastica.com.br/web/index.php?option=com_content&task=view&id=435 Acesso em: 25 mar. 2009.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE GINÁSTICA (CBG). **Regulamento geral.** 2009. Disponível em:
http://cbginastica.com.br/web/index.php?option=com_content&task=view&id=112&Itemid=99
Acesso em: 08 abr. 2009b.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL. **Balancos financeiros.** Disponível em:
http://www.cbv.com.br/cbv2008/institucional/quem_somos.asp. Acesso em 26 fev. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **A trajetória da ginástica brasileira.** 2008. Disponível em:
http://www.confef.org.br/revistasWeb/n29/09_TRAJETORIA_GINASTICA_BRASILEIRA.pdf
Acesso em: 15 dez. 2008.

CRUZ, J. **Não faltou dinheiro para a equipe olímpica.** 2008 Disponível em: <http://www.correioweb.com.br/olimpiadas2008/noticias.php?id=2012> Acesso em: 23 mar. 2009.

DACOSTA, L. P. **Clubes esportivos e recreativos.** In: DACOSTA, L. P. (ORG.). Atlas do esporte no Brasil. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.

DAMISCH, L.; MUSSWEILER, T.; PLESSNER, H. **Olympic medals as fruits of comparison? Assimilation and contrast in sequential performance judgments.** In: Journal of Experimental Psychology: applied, v. 12, n. 3, p. 166-178, 2006.

DAYLIFE. **Glasgow gymnastics grand prix 2009.** 2009. Disponível em:
<http://www.daylife.com/photo/05YegbT0xq42k>. Acesso em: 11 jan. 2009a.

DAYLIFE. **Gymnastics at olympics.** 2008. Disponível em:
http://www.daylife.com/topic/Gymnastics_at_the_Olympics. Acesso em: 11 jan. 2009b.

DE ROSE JUNIOR, D.; TAVARES, A.C.; GITTI, V. **Perfil técnico de jogadores brasileiros de basquetebol: relação entre os indicadores de jogo e posições específicas**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v.18, n.4, p. 377-84, 2004.

DEUTSCHE BURSCHENSCHAFT. **Geistige Wegbereiter der Deutschen Burschenschaft**. Disponível em: <http://www.burschenschaft.de/die-burschenschaft/bekannteburschenschafter/geistige-wegbereiter.html>. Acesso em: 11 jan. 2009.

DIANNO, M. V. **A ginástica olímpica no Brasil**. Rev. Bras. de Ciência e Movimento, v. 2, n. 2, p. 57-59, 1988.

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. In: Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, março/2002.

DEUTSCHER TURNER-BUND (DTB). **Geraeturnen - ergebnisse**. Disponível em: <http://www.dtb-online.de/portal/hauptnavigation/turnen/geraeturnen/ergebnisse.html>. Acesso em: 22 fev. 2010.

ESPORTE CLUBE PINHEIROS (ECP) **Projeto olímpico**. Disponível em: http://www.ecp.org.br/inst_projeto_olimpico.asp Acesso em: 25 mar. 2009a.

ESPORTE CLUBE PINHEIROS **O que é: ginástica artística**. Disponível em: <http://www.ecp.org.br/ginasticaartistica/pratique.asp>. Acesso em: 9 out. 2009b.

FEDERAÇÃO DE GINÁSTICA DE PORTUGAL (FGP). **Relatório de contas**. Disponível em: http://www.gymptor.com/federacao-informacao-legal.php?area_id=1. Acesso em: 27 fev. 2010a.

FEDERAÇÃO DE GINÁSTICA DE PORTUGAL (FGP). **Dia histórico: Manuel Campos obtém a 15ª posição na final AA!** Disponível em: http://www.gymptor.com/noticias_detalhe.php?noticia_id=786. Acesso em 27 fev. 2010b.

FEDERAÇÃO DE GINASTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO **Estatuto 2008**. Disponível em: <http://www.ginasticario.com.br/> Acesso em: 8 fev. 2009.

FEDERAÇÃO FRANCESA DE GINÁSTICA (FFG). **Resultados competitivos**. Disponível em: http://www.ffgym.com/ffgym/palmares_classements/tous_les_resultats_1. Acesso em: 25 fev. 2010a.

FEDERAÇÃO FRANCESA DE GINÁSTICA (FFG). **Classement des gymnastes**. Disponível em: http://www.ffgym.com/ffgym/palmares_classements/classement_des_gymnastes. Acesso em: 25 fev. 2010b.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE GINASTICA (FIG). **Código de pontuação masculino**. Moutier: FIG, 1997.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE GINÁSTICA. **Lista de árbitros brasileiros ciclo 2006-2008**. Disponível em : <http://www.sportcentric.com/vsite/vnavsite/page/directory/0,10853,5187-188062-205284-nav-list,00.html> Acesso: 08 nov. 2008a.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE GINÁSTICA. (FIG). **Código de pontuação masculino**. 2009. Disponível em: <http://figdocs.lx2.sportcentric.com/external/public.php?folder=470> Acesso em: 13 dez. 2008b.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE GINÁSTICA. **2009 fig judges' rules – specific rules for men's artistic gymnastics**. 2009. Disponível em: <http://figdocs.lx2.sportcentric.com/external/serve.php?document=529> Acesso em: 15 fev. 2009a.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE GINÁSTICA (FIG) **Rules for the FIG world cup competitions and series in artistic gymnastics**. 2009. Disponível em: <http://figdocs.lx2.sportcentric.com/external/serve.php?document=447> Acesso em: 01 abr. 2009b.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE GINÁSTICA. **FIG academy program: policies and information**. Disponível em: <http://www.fig-gymnastics.com/vsite/vfile/page/fileurl/0,11040,5187-188493-205715-132843-0-file,00.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2009c.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE GINÁSTICA. **Event statistics**. Disponível em: <http://www.fig-gymnastics.com/vsite/vfile/page/fileurl/0,11040,5187-193835-211058-138143-0-file,00.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2009d.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE GINASTICA (FIG). **Código de pontuação feminino**. 2009. Disponível em: <http://www.fig-gymnastics.com/vsite/vnavsite/page/directory/0,10853,5187-188050-205272-nav-list,00.html>. Acesso em: 20 nov. 2009e.

FEDERAÇÃO PARANAENSE DE GINÁSTICA (FPRG) **História**. Disponível em: <http://fprginastica.com.br/site/a-fprg/historia.html> Acesso em: 20 nov. 2008.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE GINÁSTICA (FPG) **Estatuto 2008**. Disponível em: http://www.ginasticas.com/conteudo/fpg_2008/fpg_arquivos_2008/fpg_arquivos_2008.zip Acesso em: 20 nov. 2008.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE GINÁSTICA (FPG) **Código de taxas – 2009**. Disponível em: http://ginasticas.com/conteudo/fpg_2009/fpg_arquivos_2009/fpg_arquivos_2009.zip Acesso em: 15 abr. 2009.

FEDERAÇÃO RIO-GRANDENSE DE GINÁSTICA (FRG) **Estatuto 2008**. Disponível em: <http://www.frginastica.com.br/web2/index.php> Acesso em: 8 fev. 2009.

FOLHA ONLINE **Daniele e Mosiah “herdam” vagas na finalíssima da ginástica**. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u474388.shtml> Acesso em: 15 dez. 2008.

FOLHA ONLINE. **Após 20ª medalha, Diego Hypólito "desiste" de patrocínios**. 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u538809.shtml> Acesso em: 23 mar. 2009.

FRASCINO, J. **Diego encerra participação na superfinal com o 6º lugar no salto.** 2008. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/ginastica/ultimas/2008/12/14/ult803u784.jhtm> Acesso em: 21 abr. 2009.

GAMBOA, S. S. **Fundamentos para la investigación educativa.** Santa Fe de Bogotá: Cooperativa Editorial Magisterio, 1998.

GARAVELLO, M. **Fratura na tíbia quase arruinou ano do campeão.** 2005. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/outros/ultimas/2005/11/26/ult803u506.jhtm> Acesso em: 30 nov. 2005.

GARAVELLO, M. **Brasil iguala recorde de ouros à margem da lei Piva.** 2008. Disponível em: <http://eventos.esporte.uol.com.br/olimpiadas/leipiva.jhtm> Acesso em: 16 dez. 2008.

GARAVELLO, M. **PAN-2003: dinheiro público banca corrida do ouro no pan.** 2003. Disponível em: <http://mesatenista.net/noticias/noticiario-internacional/105-especial-jogos-pan-americanos-2003/1323-pan-2003-dinheiro-plico-banca-corrida-do-ouro-no-pan.html>. Acesso em: 31 jul. 2009.

GEERTZ, C. **Obras e vidas: o antropólogo como autor.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

INTERNATIONAL GYMNAST MAGAZINE. **Bravo Brazil.** In: International Gymnast Magazine, v. 47, n. 2, fev. 2005.

INTERNATIONAL GYMNAST MAGAZINE. **Jade Barbosa: another milestone for Brazil.** In: International Gymnast Magazine, v. 49, n. 10, dez. 2007.

INTERNATIONAL GYMNAST MAGAZINE. **Ukraine, Sasaki win Doha gymnasiade.** 2009. Disponível em: http://www.intlgymnast.com/index.php?option=com_content&task=view&id=1287&Itemid=55. Acesso em: 11 jan. 2009.

JAPAN GYMNASTICS ASSOCIATION (JGA). **Artistic gymnastics results.** Disponível em: <http://www.jp-gym.or.jp/artistic/2009/result/index.html>. Acesso em: 22 fev. 2010.

JORNAL DO SENADO **Bolsa-atleta fora do alvo.** 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/JORNAL/noticia.asp?codNoticia=78926&dataEdicaoVer=20081222&dataEdicaoAtual=20090330&codEditoria=3267&nomeEditoria=Esportes> Acesso em: 23 dez. 2008.

LANCE!NET. **Medalhistas em Pequim sofrem com a falta de patrocínio.** 2009. Disponível em: <http://www.lancenet.com.br/esportes/maisesportes/noticias/09-03-20/511365.stm?medalhistas-em-pequim-sofrem-com-a-falta-de-patrocinio> Acesso em: 25 mar. 2009.

LANGLADE, A.; LANGLADE, N. R. **Teoria general de la gimnasia.** Buenos Aires: Stadium, 1986.

- LUCENA, R. (org). **Esporte história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- LUDORF, S. M. A. **Metodologia da Pesquisa: do projeto à monografia**, Rio de Janeiro: Shape, 2004.
- MANHÃES, E. D. **Política de esportes no Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MARCHI JÚNIOR, W. Bourdie e a teoria do campo esportivo. In: PRONI, M.; LUCENA, R. **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- MINISTÉRIO DOS ESPORTES **Lei de incentivo ao esporte – projetos aprovados**. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/leiIncentivoEsporte/projetosAprovadosGeral.jsp> Acesso em: 25 mar. 2009a.
- MINISTÉRIO DOS ESPORTES **Bolsa atleta – como participar**. Disponível em: http://portal.esporte.gov.br/snear/bolsa_atleta/como_participar.jsp Acesso em: 25 mar. 2009b.
- MINISTÉRIO DOS ESPORTES **Bolsa atleta – atletas contemplados**. Disponível em: http://portal.esporte.gov.br/snear/bolsa_atleta/lista_contemplados.jsp Acesso em: 24 mar. 2009c.
- MENDES, V. **Ministro elogia resultado da lei de incentivo ao esporte**. Disponível em: <http://www.abril.com.br/noticias/esportes/ministro-elogia-resultado-lei-incentivo-ao-esporte-317567.shtml> Acesso em: 25 mar. 2009.
- NISTA-PICCOLO, V. L. **Pedagogia dos esportes**. In: NISTA-PICCOLO, V. L. (ORG) **Pedagogia dos esportes**. Campinas: Papyrus, 2003.
- NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V. L.; PUBLIO, N. S. **Uma reflexão sobre o código de pontuação da ginástica olímpica**, In: Revista brasileira de ciências do esporte, n. 20, p. 148-153. set/99.
- NUNOMURA, M. **Técnico de ginástica artística: uma proposta para formação profissional**. 2001. 188 f. Tese (Doutorado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 2001.
- NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V. L. **Ginástica olímpica ou ginástica artística? Qual a sua denominação?**. Ver. Bras. de Ciência e Movimento, v. 12, n. 4, p. 69-74, 2004.
- NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V. N. (ORG) **Compreendendo a ginástica artística**. São Paulo: Phorte, 2005.
- NUZMAN, C. A. **Carlos Nuzman, o pai da matéria**. Saque, n. 1, São Paulo, 1985. APUD: BENELI, L.; RODRIGUES, E. F.; MONTAGNER, P. C. **O Modelo de Brohm e a Organização**

do Basquetebol Masculino Brasileiro. In: Conexões (UNICAMP), Vol. 4, Fac. 1, pp.52-69, Campinas, SP, Brasil, 2006

NUZMAN, C. A. **Organização do direito desportivo internacional.** In: MACHADO, R. A. et al. *Curso de direito desportivo sistêmico.* São Paulo: Quartier Latin, 2007.

OLIVEIRA, M. S.; BORTOLETO, M. A. C. **O Código de Pontuação da Ginástica Artística Masculina ao Longo dos Tempos.** Revista da Educação Física/UEM, v. 20, n. 1, p. 97-107, 2009.

OLIVEIRA, M. S.; BORTOLETO, M. A. C. **A Ginástica Artística Masculina Brasileira no Panorama Mundial Competitivo (1987-2008).** Revista Motriz, v. 15, n. 2, p. 297-309, 2009.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses.** São Paulo, Pioneira, 1997.

PORTAL GLOBO.COM. **Arthur Zanetti fica com o quarto lugar na final das argolas do mundial de ginástica: brasileiro confirma melhor colocação do país no aparelho desta competição.** 2009. Disponível em: http://globoesporte.globo.com/Esportes/Noticias/Mais_Esportes/0,,MUL1344891-16317,00-ARTHUR+ZANETTI+FICA+COM+O+QUARTO+LUGAR+NA+FINAL+DAS+ARGOLAS+DO+MUNDIAL+DE+G.html. Acesso em: 11 jan. 2009a.

PORTAL GLOBO.COM. **Guto e Mosiah comentam participação: ginastas continuam otimistas com a possibilidade de medalhas.** 2007. Disponível em: <http://pan2007.globo.com/PAN/Noticias/0,,MUL70635-4420,00.html>. Acesso em: 11 jan. 2009b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA **Programas atendidos pelo fundo especial de incentivo a projetos esportivos.** Disponível em: http://home.londrina.pr.gov.br/homenovo.php?opcao=projetoesportivos2009&item=programas_feipe. Acesso em: 14 set. 2009.

PRONI, M. W. **A metamorfose do futebol.** Campinas, SP: UNICAMP/IE, 2000

PUBLIO, N. S. **História da ginástica olímpica.** In: Revista Brasileira de Ciência e Movimento. v. 6 n. 1 p. 88-90. 1992.

PUBLIO, N. S. **Evolução historia da ginástica olímpica.** 2. ed. São Paulo: Phorte, 2002.

PUBLIO, N. S. **Origem da ginástica artística.**, In: NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V. L. (Org.). **Compreendendo a ginástica artística.** São Paulo: Phorte, 2005.

R7 ESPORTES. **Ginástica artística: mundial em Londres.** 2009. Disponível em: <http://esportes.r7.com/esportes-olimpicos/fotos/ginastica.html>. Acesso em: 11 jan. 2009.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL **Lei de incentivo ao esporte.** 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11438.htm Acesso em: 25 mar. 2009.

REVISTA VEJA. **Como Daiane aprendeu a voar: o regime de dedicação, privação e dor que levou a brasileira ao topo da ginástica mundial.** In: Revista Veja, São Paulo, ano 37, n. 14, 7 abr. 2004.

ROETZHEIM, B. **The code of points through 2000.** In: United States Gymnastics Federation Congress, USA, p. 59-61, 1991.

SANTOS, J. C. E. dos; SANTOS, N. G. M. dos. **História da ginástica geral no Brasil.** Rio de Janeiro: J.C.E.Santos, 1999.

SANTOS, J. C. E.; et al. **Ginástica – federação internacional de ginástica (FIG) – confederação brasileira de ginástica (CBG).** In: DACOSTA, L. (ORG). Atlas do esporte no Brasil. Rio de Janeiro: CONFEEF, 2006.

SAVIANI, D. **Do senso comum à consciência filosófica.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

SILVA, D. A. S. **Evolução histórica da legislação esportiva brasileira: do estado novo ao século XXI.** In: Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança, v. 3, n. 3, p. 69-78, set. 2008.

SMOLEUSKIY, V.; GAVERDOUSKIY, I. **Tratado general de gimnasia artística deportiva.** Barcelona: Editorial Paidotribo, 1996.

SOARES, C. L. Acrobacias e acrobatas: anotações para um estudo do corpo. In: BRUHNS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. (Orgs.) **Representação do lúdico: II ciclo de debates lazer e motricidade.** Campinas: Autores Associados, 2001.

SOARES, C. L. **Educação física – Raízes européias e Brasil.** Campinas: Ed. Autores Associados, 2004.

SOUZA, E. P. M. **O universo da ginástica: evolução e abrangência.** Coletânea do V Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física. Maceió, 1997.

SPORTV NEWS **Diego Hypólito faz alerta sobre o futuro da ginástica no Brasil.** 2009. Disponível em: http://globoesporte.globo.com/Esportes/Noticias/Mais_Esportes/0,,MUL983904-16317,00-DIEGO+HYPOLITO+ALERTA+PARA+O+FUTURO+DA+GINASTICA+NO+BRASIL.html
Acesso em: 03 mar. 2009.

STE-MARIE, D. M. **International bias in gymnastics judging: conscious or unconscious influences?** In: Perceptual and Motor Skills, v. 83, n. 3, p. 963-975, 1996.

SWEENEY, J. M. **Ginástica olímpica.** São Paulo: Difel, 1975.

TERRA ESPORTES. **Venezuela fica com ouro e Brasil é 7º nas argolas.** 2007. Disponível em: <http://esportes.terra.com.br/panamericano2007/interna/0,,OI1765357-EI8332,00.html>. Acesso em: 11 jan. 2009

TESCHE, L. **O turnen, a educação e a educação física nas escolas teuto-brasileiras, no Rio Grande do Sul: 1852-1940.** Itujú: Ed. Unijuí, 2001.

TESCHE, L. **A educação e o turnen no Rio Grande do Sul, uma questão de etnicidade: 1852-1940.** Congresso Brasileiro de História da Educação, 2., 2002, Natal, Anais eletrônicos. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/index.php?arq=arq_cbhe2&titulo=II%20CBHE&ext=php#. Acesso em: 10 set. 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1992.

TUBINO, M. J. G. **Repensando o Esporte Brasileiro.** São Paulo: IBRASA, 1988.

TUBINO, M. J. G. **O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias.** São Paulo: Ibrasa, 1996.

TUBINO, M.J.G. **500 anos de legislação esportiva brasileira: do Brasil colônia ao início do século XXI.** Rio de Janeiro: Shape, 2002 apud SILVA, D. A. S. Evolução histórica da legislação esportiva brasileira: do estado novo ao século XXI. In: Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança, v. 3, n. 3, p. 69-78, set. 2008.

TURA, M. L. R. A observação do cotidiano escolar. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P.; VILELA, R. A. T. (Org.) **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da Educação.** Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

UNITED STATES OF AMERICA GYMNASTICS (USAG). **Gymnastics statistics.** Disponível em: http://www.usa-gymnastics.org/aboutus/pages/about_usag.php. Acesso em: 10 set. 2009.

UNITED STATES OF AMERICA GYMNASTICS (USAG). **Results.** Disponível em: <http://www.usa-gymnastics.org/results/>. Acesso em: 22 fev. 2010a.

UNITED STATES OF AMERICA GYMNASTICS (USAG). **Audited financial statements.** Disponível em: <http://www.usa-gymnastics.org/aboutus/pages/finance.php>. Acesso em: 27 fev. 2010b.

UOL ESPORTES. **Mosiah surpreende com ouro na barra; Danilo leva bronze.** 2007. Disponível em: <http://pan.uol.com.br/pan/2007/ultnot/2007/07/17/ult4675u73.jhtm>. Acesso em: 11 jan. 2009.

VICELLI, C. E. **Mudanças, mas sem radicalismo.** 2008. In: Gazeta do Povo. Disponível em: <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/esportes/conteudo.phtml?tl=1&id=840748&tit=Mudancas-mas-sem-radicalismo> Acesso em: 23 dez. 2008.

UOL ESPORTE **Daiane é ouro no solo em dobradinha brasileira na copa do mundo.** 2006.
Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/ginastica/ultimas/2006/05/26/ult803u557.jhtm> Acesso em: 15 abr. 2009.

ANEXOS

ANEXO – I



**PESQUISA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
- UNICAMP -**

O PANORAMA ATUAL DA GINÁSTICA ARTÍSTICA MASCULINA BRASILEIRA

Pesquisador: Mauricio Santos Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Coelho Bortoleto

Questionário

Federações Estaduais

Observamos nos últimos anos, uma expressiva melhora nos resultados internacionais da Ginástica Artística (GA) brasileira, especialmente na categoria feminina. Apesar deste perceptível avanço nas competições internacionais é difícil mensurar, objetivamente, o nível de desenvolvimento desta modalidade competitiva no plano esportivo nacional. São poucos os dados disponíveis e do ponto de vista científico, são escassas as pesquisas que permitam uma análise criteriosa e precisa acerca da realidade desta modalidade no país. Deste modo, o objetivo central desse estudo é desvendar o panorama atual da Ginástica Artística Masculina (GAM) brasileira, analisando o último ciclo olímpico, buscando entender esse fenômeno através de uma contextualização sócio-econômica e política desse esporte. Entendemos que este estudo possibilitará conhecer com maior riqueza de detalhes a realidade atual da GAM brasileira, possibilitando antecipar as tendências do futuro da modalidade podendo assim, auxiliar na tomada de decisões para o desenvolvimento deste esporte no Brasil.

Segue abaixo uma lista dos dados que estamos requisitando para a pesquisa. Caso a Federação não possua um dos itens pedimos que sinalize como faltando. Os dados relatados terão uso exclusivo para fins da pesquisa em questão, conforme detalhado no termo de consentimento.

Após preenchido o questionário, pedimos por gentileza que encaminhe por e-mail para os endereços: mauricio_olliveira@yahoo.com.br / bortoieto@fef.unicamp.br

Número de clubes/instituições filiadas à Federação.	
Número de clubes/instituições que desenvolvem projetos ligados à GAM.	
Número total de ginastas filiados.	
Número total de ginastas da GAM.	
Número de ginastas da GAM na categoria infantil.	
Número de ginastas da GAM na categoria juvenil.	
Número de ginastas da GAM na categoria adulto.	
Número total de treinadores filiados à Federação.	
Número de treinadores que trabalham com a GAM.	
Número de árbitros da GAM filiados a Federação no último ciclo (2005-2008).	
Número de cursos de arbitragem organizados pela Federação no ano de 2008.	
Número de cursos de capacitação dos técnicos da GAM desenvolvidos pela Federação em 2008.	
Número de competições de GAM organizadas pela Federação no ano de 2008.	
Como você avalia o desenvolvimento da GAM no seu estado?	
	Excelente ()
	Muito bom ()
	Bom ()
	Regular ()
	Ruim ()

ANEXO – II



**PESQUISA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
- UNICAMP -**

Pesquisador: Mauricio Santos Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Coelho Bortoleto

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Introdução

Breve explanação feita pelo entrevistado sobre a trajetória e forma de atuação dele no cenário nacional da Ginástica Artística Masculina (GAM).

Questões

Quais fatores, na sua opinião, auxiliaram o crescimento e desenvolvimento da GAM?

Como você avalia este desenvolvimento nos últimos anos?

- Resultados Competitivos.
- Infraestrutura da modalidade.
- Organização da modalidade (Federação estadual, CBG).

Como você avalia as políticas de desenvolvimento da GAM realizadas pela Confederação Brasileira de Ginástica (CBG) e pela sua federação estadual?

Como você avalia a atuação do Comitê Técnico da GAM?

As competições nacionais masculinas são esvaziadas e com um número bastante reduzido de atletas e equipes. Quais são os fatores que podem explicar essa situação?

Sobre a organização da modalidade no país, qual a sua opinião sobre o centro de excelência de Curitiba e o sistema de seleção permanente?

Como você avalia a realidade financeira da categoria masculina da GA no Brasil? (patrocínios e apoio das leis de incentivo ao esporte)

A CBG implantou no ano de 2008 o projeto Jovem Promessa da Ginástica com o apoio da Caixa Econômica Federal. Qual sua opinião sobre esse projeto?

Quais são as dificuldades encontradas no desenvolvimento da GAM?

Perguntas específicas para os treinadores

Os conhecimentos adquiridos na formação universitária são adequados para o trabalho como técnico de GAM?

Caso não seja, onde você conseguiu ampliar os seus conhecimentos técnicos para desenvolver seu trabalho como treinador?

Como você avalia a realização de cursos de aperfeiçoamento no Brasil? Eles são ofertados? São suficientes?

Qual a importância da vinda de técnicos estrangeiros para o Brasil?

O trabalho da seleção permanente contribuiu para os resultados competitivos alcançados nos últimos anos?

Qual é a relação entre a CBG e os treinadores?

Perguntas específicas para os árbitros

O número de árbitros estaduais e nacionais são adequados para o desenvolvimento da GAM no país? E no seu estado?

A formação do árbitro nacional é adequada?

Como você avalia a política da CBG com relação à arbitragem? (realização de cursos, apoio para a formação internacional, auxílio para participação em competições internacionais)

Qual a importância de um bom quadro de arbitragem para o desenvolvimento da modalidade no Brasil?

Perguntas específicas para os dirigentes e membros do CT

Como você avalia a relação, o apoio e a atuação da CBG com relação ao seu trabalho como dirigente/membro do CT?

As perguntas dirigidas ao árbitro e treinadores também serão realizadas com os dirigentes/membro do CT.

ANEXO – III

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este termo de consentimento tem como objetivo garantir à todos os participantes da pesquisa **“O PANORAMA DA GINÁSTICA ARTÍSTICA MASCULINA BRASILEIRA (2005-2008)”** os direitos legais para este tipo de atividade. Antes de preencher este documento, solicitamos a todos os participantes que conheçam as bases da pesquisa e o tipo de participação que se solicita dos mesmos.

Pesquisadores: Prof. Mauricio dos Santos de Oliveira e Prof. Dr. Marco Antonio Coelho Bortoleto.

Eu, _____, RG _____, residente na cidade _____ estado _____ no endereço _____

Bairro _____ tenho pleno conhecimento que as informações colhidas a meu respeito poderão ser utilizadas para investigações referentes ao Panorama da Ginástica Artística Masculina Brasileira (2005-2008). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, para elaboração da dissertação de mestrado, feita através de entrevistas semi-estruturadas para que os pesquisadores possam discorrer sobre o assunto acima declarado.

A minha participação na pesquisa consistirá em:

- Oferecer informações verídicas durante as entrevistas.
- Permitir o uso das informações obtidas nesta atividade para usos acadêmico-científicos com a preservação da minha identidade oficial.

Considero-me suficientemente informado sobre o tema que envolve a pesquisa e sei que não há riscos previsíveis na minha participação. Declaro concordar em dar informações a respeito sabendo que está garantido o esclarecimento do que quer que julgue necessário e que receberei cópia deste termo. Declaro permitir a divulgação das informações na condição de que estará assegurado o sigilo pessoal quanto aos dados obtidos, na omissão da autoria específica das respostas, não sendo associado meu nome de maneira direta às mesmas, bem como a liberdade de recusar a participar ou retirar o consentimento, em qualquer momento, sem penalização e prejuízo. Também estou ciente que não haverá ganhos nem custos com a minha participação no estudo.

Assinatura

____/____/____
Data

Os responsáveis pelo projeto podem ser encontrados através do seguinte endereço:

Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação Física

Coordenação de Pós-Graduação

Rua Érico Veríssimo, 701, Cidade Universitária Campinas/SP.

Caixa Postal 6134, CEP 13083-851

Fone: (19) 3521 6609.

E-mail: mauricio_olliveira@yahoo.com.br

bortoleto@fef.unicamp.br

Reclamações ou perguntas ao Comitê de Ética em Pesquisa através do endereço:

Tessália V. de Camargo, 126 - Caixa Postal 6111 – CEP 13083-887 – Campinas – SP. Fone (019)

3521-8936 Fax (019) 3521-7187

E-mail: cep@fcm.unicamp.br